

Marina Salgado

**OURO PRETO:
Paisagem em transformação**

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2010

Marina Salgado

OURO PRETO: Paisagem em transformação

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e território

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído

Orientadora: Prof. ^a Stael de Alvarenga Pereira Costa

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2010

S164o

Salgado, Marina.

Ouro Preto [manuscrito] : paisagem em transformação /
Marina Salgado. - 2010.
193 f. : il.

Orientadora: Stael de Alvarenga Pereira Costa
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimonio cultural - Proteção - Ouro Preto (MG). 2.
Paisagem – Proteção - Ouro Preto (MG). 3. Políticas
publicas. I. Costa, Stael de Alvarenga Pereira. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Arquitetura. III. Título.

CDD: 350.85

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA MARINA SALGADO nº de matrícula 2008664710 DO CURSO DE MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, na sala 200 da Escola de Arquitetura, situada à Rua Paraíba, número seiscentos e noventa e sete, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "Ouro Preto: Paisagem em transformação" requisito final para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Bens Culturais, Tecnologia e Território". Abrindo a sessão, a orientadora professora doutora Stael de Alvarenga Pereira Costa após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final pediu para a aluna iniciar a apresentação do seu trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença da mestrande e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

Aprovação *com lauroe*

Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata, no prazo de 30 dias:

Reprovação.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão.

Revisões exigidas pela Comissão Examinadora:

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:



Prof. Dra. Evelyn Furquim Werneck Lima (UNIRIO)



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (EAUFMG)

Ciente:



Marina Salgado

Atesto que as alterações exigidas serão cumpridas.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2010.

Orientador:



Prof. Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa (EAUFMG)

Homologado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação do curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável em

Coordenador:



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pela confiança em minha capacidade, pelo estímulo constante, por compreender a ausência e pela alegria a cada retorno. Pai, mãe e irmãs, todas as minhas conquistas foram possíveis devido a base sólida que vocês construíram para nossa família.

À minha amiga e orientadora Stael, a quem tanto admiro, pela disponibilidade, sabedoria muito bem compartilhada, orientações maravilhosas que possibilitaram tanto crescimento intelectual quanto pessoal, e pelo comprometimento com a docência que tanto me inspira. Sou grata ao seu apoio desde o dia em que nos encontramos no curso de especialização.

À minha eterna amiga Flávia Guerra, pela paciência nas intermináveis correções, pela dedicação e grandiosa contribuição de seus desenhos. Sem estes, as minhas palavras não conseguiriam expressar com tanta clareza as idéias propostas.

Ao meu companheiro, Orlando, onde a palavra “companheirismo” nunca fez tanto sentido para mim. Seu apoio incondicional, seu carinho, suas palavras doces de incentivo e sua compreensão estão refletidos no zelo a partir do qual esta dissertação foi desenvolvida.

Aos amigos do IEPHA/MG, principalmente ao gerente André Veloso e ao diretor Renato César, pela compreensão e incentivo ao meu estudo, vocês foram fundamentais para a construção desta pesquisa.

À amiga Roberta Magalhães, que com muita presteza colaborou na confecção dos mapas para a dissertação.

Ao amigo Rodrigo Bastos, pela gentileza dos materiais cedidos, pela rica contribuição de seus estudos, e por compartilhar a paixão por Ouro Preto.

À todos aqueles que contribuíram para a realização desta pesquisa. Muito obrigada!

RESUMO

O fio condutor desta pesquisa é a investigação da evolução das novas formas urbanas originadas pela acelerada expansão das cidades, assim como das formas tradicionais do centro histórico da cidade de Ouro Preto, situada no estado de Minas Gerais, através da aplicação das metodologias desenvolvidas pelas escolas de Morfologia Urbana. Este dilema entre a tradição e a modernidade é um tema recorrente principalmente nas cidades coloniais mineiras. Estas possuem um núcleo histórico a ser preservado e as propostas de expansão devem levar em consideração a manutenção da qualidade da paisagem do centro histórico, respeitando seus edifícios, seus tecidos urbanos, ou seja, suas características morfo-tipológicas. A qualidade da paisagem urbana do núcleo histórico de Ouro Preto não tem sido respeitada e nem mesmo levada em consideração enquanto meio de embasamento para futuras intervenções, assim como para elaboração de planos urbanos. A ausência do diálogo entre as diversas formas urbanas provoca perdas na identidade do caráter histórico da cidade como um todo. Devido ao dinamismo característico da paisagem urbana, não se pode impedir o desenvolvimento da cidade e sua renovação, porém, é necessário orientá-lo para que o meio ambiente urbano cresça de forma equilibrada, fazendo com que os interesses econômicos de determinadas classes não prevaleçam sobre a coletividade. Através desta pesquisa espera-se contribuir para os estudos sobre a temática da morfologia urbana, assim como da qualificação da paisagem, uma vez que as pesquisas sobre o assunto colaboram para a fundamentação das tomadas de decisão com relação à conservação de conjuntos urbanos históricos.

Palavras-chave: Ouro Preto. Morfologia urbana. Paisagem urbana. Patrimônio Cultural. Políticas públicas.

ABSTRACT

The main focus of this research is to investigate both the development of new urban structures caused by the rapid expansion of cities as well as traditional structures of the historic city of Ouro Preto, located in the state of Minas Gerais, Brazil, through the application of methodologies developed by Urban Morphology schools. The dilemma between tradition and modernity is a recurrent theme, especially in the colonial towns of Minas Gerais. These towns contain a historic core that must be preserved, thus proposed expansions must be concerned with maintaining the quality of the city's historic centre landscape: its buildings, its urban fabric, and its morphotypological characteristics. Over the years, the landscape quality of Ouro Preto's historic centre has not been respected nor even taken into consideration as a basis for future interventions or the drafting of urban plans. The lack of dialogue among the various urban structures leads to a loss of the city's historical character as a whole. Due to the dynamic characteristic of the urban landscape, the city development and renewal can not be stopped. However, growth of the urban environment must be guided in a balanced manner so that the economic interests of some social classes do not outweigh community interests. Through this study, we hope to contribute to research on the topic of urban morphology, as well as to the quality of the landscape, since research on this subject can aid in the decision-making process regarding the conservation of historic urban centres.

Palavras-chave: Ouro Preto. Urban Morphology. Landscape. Cultural Heritage. Public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Mapa de localização do município de Ouro Preto no Estado de Minas Gerais	22
FIGURA 2	Pico do Itacolomi	24
FIGURA 3	Vista lateral da Igreja de Santa Efigênia	27
FIGURA 4	Mapa síntese de estrutura urbana	29
FIGURA 5	Início do caminho tronco denominado “cabeças”	30
FIGURA 6	Final do caminho tronco denominado “Vira e Sai”	30
FIGURA 7	Vista da cidade do mirante da UFOP	32
FIGURA 8	Mapa de tecidos urbanos	33
FIGURA 9	Croqui de localização do tecido 1	34
FIGURA 10	Fachada posterior das edificações voltadas para o rio no bairro centro	35
FIGURA 11	Traçado irregular e relevo acidentado favorecendo as visadas dos edifícios religiosos	35
FIGURA 12	Croquis esquemáticos da forma de implantação das edificações no tecido urbano 1	35
FIGURA 13	Croqui de localização do tecido 2	36
FIGURA 14	Rua sem saída no bairro Morro São Cristóvão	36
FIGURA 15	Vista geral do bairro Santa Cruz	36
FIGURA 16	Croquis esquemáticos da forma de implantação das edificações no tecido urbano 2	38
FIGURA 17	Croqui de localização do tecido 3	38
FIGURA 18	Croquis esquemáticos da forma de implantação das edificações no tecido urbano 3	39
FIGURA 19	Bairro da Lagoa	39
FIGURA 20	Vista do bairro Loteamento	39
FIGURA 21	Padrão de acabamento típico do tecido urbano 2	40
FIGURA 22	Padrão de acabamento típico do tecido urbano 3	40
FIGURA 23	Croqui de localização do tecido 4	40
FIGURA 24	Vista do bairro Tavares	41
FIGURA 25	Vista da Rua Américo René Giannetti	41
FIGURA 26	Croquis esquemáticos da forma de implantação das edificações no tecido urbano 4	41
FIGURA 27	Croqui de localização do tecido 5	42
FIGURA 28	Alumínio Minas Gerais S/A (ALCAN)	42

FIGURA 29	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	42
FIGURA 30	Croqui dos primeiros arraiais em Vila Rica	48
FIGURA 31	Croqui da paisagem da vila nas primeiras décadas de ocupação	50
FIGURA 32	Croqui representando a abertura da rua para a passagem do Santíssimo Sacramento	52
FIGURA 33	Croqui em corte da implantação da vila no terreno	60
FIGURA 34	Croqui representando o crescimento centrípeto da vila	61
FIGURA 35	Croqui representando o crescimento centrífugo da vila	62
FIGURA 36	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar	63
FIGURA 37	Croqui representando o zoneamento da vila	64
FIGURA 38	Croqui do mapa da vila	65
FIGURA 39	Croqui representando o parcelamento do solo no bairro Antônio Dias	66
FIGURA 40	Croqui representando a primeira fase da evolução tipológica do período	70
FIGURA 41	Croqui representando a segunda fase da evolução tipológica do período	70
FIGURA 42	Croqui representando a terceira fase da evolução tipológica do período	71
FIGURA 43	Croqui representando a quarta fase da evolução tipológica do período	73
FIGURA 44	Croqui da Igreja de Padre Faria	74
FIGURA 45	Croqui da matriz de Antônio Dias	75
FIGURA 46	Croqui da paisagem da Vila no período de 1696 a 1765	76
FIGURA 47	Rua Tiradentes em 1875-80, com a utilização de capistrana nas vias	80
FIGURA 48	Croqui representando o desenho ordenado da Praça e seu entorno	87
FIGURA 49	Croqui representando os eixos de expansão da cidade de Ouro Preto	88
FIGURA 50	Croqui representando corte da implantação no período	89
FIGURA 51	Croqui representando o parcelamento da Vila	90
FIGURA 52	Croqui do mapa da vila no período de 1765 a 1900	91
FIGURA 53	Croqui representando a primeira tipologia do período de 1765 a 1900	92
FIGURA 54	Croqui representando a segunda tipologia do período de 1765 a 1900	92
FIGURA 55	Croqui da “casa dos contos”	94
FIGURA 56	Croqui da “Casa de Câmara e Cadeia”	95
FIGURA 57	Croqui da Igreja São Francisco de Assis	97
FIGURA 58	Vila Rica no início do século XIX	99
FIGURA 59	Vila Rica no início do século XIX	100
FIGURA 60	Ouro Preto, então Vila Rica, em fins do século XIX	101
FIGURA 61	Vila Rica. Desenho de Thomas Ender, 1832	101
FIGURA 62	Igreja São Francisco de Assis e o antigo mercado em 1880	105
FIGURA 63	Loteamento Jardim Alvorada	108

FIGURA 64	A primeira imagem representa o lote com a capela, a segunda o projeto de loteamento submetido à aprovação e a terceira o projeto modificado pelo patrimônio	108
FIGURA 65	Imagem aérea do quarteirão com proposta de loteamento	109
FIGURA 66	Passo do Bom Jesus da Pedra Fria	109
FIGURA 67	Croqui representando o quarteirão da rua Getúlio Vargas	111
FIGURA 68	Mapa do zoneamento da cidade de Ouro Preto	113
FIGURA 69	Croqui representando os setores de ocupação da cidade e suas barreiras	115
FIGURA 70	Croqui representando o parcelamento do setor A	117
FIGURA 71	Croqui representando as transformações da tipologia do setor	118
FIGURA 72	Croqui representando o parcelamento do setor B	119
FIGURA 73	Vista da Igreja de Santa Efigênia	120
FIGURA 74	Vista da Igreja São Francisco de Assis	120
FIGURA 75	Croqui representando a tipologia residencial do setor B	121
FIGURA 76	Croqui da tipologia especializada do setor B, Capela São Sebastião	121
FIGURA 77	Croqui representando o parcelamento do setor C	123
FIGURA 78	Croqui representando a tipologia residencial do setor C	124
FIGURA 79	Croqui da tipologia especializada do setor C, Polícia Civil	124
FIGURA 80	Croqui da tipologia especializada do setor C, Fórum	124
FIGURA 81	Croqui representando o parcelamento do setor D	125
FIGURA 82	Croqui representando a tipologia residencial do setor D	126
FIGURA 83	Ouro Preto retratada por João Emanuel Pohl, em 1820	127
FIGURA 84	Ouro Preto em 1985	127
FIGURA 85	Vista geral da cidade nos anos 30	128
FIGURA 86	Vista geral da cidade nos anos 90	128
FIGURA 87	Igreja São Francisco de Paula	132
FIGURA 88	Rua Cônego Camilo Veloso	132
FIGURA 89	O “ponto focal” da Praça Tiradentes	133
FIGURA 90	“Edifício-barreira” situado na rua Carlos Tomaz	133
FIGURA 91	Silhueta da cidade	134
FIGURA 92	Rua São José e sua ondulação característica	134
FIGURA 93	Rua Conde de Bobadela	135
FIGURA 94	Largo da Matriz do Pilar	135
FIGURA 95	Grande Hotel de Ouro Preto	135
FIGURA 96	Homogeneidade sugerida pelas formas urbanas da cidade	135
FIGURA 97	A qualidade do alcance visual na cidade	138

FIGURA 98	A acessibilidade visual	138
FIGURA 99	Leitura geométrica de Ouro Preto	142
FIGURA 100	Croqui de implantação da Igreja do Senhor Bom Jesus	144
FIGURA 101	Igreja do Senhor Bom Jesus	144
FIGURA 102	Croqui de implantação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	144
FIGURA 103	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	144
FIGURA 104	Croqui de implantação da Igreja de Nossa Senhora do Pilar	145
FIGURA 105	Igreja de Nossa Senhora do Pilar	145
FIGURA 106	Croqui de implantação da Praça Tiradentes	146
FIGURA 107	Praça Tiradentes	146
FIGURA 108	Croqui de implantação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	146
FIGURA 109	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	146
FIGURA 110	Liceu de Arte e Ofícios	148
FIGURA 111	Vista da silhueta da cidade nos anos 30	152
FIGURA 112	Vista da silhueta da cidade nos anos 90	152
TABELA 1	Distâncias da sede de Ouro Preto a centros urbanos	23
TABELA 2	População residente em Ouro Preto	26
TABELA 3	População ocupada por setores econômicos em 200	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCAN	Alumínio Minas Gerais S/A
APM	Arquivo Público Mineiro
CMOP	Câmara Municipal de Ouro Preto
DPHAN	Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FJP	Fundação João Pinheiro
GT	Grupo Técnico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAC	Instituto de Filosofia, Artes e Cultura
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade federal de Ouro Preto
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZPAM	Zona de Proteção Ambiental
ZPE	Zona de Proteção Especial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A ESTRUTURA URBANA DE OURO PRETO	22
1.1 A cidade de Ouro Preto	22
1.1.1 Localização	22
1.1.2 Características geográficas	23
1.1.3 Hidrografia	25
1.1.4 Clima	25
1.1.5 Caracterização sócio-econômica	25
1.1.6 Valor Histórico	26
1.2 A estrutura urbana	28
1.3 Tecidos urbanos	32
1.3.1 Tecido 1	34
1.3.2 Tecido 2	36
1.3.3 Tecido 3	38
1.3.4 Tecido 4	40
1.3.5 Tecido 5	42
2 A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE OURO PRETO	44
2.1 A ocupação do território das Minas	44
2.2 A fundação: primeiros arraiais e sua consolidação 1696 a 1765	47
2.2.1 Dados históricos	47
2.2.2 Regulamentações urbanas	53
2.2.3 Implantação	59
2.2.4 Tipologia	65
2.2.4.1 Parcelamento	66
2.2.4.2 Tipologia edilícia	67
2.2.4.2.1 Tipologia residencial	69
2.2.4.2.2 Tipologia especializada	73
2.2.5 Paisagem	75
2.3 O primeiro declínio e a fase de estagnação: 1765 a 1900	77
2.3.1 Dados históricos	77
2.3.2 Regulamentações urbanas	83
2.3.3 Implantação	86

2.3.4	Tipologia	89
2.3.4.1	Parcelamento	89
2.3.4.2	Tipologia edilícia	91
2.3.4.2.1	Tipologia residencial	91
2.3.4.2.2	Tipologia especializada	94
2.3.5	Paisagem	97
2.4	O segundo declínio e a fase de expansão: 1900 a 2006	102
2.4.1	Dados históricos	102
2.4.2	Regulamentações urbanas	105
2.4.3	Implantação	114
2.4.4	Tipologia: Núcleo Histórico – Setor A	117
2.4.4.1	Parcelamento	117
2.4.4.2	Tipologia edilícia	118
2.4.4.2.1	Tipologia residencial	118
2.4.5	Tipologia: Ocupação de encosta – Setor B	119
2.4.5.1	Parcelamento	119
2.4.5.2	Tipologia edilícia	120
2.4.5.2.1	Tipologia residencial	120
2.4.5.2.2	Tipologia especializada	121
2.4.6	Tipologia: Ocupações do setor sul – Setor C	122
2.4.6.1	Parcelamento	122
2.4.6.2	Tipologia edilícia	123
2.4.6.2.1	Tipologia residencial	123
2.4.6.2.2	Tipologia especializada	124
2.4.7	Tipologia: Ocupações do setor sul – Setor D	125
2.4.7.1	Parcelamento	125
2.4.7.2	Tipologia edilícia	126
2.4.7.2.1	Tipologia residencial	126
2.4.8	Paisagem	126
3	A PAISAGEM URBANA	130
3.1	Qualidades do espaço	131
3.1.1	Sensações e caracterização do espaço	131
3.1.2	Qualidades de identificação e leitura do espaço	136
3.1.3	Qualidades artísticas ou de composição do espaço	140
3.2	A ação dos órgãos de preservação	147

CONCLUSÃO	155
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICE A Glossário	173
APÊNDICE B Análise da paisagem	179

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento das cidades está relacionado às mudanças ocorridas nas atividades econômicas, sociais, tecnológicas, políticas, assim como nas características culturais. As cidades são compostas por camadas herdadas de diferentes fases de seu desenvolvimento (OZO, 2009), como um palimpsesto¹ que armazena em suas páginas resquícios de diversos manuscritos de períodos diferentes. Estas camadas representam o testemunho da história das constantes mudanças amalgamadas ao longo do tempo, refletidas na estrutura física da cidade. A identificação destas camadas possibilita o reconhecimento do tecido urbano² original, assim como das mudanças contemporâneas, permitindo a preservação dos elementos físicos que representam as raízes do desenvolvimento das cidades, juntamente com seus aspectos culturais. Porém, o processo de mudança tem ocorrido, em geral, impactando o tecido antigo, gerando conflitos na conservação das características físicas legadas pelas primeiras ocupações. O impasse que se observa é que a sobreposição de camadas não tem ocorrido respeitando as já existentes, levando ao conflito entre os tecidos antigos e novos, entre a preservação e o desenvolvimento.

Assim, a qualidade da paisagem das primeiras camadas tem sido descaracterizada em função dos processos de desenvolvimento e principalmente pela expansão do tecido urbano das cidades históricas. Portanto este crescimento, de um modo geral, impacta diretamente os seus centros históricos, tanto no que diz respeito à sua paisagem, pela introdução de novas volumetrias, tipologias e coeficiente das áreas verdes das novas edificações, quanto ao seu tecido urbano através do parcelamento do solo e a implantação da edificação no lote. Com a crescente necessidade de intervenções no tecido urbano e regulamentações na arquitetura em geral, devido, principalmente, ao crescimento acelerado dos núcleos urbanos, a importância e a urgência do estudo morfológico das cidades como princípio de toda ação de preservação, principalmente em cidades históricas, se revelam indiscutíveis. Através do estudo da Morfologia Urbana é possível compreender a evolução de uma cidade, perceber os elementos que impulsionaram sua formação, seu processo de desenvolvimento, desde sua instalação até os dias atuais, incluindo aspectos de tipologia, volumetria, parcelamento do solo, diálogo público/privado, paisagem, entre outros. Através deste estudo, a cidade pode ser lida e analisada por meio da sua forma física (MOUDON, 1997),

¹ Um palimpsesto é uma página manuscrita, pergaminho ou livro cujo conteúdo foi apagado (mediante lavagem ou raspagem) e escrito novamente, normalmente nas linhas intermediárias ao primeiro texto ou em sentido transversal. Harvey (2006, p. 69) afirma neste sentido que “o pós-modernismo cultiva, [...], um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras [...]”

² Ver definição no glossário – APÊNDICE A.

possibilitando o reconhecimento das diversas camadas. Devido aos fatores mencionados acima, a investigação da Morfologia Urbana tem se tornado tema de interesse crescente, principalmente no que diz respeito ao estudo da conservação da paisagem de cidades históricas e a investigação de suas qualidades. Através da morfologia urbana, o espaço urbano passa a ser considerado como objeto arquitetônico em relação à escala da cidade. Esta passa a ser vista, assim, como uma estrutura de formas físicas dinâmicas, definidas por sua história, nas quais estes aspectos são alguns dos elementos que compõem o estudo morfológico, devendo, portanto, ser considerados no conteúdo das intervenções urbanísticas. O tema da qualificação da paisagem também possui relevância para o estudo da dinâmica das cidades e, principalmente, para o estudo da morfologia urbana, uma vez que seus indicadores contribuem para a leitura do espaço construído.

O interesse pelos mapas é demonstrado, em meados do século XVIII, pelo topógrafo Giovan Battista Nolli, que desenhou o mapa completo da cidade de Roma, a pedido do papa Clemente XII. Como representação da cidade e de seus componentes, Nolli utilizou a técnica da figura-fundo, que facilitaria a identificação e a leitura das relações dos elementos morfológicos que constituem os tecidos urbanos, como, por exemplo, a relação entre “[...] domínios públicos, semipúblicos dos grandes edifícios e privado, assim como outras relações morfológicas importantes como distâncias e acessibilidade, ou relação entre cheios e vazios” (DEL RIO, 1990, p. 74). No decorrer do século XIX, o interesse pelos mapas como meio de entender a história das cidades já era latente. Na França, Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy (1755 – 1849), a partir da observação do processo de transformação das cidades através de mapas, pode ler a sua evolução histórica. Na Alemanha, o historiador Johannes Fritz foi o primeiro estudioso reconhecido a utilizar os mapas na interpretação da história das cidades, influenciando, assim, outros autores como Kretzchmar, Keyser, Schlüter. Impulsionado por esses estudos, no intuito de investigar a estrutura física e espacial da cidade, a Morfologia Urbana, em meados do século XX, é apresentada como campo de estudo, principalmente por europeus interessados em estabelecer uma metodologia para sua análise (ROSANELI; SHACH-PINSKY, 2008).

A investigação da Morfologia Urbana realizada em diferentes locais e com diferentes enfoques possibilitou o desenvolvimento de diferentes linhas de pensamento, a partir do qual é possível identificar as principais correntes ou escolas que abrangem o assunto, sendo estas a Inglesa e a Italiana. A primeira foi inicialmente desenvolvida por geógrafos, sendo destacada a atuação de M. G. R. Conzen, e está focada no estudo das transformações ocorridas nas cidades, ao longo do tempo. A identificação das modificações no parcelamento do solo, principalmente relacionados às divisões de lotes e quarteirões, possibilita a leitura da evolução urbana de uma cidade. A partir deste estudo, em

determinados períodos de tempo, é possível reconhecer tipos³ recorrentes na forma urbana, ou seja, padrões que se repetem, principalmente referentes ao parcelamento do solo. “Os períodos morfológicos nos quais ocorreram as transformações são definidos em função de uma determinada época histórica cujos reflexos econômicos e culturais produziram modificações no espaço” (PEREIRA COSTA, 2004, p. 143).

A Escola Italiana, diferentemente da Inglesa, foi desenvolvida por arquitetos como Saverio Muratori e Gianfranco Caniggia, e direciona a análise da morfologia urbana a partir da escala arquitetônica, investigando como estes espaços deveriam ser construídos e projetados. O foco de investigação será, portanto, nas teorias de desenho urbano e arquitetônico, principalmente o estudo das tipologias edilícias sejam estas especializadas ou básicas,⁴ “por compreenderem que as cidades são compostas, na maior parte das vezes, por elementos tipológicos, que, reunidos, formam tecidos urbanos” (PEREIRA COSTA, 2004, p. 143). Os edifícios são entendidos como uma adaptação de tipos anteriores, ou seja, como um produto de aprendizagem, que permite compreender o processo tipológico do tecido urbano.

A Escola Francesa de Morfologia Urbana, baseada principalmente na Escola de Arquitetura de Versalhes, é representada por Jean Castex, Michael Darin e Philippe Panerai, sendo desenvolvida posteriormente às duas primeiras, nos últimos anos da década de 1960, por arquitetos e alguns sociólogos que possuíam informações sobre a escola Italiana. O interesse desta Escola estava pautado nos estudos dos aspectos sociais da cidade, tanto da arquitetura quanto do urbanismo. Além disso, eram críticos das teorias, principalmente da ação do movimento moderno e o seu impacto nas formas urbanas.

Assim, o estudo da morfologia urbana é imprescindível como instrumento para elaboração das políticas de preservação, principalmente de cidades históricas. Essas políticas têm ocupado papel de grande importância na gerência destas cidades, cuja idéia de conservação do patrimônio tem sido objeto de várias transformações ao longo dos séculos. Primeiramente valorizava-se o monumento histórico isolado, sem considerar o seu entorno e a morfologia onde está inserido, ou seja, o patrimônio é como um elemento autônomo na cidade, de características excepcionais – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado baseado neste conceito de patrimônio. A idéia de valorização de monumento isolado é enfatizada por Castriota (1999a, p. 135):

De fato, inicialmente, concebia-se o patrimônio arquitetônico como uma espécie de “coleção de objetos”, identificados e catalogados por peritos

³ Ver definição no glossário – APÊNDICE A.

⁴ Ver definição no glossário – APÊNDICE A.

como representantes significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, passando os critérios adotados aqui normalmente pelo caráter de excepcionalidade da edificação, à qual se atribuía valor histórico e/ou estético.

Este aspecto pode ser facilmente percebido, na França, na figura de Haussmann, que, como prefeito da cidade, destrói parte de sua malha urbana em nome da higiene, do trânsito e da valorização de alguns excepcionais monumentos, atendendo aos ideais de modernização da época e aos valores da burguesia. Haussmann afirmava:

[...] cite pelo menos um monumento antigo digno de interesse, um edifício precioso para a arte, curioso por suas lembranças, que minha administração tenha destruído, ou de que ela se tenha ocupado senão para desobstruí-lo e dar-lhe o maior valor e a mais bela perspectiva possível (CHOAY, 2001, p. 175).

Assim, nota-se a preocupação com o critério de valorização apenas do caráter excepcional, não reconhecendo a importância da preservação do conjunto urbano. A ampliação do conceito de conservação do monumento histórico para sua conservação e a de seu entorno vai ser marcada pela figura de Gustavo Giovannoni (1873 – 1947), que afirmava que, na maioria dos casos, “isolar ou destacar um monumento é o mesmo que multá-lo, pois o entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial” (CHOAY, 2001, p. 201). Assim, a “fase de consagração” do monumento histórico chega ao fim por volta da década de 1960. Pode-se citar também como marco histórico desta evolução a Carta de Veneza que, em 1964, expande o conceito de monumento histórico, considerando o monumento inseparável do meio em que está inserido, sendo este conceito expresso no artigo 1º:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [200-]b, p. 1).

Porém, percebe-se que este conceito ampliado de patrimônio não é levado em consideração, principalmente no que diz respeito à paisagem. As novas áreas, que, em geral, não são tombadas, não possuem uma legislação de Uso e Ocupação do Solo que considere as qualidades da paisagem como elemento de preservação nos núcleos históricos. Neste sentido, Castriota (1998, p. 3) defende que a cidade deve ser pensada como um “patrimônio ambiental”, considerando os aspectos históricos e culturais da paisagem urbana, devendo esta ser priorizada em relação à preservação apenas dos monumentos excepcionais isolados.

O fio condutor desta pesquisa é a investigação do desenvolvimento das novas formas urbanas originadas pela acelerada expansão das cidades, assim como das formas tradicionais do centro histórico da cidade de Ouro Preto, situada no estado de Minas Gerais. O dilema entre a tradição e a modernidade é um tema recorrente principalmente nas cidades coloniais mineiras. Estas possuem um núcleo histórico a ser preservado e as propostas de expansão devem levar em consideração a manutenção da qualidade da paisagem do centro histórico, respeitando seus edifícios, seus tecidos urbanos, ou seja, suas características morfo-tipológicas.

O tema proposto possibilitará conduzir a pesquisa a objetivos gerais, tais como, discussão dos impactos do crescimento acelerado das cidades históricas e a análise crítica dos conceitos de conservação das qualidades da paisagem. Além destes, pretende-se atingir objetivos específicos, que estão diretamente ligados ao estudo da cidade de Ouro Preto, sendo estes: reconhecimento da estrutura urbana da cidade, aplicação da metodologia do estudo da morfologia urbana das diferentes escolas, principalmente aqueles ligados a investigação dos fatores históricos e geográficos que determinaram a ocupação da área do objeto de estudo, a análise das normas urbanísticas vigentes na cidade tanto para o núcleo histórico quanto para as novas expansões, a identificação dos diversos tecidos urbanos presentes na cidade, o registro dos tipos edilícios existentes em cada tecido urbano, a investigação das qualidades da paisagem presentes no núcleo histórico, além da análise das ações dos órgãos públicos para manutenção e conservação desta paisagem.

A criação do SPHAN em 1937 foi fundamental para sustentar o projeto modernista do Estado Novo, no intuito de “criar” um passado para a nação, sendo necessário eleger algumas edificações e monumentos a serem tombados como patrimônio nacional. A cidade de Ouro Preto, neste contexto, foi eleita como símbolo nacional, e, em 1938, seu tombamento como patrimônio nacional veio tentar assegurar a preservação do conjunto, ou seja, a autenticidade da arquitetura colonial barroca. Em 1980, tornou-se o primeiro bem cultural brasileiro inscrito na lista do Patrimônio da Humanidade estabelecida pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

Porém, a cidade de Ouro Preto está sob a influência constante do crescimento desordenado o que gera uma descaracterização, principalmente da paisagem da área tombada. Esta situação foi impulsionada principalmente pelo desenvolvimento da indústria de alumínio na cidade, em 1945, que exigiu novas habitações – com padrão diferenciado do núcleo histórico – e, conseqüentemente, maior infra-estrutura urbana. Esta expansão vem acompanhada do surgimento de obras irregulares, além do agravamento da situação do trânsito, que também ameaça a paisagem como um todo. Diante desta exposição, o

problema que se descortina para desenvolvimento da pesquisa é o conflito existente entre as formas de ocupação do solo urbano e as conseqüências geradas no aspecto da qualificação da paisagem tanto do núcleo histórico quanto de seu entorno.

Sendo assim, a proposta de pesquisa aqui descrita se fundamenta na hipótese de que as novas expansões urbanas não mantêm correspondência morfo-tipológica com o tecido urbano tradicional. A qualidade da imagem urbana do núcleo histórico não tem sido respeitada e nem mesmo avaliada como meio de embasamento para futuras intervenções, assim como para elaboração de planos urbanos. A ausência do diálogo entre as diversas formas urbanas provoca perdas na identidade do caráter histórico da cidade como um todo. Conzen (1981b, p. 59) relata neste sentido: “[...] the progressive effacement of historical townscapes represents an irreparable cultural loss to the community [...]”⁵

A relevância do tema se justifica pela importância da área em estudo como memória e identidade de um patrimônio não somente nacional, mas mundial. Além disso, a escolha da cidade de Ouro Preto foi permeada pela preocupação com a expansão desordenada, reforçada pela grande “invasão” dos turistas, tanto aqueles que se hospedam na cidade como, principalmente, os que adquirem ou aí constróem seus imóveis, contribuindo, assim, para uma constante modificação da estrutura da cidade como um todo. Isso ocorre tanto no que diz respeito à mudança de uso de alguns edifícios, geralmente residenciais transformados em comerciais, quanto no desenvolvimento de bairros novos, implicando em novos parcelamentos do solo. A especulação imobiliária e a marcante presença da mídia na cidade colaboram neste aspecto, reforçando a característica econômica prevalecente no desenvolvimento das cidades e na conservação do patrimônio.

[...] se esse processo de transformação acompanha a história das cidades, com cada geração intervindo sucessivamente no tecido preexistente que recebe como herança, com a vitória do capitalismo, e, principalmente, com o desenvolvimento mais recente, passa a predominar na ocupação urbana quase que unicamente o valor econômico-especulativo, em detrimento de todos os outros valores humanos, simbólicos, políticos, etc (CASTRIOTA, 1998, p. 3).

Devido ao dinamismo característico da paisagem urbana, não se pode impedir o desenvolvimento da cidade e sua renovação, porém, é necessário orientá-lo para que o meio ambiente urbano cresça de forma equilibrada, fazendo com que os interesses econômicos de determinadas classes não prevaleçam sobre os da coletividade. Nesse sentido Castriota (1998, p. 3) acrescenta que, para conservar a cidade histórica, não é necessário “congelar a vida, ou transformar as cidades em museus, mas em pensar na

⁵ “[...] a progressiva destruição da paisagem urbana histórica representa uma perda cultural irreparável para a comunidade [...]” (Tradução da autora).

preservação e melhoria da qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas históricas quanto aquelas mais novas.” Assim, faz-se necessário um estudo detalhado da dinâmica da morfologia urbana da cidade de Ouro Preto, e, conseqüentemente, de sua legislação, assim como das qualidades da paisagem do núcleo, como meio fundamental para a elaboração dos instrumentos urbanísticos, e direcioná-los de forma a priorizar o valor social, cultural e histórico da paisagem da cidade.

Como embasamento teórico para desenvolvimento da pesquisa no que diz respeito à análise do desenvolvimento histórico tanto da cidade quanto da capitania de Minas Gerais, foram pesquisadas referências como Lima Júnior (1955, 1956, 1957, 1962, 1978), Holanda (1995, 2008a, 2008b), Vasconcellos (1959, 1968, 1977, 1978/9, 1983), Bazin (1971), Salles (1965), Delamare (1955), Barreto (1996), Carvalho (1921a, 1921b) entre outros, que contribuíram para compreensão dos dados históricos que foram refletidos na forma urbana. Enfatiza-se o legado de Vasconcellos devido ao grande número de publicações que refletem sobre a formação da cidade de Ouro Preto, assim como sobre aspectos relativos à arquitetura colonial em geral. Para embasar a questão histórica e também de descrição de costumes, práticas sociais, edifícios e paisagens, foi analisado o depoimento de alguns dos viajantes que estiveram na cidade de Ouro Preto principalmente no século XIX, sendo eles: Burton (1976), D'orbigny (1976), Luccock (1942), Mawe (1978), Pohl (1976), Rugendas (1979), Saint-Hilaire (1975).

Com relação à legislação vigente em cada período, a contribuição foi realizada pesquisando bibliografias como Ordenações Filipinas, posturas da Câmara de Ouro Preto, revisão da Lei complementar nº 29 de 28 de dezembro de 2006, realizada em 2007-2008 (lei de uso e ocupação do solo), Portaria nº122 de 2004, Código de Posturas de Ouro Preto, além dos autores Delson (1979), Borrego (2004), Marx (1991, 1990/2) e Eschwege (1979). O livro “Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial” de Borrego (2004) foi fundamental para embasar as normas vigentes nas primeiras décadas do século XVIII, ao apresentar detalhadamente questões relativas às políticas metropolitanas, às obras públicas, ao parcelamento territorial e à configuração espacial, sendo que estes dois últimos temas são também tratados por Marx (1991).

A partir de Motta (1987) e Vieira (2006), foi embasada a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade de Ouro Preto, através da análise crítica das diretrizes de intervenção deste órgão, principalmente no que diz respeito à manutenção do estilo colonial. As características do urbanismo barroco na cidade são investigadas por Baeta (2002b) e Bittencourt (1994), além disso, a ordem geométrica de eixos virtuais

estabelecida entre os principais edifícios sobreposta à organicidade da cidade foram baseadas nas análises de Souza (2000) e Bittencourt (1999).

A morfologia urbana será fundamentada no trabalho de Conzen (1981b), que analisa a paisagem histórica em cidades da Inglaterra a partir do estudo morfológico; Cannigia e Maffei (2001), que analisam sistematicamente o ambiente construído em várias escalas, focando na leitura da determinação da forma, da composição, da estrutura e uso dos edifícios, além da estruturação dos tecidos, dos organismos urbanos e na extensão do território; Whitehand (2001), que investiga a tradição Conzeniana, suas idéias, influências e pesquisas recentes; e Moudon (1997, p. 7), a partir do qual a pesquisa terá como base os seus três princípios para a análise morfológica – resolução, produto e tempo:

Urban form is defined by three fundamental physical elements: Buildings and their related open spaces, plots or lots, and streets. Urban form can be understood at different levels of resolution. Commonly, four are recognized/lot, the street/block, the city, and the region. Urban form can only be understood historically since the elements of which it is comprised undergo continuous transformation and replacement.⁶

A questão da paisagem urbana é estudada por autores como: Lynch (1997) que analisa três cidades norte-americanas a partir da sua qualidade visual; Lynch (1990), apresentando uma coletânea dos trabalhos do próprio autor, desde sua biografia, passando por suas publicações e trabalhos investigativos até seus legados para o meio acadêmico; Lynch (2007), que investiga a questão lançada pelo autor: “O que faz com que uma cidade seja uma boa cidade?” (LYNCH, 2007, p. 7); Cullen (2006), que estuda a leitura da cidade através das sensações que estas nos causam; e Bentley (1999), sendo que o trabalho de ambos - Cullen (2006) e Bentley (1999) - contribui para a investigação da qualidade do ambiente urbano, abordando conceitos relativos à compreensão do espaço, assim como à sua aplicação prática. Além destes autores, o arquiteto Sitte (1992), em seu livro “A construção das cidades segundo seus princípios artísticos,” explora a questão estética da cidade, sendo esta considerada uma obra de arte. A partir desta visão, o autor desenvolve a investigação de praças e conjuntos urbanos antigos, no intuito de revelar as qualificações urbanas destes ambientes a partir dos quais causam efeitos estéticos. O significado de paisagem utilizado na dissertação terá como base o conceito desenvolvido por Macedo (1993, p. 8):

⁶ “A forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: edifícios e sua relação com o espaço público, lotes e ruas. A forma urbana pode ser entendida em diferentes níveis de resolução. Normalmente, quatro são reconhecimento/lote, rua /quartirão, a cidade e a região. A forma urbana somente pode ser entendida historicamente desde que os elementos que a compõem suportem contínuas transformações e substituições.” (Tradução da autora).

A paisagem é considerada, então, como produto e como um sistema; como um produto porque é resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território; e como um sistema, na medida em que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, no caso, equivalente ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total.

A presente dissertação é constituída de três capítulos de desenvolvimento do tema – estrutura urbana, evolução urbana e paisagem –, finalizando com a conclusão da pesquisa. Na estrutura urbana serão analisados aspectos referentes à situação da cidade em 2009, tanto aqueles relacionados às características geográfica, sócio-econômica, hidrografia, entre outros, quanto à análise da própria estrutura urbana. Esta investigação permite a leitura da dinâmica da cidade em termos das articulações viárias e da identificação de tecidos. Esta última etapa do capítulo utilizará como base a metodologia empregada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na formulação de planos diretores, na pesquisa intitulada “Planos diretores participativos e conceitos de paisagem”. Esta descreve que a cidade é formada por vários tecidos urbanos que podem ser assim definidos:

Para a identificação de um tecido urbano, consideram-se as características gerais de seus elementos construídos, o modelo de assentamento no solo, o número de pavimentos e o uso resultantes deste modelo. Ressaltam-se as características do estilo arquitetônico e o uso dos materiais de revestimento que constituem produtos da sociedade materializados através do tempo (PEREIRA COSTA, 2007b, p. 5).

Para se identificarem os tipos de tecidos existentes na malha urbana da cidade de Ouro Preto, a partir dos critérios descritos acima, foi necessário, primeiramente, realizar um trabalho de campo,⁷ assim como analisar fotos aéreas e mapas da cidade que colaboraram para esta identificação. Após essa análise, foi registrado um modelo, um tipo urbanístico representativo de cada tecido, relacionado à sua implantação no terreno e à tipologia edilícia.

A forma urbana analisada no capítulo II é produto da ação social refletida no meio físico ao longo do tempo, sendo que esta ação pode ser caracterizada principalmente pela aplicação das legislações vigentes em cada período de formação da cidade, originando, assim, os tecidos urbanos. Para a compreensão do surgimento destes tecidos e das regulamentações urbanas que impulsionaram o desenvolvimento da forma urbana de Ouro Preto, o terceiro capítulo investiga a evolução urbana da cidade, dividida em períodos cronológicos distintos: a fundação: primeiros arraiais e sua consolidação, 1696 a 1765; o primeiro declínio e a fase de estagnação, 1765 a 1900; o segundo declínio e a fase de expansão, 1900 a 2006. Para cada período foram analisados os dados históricos, as regulamentações urbanas, a

⁷ O trabalho de campo realizado gerou uma matriz que identificou as características de cada bairro da cidade, possibilitando o agrupamento daqueles que possuíam aspectos semelhantes para constituírem um tecido. A matriz encontra-se no Apêndice B.

implantação da cidade, as tipologias – parcelamento e tipologias edilícias – além da paisagem gerada pela inter-relação de todos estes fatores.

A paisagem urbana de Ouro Preto e principalmente, suas qualidades serão investigadas no capítulo III, com a aplicação de conceitos e teorias que possibilitam a compreensão do espaço físico a partir de seu efeito estético e artístico. A análise da qualidade deste espaço urbano visa, também, apontar os indicadores que agregam o valor e a importância do núcleo histórico, possibilitando a preservação da dimensão histórica e artística da paisagem da cidade.

A partir das análises desenvolvidas nos três capítulos espera-se que esta dissertação contribua para os estudos sobre a temática da morfologia urbana, assim como da qualificação da paisagem, uma vez que as pesquisas sobre o assunto colaboram para a fundamentação das tomadas de decisão com relação à conservação de conjuntos urbanos históricos.

1 A ESTRUTURA URBANA DE OURO PRETO

A estrutura urbana da cidade será apresentada primeiramente sobre o ponto de vista das características físicas, ambientais, econômicas e sociais, o que possibilitará compreender a situação de Ouro Preto no contexto mineiro. Posteriormente a análise será realizada a partir de dois enfoques complementares, sendo o primeiro sob o ponto de vista da estrutura viária e o segundo a partir do estudo dos tecidos urbanos. A análise da estrutura urbana permitirá a realização de diagnóstico atual da dinâmica da cidade de Ouro Preto.

1.1 A cidade de Ouro Preto

1.1.1 Localização

O município de Ouro Preto está localizado no estado de Minas Gerais, na serra do Espinhaço, na região denominada “Zona Metalúrgica de Minas Gerais”, a sudeste do quadrilátero ferrífero. Suas coordenadas geográficas são latitude sul 20° 23’ 28” e longitude oeste 43° 30’ 20.”



FIGURA 1 - Mapa de localização do município de Ouro Preto no Estado de Minas Gerais.
Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, [200-].

Os limites do município ocorrem ao norte com as cidade de Itabirito e Santa Bárbara, ao sul com Ouro Branco, Catas Altas da Noruega, Piranga e Itaverava, a leste com Mariana e a oeste com Belo Vale e Congonhas (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, [200-]). Os principais acessos até a sede da cidade são realizados através das BR-356 e BR-030, conforme a tabela das distâncias dos principais centros urbanos até Ouro Preto.

TABELA 1

DISTÂNCIAS DA SEDE DE OURO PRETO A CENTROS URBANOS

Sede	Distâncias rodoviárias (em Km)
Belo Horizonte	89
Vitória	445
Rio de Janeiro	475
São Paulo	675
Brasília	840

Fonte: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, [200-].

O município de Ouro Preto, cuja sede é a cidade de Ouro Preto, é constituído por 13 distritos: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Chapada, Engenheiro Corrêa, Lavras Novas, Glaura, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu, totalizando uma área de 1.245,11 Km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [200-]).

1.1.2 Características geográficas

O município possui uma área total de 1.245,11 km² e encontra-se a uma altitude máxima de 1.891 metros, na divisa com o município de Santa Bárbara e uma altitude mínima de 989 metros na foz do rio Maracujá (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, [200-]), sendo que a parte central da cidade de Ouro Preto possui 1.160 metros. O destaque de seu relevo é o pico do Itacolomi, com 1.722 metros de altitude, que teve como função servir de marco referencial para orientar muitos bandeirantes no século XVIII e que pertence ao Parque Estadual do Itacolomi. Seu relevo é predominantemente montanhoso - em torno de 55% do território municipal -, apresentando ainda terrenos ondulados -40%- e planos -5%- (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, [200-]).



FIGURA 2 - Pico do Itacolomi
Fonte: RICHTER, 1999, p. 9.

Percebe-se a importância da geologia do município de Ouro Preto a partir da grande exploração mineral e, também, do nome da cidade, que demonstram uma forte referência geológica, o que, com solo tão rico, induziu a ocupação de seu território. Na região existem praticamente todos os tipos de minerais que constituem o quadrilátero ferrífero, tais como gnaisses, filitos, xistos, quartzo-xistos, quartzitos, itabiritos, calcários, anfibolitos e esteáticos, além dos minerais ferríferos, amplamente explorado por grandes empresas.

A ação milenar das águas pluviais sobre as rochas que constituem a formação geológica desta área fez através dos séculos, com que o ouro que continha em seus filões fosse roído e concentrado no leito dos córregos, no fundo dos vales e nas depressões situadas nas encostas das montanhas. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975, p. 10).

O topázio imperial⁸ possui importância destacada por sua escassez e elevado valor comercial, pois a sua exploração no município é reconhecida como o único local no qual este mineral é extraído de forma viável à comercialização.

⁸ O topázio imperial é um mineral do sistema ortorrômbico, que ocorre na natureza em forma de prismas com estrias longitudinais, clivagem basal, dureza 8 (na escala de Mohs), densidade entre 3,4 e 3,6 e brilho vítreo. Ocorre numa grande variedade de cores, do amarelo ao vermelho, passando por nuances intermediárias, como o rosa e o lilás. Mais raros, estes últimos são característicos da Mina do Capão. O topázio imperial só ocorre em Ouro Preto e as ocorrências existentes não ultrapassam os limites do seu município. Esta região é a única fornecedora desta gema em escala comercial. (TOPÁZIO IMPERIAL, [200-]).

1.1.3 Hidrografia

O município de Ouro Preto pertence à bacia hidrográfica do rio São Francisco e a do rio Doce. Os principais rios da região são: o rio das Velhas, sendo sua nascente localizada na cachoeira das Andorinhas, no município de Ouro Preto, e o Ribeirão do Funil, que percorre a cidade de leste a oeste e cuja nascente está próxima ao local denominado Venda Nova. Este ribeirão “depois de tomar, sucessivamente as denominações de Ribeirão do Carmo e Rio do Carmo, deságua no Rio Piranga” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975, p.10). Os rios da região estão submetidos às chuvas de verão, portanto têm seus níveis mais elevados nos meses de janeiro e fevereiro. Os índices pluviométricos médios anuais desta região estão em torno de 1.670,3 mm (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, [200-]), o que indica uma cidade com períodos chuvosos significativos.

1.1.4 Clima

O município encontra-se inserido em uma região montanhosa, possuindo um clima denominado tropical de altitude. Este é constituído por temperaturas médias anuais de 17,4°C, sendo a mínima média de 13,1°C e a máxima média de 22,6°C, podendo atingir 6°C em julho e 28°C em janeiro. As chuvas ocorrem no verão, durante os meses de dezembro a março, sendo o inverno seco, podendo ocorrer geadas em junho e julho. As médias de temperatura nesta região são mais baixas se comparadas às dominantes no Estado mineiro, pois o relevo constitui importante fator no condicionamento do clima. No inverno, este elemento influencia a queda brusca da temperatura, e no verão a elevada altitude funciona como barreira à umidade, contribuindo para o aumento do período de chuvas.

1.1.5 Caracterização sócio-econômica

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, Ouro Preto possui um total de 65.731 moradores, sendo 55.823 destes residentes em áreas urbanas e 9.908 em áreas rurais. Percebe-se, então, que 84,92% da população do município reside nas regiões urbanizadas. O quadro abaixo demonstra a tendência positiva de crescimento urbano populacional de Ouro Preto, ao passo que o rural apresenta uma redução significativa. A primeira estatística pode ser comprovada ainda pela estimativa do

IBGE para o ano de 2008 de uma população total de 69.251 (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, [200-]).

TABELA 2

POPULAÇÃO RESIDENTE EM OURO PRETO

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	31.883	14.282	46.165
1980	37.964	15.446	53.410
1991	48.150	14.364	62.514
2001	55.823	9.908	65.731
2008(1)			69.251

Fonte: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, [200-].

As principais atividades econômicas da cidade estão ligadas à indústria extrativa de minério e pedras e ao serviço. O primeiro setor é constituído principalmente pela indústria metalúrgica, que representa 26,74% da população ocupada e o segundo setor pelos estabelecimentos que atendem, sobretudo, ao turismo na cidade, como hotéis e restaurantes, que ocupam um total de 52,83% da população.

TABELA 3

POPULAÇÃO OCUPADA POR SETORES ECONÔMICOS EM 2000

SETORES	No. DE PESSOAS
Agropecuário, extração vegetal e pesca	1.980
Industrial	6.812
Comércio de Mercadorias	3.220
Serviços	13.454
TOTAL	25.466

Fonte: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, [200-].

1.1.6 Valor histórico

As riquezas presentes em seu solo induziram a ocupação da cidade, principalmente no século XVIII, e impulsionaram seu novo desenvolvimento em meados do século XX. Portanto, o valor histórico da cidade está intimamente ligado ao valor das riquezas minerais que possibilitaram a formação da cidade e sua conseqüente evolução.

A cidade foi tombada em 1938 pelo IPHAN, depois de ser declarada Monumento Nacional, em 1933. Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1980. Pode ser considerada um dos mais importantes

acervos da expressão barroca no mundo, devido, principalmente, ao seu conjunto arquitetônico e às suas manifestações culturais. A arquitetura é constituída principalmente por casario do século XVIII, além das igrejas que pontuam sua paisagem urbana, sendo valorizada, ainda, pelo relevo acidentado da região. No sobe e desce das ladeiras da cidade, esta se revela ao observador à medida que este caminha, não oferecendo grandes visadas do conjunto, exceto nos seus pontos mais altos.



FIGURA 3 - Vista lateral da Igreja de Santa Efigênia

Fonte: Acervo da autora, 2009.

Nota: Em primeiro plano a Igreja de Antônio Dias, à esquerda a Igreja São Francisco de Assis, logo acima a Praça Tiradentes com as torres da Igreja do Carmo e do Museu da Inconfidência e à direita no alto, a Igreja Nossa Senhora das Mercês.

Este fator colabora para a constituição do valor cênico da cidade à medida que enfatiza, inicialmente, a observação de cada unidade, ou seja, cada residência e igreja individualmente, e, posteriormente, permite-se a leitura do conjunto formado pela massa construída e o vazio das vias e áreas verdes. O turismo, na cidade, é atraído pelo seu valor histórico, pois grande parte dos pontos turísticos são constituídos por igrejas, museus e casas de personagens ilustres da história da cidade.

1.2 A estrutura urbana

É possível identificar a forte influência do sítio natural na conformação da forma urbana de Ouro Preto, desde os primeiros relatos de ocupação de seu território. O relevo e a hidrografia condicionaram os assentamentos urbanos, uma vez que o ouro era obtido inicialmente nos cursos d'água e, posteriormente, nas montanhas. Assim, a paisagem que se forma é determinada por vales encaixados, formados por uma sucessividade de montanhas que apresentam alta declividade. Os vales são cortados por vários cursos d'água, sendo que alguns córregos induziram as primeiras ocupações da cidade, sendo que o Ribeirão do Funil, localizado ao sul do núcleo histórico, será ocupado posteriormente. Às condicionantes físicas serão sobrepostos os fatores econômicos que determinaram mudanças na estrutura fundiária da cidade, acarretando impactos na paisagem do núcleo histórico.

A malha urbana de Ouro Preto pode ser compreendida pela identificação das articulações viárias, tendo como foco as vias estruturantes, que organizam a malha no sentido do direcionamento dos fluxos de deslocamento, e sob o ponto de vista morfológico, através da sua divisão em tecidos urbanos. Esta malha urbana é constituída por duas extensas vias estruturadoras que atravessam a cidade de oeste a leste, no sentido da entrada da cidade, vindo de Belo Horizonte em direção à saída para Mariana. A primeira articula o núcleo histórico e a segunda as ocupações recentes do sul, sendo que esta última porção ainda possui outra divisão física intermediária: a linha férrea e o Ribeirão, como indicado no mapa da FIG. 4.

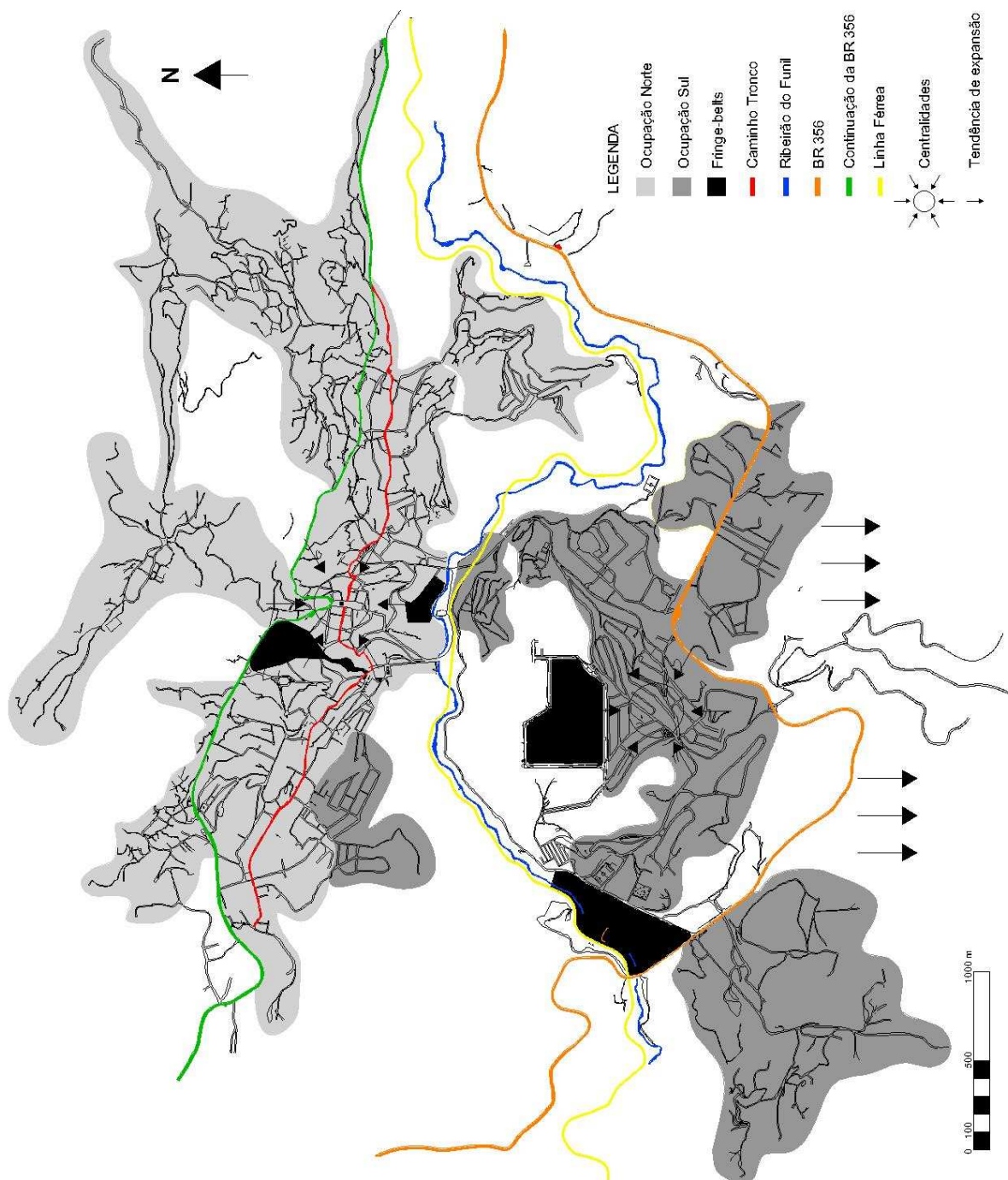


FIGURA 4 - Mapa síntese de estrutura urbana

Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

A primeira leitura da estrutura urbana tem como base o “caminho tronco”, que, inicialmente, se conformava na antiga estrada que partia do litoral em direção ao interior da Colônia (VASCONCELLOS, 1977, p. 69). Este fator que se repete nas Minas em grande parte nas vilas mineradoras não será diferente em Ouro Preto. Estes núcleos frequentemente terão como embrião do seu traçado a estrada que posteriormente seria agregada à malha urbana da cidade. Neste sentido Bittencourt (1999, p. 107) reforça esta idéia:

Em Minas e no Sertão, é clara a importância das estradas e caminhos regionais, interligando vilas, freguesias e arraiais, não sendo raros os casos em que parte do traçado da estrada é incorporado pelo arruamento do povoado, como uma primeira base para a localização do terreiro/pouso, depois praça e Matriz.

De forma longilínea e orgânica, este caminho atravessa todo o núcleo histórico, desde o arraial de Cabeças (princípio), denominação esta devido à caracterização da entrada da vila, até o bairro Padre Faria, designado como “vira e sai,” indicando a saída para a Vila do Carmo, cidade de Mariana (VASCONCELLOS, 1977).



FIGURA 5 - Início do caminho tronco denominado “cabeças”
Fonte: Acervo da autora, 2009.



FIGURA 6 – Final do caminho tronco denominado “Vira e Sai”
Fonte: Acervo da autora, 2009.

A característica do assentamento da cidade de Ouro Preto é linear, sendo estruturada pelo eixo longitudinal ao longo do qual ocorreu a ocupação principal, tanto por edifícios significativos e igrejas, quanto por residências. Estas últimas foram implantadas geminadas no decorrer das vias, ou seja, muito próximas umas das outras, devido principalmente à precária segurança e infra-estrutura urbana existentes nos primeiros períodos da ocupação. O caminho-tronco, em 2010, encontra-se ainda como estruturador da malha urbana, cujo eixo longitudinal atravessa o núcleo histórico, passando pelos seus pontos principais. Porém este não se configura mais como o principal eixo que atravessa a cidade, a partir de sua porção noroeste vindo de Belo Horizonte, sendo utilizado apenas como acesso aos bairros que percorre. Este caminho foi substituído por outra via paralela ao primeiro (continuação da BR356), sendo que esta não percorre o núcleo histórico como o “original” e sim a extremidade norte, possuindo um relevo com pouca declividade e um fluxo constante, se comparado ao caminho tronco.

Além do “caminho tronco”, a BR 356 – rodovia federal que liga Belo Horizonte a Mariana, denominada “Rodovia dos Inconfidentes” – estrutura a porção sul da cidade, desde a chegada a partir de Belo Horizonte até a saída para Mariana. Esta via de ligação regional articula toda a ocupação recente induzida pela implantação da empresa Alumínio Minas Gerais S/A (ALCAN) e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A linha férrea e o ribeirão do Funil estão situados na região localizada entre os dois eixos estruturantes. Estes dois elementos formam uma barreira física que separa a cidade em duas porções distintas: o núcleo histórico e as ocupações das encostas de seu entorno localizados, em geral, ao norte destas barreiras e a ocupação mais recente do sul da cidade caracterizada pela presença da ALCAN e da UFOP. (FIG. 4)

Em Ouro Preto existem duas grandes centralidades,⁹ uma localizada ao norte e a outra ao sul do ribeirão do Funil e da linha férrea. A primeira, e mais significativa, é representada pela praça Tiradentes e seu entorno, que concentra as atividades de comércio e lazer, voltado tanto para os turistas quanto para a população local. O comércio e serviço estão em geral instalados no primeiro pavimento dos sobrados, caracterizados por serviços de atendimento à demanda do turismo. Os museus e as Igrejas reforçam a grande atratividade desta centralidade, principalmente estas últimas, que são utilizadas pela população local, tanto o edifício quanto seus espaços livres para festas religiosas, cultos e atividade de lazer infantil.

A segunda centralidade corresponde à região próxima a UFOP, representada pelos bairros Morro do Cruzeiro e Vila Itacolomy, principalmente a rua Professor Paulo Magalhães Gomes, onde se concentra grande parte do comércio que atende aos bairros vizinhos. A implantação da UFOP no cume do Morro do Cruzeiro pode ser considerada simbólica, ao passo que representa uma das principais vocações da cidade, iniciada no século XIX. Este simbolismo pode ser comparado à implantação das igrejas, sempre realizada em pontos altos do relevo, o que enfatizava a hierarquia desta instituição. Outro fator semelhante com relação à implantação das igrejas e da UFOP é a polarização que ambos exercem na malha urbana da cidade. As primeiras serviam como núcleo das ocupações primitivas que cresceram ao seu redor, e a segunda induziu o crescimento da malha urbana no sentido de sua implantação – sul.

⁹ Segundo Santos (1988, p. 52), a existência de várias centralidades em uma cidade pode ser definida e explicada: “À medida que as cidades crescem, vão se formando subcentros, centros secundários, centros de bairro. O centro é o lugar onde está a animação e a agitação, onde ocorrem mudanças. Desde que surgiram as primeiras cidades do mundo, está associada às noções de cruzamentos de ruas, praças e mercado. Para o centro todos se dirigem para trocar não apenas mercadorias, mas, também, concepções e maneiras de ser e de viver.”



FIGURA 7 - Vista da cidade do mirante da UFOP
Fonte: Acervo da autora, 2009.

A estrutura urbana de Ouro Preto apresenta ainda a presença de fringes (CONZEN, 2008), que podem estar localizados tanto no interior dos tecidos urbanos quanto nas extremidades. Como exemplo de fringe externo, pode-se citar as áreas onde estão implantadas a ALCAN e a UFOP. Estes equipamentos são facilmente identificados no tecido da cidade uma vez que as suas características são: baixa densidade de ocupação, uso não residencial predominante e limites bem demarcados por muros ou grades. Por apresentarem estas características podem ser considerados como “ilhas”, estando isoladas em meio ao casario e às massas verdes, além de constituírem barreiras físicas ao crescimento da malha urbana, que deve se adaptar ao encontrar tais fringes, contornando-os com vias. Internamente ao tecido urbano da cidade, encontram-se dois fringes internos, o Horto botânico, localizado a oeste da Praça Tiradentes e a área de lazer representada pelo campo de futebol e pelo Ouro Preto Tênis Clube, situados ao norte da Praça, próximo ao ribeirão do Funil.

1.3 Tecidos Urbanos

Os tecidos apresentados a seguir foram caracterizados levando em consideração as características semelhantes das edificações no que diz respeito à implantação no lote, volumetria e estilo, entre outros aspectos. A tabela anexada no APÊNDICE A apresenta o levantamento realizado para a produção do mapa de tecidos urbanos, indicado na FIG 8. Esta tabela analisa todos os bairros do município de Ouro Preto com relação às suas características morfo-tipológicas, sendo estas: impacto visual, visibilidade do centro histórico, densidade, traçado, declividade, vegetação, implantação das edificações no lote, uso e volumetria, e padrão de acabamento das edificações. A partir destes dados foi possível reunir os conjuntos de edificações que possuem características análogas,

constituindo, assim, um tecido urbano em meio ao traçado da cidade. Assim, com relação à morfologia da cidade, foram identificados cinco tecidos urbanos, a saber:

- Tecido urbano 1: núcleo histórico;
- Tecido urbano 2: Ocupação de encostas;
- Tecido urbano 3: Ocupação recente;
- Tecido urbano 4: Ocupação recente com tendência de expansão;
- Tecido urbano 5: Equipamentos.

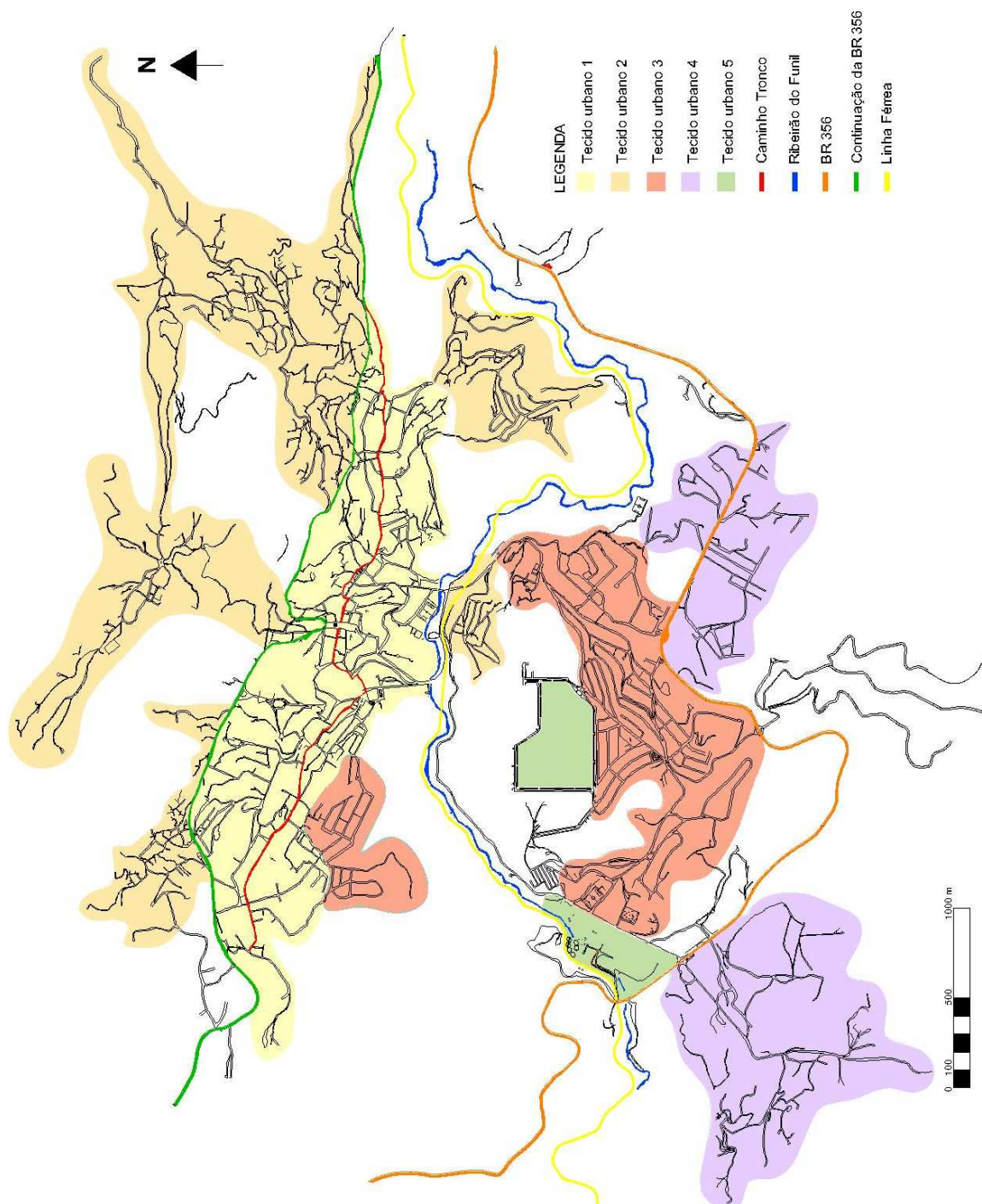


FIGURA 8 - Mapa de tecidos urbanos
 Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

1.3.1 Tecido urbano 1

O primeiro tecido urbano é caracterizado pela ocupação inicial da cidade no século XVIII, constituído em 2009 pelos bairros Cabeças, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Pilar, Centro, Antônio Dias, Barra, Nossa Senhora das Dores, além de parte dos bairros São Francisco, Alto da Cruz e Padre Faria.

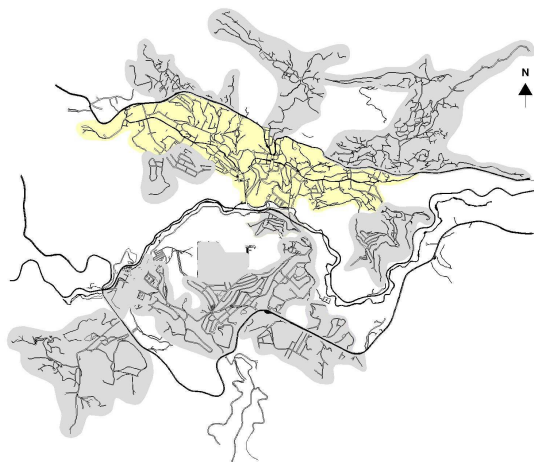


FIGURA 9 - Croqui de localização do tecido 1
Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

O traçado é irregular, composto por vias sinuosas, grandes quarteirões e alguns becos. As vias extensas seguem paralelas ou, em alguns casos, diagonais às curvas de nível do terreno, sendo que algumas ruas – as mais curtas e com alta declividade – apresentam-se perpendiculares às curvas de nível. Este tecido tem seu traçado estruturado pelo “caminho tronco” que o atravessa de oeste a leste. Os lotes, em geral, possuem a testada com dimensões reduzidas, diferentemente de seu comprimento extenso, o que conduz ao aparecimento de grandes áreas livres na sua porção posterior, sendo apropriadas por quintais que colaboram para a qualidade ambiental e da paisagem urbana. Estes “vazios urbanos” representam uma densidade reduzida de ocupação no interior das quadras, em contraposição a ocupação expressiva em suas bordas.

As edificações encontram-se implantadas na testada do lote, sem recuo frontal e, em grande parte, sem recuo lateral. Em geral, nos terrenos em declive (em direção ao rio, por exemplo) as edificações apresentam maior número de pavimentos na fachada posterior, como se observa na FIG. 10.



FIGURA 10 - Fachada posterior das edificações voltadas para o rio no bairro centro
Fonte: Acervo da autora, 2009.



FIGURA 11 - Traçado irregular e relevo acidentado favorecendo as visadas dos edifícios religiosos
Fonte: Acervo da autora, 2009.

Neste tecido predomina o uso residencial unifamiliar de dois pavimentos, porém encontra-se também o uso misto. Este se apresenta, em geral, no primeiro pavimento dos sobrados, com ênfase para o uso comercial, próximo a Praça Tiradentes. As fachadas neste tecido, na maioria das vezes, apresentam uma proporção harmônica entre cheios e vazios, onde o primeiro é mais comum na cor branca e o segundo colorido, sendo este último representado principalmente pelos elementos em madeira. (VASCONCELLOS, 1977). Os telhados possuem duas águas no sentido perpendicular à via, direcionando, assim, a água da chuva para a rua e para o quintal, evitando-se a condução desta em direção aos vizinhos.

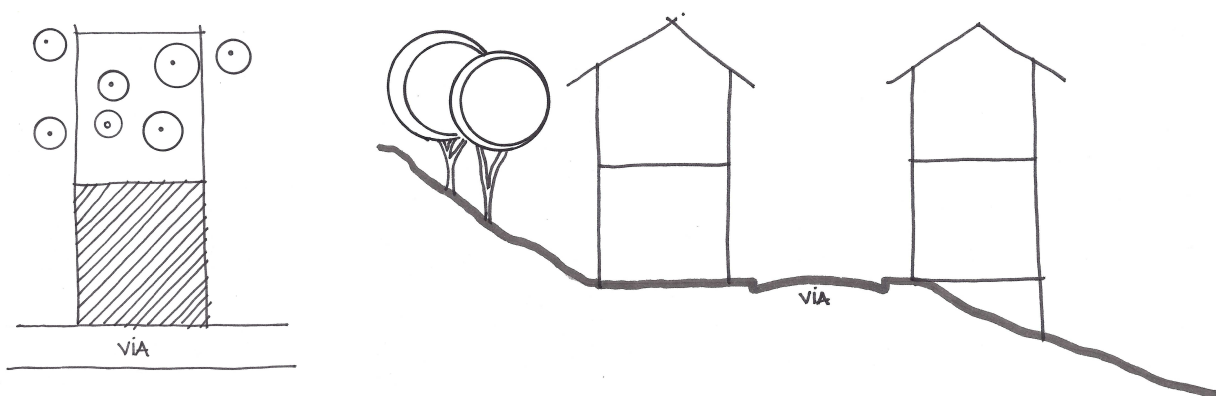


FIGURA 12 - Croquis esquemáticos da forma de implantação das edificações no tecido urbano 1
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

2.3.2 Tecido urbano 2

O tecido 2 está localizado nas encostas que circundam o núcleo histórico, constituído pelos bairros São Cristóvão, Morro São Sebastião, Morro da Queimada, Morro São João, Morro Santana, Nossa Senhora da Piedade, Santa Cruz, Vila Aparecida e parte dos bairros Alta da Cruz, São Francisco e Padre Faria.

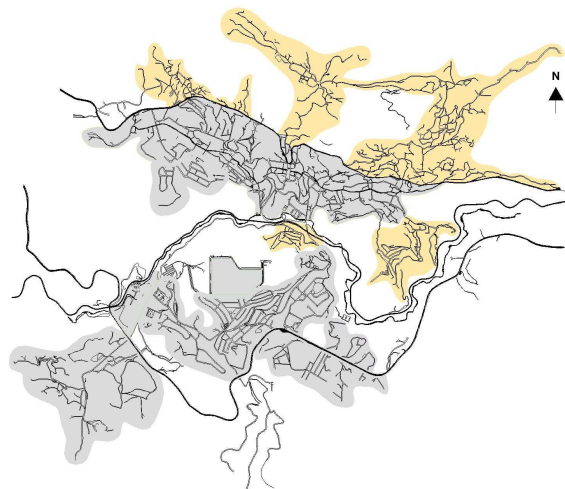


FIGURA 13 - Croqui de localização do tecido 2
Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

Este tecido possui grande parte de sua superfície de ocupação localizada na porção norte do núcleo, caracterizado pela implantação das vias e residências em porções de relevo acidentado, apresentando traçado irregular. Este é composto através de ramificações de vias estruturantes, criando, portanto, uma seqüência de ruas sem saída, sem continuação ou sem ligação a outras, impedindo a formação de quarteirões. Devido a este fator, os quarteirões são caracterizados por grandes dimensões, sendo que alguns não possuem delimitação clara, ou seja, contornos definidos pelo arruamento do entorno. Isto pode ser explicado também, devido, principalmente, às barreiras físicas de crescimento, tais como vegetações e depressões no terreno, geradas pelo relevo acidentado, além da ausência de planejamento urbano, os quais geram vias sem saída, representada na FIG. 14.



FIGURA 14 - Rua sem saída no bairro Morro São Cristóvão
Fonte: Acervo da autora, 2009.

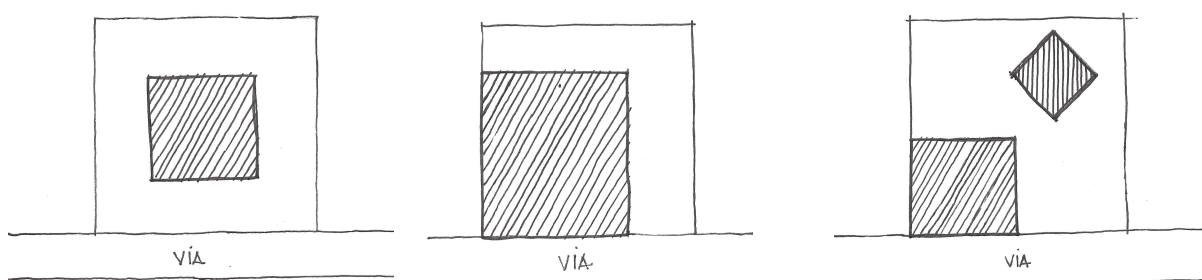


FIGURA 15 - Vista geral do bairro Santa Cruz
Fonte: Acervo da autora, 2009.

As quadras e os lotes possuem dimensões irregulares, sendo estes últimos de dimensões reduzidas se comparados às medidas dos lotes presentes no tecido urbano 1. Outra contraposição que pode ser estabelecida entre os lotes deste tecido e os do tecido urbano 1 é com relação à sua forma, pois, no primeiro, tais lotes configuram um quadrado, com dimensões aproximadas entre os lados e no último a um retângulo com testada reduzida e comprimento extenso.

A implantação dos edifícios, em geral, não segue um padrão estabelecido, podendo haver recuos frontais, laterais e de fundos. O uso predominante é residencial unifamiliar de dois pavimentos, esta última característica propiciada pelo relevo acidentado. Outro importante fator presente principalmente no bairro Alto da Cruz é a existência de mais de uma edificação dentro de um mesmo lote, ambas situadas no interior dos quarteirões, com acessos realizados através de outros edifícios voltados para a via. Com relação ao adensamento, proporção entre massa construída e áreas livres, este tecido urbano apresenta-se com altas taxas de ocupação do solo, principalmente nas regiões adjacentes ao tecido urbano 1. À medida que se afastam do núcleo histórico, as ocupações vão ficando mais esparsas, devido, principalmente, à atuação do tecido urbano 1 como centralidade na estrutura urbana da cidade, o qual concentra a maior parte do comércio e serviços locais.

As fachadas, em geral, não possuem uma tipologia padrão, característica que se repete por todo o tecido, apresentando acabamentos diversos desde a utilização de revestimento com reboco ou pedras até mesmo sem acabamento – tijolo furado aparente. As aberturas seguem a mesma linha dos revestimentos, ora se apresentam em madeira, ora em metal, não havendo proporção entre cheios e vazados nas testadas das edificações, ou seja, o ritmo das aberturas não ocorre na fachada, sendo determinados aleatoriamente.



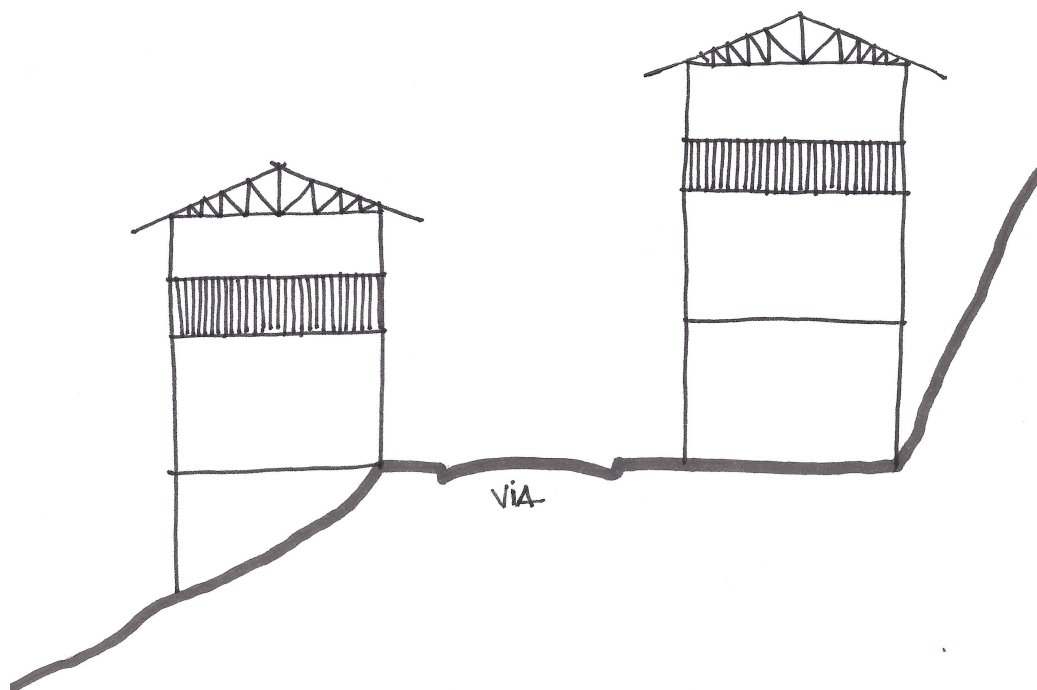


FIGURA 16 - Croquis esquemáticos da forma de implantação das edificações no tecido urbano 2
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

2.3.3 Tecido urbano 3

Os bairros Vila dos Engenheiros, Lagoa, Morro do Cruzeiro, Vila Itacolomy, Jardim Alvorada e Loteamento formam o tecido urbano 3, que possui, como característica principal, ocupação recente, com traçado que, se comparado ao tecido urbano 1, tende para uma regularização, diferenciando-se dos dois tecidos apresentados anteriormente.

Os quatro primeiros bairros – Vila dos Engenheiros, Lagoa, Morro do cruzeiro e Vila Itacolomy - estão localizados na porção sul da cidade, próximo à UFOP, e os últimos – Jardim Alvorada e Loteamento – a noroeste, no entorno do núcleo histórico. O tecido urbano 3 está implantado em terreno acidentado, porém com declividade baixa se comparado à encontrada no tecido urbano 2.

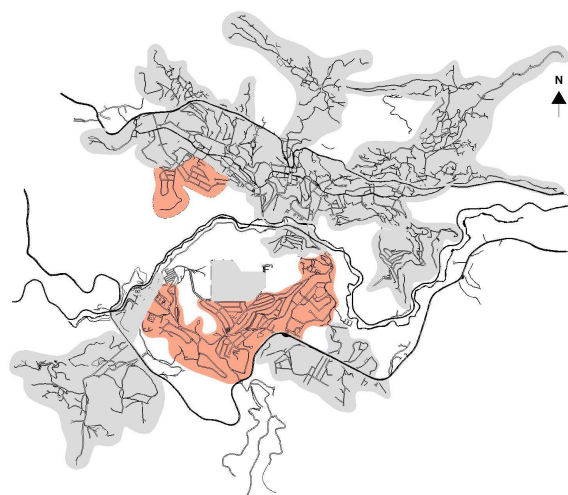


FIGURA 17 - Croqui de localização do tecido 3
Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

O traçado existente ora se apresenta orgânico ora regular, pois se percebe uma intenção de regularização das quadras, fruto da divisão dos lotes, que, em geral, apresentam tamanho padrão. Estes, assim como os quarteirões, possuem áreas reduzidas quando comparados aos existentes no núcleo histórico.

A implantação dos edifícios ocorre predominantemente por meio de pequenos recuos de todos os lados, ou apenas com pequeno recuo posterior, ocupando praticamente toda a sua área.

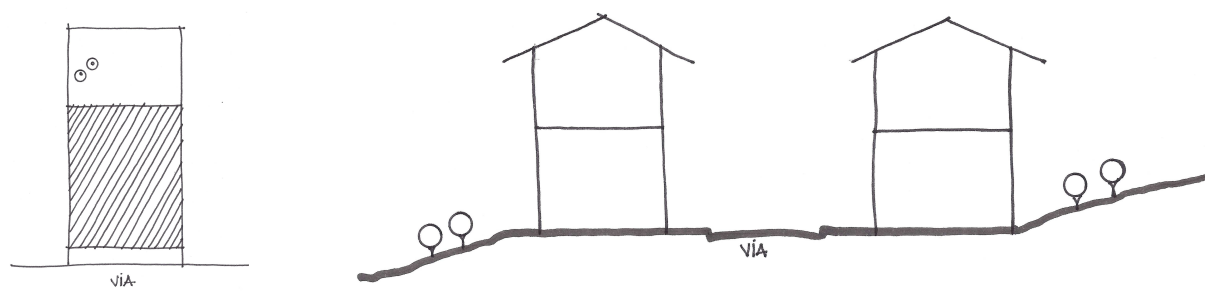


FIGURA 18 - Croquis esquemáticos da forma de implantação das edificações no tecido urbano 3
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

Devido a este tipo de implantação, as áreas verdes localizadas nos quintais das residências são pouco expressivas, porém a presença de espaços livres públicos, como praças e até mesmo uma lagoa, contribuem para a qualidade ambiental deste tecido urbano. Além deste fator, a existência de lotes vagos faz com que este tecido tenha densidade de ocupação média, sinalizando grande potencial de expansão da região.



FIGURA 19 - Bairro da Lagoa
Fonte: Acervo da autora, 2009.
Nota: Existência de muitos lotes vagos indicando potencial de expansão.



FIGURA 20 - Vista do bairro Loteamento
Fonte: Acervo da autora, 2009.
Nota: Existência de muitos lotes vagos indicando potencial de expansão.

São bairros predominantemente de uso residencial unifamiliar de dois pavimentos, com residências de grandes proporções. Com relação ao comércio, duas vias se destacam, a Rua Professor Paulo Magalhães Gomes e a Avenida Juscelino Kubitschek, ambas

localizadas no bairro Vila Itacolomy, pois apresentam serviço e comércio significativos, de atendimento à população desta região. O padrão de acabamento das edificações, se comparado ao tecido urbano 2, em geral, é de melhor qualidade, pois, a ocupação foi realizada principalmente por uma população de classe média, apresentando, ainda, a pintura de toda a fachada – característica pouco freqüente no tecido urbano 2.



FIGURA 21 - Padrão de acabamento típico do tecido urbano 2

Fonte: Acervo da autora, 2009.



FIGURA 22 - Padrão de acabamento típico do tecido urbano 3

Fonte: Acervo da autora, 2009.

2.3.4 Tecido urbano 4

O tecido urbano 4 está predominantemente localizado na porção sul da BR 356 – ligação entre Belo Horizonte e Mariana - sendo constituído pelos bairros Saramenha de Cima, Lagoa, Tavares, Novo Horizonte e Nossa Senhora do Carmo.



FIGURA 23 - Croqui de localização do tecido 4

Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

O traçado característico deste tecido urbano é orgânico, com presença de ruas sem saída, o que leva à existência de quarteirões extensos e não delimitados, sem a marcação de seu contorno pelas vias do entorno, semelhante ao tecido 2, devido à falta de um projeto de

parcelamento do solo, que fez com que o este fosse ocupado à medida que o bairro foi crescendo.

As edificações em geral, estão implantadas na testada do lote, não apresentando recuo frontal. O seu padrão de acabamento em geral é diversificado, o que não favorece uma leitura da unidade da paisagem, diferente do tecido urbano 1. Este utiliza o telhado coberto por telha cerâmica geralmente implantado no mesmo sentido, além de possuir um ritmo de aberturas que se repete de uma edificação para outra. Já no tecido urbano 4, cada edificação utiliza um material diferenciado, tanto para a cobertura quanto para o revestimento das paredes, não havendo harmonia entre as aberturas das fachadas e a implantação no lote. Estas características obrigam o observador a analisar cada edificação, não conseguindo fazer uma leitura global da paisagem, pois esta apresenta elementos destoantes entre si, como apresentado na FIG.24.



FIGURA 24 - Vista do bairro Tavares
Fonte: Acervo particular da autora, 2009.



FIGURA 25 - Vista da Rua Américo René Giannetti
Fonte: Acervo particular da autora, 2009.

O uso predominante é residencial unifamiliar de dois pavimentos, com destaque para a Rua Américo René Giannetti – via de acesso ao distrito de Lavras Novas – que se caracteriza pelo uso misto, que ocorre, em geral, com residência no segundo andar e comércio no primeiro. (FIG. 25).

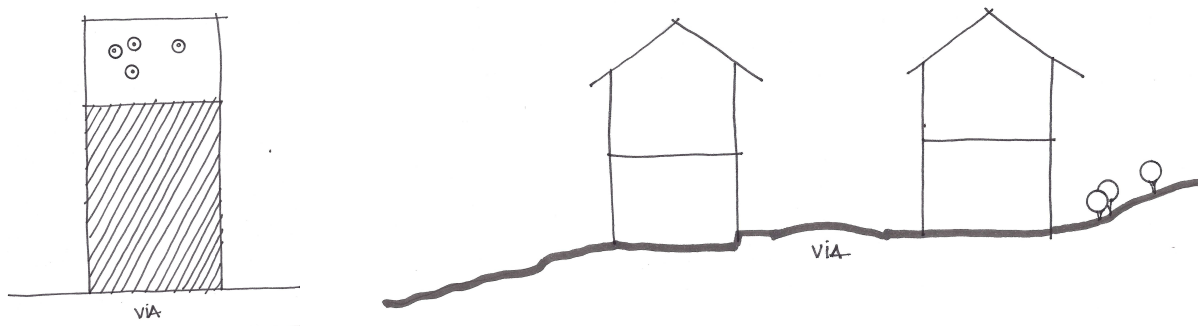


FIGURA 26 - Croquis esquemáticos da forma de implantação das edificações no tecido urbano 4
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

A densidade de ocupação deste tecido é média, ou seja, a edificação ocupa a metade da dimensão do lote, com presença de alguns espaços livres públicos pouco significativos. Este tecido urbano possui, ainda, grande potencial de expansão devido à existência de muitas ruas sendo abertas e muitos lotes vagos, o que deve ser estimulado, pois, além do potencial já constatado, todos os bairros que compreendem esta mancha estão implantados em cota de nível mais baixo que o núcleo histórico, não interferindo na sua paisagem urbana.

2.3.5 Tecido urbano 5

O tecido urbano 5 é formado por dois grandes equipamentos que estão localizados na ocupação do vetor sul da cidade, a ALCAN e a UFOP, ambos implantados em meados do século XX. Estes se caracterizam como um “vazio urbano” na malha urbana da cidade, pois esta se interrompe quando encontra um destes equipamentos. Além disso, ambos representam áreas de grandes proporções, sendo equivalentes, em tamanho, a um bairro inteiro.



FIGURA 27 - Croqui de localização do tecido 5
Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.



FIGURA 28 - Alumínio Minas Gerais S/A (ALCAN)
Fonte: Acervo da autora, 2009.
Nota: Destaque para delimitação representada pelo muro.



FIGURA 29 – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Fonte: Acervo da autora, 2009.
Nota: Destaque para baixa densidade.

A tendência de expansão urbana pode ser percebida na porção sul da cidade, nos limites da BR 356, devido ao crescimento de bairros novos presentes no tecido urbano 4. A presença

da centralidade exercida principalmente pela UFOP colabora na indução deste crescimento, sendo este fato de grande importância para a lei de uso do solo, cuja expansão pode ser conduzida pela legislação de maneira consciente e organizada, apesar do tecido urbano 4 e 5 não interferirem na paisagem do núcleo histórico tombado.

A forma urbana analisada neste capítulo é produto da ação social no meio físico, ao longo do tempo. Esta ação pode ser caracterizada, principalmente, pela aplicação das legislações vigentes em cada período de formação da cidade, originando, assim, os tecidos urbanos apresentados. Para a compreensão do surgimento destes tecidos e das regulamentações que impulsionaram o desenvolvimento de Ouro Preto, será analisada, a seguir, a evolução urbana da cidade.

2 A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE OURO PRETO

A ocupação do território das Minas será o ponto de partida para a análise da evolução urbana da cidade, visando esclarecer a peculiaridade de sua forma de assentamento. Os tópicos seguintes terão como enfoque a cidade de Ouro Preto e seu desenvolvimento, desde 1696 até 2006, ano em que foi produzida a última atualização do mapa cadastral do município. Apesar de alguns dados serem posteriores a 2006, como algumas legislações, por exemplo, o ano de 2006 foi adotado como referência do tecido urbano existente, pois a base cadastral apresentada é relativa a este período. As modificações no tecido urbano, ao longo do tempo, poderão ser compreendidas através, principalmente, da análise das regulamentações urbanas aplicadas em cada período e o seu reflexo na paisagem urbana da cidade.

2.1 A ocupação do território das Minas

Os metais preciosos, desde as primeiras civilizações, despertaram os instintos dos seres humanos, que saíram à sua procura para utilização em vários fins. No Brasil-Colônia não foi diferente, pois a exploração do litoral teve como base o pau-Brasil e a cana-de-açúcar, demonstrando serem esses produtos fracos atrativos para o desenvolvimento de uma civilização.¹⁰ A busca determinada pelos metais preciosos encorajou as inúmeras expedições que, desde a segunda metade do século XVI, investiram no desbravamento e descoberta da região que seria conhecida como Minas do Ouro. A primeira expedição enviada para o descobrimento das esmeraldas saiu da Bahia e penetrou nos sertões mineiros em fins de 1553, ou princípio de 1554, a mando de Duarte da Costa, tendo Francisco Bruza Spinosa a sua frente (BARRETO, 1996). A Bandeira de mais vulto, contudo, e que efetivamente descobriu as Minas Gerais foi a de Fernão Dias,¹¹ que partiu de São Paulo em 1674, como descreve Lima Junior (1962, p. 21):

Partindo de São Paulo em 21 de junho de 1674, deslocou-se a Bandeira de Fernão Dias, pelo Vale do Paraíba, atravessando a Serra da Mantiqueira e

¹⁰ De acordo com Lima Junior (1962, p.12), “os portugueses, com a descoberta do Brasil em 1500, esperavam lhes coubesse igualmente, uma parte de monta, no quinhão da opulência sul-americana. Não deu, entretanto, o litoral brasileiro, mostras dos tesouros escondidos por detraz da muralha de serranias, nos recônditos sertões ignotos e bravios.”

¹¹ Lima Junior (1962, p. 20) caracterizava Fernão Dias como sendo “[...] homem de cor branca, pertencendo a uma das maiores e mais poderosas famílias de São Paulo [...] um homem de excepcional têmpera. Propondo-se à conquista das esmeraldas e da prata do Sabarabuçu, considerava sua tarefa um dever acima dos interesses materiais que lhe pudessem provir.”

ganhou sucessivamente os lugares assinalados para pousos, e que deram lugar a povoados que se perpetuaram: Ibituruna, Paraopeba, Sumidouro, Roça Grande, Itacambira, Itamerindiba, Esmeraldas, Matos das Pedrarias e Serro do Frio.

Estes povoados, criados a partir da instalação das Bandeiras para descanso das tropas em forma de acampamentos, ou seja, pousos junto aos caminhos, deram origem a cidades que chegaram até nossos dias. A partir da aventura de Fernão Dias os caminhos estavam abertos, possibilitando maiores investidas nos misteriosos campos das Gerais.

Em 1698, bandeirantes atingiram a região do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, fundando o arraial do Ribeirão do Carmo, que seria elevado a condição de Vila em 1711. O arraial da Barra do Sabará, criado em fins do século XVII, também é fruto das descobertas realizadas pelas bandeiras impulsionadas pela lenda do Sabarabuçu – Serra resplandecente feita de prata e metais preciosos. A chegada dos bandeirantes à região de Vila Rica é descrita por Lima Junior (1962, p. 54-55) através das palavras do Mestre de Campo Perdigão:

Depois deste descobrimento, se animou a empreender segundo, um Miguel Garcia, descobrindo na foz da serra do Itatiaia, um ribeirão que deu o nome e é chamado agora o Gualaxo do Sul; mas como neste descobrimento recusaram os paulistas ou naturais de São Paulo, a dar partilha, nas lavras, aos Taubaté, desconfiados, estes lançaram Bandeira, e por cabo dela, a um Manuel Garcia, e com tanta felicidade que, em breve tempo, se descobriu o celebrado e rico Ouro Preto [...] com esta notícia chegou ao povoado tanta gente, que apenas se repartiram três braças de terra a cada um dos mineiros, por cuja causa lançou nova Bandeira um Antônio Dias, e correndo a mesma serra, descobriu o ribeirão que hoje chamam do mesmo nome que com a continuação e disposição que lhe deram é agora uma continuada rua e forma a Vila Rica do Ouro Preto [...] Com a mesma emulação, fez sua tropa, o Padre João de Faria Fialho, e em breve tempo, descobriu o ribeirão do seu nome [...]

Percebe-se, então, que a região foi desbravada por três expedições distintas, sendo a primeira chefiada por Manuel Garcia, que fundará, em 1696, o arraial do Ouro Preto próximo à Matriz do Pilar, a segunda por Antônio Dias, que fundou, em 1698, o arraial com seu nome e a do Padre João de Faria Fialho, próximo aos córregos que descem do Itacolomi, com o nome de arraial do Padre Faria (RIBEIRO, 1966).

A peculiaridade de ocupação das Minas se deve principalmente ao fato de ocorrer espaçadamente em vários pontos simultâneos, como afirmou Souza (2000, p. 42) a urbanização se realizou “sob forma de uma constelação de vilas, em lugar da tendência à concentração em uma única urbe que fora de regra nas demais capitânicas.” Portanto, a formação dos arraiais mineiros, em geral, pode ser resumida tendo como base a seguinte citação:

Surgiram assim as primeiras formas urbanas mineiras: longitudinais, onde os caminhos ligando os arraiais se transformavam em ruas e estes por sua vez, também ligando-se, transformavam-se em vilas e cidades. Situavam-se geralmente a meia encosta nos terrenos acidentados da Minas, protegidos dos ventos mais fortes que costumam soprar nas cumeadas de serras e a cavaleiro dos cursos d'água, locais mais baixos, sujeitos a pestes e inundações (ASSUMPÇÃO, 1989, p. 132).

A urbanização nas vilas mineradoras não seguiu o padrão imposto notadamente nas cidades litorâneas, eminentemente agrárias, pois a ocupação das primeiras acontecia onde se encontravam os pousos junto aos caminhos ou, principalmente, as lavras de mineração, fixando os aventureiros próximos aos córregos e posteriormente nas montanhas, afirmando o predomínio do espaço urbano sobre o rural (ASSUMPÇÃO, 1989). Portanto, não houve a preocupação com a escolha do sítio, de acordo, sobretudo, com a intenção de defesa, fator primordial levado em consideração nas ocupações do litoral (SOUZA, 2000), caracterizando a urbanização mineradora como uma “explosão” tanto social, quanto econômica. Esta situação é endossada na estatística de Vasconcellos (1968, p. 34) afirmando que “basta notar que de 1500 a 1822 foram criadas, em todo o Brasil, 210 vilas, das quais, só na região aurífera 159.”

Neste sentido, Holanda (1995) afirma, ao analisar o processo de urbanização das colônias portuguesas e espanholas, que os portugueses “semeavam as cidades,” ao contrário dos espanhóis que as “ladrihavam”. Ou seja, os espanhóis pretendiam conquistar e permanecer no local visto que as naus eram desmontadas e todo seu material utilizado nas construções em terra firme, podendo-se definir suas cidades como ato da vontade humana, que se impõe sobre a natureza. Já os portugueses, pretendiam chegar, explorar o máximo possível e regressar a terra natal, por isso se fixaram na costa do Brasil, “a cidade que os portugueses construíram na América [...] não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem” (HOLANDA, 1995, p. 110). Além disso, Holanda (1995) analisa o comportamento da nobreza portuguesa quinhentista e sua necessidade de diferenciação em relação à burguesia, que será expressa através da valorização das exterioridades e das aparências. Este aspecto será refletido na constituição das cidades portuguesas, valorizando o efeito visual como fundamento, principalmente, da cultura barroca mineira.

Não o barroco como fato monumental e oficial ligado ao poder absoluto dos papas e soberanos, mas sim o barroco ligado a um urbanismo pautado pela construção de organismos dinâmicos, policêntricos e abertos, pela montagem de espaços em contínua mutação, recriados a cada passo pelo espectador que neles se desloca. Pela natureza “dirigida” e “condicionante” de tais espaços, concebidos como verdadeiros palcos ao ar livre (BORREGO, 2004, p. 32).

Desta forma, o traçado irá contrariar o que estava ocorrendo nas vilas de colonização espanhola, que seguiam as determinações das “Leis das Índias”, apresentado um tecido urbano que procura se adaptar ao relevo acidentado, buscando sempre determinar os caminhos através do sentido das curvas de nível, adquirindo um caráter orgânico que permite a formação de cenários.

A partir da exposição da ocupação do território das Minas demonstrou-se o indutor poder de urbanização do ouro. A busca incessante deste metal possibilitou estabelecer as principais e mais ricas vilas da colônia, sendo uma destas Vila Rica, que terá sua evolução urbana detalhada a seguir. Esta evolução foi dividida em três períodos distintos, tendo como base a estrutura urbana analisada no “Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana,” desenvolvido pela FJP em 1975, sendo tais períodos: a fundação, primeiros arraiais e sua consolidação – 1696 a 1765; o primeiro declínio e a fase de estagnação – 1765 a 1900; o segundo declínio e a fase de expansão – 1900 a 2006.

2. 2 A fundação: primeiros arraiais e sua consolidação – 1696 a 1765

2.2.1 Dados históricos

A cidade de Ouro Preto representa um dos núcleos urbanos mais significativos no cenário mineiro no que diz respeito ao contexto histórico e econômico das vilas do ouro, tendo refletido este processo de desenvolvimento em sua forma urbana. A ocupação de seu território está ligada à descoberta de veios auríferos expressivos, principalmente por bandeirantes paulistas¹², que induziram a implantação de seus primeiros arraiais.¹³ A fundação destes ocorre no final do século XVII sendo os principais o de Antônio Dias, o do Ouro Preto e o do Padre Faria (VASCONCELLOS, 1977). Posteriormente, a região será marcada por oito focos distintos de ocupação, incluindo os três citados anteriormente: Cabeças, São Sebastião, Piedade, Santana e São João.

¹² A questão sobre a descoberta do ouro é enfatizada por Mello (1985, p. 21): “Ainda que o primeiro descobrimento seja bastante discutido, há um razoável consenso entre os historiadores de que tenha sido feito em 1693 por Antônio Rodrigues de Arzão, segundo um depoimento da época, de Bento Fernandes Furtado de Mendonça. Para outros, o responsável pela preciosa descoberta teria sido Duarte Lopes, segundo Hélio Viana ‘um obscuro participante da bandeira de Fernão Dias Pais’, que encontrara ouro nas proximidades da atual cidade de Mariana. Com a divulgação do fato, já em 1694, outras bandeiras se organizaram sendo que a chefiada por Manuel Camargos, da qual participava Bartolomeu Bueno da Siqueira, teria também encontrado ouro na área de Itaverava.”

¹³ Segundo Ribeiro (1966, p. 14), arraial é uma “palavra que em Portugal significa ajuntamento para festa religiosa”. Esta designação foi utilizada no Brasil para os primeiros núcleos embrionários que viriam, posteriormente, a ser elevadas a condição de vila e, depois, a cidade.

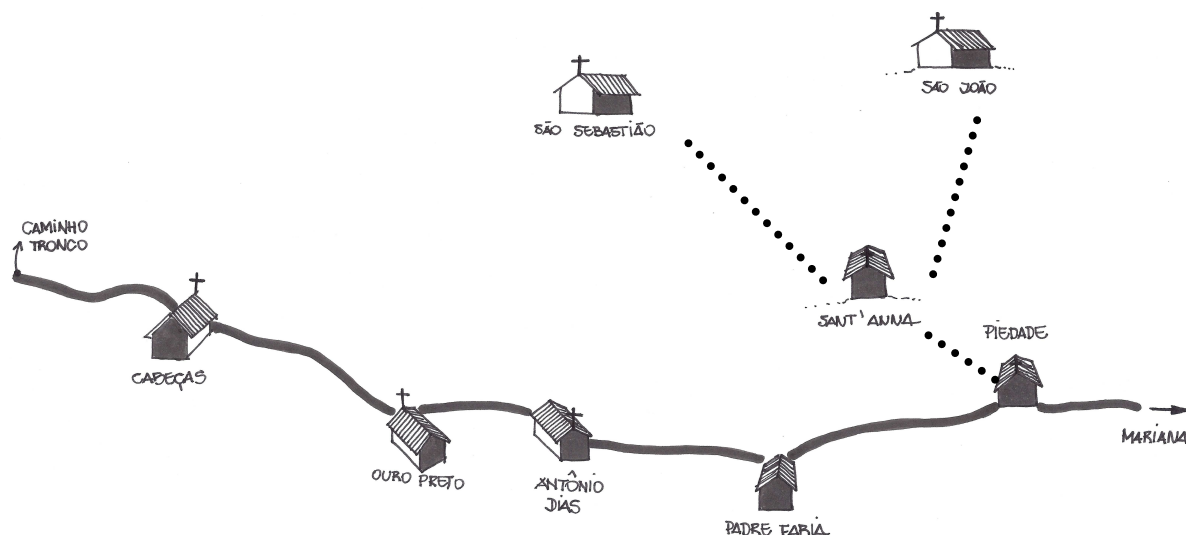


FIGURA 30 - Croqui dos primeiros arraiais em Vila Rica

Fonte: Elaborado por Flávia Guerra Soares com base em VASCONCELLOS, 1977, p. 72.

Nota: A implantação das capelas e, posteriormente, sua substituição pelas igrejas não obedece a um sentido pré-estabelecido, apresentando, assim, uma dinâmica na paisagem, à medida que tanto as capelas quanto as igrejas mudam de posição.

O aumento do contingente populacional que se dirigia às Minas do Ouro em busca do rápido enriquecimento por meio da atividade mineradora favoreceu a ocorrência, principalmente entre 1700 e 1701, de surtos de fome na região, o que demonstra a existência de uma população focada substancialmente na mineração, não se preocupando com o seu próprio abastecimento.¹⁴

Em 1705, a estimativa de população era de “50 mil almas, sendo trinta mil livres” (SALES, 1965, p. 57). Com a exploração aurífera intensificada, a região das Minas atrairá milhares de pessoas em busca das riquezas. Este contingente era composto não só por paulistas, mas, também, por forasteiros que tiveram sua entrada permitida pelo Desembargador Vaz Pinto em contraposição a vontade do Governador Álvaro da Silveira (SALES, 1965).

O principal caminho de acesso às Minas era denominado Estrada Real, o qual saía do sul, próximo ao Rio de Janeiro, e atingia Ouro Preto e em seguida, o Serro atravessando a Serra do Mar e da Mantiqueira. Para encurtar este caminho foi estabelecido um atalho que partia também do Rio de Janeiro, porém mais curto que o anterior, sendo denominado Caminho Novo e o primeiro ficou conhecido como Caminho Velho. Outro caminho de acesso às Minas era denominado Caminho dos Currais, o qual atingia a região a partir do sul da Bahia.

¹⁴ Segundo Vasconcellos (1977, p. 17) “o próprio rei, alarmado com o desenvolvimento da Metrópole e das outras regiões da colônia, recomenda a Arthur de Sá que não permitisse a entrada de mais gente nas Minas. Apesar das medidas coercitivas, de 1705 a 1750, deixaram Portugal, com destino às Minas, cerca de 800.000 pessoas, quase metade de toda a sua população.”

Com o aumento populacional, a movimentação comercial será intensificada, assim como a rivalidade entre grupos distintos, o que desencadeará conflitos pela posse dos territórios que possibilitavam a extração do ouro, bem como pelo controle do abastecimento da região. O conflito mais expressivo que ocorreu neste período foi a Guerra dos Emboabas¹⁵ (1707 a 1709), caracterizada pela disputa entre paulistas e emboabas, terminando com a derrota dos paulistas, sendo estes expulsos da região, buscando outras jazidas de ouro em Mato Grosso e Goiás. De acordo com Bazin (1971, p. 69), este conflito pode ser considerado a “primeira expressão de um sentimento nacional brasileiro”. Uma das maiores conseqüências político-administrativa deste conflito foi a separação da capitania do Rio de Janeiro, e a da capitania conjunta de Minas do Ouro e São Paulo, pela carta régia de 9 de novembro de 1709, com a metrópole assumindo o controle da região, pois “a autoridade real, tomando as rédeas da situação, criou uma estrutura administrativa e econômica muito rigorosa. “Foi declarado que todo o território das minas pertencia ao soberano, o único a poder outorgar concessões de exploração“ (BAZIN, 1971, p. 69).

Com o seu rápido crescimento, o arraial¹⁶ receberia o nome de Vila Rica do Ouro Preto, através da carta régia de 15 de dezembro de 1712, a partir da qual D. João V confirmaria a criação da vila, sendo seu termo de ereção ocorrido em 1711.¹⁷ A designação foi estabelecida devido ao primeiro ouro encontrado na região, este possuía coloração bastante escura e somente iria adquirir sua cor usual através de sua fundição (VASCONCELLOS, 1977). A elevação de arraiais embrionários a condição de Vila como, por exemplo, Vila Rica, revela a intenção da Coroa de demarcar e fiscalizar todo o território da capitania, instalando funcionários do governo, impondo a ordem e a justiça, assim como a cobrança de tributos, reforçando o desenvolvimento de um processo intenso de civilidade. Marx (1991, p. 18) afirma, baseado em trabalho desenvolvido por Aroldo de Azevedo (Vilas e cidades do Brasil), que “nem sempre a elevação a vila ou mesmo a cidade expressa a existência de uma aglomeração de porte tal que a justificasse.”

¹⁵ Os bandeirantes paulistas sendo descobridores das minas consideravam-se no direito de exploração do ouro e conseqüente controle da capitania, e os emboabas reivindicavam este direito, sendo liderados por Manuel Nunes Viana. O termo emboaba designaria todos aqueles que não eram paulistas, tais como, portugueses, baianos, cariocas, entre outros, ou seja, os “forasteiros” da região. O termo “emboabas”, segundo Sales (1965, p. 56), “[...] significa, segunda a versão mais aceita, ave de calças, ou pinto calçado. Foi aplicado aos forasteiros porque usavam botas, ao contrário dos demais.” Sobre a Guerra dos Emboabas ver também Boxer (1969, p. 83-105).

¹⁶ De acordo com Fonseca (2004, p. 242), “a elevação de um arraial à categoria de vila, ou simplesmente a construção de uma nova matriz constituíram boas ocasiões para que fossem tomadas decisões que influíram de forma decisiva nos traçados e nas paisagens urbanas – é importante notar que os párocos de Minas Gerais participaram ativamente da escolha de sítios para diversas capelas e matrizes e também da demarcação dos respectivos arraiais.”

¹⁷ O termo de ereção da Vila, transcrito por Borrego (2004, p. 61), ocorreu: “Aos oito dias do mês de julho de mil setecentos e onze [...] que na forma das ordens de sua majestade determinava erigir neste mesmo arraial uma nova povoação, e vila para que seus moradores, e os mais de todo o distrito pudessem viver arreglado, e sujeitos com toda alva forma às leis da justiça [...] os quais uniformemente todos convieram em que neste dito

Neste sentido, Delson (1979, p. 5) analisa que:

[...] em outras conjunturas, a criação legal de uma vila marcava o início de um grande projeto de planificação urbana, bem como a instalação da administração governamental. [...] Por conseguinte, o verdadeiro significado das cartas régias que conferiam formalmente o título de vila não era o reconhecimento do crescimento físico do arraial ou aldeia, mas sim a percepção pragmática de que, dentro daquela área específica, era preciso assumir determinadas responsabilidades administrativas.

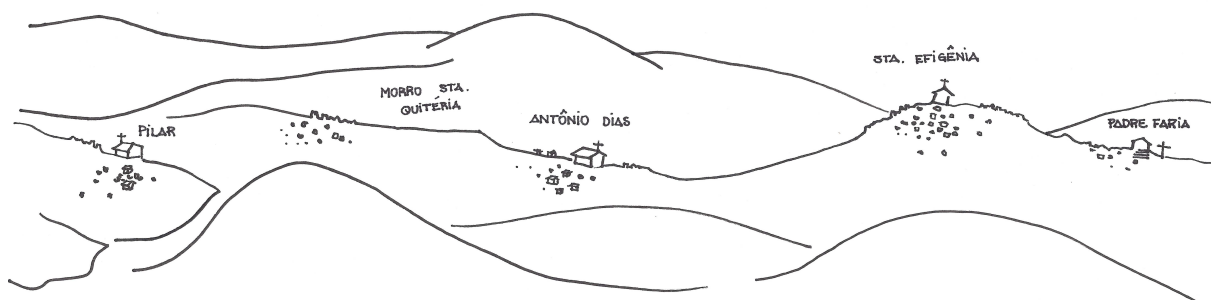


FIGURA 31 - Croqui da paisagem da vila nas primeiras décadas de ocupação
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

Para combater o contrabando do ouro e aumentar a arrecadação dos impostos, foi proibida a circulação de ouro em pó, este deveria ser fundido, selado e quintado¹⁸ nas Casas de Fundição, que teriam sua criação proposta em 1719 nas vilas de Vila Rica, Sabará e Serro Frio (SALES, 1965). Liderados por Felipe dos Santos, os revoltosos com esta determinação partiram para Ribeirão do Carmo para exigir do então governador da Capitania, D. Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, a extinção das Casas de Fundição, além de outras reivindicações. A “Revolta de Felipe dos Santos” terminaria com seu enforcamento e a prisão do emboaba Pascoal da Silva Guimarães, que assistiu da prisão o incêndio do morro da queimada, bairro onde possuía suas lavras.¹⁹ Mesmo sendo derrotados, a revolta não permitiu que as Casas de Fundição fossem instaladas, fato ocorrido apenas cinco anos depois do conflito. A maior consequência político-administrativa deferida pela Coroa, diante do desafio eminente declarado à autoridade nas Minas, foi a criação da Capitania de Minas do Ouro, concentrando, assim, o seu poder na região (BORREGO, 2004).

arraial junto com o de Antônio Dias se fundasse a vila pelas razões referidas, pois era o sítio de maiores conviências que os povos tinham achado para o comércio [...].”

¹⁸ De acordo com Renger (2006, p. 92), “o quinto é uma instituição tributária antiga, muito anterior à descoberta do ouro nas futuras Minas Gerais, e tem suas origens no direito feudal ibérico, incidindo sobre coisas diversas, tais como a produção mineral ou agrícola, e sobre despojos de guerra dos súditos do rei, entre outros. Quinto não é um imposto, nem contribuição ou tributo: na realidade, trata-se do pagamento de um direito (como existe até hoje na forma das royalties).”

¹⁹ O discurso do Conde de Assumar sobre a sublevação que nas Minas ocorreu no ano de 1720 foi transcrito por Vasconcellos (1977, p. 37-38): “Das Minas e seus moradores bastava dizer o que dos do Ponto Euxino, e da mesma região afirmava Tertuliano: que é habitada de gente intratável, sem domicílio, e ainda que está em contínuo movimento, é menos inconstante, que os seus costumes: os dias nunca amanhecem serenos: o ar é nublado perpétuo: tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. Eu, contudo, reparando com mais atenção a antiga e continuada sucessão de perturbações, que nela se vêem, acrescentando que a terra parece que evapora tumultos: a água exala motins: o ouro toca desaforos: destilam liberdades os ares: vomitam insolência as nuvens: influem desordem os astros: o clima é tumba da paz e berço da rebelião: a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno.”

Entre as décadas de 1720 e 1730, “possuía a Capitania [...] cerca de duzentos e cinqüenta mil habitantes dos quais, aproximadamente cem mil brancos, cinqüenta mil escravos africanos e cem mil pardos ou mestiços” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 40). Vila Rica chegou a possuir em 1728 mais de 80 mil habitantes, havendo 322 vendas e 335 oficinas (CABRAL, 1969). Este período corresponde à fase de início do declínio da extração do ouro, pois o apogeu do desenvolvimento da vila ocorre enquanto há abundância de ouro de aluvião,²⁰ apesar de este se caracterizar, também, como a fase áurea da urbanização, à medida que se consolida e expande o tecido urbano.

Neste período, pode-se verificar nas Atas da Câmara a constante referência ao conserto de caminhos e calçadas, além de pontes e fontes, o que, em geral, era solicitado principalmente tendo em vista facilitar a circulação de mercadorias e mantimentos, assim como o abastecimento de água, pois “caminhos bem cuidados ensejariam maior circulação de mercadorias, de pessoas, de impostos, e de rendas para o senado” (BORREGO, 2004, p. 145).

A cidade sofreu melhoramentos; as ruas foram traçadas com mais regularidade; aplainou-se o declive da montanha em vários lugares, a fim de dar mais espaço próprio à construção de casas e ao estabelecimento de jardins. Construíram-se reservatórios, que distribuía água por meio de canos para todos os pontos da cidade, e erigiram-se fontes nos lugares mais convenientes e centrais (MAWE, 1978, p. 128).

Em 1733 ocorre um dos mais importantes acontecimentos de Vila Rica, o Triunfo Eucarístico, podendo este ser considerado “a grande festa do ouro” (SALES, 1965, p. 89). Este representaria a transladação do Santíssimo Sacramento, através de uma procissão religiosa, da Capela do Rosário para a Matriz do Pilar, pois esta encontrava-se em reforma, não podendo abrigá-lo. Para este acontecimento, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos abrirá uma rua especialmente para a passagem do Santíssimo Sacramento até a Matriz do Pilar. Esta, denominada Rua do Paredão devido à existência de muro de arrimo para vencer o grande desnível existente, corresponderia, em 2009, à Rua Dr. Getúlio Vargas que se encontra com a Rua São José no Largo da Alegria, Praça Silviano Brandão.

²⁰ Vasconcellos (1977, p. 46) afirma que “em Vila Rica foi este outro [ouro] explorado por vários sistemas todos mais ou menos precários, a começar pela lavagem das faisqueiras, depósitos aluvionais que se encontram nas margens dos cursos d’água. Atacam-se também os leitos destes cursos, retirando-se suas areias por meio de enxadões, os almocafres, desviando-se as águas por meio de canais paralelos ou esgotando-se, manualmente ou com auxílio de rodas ou rosários, trechos previamente estancados com paliçadas.” Lima Junior (1978, p. 44) explica: “Aos depósitos nos cursos d’água, ou em suas margens, denominavam os antigos de faisqueiras porque o ouro se apresentava em grãos e folhetas tão grandes que faiscavam ao sol.”



FIGURA 32 - Croqui representando a abertura da rua para a passagem do Santíssimo Sacramento
 Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

Com o desenvolvimento da vila, o rol de aforamentos em 1737 indica a presença de “249 edificações na freguesia de Ouro Preto e 214 edificações em Antônio Dias” (FJP, 1975, p. 11), contabilizando um total de 25.000 habitantes. A civilização que se implanta é marcada pelo sentimento de liberdade, autonomia, insubmissão, desde sua chegada ao território mineiro, pois a atividade aurífera não dependia da metrópole, era um trabalho individual, não necessitando de capital inicial para começar os serviços. Além disso, o ouro representava uma riqueza imediata, possibilitando a independência de seu descobridor. Assim, “nas Minas instala-se uma civilização eminentemente urbana, bastante diferenciada daquela agrária, que se estendia pelo litoral brasileiro” (VASCONCELLOS, 1968, p. 28), “é um povo urbano por excelência” (VASCONCELLOS, 1968, p. 31). Este fato tem como base as estratégias portuguesas de controle do território das Minas, iniciado, como relatado anteriormente, com a elevação de arraiais prematuros a condição de vila, obrigando, assim, que todas as pessoas residissem nos aglomerados urbanos, o que facilitaria a supervisão e a fiscalização da região, assim como a cobrança de tributos.

2.2.2 Regulamentações urbanas

As regulamentações que regeram as vilas coloniais mineiras foram transpostas das Ordenações do Reino²¹, sendo seguidas e aplicadas em um território cujas características, realidades físicas, sociais e econômicas, eram distintas da metrópole. ²²Estas normas colaborariam para o ordenamento do espaço urbano, porém eram gerais, se atentavam mais a questões relativas ao caráter social, como vizinhança e convivências do que aos termos espaciais, do traçado e parcelamento do solo. Primeiramente, a característica polinuclear da Vila, como demonstrado na FIG. 30, é, em parte, função das ordenações minerais, a partir das quais eram cedidas datas para exploração do ouro, devendo ser distantes umas das outras por meia légua. Assim a carta régia de 15 de agosto de 1603 já determinaria:

[Artigo 45.] E porque nestas minas menores se evit em os inconvenientes de os mineiros dizerem cada hora que fazem novos descobrimentos: hei por bem, e mando que feito um, não se admita outro de nenhuma parte da quebrada, rio ou campo onde se descobrir dentro de meia légua (ESCHWEGE, 1979, p. 83-92).

Este regimento, estabelecido antes da criação da capitania, não considerava a imensa riqueza existente em seu território, demonstrando a “insuficiência do disposto no Regimento das terras minerais” (HOLANDA, 2008a, p. 298). Posteriormente, a lei de 1695 iria estipular a medida da sesmaria em uma extensão “de quatro léguas de comprimento por uma légua de largura” (DELSON, 1979, p. 12), evitando, assim, a reivindicação de grandes áreas que pudessem ser de interesse para a Coroa. Em 1697, seria promulgada uma nova lei, mais restritiva que a anterior, pois reduziu “(...) para três léguas por uma légua e prescrevendo, além disso, que entre uma concessão e outra se deveria deixar uma área de uma légua quadrada sem ocupação” (DELSON, 1979, p. 12). As regulamentações descritas determinariam o modelo de formação de vários arraiais mineradores, não só de Vila Rica, baseadas no estabelecimento de datas a partir do qual surgiriam núcleos distintos, separados uns dos outros. Este mecanismo foi adotado visando o maior controle e ordenação da região além de tentar minimizar os futuros conflitos gerados pela cobiça do ouro, garantindo, através do espaçamento estipulado entre as terras, um acesso tanto as já descobertas zonas auríferas como as futuras ainda não pesquisadas.

²¹ Marx (1991, p.30) aponta que as Ordenações do Reino foram feitas “para o reino, como seu próprio nome indica, e não para sua colônia americana ou para qualquer outra do vasto, distendido e diversificado ultramar português. Ordenações do Reino que por tanto tempo vigoraram e que, no entanto, o fizeram de maneira muito genérica e parcimoniosa para com a disposição física de nossas cidades.”

²² Holanda (2008a, p. 300) afirma que as primeiras legislações aplicadas nas Minas eram “[...] calçadas quase sempre sobre outros textos legais, inaplicáveis às condições brasileiras, precisaram eles ser corrigidos através de leis especiais, destinadas a regiões onde se presumia existirem riquezas metálicas apreciáveis.”

Como forma de controlar a tumultuada situação nas Minas do ouro, devido principalmente ao grande contingente populacional²³ e às deficiências do velho código mineiro,²⁴ foi estabelecido pela Coroa em 1702 o Regimento dos Superintendentes, Guarda-Mores e Oficiais deputados²⁵ (BORREGO, 2004), a partir do qual ordenava-se a política de distribuição e doação de datas, regulamentando o território através de normas oficiais. ²⁶Este regimento definiria o parcelamento do solo, ou seja, tamanho das datas e a quem seria entregue, “homem bom e proprietário de escravos”, sendo também preestabelecido o uso a partir do qual se determinaria a diferenciação da sociedade, preservando o padrão hierárquico lusitano. Além disso, este regimento também dizia respeito ao salário dos funcionários, solução de conflitos entre mineradores, exploração aurífera, controle da entrada de mercadorias na região, entre outras diretrizes. A política territorial adotada pela Coroa em 1702 seria inédita na colônia, pois a divisão de terras anteriormente era fundamentada no sistema de sesmarias adotado na região litorânea, baseado na distribuição de grandes glebas de terrenos; já nas Minas, a situação encontrada exigiria um novo sistema fundamentado em pequenas datas de terra, em oposição à antiga política seguida no litoral.

Outro fator que difere a região mineradora do litoral está relacionado às instituições religiosas, pois as ordens tradicionais²⁷ tiveram sua entrada proibida (REIS FILHO, 1999) nas minas, determinada pela coroa portuguesa, o que possibilitou a instalação das ordens terceiras, das Irmandades e Confrarias. Enquanto, no litoral, os “projetos arquitetônicos eram submetidos aos superiores em Portugal e às sedes das ordens em Roma” (REIS FILHO, 1999, p. 12), nas minas as ordens religiosas tiveram maior liberdade para interpretar

²³ De acordo com Reis Filho (1999, p. 8), “a numerosa população urbana nas áreas de mineração, durante o século XVIII, implicou necessariamente na implantação de modos de vida com características burguesas, contrastando significativamente com os padrões das regiões de tradição agro-exportadora. Essa dinâmica social exigiu da administração portuguesa uma participação mais ativa, que se traduziu, de um lado pelo aumento do sistema repressivo e, de outro, pela adoção de padrões mais elaborados em termos urbanísticos, em geral com apoio de quadros técnicos de alto nível.”

²⁴ Segundo Holanda (2008a, p. 301), “a partir do último decênio do século XVII, no entanto, com o início da verdadeira Idade do Ouro, o descaso com que até então se considerara a necessidade de novas medidas tendentes à proteção e expansão da atividade mineradora evidenciou-se de súbito. A importância sem exemplo dos achados de Minas Gerais serviu para pôr em destaque as graves deficiências do velho código mineiro, que entrou logo em colapso.”

²⁵ Sobre O Regimento de 1702, ver também Holanda (2008a, p. 301-303).

²⁶ Segundo Mello (1985, p. 23), “[...] essas medidas fiscais não tiveram resultados tão compensadores, visto faltar uma definição política mais efetiva para toda a região, sempre sacudida por inúmeros conflitos, naturais nas tumultuadas circunstâncias da época mas trazendo também evidentes prejuízos para os portugueses.”

²⁷ Não só as ordens religiosas, assim como os religiosos foram proibidos de entrar nas Minas, como relata Mello (1985, p. 53): “Já em 1711, uma Carta Régia recomendava ao governador Antônio de Albuquerque: “ordenovos, que não consitais (*sic*) que nas Minas assita frade algum, antes os lance fora todos por força ou violência, se por outro modo não quiserem sair.” [...] Dessa forma, apenas a presença de padres seculares seria tolerada no território mineiro. Se, nas atividades de mineração, os religiosos causavam problemas à administração colonial, também por outro motivo importante o rei de Portugal os desejava afastados das regiões do ouro dos diamantes: sem a informação mais precisa das ordens religiosas, o Vaticano não teria conhecimento real dos tesouros encontrados para fazer maiores reivindicações junto à Coroa Portuguesa.”

e projetar seus edifícios, estabelecendo, ainda, um vínculo social com a população, sendo que esta participava ativamente na construção e manutenção destes edifícios.

A presença efetiva da metrópole com a aproximação entre Estado e colônia se faria através da administração municipal tratada na Casa de Câmara a partir de suas reuniões periódicas, que tiveram início em 1711 (GOUVÊA, 2006). Nesta data, a câmara de Vila Rica receberia uma sesmaria²⁸, ou porção de terra, doada pela coroa como forma de contribuir para seu patrimônio (FONSECA, 2006). Inicialmente pautadas nas Ordenações Filipinas²⁹, as Câmaras Municipais garantiam a execução dos projetos do reino nos municípios.

Na Câmara, aos juízes ordinários e vereadores compete a ampla liberdade de dirigir assuntos municipais, sendo incluídos também, apesar de maneira resumida, assuntos ligados a urbanização do espaço; assim, estes oficiais poderiam conceder e aforar as terras. Além destes atores municipais, merece destaque a figura do almotacé Mor devido a sua importância efetiva à medida que gerenciava os negócios públicos, atuando, assim, como o representante da Câmara junto ao povo. Faziam cumprir as posturas ou regimentos determinados pela Câmara, sendo sua função, portanto, ligada ao preço dos serviços, limpeza da vila, sentenciar infratores penalizando-os com multas, prisão e fechamento de negócios, comércio de gêneros e manutenção do espaço público, como descrito: “Ao Almotacé Mor pertence mandar nos lugares, onde a Corte stiver (*sic*), cumprir as posturas feitas sobre canos, fontes, chafarizes, poços e sterqueiras (*sic*) [...]” (ORDENAÇÕES..., 1870, p.46). Além das atribuições descritas, ressaltam-se as medidas relativas a ocupação do solo urbano e edificações, intervindo em assuntos relativos a relação das edificações vizinhas entre si e destas com as vias, podendo até mesmo embargar qualquer obra de edifício que não estivesse de acordo com as Ordenações:

Item, conhecerão das demandas, que se fizerem sobre o fazer, ou não fazer das paredes de casas, de quintaes (*sic*), portas, janellas (*sic*), frestas e eirados (*sic*), ou tomar, ou não tomar de agoas (*sic*) de casas, ou sobre metter (*sic*) traves, ou qualquer outra madeira nas paredes, ou sobre esterco e immundicias (*sic*), ou águas, que se lançam, como não devem, e sobre canos e enxurros (*sic*), e sobre fazer de calçadas e ruas (ORDENAÇÕES..., 1870, p.160).

²⁸ De acordo com Fonseca (2006, p. 36) “Em Minas Gerais, essas terras receberam denominações diversas: “bens do concelho”, “sesmaria da câmara”, “Sesmaria do concelho”, “logradouro da vila”, “baldios do concelho”, ou, simplesmente, “rossio”. A definição de rossio, para Reis Filho (1968, p. 112) é “uma parcela do termo demarcada junto aos núcleos urbanos, utilizada para atender ao crescimento das formações urbanas, para pastagens de animais de uso dos moradores e para o recolhimento de lenha por parte das pessoas de condição mais humilde.” Além disso, para Marx (1991, p. 68), essa área serviria também como “uma reserva para a expansão da vila, seja prevendo novas cessões de terra, seja a abertura dos correspondentes caminhos e estradas, ruas ou praças.”

²⁹ De acordo com Renger (2006, p. 93): “As ordenações Filipinas, uma atualização das Manuelinas, vigorando em Portugal de 1603 a 1867, constituíam também base da legislação no Brasil Colônia, sendo aqui substituídas somente em 1916 pelos Códigos Civil e Penal da República.”

A câmara seria, portanto, responsável pelo ordenamento do espaço urbano na Vila assim como pela representação dos habitantes junto à metrópole, acabando por “imprimir ao núcleo uma fisionomia própria e adequada às necessidades e anseios dos colonizadores e colonizados” (BORREGO, 2004, p. 41). Sendo assim, a Câmara:

[...] supervisionava a distribuição e o aforamento de chãos de terra; lançava e cobrava taxas municipais; fixava o preço da venda de muitos produtos e provisões; passava licenças para aforamentos, construção e negócios, assegurava edificação e manutenção de obra pública; regulamentava os feriados públicos, as cerimônias civis e religiosas; controlava os contratos e ofícios mecânicos e era responsável pelo policiamento da cidade e pela saúde e saneamentos públicos (BORREGO, 2004, p. 114).

A partir de suas atribuições é possível notar o papel fiscalizador da Câmara no processo de urbanização de Vila Rica; sendo “preocupados com as rendas do Senado, os oficiais das Câmaras instauravam, juntamente com a ordem, a disposição e a forma urbana de Vila Rica” (BORREGO, 2004, p. 117). Após a fundação da Vila e a criação da Câmara, o sistema de ocupação das terras seria modificado, passaria da concessão de datas, - regulamentado primeiro pelas ordenações do Reino, depois pelo Regimento de 1702 - à repartição de lotes mediante pedido dos habitantes, que deveriam pagar os foros anuais,³⁰ que representariam uma espécie de imposto, pago de acordo com o tamanho da propriedade.

Ressalta-se que as vilas mineiras foram sempre instituídas em arraiais pré-existentes, nos quais o parcelamento do solo viria sobrepor-se à estrutura fundiária presente em cada período: sesmarias e datas minerais, mencionados anteriormente, e os patrimônios religiosos.³¹ Este último representa uma das formas de apropriação da terra, que eram solicitadas às capelas que atendiam tanto às necessidades espirituais quanto às de habitação, à medida que providenciam o chão para sua construção (MARX, 1990/2).

A partir do que foi exposto, ressalta-se que, antes da instituição do aparelho político administrativo em Vila Rica, a distribuição e apropriação ocorriam através: das datas, concedidas aos mineradores que construía seus acampamentos ao seu redor; do patrimônio das capelas, que doavam ou aforavam chãos no seu entorno; e sesmarias, que eram doadas pelo governador geral, localizadas geralmente em áreas rurais. Desta forma, o Estado e a Igreja imprimem na Vila não só os conceitos e maneiras da vida civilizada para

³⁰ Segundo Borrego (2004, p. 115), “o pagamento de foros, portanto, representava parte considerável dos rendimentos dessa instância de poder local. Em vários documentos, percebemos a preocupação dos oficiais em regulamentar seus chãos, inspecionando aqueles moradores que deixavam de contribuir, queriam vender sua data de terra, ou queriam aumentá-la.”

³¹ Em 1991, Marx (1991, p. 39) explica que “os patrimônios religiosos surgiam discreta e timidamente por toda parte [...] eram porções de terra doadas nominalmente a uma devoção, a um santo padroeiro. Passavam a constituir o patrimônio desse orago, de sua capela, administrado por uma entidade que deveria merecer a autorização da Igreja e obedecer também aos preceitos das Ordenações do Reino, controlados pelas autoridades judiciárias.”

uma sociedade em formação, como também as características do espaço urbano. Com o desenvolvimento da Vila era necessário estabelecer bases normativas para organização principalmente do espaço público, como o alinhamento e a retificação das vias públicas. Essas medidas visavam o estabelecimento e a demonstração do poder ordenador e controlador da metrópole (MENICONI, 1999, p. 36). Porém, não foi possível a implantação de todas as normas e procedimentos:

Os pretendidos alinhamento e retificação das ruas, de modo a torná-las “largas e direitas”, só serão possíveis em pequenos trechos de topografia favorável, limitando-se ao fundo de vale fronteiro à atual Matriz do Pilar, [...] onde possivelmente se intentou a implantação de um plano reticulado. Em Antônio Dias e, sobretudo, nas demais povoações, são preservados, quase integralmente, os caminhos e os traçados originais (MENICONI, 1999, p. 37).

Em 1712 a Câmara decretaria que se qualquer edificação que se pretendesse construir dentro do perímetro da Vila deveria passar pelo governo municipal, que emitiria uma permissão, maneira encontrada para controlar a abertura de novas ruas e estabelecer o desejado alinhamento.³² Na tentativa de acelerar o processo de urbanização, é estabelecida a Lei de 1713, que instituiria o primeiro zoneamento a partir do estímulo à concentração comercial em determinada região da Vila, pois esta lei proibiu

[...] que não houvesse no distrito desta Vila, em distância de uma légua, loja de fazenda, seca ou molhada ou qualquer vendagem de nenhuma sorte, pelo prejuízo que se seguia à povoação desta Vila e diminuição do aumento dela, como também aos mercadores dela (VASCONCELLOS, 1977, p. 85).

Neste mesmo ano, foi determinado pelos vereadores da Câmara “que se pusessem números nos ranchos foreiros” (VASCONCELLOS, 1977, p. 90), para facilitar a cobrança do pagamento dos foros. Como ênfase ao citado zoneamento, a lei de 1714 viria reforçá-la proibindo “tavernas e cozinhas de qualquer gênero comestível ou bebidas, nas lavras de minérios e faiscação” (FJP, 1975, p. 10). Além das determinações citadas acima, em 1714, aproveitando um incêndio ocorrido na Vila, a câmara determinaria que “as casas das ruas que dessem na praça principal (Praça Tiradentes) seriam medidas e alinhadas, a fim de criar uma vista de conjunto mais regular na parte central da vila” (DELSON, 1979, p. 29). Ratificando a permanente intenção de ordenamento da malha urbana da Vila, em 1716 foi estabelecido que “se passasse edital para que no Ouro Podre se não levantassem mais

³² Fonseca (2004, p. 248) afirma que “[...] porquanto muitas pessoas que fabricam Ranchos nesta vila o fazem sem licença deste senado não obstante o ter sido posto em edital em que se lhes proibe o levantá-los sem licença deste senado, e aforamento dele o que é em prejuízo das rendas do conselho ordenaram que toda a pessoa que levantar rancho sem a dita licença seja condenada na postura do conselho e se lhe mande botar abaixo a sua custa e o mesmo se entenderá com os que tiverem principiado antes do dito edital não estando realmente acabados, e com todos aqueles que quiserem consertar ou reedificar alguma casa das que estão feitas, para que desta sorte se vão endireitando as ruas [...]”

ranchos nem reedificassem os que estão feitos sem licença deste senado” (CABRAL, 1969, p. 79). Enfatizando o caráter da metrópole de fiscalização e ordenação do espaço, a presença do arruador³³ pode ser demonstrada em 1715, a partir de uma solicitação de Gaspar Teixeira de Magalhães, de “quatro braças de terra no fim da rua da Cadeia, junto ao córrego do arraial de Antônio Dias”,

[...] deixando-se seu beco na forma do estilo [...] da parte de cima donde Bonifácio da Silva Barbosa e da parte debaixo com o córrego; sem testada na rua entrada da ponte pela parte de baixo ficando-lhes fundo o córrego pela parte detrás sem sair das estacas que o arruador meteu da parte da Rua que demarcou [...], mediante foro de duas oitavas de ouro a cada ano (BORREGO, 2004, p. 80).

Foi expedida pelo governador D. Lourenço de Almeida, em 26 de setembro de 1721, a permissão para se pesquisar ouro nas montanhas, desde que os buracos abertos para sua procura fossem fechados posteriormente para evitar acidentes. Regulamentava-se também a distância entre “poços”, que deveria ser de pelo menos 40 palmos, além de se proibir a venda das terras e punir aqueles que edificassem nos morros (ESCHWEGE, 1979). Esta medida, portanto, iria estipular um zoneamento à Vila, concentrando as edificações longe dos morros minerados.

Em 1733, seria regulamentado pela Câmara o corte e queima das matas no entorno da Vila: “nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que seja, possam cortar matos nem largar fogos às capoeiras nem matas virgens uma légua na circunferência desta Vila, pelos prejuízos que causa estes povos pela falta de lenha” (VASCONCELLOS, 1977, p. 110). Em 1747, as Ordenações e Leis do Reino de Portugal iriam regulamentar o que se podia realizar ou não nas edificações, além de outras disposições, podendo ser considerados “uma espécie de código de obras da época” (VASCONCELLOS, 1977, p. 89). Assim poderiam ser executados:

Eirados com peitoris, janelas, frestas e portais desde que não descubram casa ou quintal alheio, caso em que só se permitem seteiras, que não prevalecem, contudo, sobre o vizinho, desde que queira levantar parede, tapando-as. Para reclamar sobre as aberturas devassantes, especifica-se ano e dia, terminados os quais não são mais obrigados seus proprietários a fechá-las. Em becos não se permitem janelas nem portas, sem licença dos almotacés e oficiais da Câmara, que só a dão quando absolutamente necessárias. Não podem ser feitas escadas nas ruas, de modo a impedir o livre trânsito do vizinho, nem ramada ou alpendre que impeça a serventia da rua. Podem ser feitos balcões ou abóbadas ligando casas situadas nos dois lados da rua, mas o ar debaixo e acima destas construções pertence ao Concelho, podendo, assim, este, derrubá-las quando necessário. Querendo alguém lançar as águas de suas casas na rua pode-o fazer, mas

³³ Segundo Reis Filho (1999, p. 19) o arruador é o profissional que “fixava a linha segundo a qual se dividiam os espaços públicos, dos espaços privados.”

de modo que não faça dano aos vizinhos ou aos que passarem na mesma rua (VASCONCELLOS, 1977, p. 89).

2.2.3 Implantação

O território a partir do qual foi instalada a cidade de Vila Rica³⁴ era constituído por: “vales e contraforte da serra [...] ocupados por florestas colossais onde vicejavam, com grossos troncos e frondes espessas, os cedros, as braúnas, os jacarandás, os araribás, as cabiúnas, as canelas, as perobas, e outras árvores de madeira incorruptível, como as denominavam os antigos” (LIMA JUNIOR, 1962, p. 57). A construção dos edifícios religiosos se apresentou como fator preponderante ao desenvolvimento da malha da cidade, pois estes balizariam o crescimento urbano agindo, assim, como pontos referenciais de incentivo a urbanização e conseqüente adensamento de algumas porções da cidade (SOUZA, 2000). Sobre este aspecto Marx (1991, p. 46) endossa:

Assegurada a preponderância da capela no ponto mais alto, e na orientação geral do casario que passaria a balizar no respeitoso distanciamento do mesmo. Estava, sem outra interferência provável, iniciado o ordenamento espacial da localidade através do simples erguimento de seu referencial maior.

A localização para a implantação das igrejas era regulamentada pela constituição nº687 - Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia – que, através desta, colaboraria para a conformação da paisagem de muitas vilas brasileiras, a partir do costume de sempre destacar as Igrejas em meio ao casario, recomendando que o local destas fosse afastado das casas. Outro aspecto que seria determinado através desta regulamentação seria a configuração de espaços livres e espaços ocupados que possibilitaram a valorização da igreja, revelando sua silhueta por entre a massa construída do casario, permitindo a criação de um adro ao redor do templo, usado principalmente para as procissões.

Conforme direito canônico, as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados (*sic*), pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial (*sic*) em nosso Arcebispado, se edifique (*sic*) em sitio alto, e lugar decente, livre de humidade (*sic*), e desviado, quanto for possível, de lugares (*sic*) immundos (*sic*), e sórdidos [...] (MARX, 1991, p. 22).

³⁴ Segundo Vasconcellos (1968, p. 85), “[...] nas Minas [as povoações] se erguem em locais que lhes não são favoráveis, impróprios quase pelo microclima, pela topografia e pela esterilidade do solo. São fixações que independem, em grande parte, do arbítrio humano, subjugando-se ao segredo mineral.”

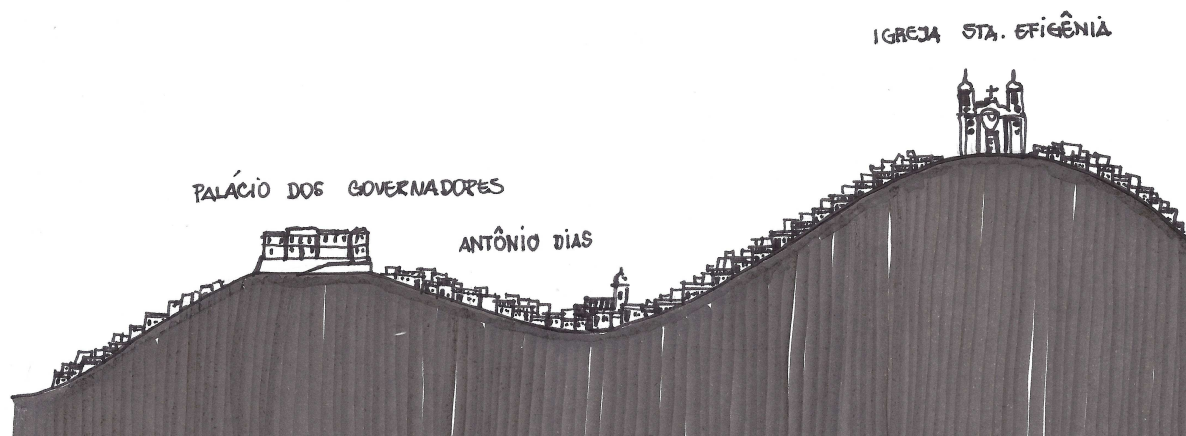


FIGURA 33 - Croqui em corte da implantação da vila no terreno
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

Assim, o tecido urbano seria condicionado por esta constituição além do patrimônio da igreja³⁵, à medida que determinaria o sistema de ruas e edificações pelo menos, ao redor do templo a partir de sua implantação. Lembra-se que estas determinações foram utilizadas principalmente em assentamentos ainda esparsos, pois a concentração e o adensamento de algumas regiões não possibilitaram a implantação desta constituição, como é o caso da Igreja Matriz do Pilar, que está localizada em meio às edificações particulares que ocupam o seu entorno, além de seu terreno não possibilitar um destaque à edificação por estar situado em um vale com cota de nível baixa em relação às montanhas.

O primeiro desenvolvimento da Vila aconteceria em movimento centrípeto, ou seja, em torno dos núcleos preexistentes, aumentando a densidade de ocupação ao redor das capelas e em direção ao Morro de Santa Quitéria – Praça Tiradentes. A partir deste momento de desenvolvimento, ocorre principalmente a abertura de arruamentos, sendo importante ressaltar que, com relação a implantação das vias no terreno natural,

[...] o eixo longitudinal da povoação e as suas ruas mais importantes fazem-se no mesmo sentido do vale e da serra de Ouro Preto, vencendo, com inadequada valentia, as ondulações dos contrafortes que se antepõem à diretriz estabelecida, sem maior obediência, como seria de desejar-se, à topografia do lugar. Raramente procuravam adaptar-se às curvas de nível do terreno [...] (VASCONCELLOS, 1977, p. 79).

³⁵ De acordo com Marx (1991, p. 41), “a criação de um patrimônio não apenas definia o terreno da capela primitiva, de seu adro e da área à sua volta, como ia paulatinamente, e por vezes de forma muito rápida, desenhando por sobre os campos uma série de parcelas, objeto de alguma melhoria que era exigida, e, correspondentemente, uma série de caminhos comuns e vias.”

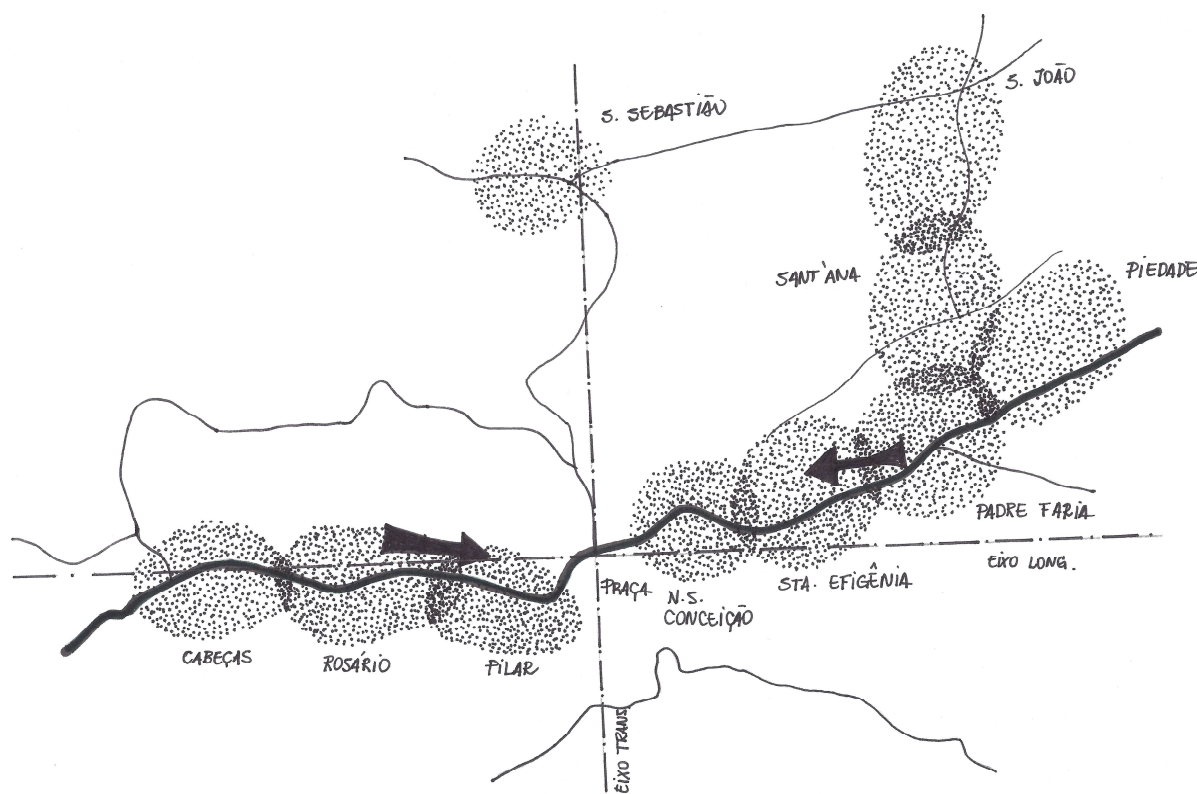


FIGURA 34: Croqui representando o crescimento centrípeto da vila
 Fonte: Elaborado por Flávia Guerra Soares com base em VASCONCELLOS, 1977, p. 78.

No início do século XVIII a vila se conforma linearmente ao longo do caminho tronco que era o mais importante e mais transitado, unindo os três principais morros da cidade, localizados na região de Cabeças, Praça Tiradentes e Santa Efigênia. Grande parte das igrejas pontuam este caminho, sendo que ele irá estruturar a formação da vila à medida que conectava os arraiais que se encontravam espalhados no território, sem definição, inicialmente, de um centro polarizante. Através de uma arrematação realizada para o conserto de calçadas tem-se a possibilidade de visualizar os caminhos percorridos pelas pessoas neste período:

[...] houve os ditos oficiais da Câmara por arrematados os consertos das calçadas [da] ruas direitas desta vila da forma seguinte que remata[v]am as ruas direitas principiando no Caquende da parte do rio, da outra banda seguindo pela rua detrás do Ouro Preto até a ponte e da rua da [igreja] até se encontrar a ponte de Ouro Preto até a praça e seguindo para Antônio Dias pela porta da igreja até a ponte pela rua da cadeia velha até o paço e da dita ponte de Antônio Dias seguindo até a última calçada que vai por direto ao Padre Faria sem entrar travessa alguma, e que seja obrigado a mover de novo a calçada que corre da ponte de Ouro Preto até as casas em que hoje mora Francisco da Costa (BORREGO, 2004, p.143-144).

Este período encerra a fase de desenvolvimento centrípeto, consolidando-o com o estabelecimento do centro administrativo na Praça do Morro de Santa Quitéria (FJP, 1975), que “permanecerá desocupado até a década de 1740, rasgado apenas pelo ramal do

‘caminho velho’ que cruzava a área desolada, servindo a colina como elemento sistemático de separação entre as freguesias” (BAETA, 2002b, p. 270). Posteriormente ocorre um novo ciclo que se caracteriza de maneira centrífuga, ou seja, em movimentos de expansão com direção apontando externamente ao tecido urbano existente. Este novo desenvolvimento irá reforçar a linearidade da Vila, já marcada pelo estabelecimento do caminho-tronco à medida que surgem novas ocupações no seu entorno.

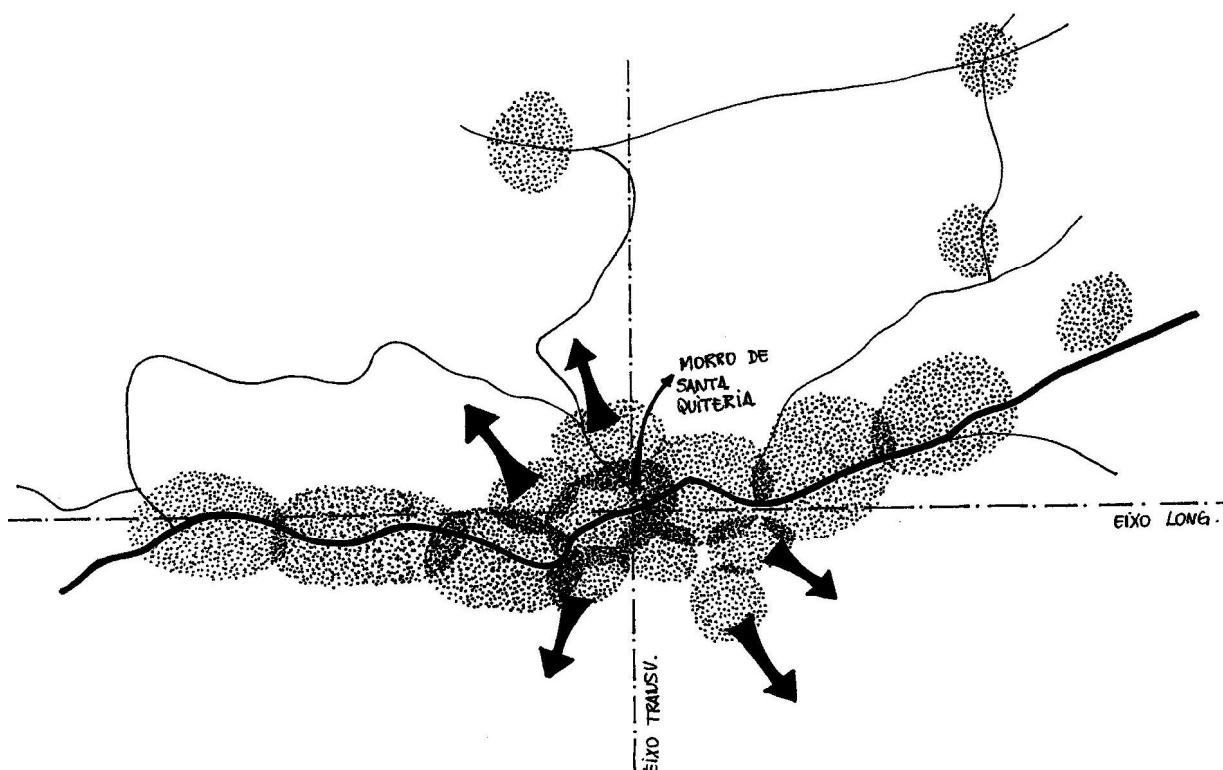


FIGURA 35 - Croqui representando o crescimento centrífugo da vila.

Fonte: Elaborado por Flávia Guerra Soares com base em VASCONCELLOS, 1977, p. 80.

A partir da observação da implantação da Matriz do Pilar percebe-se um fator que determinou a mudança da forma urbana do tecido de Vila Rica neste período. A primeira instalação desta igreja encontrava-se voltada para o sul, a partir do qual se estabelecem harmonia e proporção com o entorno, principalmente através da relação entre espaços ocupados e espaços livres. Com o desenvolvimento da Vila, a Matriz passou por várias interferências; dentre elas “[...] em 1730, demolida a igrejinha, resolveram os mesários mudar a posição da nova, pois que do lado do Itacolomi vinham fortes ventos que apagavam as velas do altar, fazendo mal à saúde dos fiéis” (LIMA JUNIOR, 1956, p. 21).

Portanto, em 1730, a igreja apresentada será substituída por uma edificação de maiores proporções, sofrendo estas várias ampliações. Sua visada principal ficou interrompida pelo casario, não sendo possível a contemplação de sua fachada como um todo. A implantação da Matriz é questionada devido à inexistência de um eixo de visada que tem como fuga

central o edifício, ou à inexistência de um adro de grande extensão ao seu redor, ambos os aspectos utilizados para valorização destes edifícios, sendo técnica comum adotada no período.

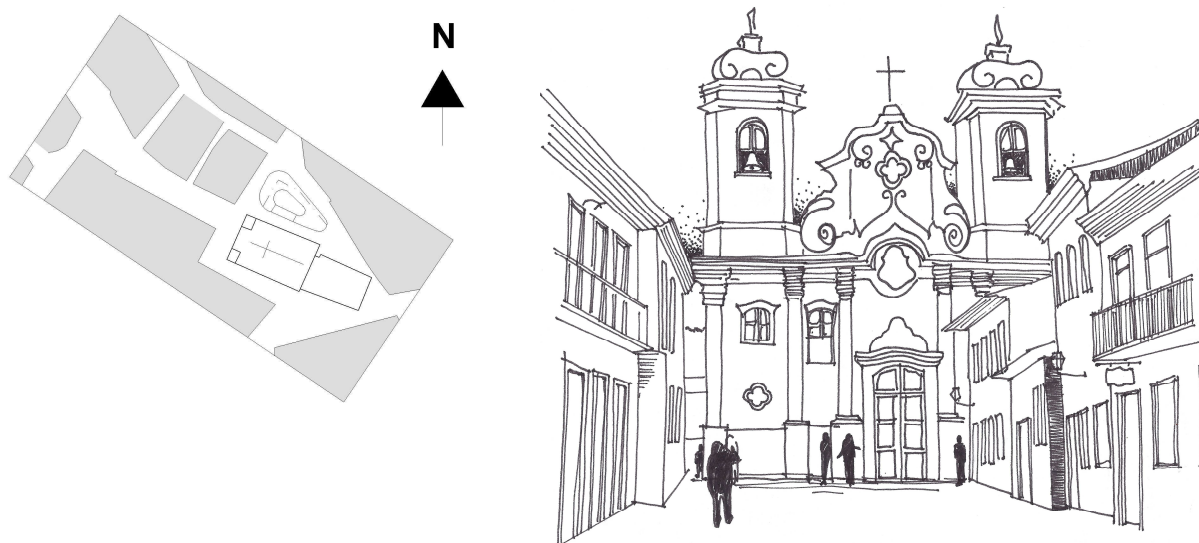


FIGURA 36: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

No governo de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, entre 1735 e 1763, foram realizadas as intervenções urbanas mais significativas com relação à abertura e ao calçamento de ruas, construções de pontes³⁶ e chafarizes. Além disso, foi demarcado o centro administrativo devido principalmente à implantação do Palácio-Fortaleza próximo à antiga Casa de Câmara, estabelecendo, assim, a praça principal que uniria os principais arraiais de Antônio Dias e Pilar (MENICONI, 1999), configurando em 2009 a Praça Tiradentes, principal pólo irradiador da cidade. Como exemplo, pode ser citada a reconstrução da ponte São José em 1742, antigamente denominada “Ponte dos Contos”, sendo esta apenas provisória, substituída nesta data por outra, construída de pedra (CABRAL, 1969).

Além desta, outras construções devem ser enfatizadas, tais como: Chafariz da Praça Tiradentes (1744), Chafariz de São José ou dos Contos (1745), Fonte do Fundo do Padre Faria (1744), Chafariz do Passo de Antônio Dias (1752), Ponte de São José ou dos Contos (1744), Ponte do Pilar (1756) (FJP, 1975), e ainda neste período foram concluídas as obras do Palácio (1753), iniciadas em 1738 (CABRAL, 1969).

³⁶ Sobre as pontes de Vila Rica ver Carvalho (1921a, p.149-162), publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, que trata sobre a ponte do Caquende ou Rosário, ponte de São José ou dos Contos e ponte de Antônio Dias.

O primeiro pelourinho da Vila, chamado de Largo do Pelourinho, foi construído por Domingos Rodrigues Tôrres em frente à casa de Cláudio Manoel da Costa, na rua que hoje possui seu nome, sendo antigamente designada Rua do Ouvidor (CABRAL, 1969). Este Largo – denominado Largo do Coimbra - marcaria o tecido urbano da cidade, pois representa uma abertura da visada enquadrada pela via que desce da Praça Tiradentes, sendo posteriormente contemplado com a implantação da Igreja de São Francisco de Assis na segunda metade do século XVIII. Além da construção de pontes, fontes, chafarizes e edifícios públicos e religiosos, observa-se também a preocupação com o calçamento das vias e com o desmoronamento de terra, devido principalmente ao terreno acidentado, sendo tal desmoronamento resolvido através da execução de um tipo de muro de arrimo. As preocupações urbanísticas da época irão refletir no processo de urbanização da Vila, devido à realização da divisão desta em sete zonas urbanas³⁷, sendo delimitadas, principalmente, por elementos urbanos, como pontes e praças, a saber:

- 1º Da Ponte do Passa-Dez ao Alto das Cabeças;
- 2º Do Alto das Cabeças à Ponte do Caquende;
- 3º Da Ponte do Caquende à Ponte de São José;
- 4º Da Ponte de São José até a Praça;
- 5º Da Praça à Ponte dos Suspiros (Ponte de Marília);
- 6º Da Ponte dos Suspiros ao Alto da Cruz (Santa Efigênciã);
- 7º Do Alto da Cruz à Ponte do Padre Faria. (FJP, 1975, p. 11).

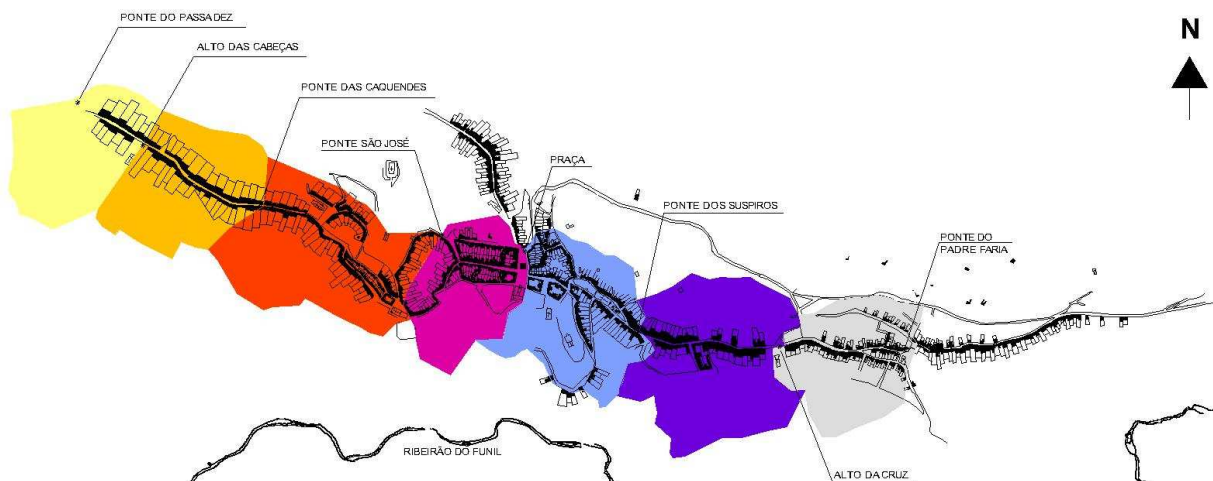


FIGURA 37 - Croqui representando o zoneamento da vila

Fonte: Elaborado por Flávia Guerra Soares com base em REIS FILHO, 1999, p. 30-31 e OURO PRETO, 2006b.

A partir das observações realizadas, pode-se inferir que a implantação da vila neste período ocorreu a partir de uma via alongada, o caminho tronco, no qual as edificações foram implantadas em ambos os lados, formando um “corredor”, que pode ser denominado “Strassendorf”³⁸. Este termo de origem alemã nomeia cidades que se desenvolvem ao longo

³⁷ Este zoneamento é descrito também por Vasconcellos (1977, p. 84).

³⁸ Ver definição no glossário – APÊNDICE A.

de um rio ou de uma estrada principal, caracterizando-se como uma rua alongada com casas implantadas nos dois lados desta via. A Strassendorf pode ser considerada como um arraial-rua, ou vila-rua, com suas construções aglomeradas ao longo da via pública apresentando uma praça principal em seu percurso, onde estão localizados os edifícios mais importantes.

Nas [urbanizações] mineiras também as construções se amontoam, se interpenetram, multiplicando-se para o alto e para os fundos, escoram-se mutuamente, mas por outras razões: só há uma rua disponível que importe aproveitar ao máximo. Fazem-se mínimas as testadas, comprimindo as frentes ruerias das moradias. (VASCONCELLOS, 1968, p. 89).

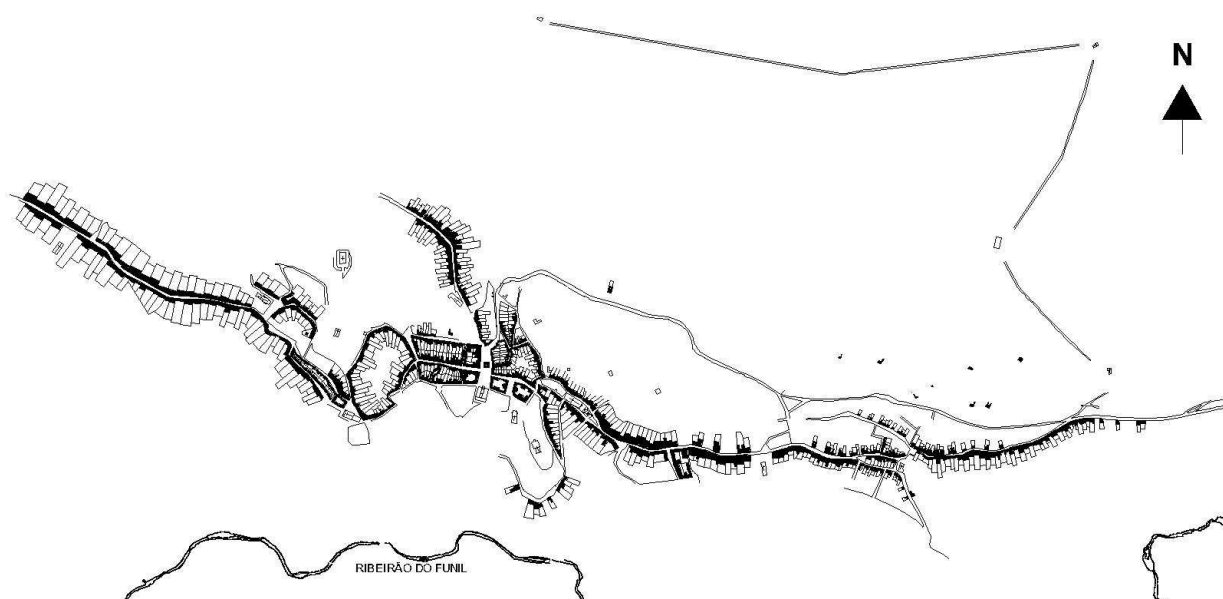


FIGURA 38 - Croqui do mapa da vila

Fonte: Elaborado por Flávia Guerra Soares com base em REIS FILHO, 1999, p. 30-31 e PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2006.

Nota: O mapa apresentado em REIS FILHO, 1999, p. 30-31 é uma base que possui deformações com relação principalmente ao direcionamento do traçado, assim foi utilizada como base o mapa de Ouro Preto (OURO PRETO, 2006b), do qual foram transferidas as informações referentes aos lotes e edificações do primeiro mapa.

2.2.4 Tipologia

A tipologia é a classificação de elementos urbanos, ou seja, o conjunto de tipos e suas relações, que permitem identificá-los com relação à estrutura urbana em um determinado período de tempo e que, ainda, caracteriza o tecido urbano. A tipologia pode estar relacionada à estrutura urbana, que será analisada através do parcelamento do solo, ou ao tipo edilício, sendo este subdividido em duas categorias: residenciais e especializadas. O primeiro é caracterizado como “edifícios básicos” e é representado pelas residências, podendo ser multifamiliar, como os edifícios que apresentam mais de uma família residente,

ou unifamiliar, com um único domicílio. Na segunda categoria classificam-se aqueles que se diferenciam na malha urbana da cidade por possuírem características mais complexas e apresentarem maiores proporções, como, por exemplo, as igrejas e os palácios.

3.2.4.1 Parcelamento

No período de formação do núcleo urbano, a vila fixou-se em torno dos atalhos e bifurcações existentes entre as matrizes de Nossa Senhora do Pilar e da Conceição. Inicialmente as ocupações estariam concentradas ao longo do caminho tronco principalmente ao redor das igrejas, cujo quadro iria mudar, com o aumento da corrida pelo ouro que levaria a ocupação total deste caminho com edificações em renque, ou seja, sem afastamento lateral, verdadeiras “fitas” ou “cordões” de massas edificadas na testada do lote.³⁹

O fato de moradias, nos povoamentos lusitanos e brasileiros, se justaporem, agarradas umas às outras, deve-se sempre à exigüidade dos terrenos e dos arruamentos, delimitados, no reino, por fortificações, e, na colônia, por estas ou por reduzidos trechos de estradas e caminhos aos quais se reduz a unidade urbana (VASCONCELLOS, 1968, p. 84).

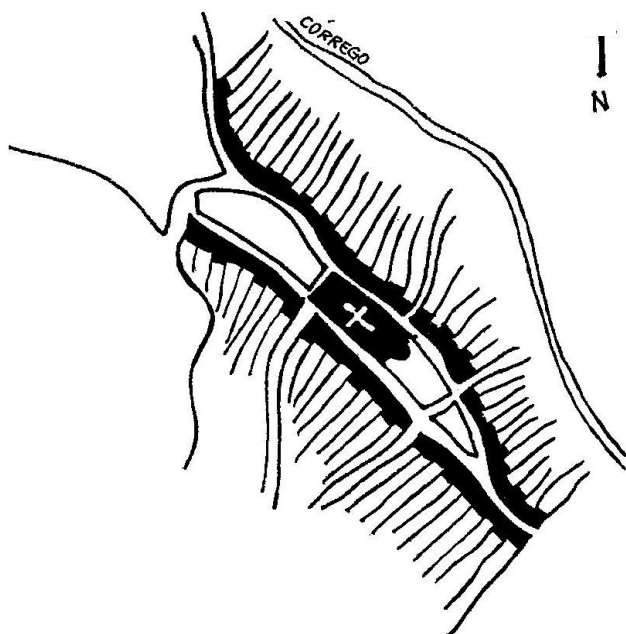


FIGURA 39 - Croqui representando o parcelamento do solo no bairro Antônio Dias
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

³⁹ De acordo com Vasconcellos (1977, p. 101), “nas encostas mineráveis, as casas localizam-se em terrenos de conformação irregular, raramente configuradas em quadra, muitos dos quais cercados de muros de pedra seca, que também estabelecem a separação de várias áreas internas.”

Como a Vila se implantou em terreno de topografia acidentada, “bastante imprópria ao estabelecimento de uma povoação” (VASCONCELLOS, 1977, p. 66), foram exigidos aterros e cortes constantes, apesar da sua execução apresentar dificuldade devido à dureza do solo. As vias, em geral, estão dispostas ao longo das encostas, apresentando os lotes, em sua maioria, aclives significativos de um lado e declives do outro. A forma alongada da maioria dos lotes pode ser embasada devido ao costume de estipular apenas a medida de sua testada, que variava de “duas e seis braças, ou seja, 4,4m e 13,2m” (FONSECA, 2006, p. 37). Nos pedidos de concessão, não era estabelecida a profundidade dos lotes, tanto pelos solicitantes quanto pela câmara, como pode ser evidenciado pelos termos de aforamento: “duas braças de testada com os fundos necessários” (FONSECA, 2006, p. 37) ou “seis braças de terra [...] fazendo frente à rua com seus fundos convenientes” (FONSECA, 2006, p. 37). Este tipo de concessão geraria lotes que atravessavam os quarteirões perpendicularmente, as edificações estavam implantadas na testada do lote, sem afastamento frontal ou lateral, e os fundos eram prolongados até atingir alguma barreira, seja um córrego, um terreno vizinho, ou a via pública oposta, como demonstrado na FIG. 39.

De um total de 255 petições de foros, entre os anos de 1712 e 1721, encontramos a variação do tamanho dos lotes de uma a 35 braças, sendo predominantes os chãos com três braças (83), duas braças (46), quatro braças (33), duas braças e meia (22) e seis braças (15), obtidas mediante o pagamento anual de meia oitava a braça (BORREGO, 2004, p. 79).

As quadras são dispostas de forma contínua ao longo das ruas principais, sendo irregular em seu desenho, não interceptando geralmente nenhuma outra via, ou com poucas intervenções. A existência deste tipo de quadra é possibilitada por um traçado com malha viária irregular, que potencializa o caráter de interiorização do quarteirão, apresentando, em geral, as bordas com ocupação significativa e o interior rarefeito.

2.2.4.2 Tipologia edilícia

O estudo da origem da arquitetura mineira está interligada a fatores econômicos, sociais, além das influências culturais que vieram não só do Reino, mas, também, da Índia, Espanha, África, China etc. Esta influência foi afirmada por muitos autores como sendo mais significativa a dos bandeirantes paulistas, que desbravaram nosso território, assim como trouxeram as técnicas de construção para as Minas. Sem dúvida, a influência paulista contribuiu para o desenvolvimento da civilização mineira, porém, Vasconcellos (1983, p. 37)

afirma que os traços lusitanos⁴⁰ são mais expressivos na arquitetura mineira devido, principalmente, ao fluxo migratório, pois enquanto “um milhar, talvez menos, de paulistas se fixou nas Minas, um número bem mais considerável, cerca de oitocentos mil portugueses, para cá vieram em massa”, ficando, assim, responsáveis pelas construções. Outro fator mencionado pelo autor diz respeito ao caráter de movimentação destes dois grupos, enquanto os bandeirantes percorriam o território de um lado ao outro para encontrar as riquezas e voltar às origens, os portugueses procuravam pacientemente os metais preciosos, implantando seu estabelecimento no território.⁴¹ O transplante da arquitetura do reino para a colônia não foi realizado pura e simplesmente, esta sofreu adaptações ao meio onde estava sendo inserida, com relação ao relevo, clima, mão-de-obra e materiais disponíveis, dificuldade de transporte, isolamento do litoral e da metrópole.

Não se dão, nas Minas, meras transposições culturais, enxertias de galhos já em frutos, transplantadas. Nelas todas as influências se casam em semente, flores cujos polens se misturam, provindas da metrópole, da África, da Ásia longínqua, sujeitas a fermentação local, à germinação condicionada pelo solo duro, de onde brota, afinal, uma nova espécie, uma nova gente, uma nova cultura, cujos frutos maduros perfumam a segunda metade do século XVIII, forjando as características fundamentais na nação futura [...] (VASCONCELLOS, 1968, p. 49).

Uma importante contribuição foi introduzida pelos engenheiros militares⁴², como o sargento-mor-engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, os quais foram profissionais responsáveis pela elaboração de projetos, “não se encarregando com freqüência das construções” (VASCONCELLOS, 1977, p. 97). Devido à complexa dinâmica urbana que se formava nas Minas, o governo reinol tinha interesse em manter estes profissionais com a intenção de desenvolver uma “ampla intervenção sobre a política urbanizadora e sobre o urbanismo de todas as cidades e vilas, inclusive sobre as mais modestas povoações” (REIS FILHO, 1999, p. 17). Os engenheiros militares eram, portanto, considerados os principais arquitetos da época, os que colaborariam para a tão sonhada regularidade urbana e para a imagem de solidez e autoridade (DELSON, 1979), que a Coroa intentava nas novas Vilas. Todos esses

⁴⁰ Com relação à influência lusitana na arquitetura mineira, Lemos (1989, p. 13-22) afirma que “aqui, as condições sócio-econômicas e o clima determinaram plantas, agenciamentos e partidos arquitetônicos peculiares. Casas brasileiras com exterioridades lusitanas. Mas isso não impediu que surgissem aqui e ali verdadeiras réplicas de casas lusitanas, principalmente em certas cidades do norte ou em Minas. Mas o que predominou mesmo foi tão-somente a fisionomia portuguesa qualificando, de norte a sul, a arquitetura residencial brasileira.” “Sem dúvida, a ilha mais portuguesa em sua produção foi Minas, porque foi extremamente rápida ali a ocupação territorial por reinóis ávidos de ouro, que logo anularam a rarefeita presença bandeirante e a espalhada população indígena.”

⁴¹ HOLANDA (1995, p. 99) apresenta outro ponto de vista, apesar de o autor se referir a um período diferente do que está sendo analisado: “[...] a colônia é simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos,” realizando, assim, uma colonização focada na exploração do litoral.

⁴² Sobre os engenheiros militares, Bueno (2002, p. 6) afirma que “longe de serem “toscos” [...], como inúmeras vezes foram alcunhados, trata-se de um sofisticado instrumental de raciocínio, já que os engenheiros eram formados, no âmbito das Aulas de Arquitetura Militar, para não reproduzir acriticamente modelos importados mas para raciocinar e adaptar-se às mais variadas conjunturas encontradas.”

aspectos contribuíram para a formação da arquitetura mineira, que interpretou livremente as múltiplas contribuições culturais vindas de várias partes do mundo.

2.2.4.2.1 Tipologia residencial

Os primeiros assentamentos tinham caráter de transitoriedade, devido às características da população aventureira, que desbravava o território mineiro. Sobre os primeiros assentamentos observa Assunção (1998, p. 22) que “nesta primeira fase, os arraiais ainda não passavam de construções muito provisórias, barracas, muito mais destinadas a um breve abandono, do que ao futuro estabelecimento da população local.” De acordo com Vasconcellos (1983, p.40) estes primeiros abrigos⁴³ podem ser descritos da seguinte maneira:

Quatro esteios de paus roliços, quatro frechais e uma cumieira ao alto; roliços também os caibros que receberão as fibras vegetais da cobertura: sapé, folhas de palmeira, etc. De princípio simples telheiros que acolhem o homem e seus trastes, seus animais, suas ferramentas; depois fechados fechando-se, na periferia, com tramas ainda de paus roliços e varas, esqueleto que serviria para a sustentação do barro com que se acabam.

Somente no final da primeira década do século XVIII a construção de edificações provisórias cessaria e começaria a ocorrer a construção de edifícios definitivos na Vila (FJP, 1975). Por volta de 1713, segundo Salomão de Vasconcellos, começa a funcionar a primeira olaria de Vila do Carmo e só a partir dessa data difundir-se-ia pela Capitania este material. De fato, em 1719, as licenças solicitadas à Câmara já especificam com mais freqüência esse material, mesmo em ranchos que, então, se apresentam “cobertos de telhas”. (VASCONCELLOS, 1977, p. 123). Além da mudança do tipo de cobertura⁴⁴, as edificações passam a ter esquadrias e revestimentos nas paredes, podendo estes ser argamassa de barro ou de cal e areia, além de receber a caiação, porém a planta se mantém quadrada, e as janelas apresentam folha única, situadas a meia altura das paredes (MELLO, 1985). Com relação ao sistema de construção utilizado nas Minas, Lemos (1979, p. 84) faz observações

⁴³ Vasconcellos (1977, p. 65) ainda fornece outra descrição sobre as primeiras residências mineiras: “corrigem-se ainda as inconveniências do clima, isolando-se as casas do exterior com a redução do número de vãos que, além do mais, implicariam dificuldades técnicas e econômicas, não favorecendo também a intimidade e a defesa dos lares. Muitas habitações dos primeiros mineradores, abrem-se apenas por um vão ou dois. Quando estes aparecem em maior número inserem-se, geralmente, na fachada principal, deixando cegas as laterais, mesmo quando se afastam de construções vizinhas.”

⁴⁴ A necessidade de substituição do uso da cobertura de palha é justificada por Vasconcellos (1977, p. 123) que “em razão do perigo que ofereciam as palhas das cobertas na eventualidade de incêndios, cuidam o reino e seus prepostos de proibir a sua utilização, pelo menos nos povoados mais importantes. Todavia, em 1720, é ainda com a alegação do seu difundido uso que se justifica D. Pedro de Almeida do rastreamento do incêndio nas casas do Morro de Pascoal da Silva [...]”

quanto à importação da taipa de pilão para a região, feita pelos paulistas, e o uso posterior do pau-a-pique:

Com o tempo, já nas construções importantes, feitas para durar, foi tentado a taipa de pilão, a técnica sabidíssima de São Paulo. Mas, na verdade, esse modo de construir não deu certo em Minas. Naqueles solos pedregosos era difícil o transporte das raras terras argilosas dos fundos de vale e, depois, as encostas de pedra com muita dificuldade é que permitiam os terraceamentos necessários às instalações dos taipais. E o pior: as enchurradas dos repentinos aguaceiros erodiam a terra socada, comprometendo a construção. Depois pau-a-pique – estrutura autônoma de madeira. A lógica afinal prevaleceu. Os esteios, ou pés-direitos, acomodavam-se às ondulações dos terrenos, propiciando pisos elevados, os sobrados afastados do chão, que determinavam dois, três e até mais andares úteis. Com essas suas longas pernas de pau de diferentes comprimentos, iam as construções umas encostadas às outras vencendo os declives, formando as ladeiras e engastando becos íngremes. E continuando a agir o bom senso, em solo pedregoso, se conclui que o fácil mesmo era construir muros de alvenaria de pedra.

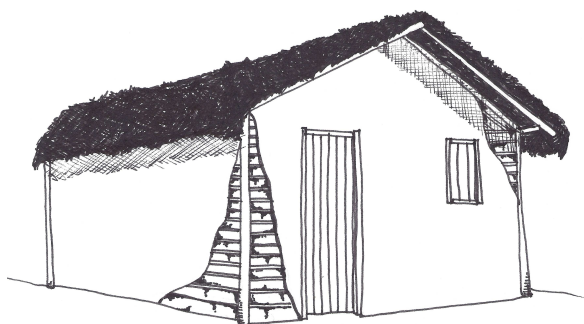


FIGURA 40 - Croqui representando a primeira fase da evolução tipológica do período
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

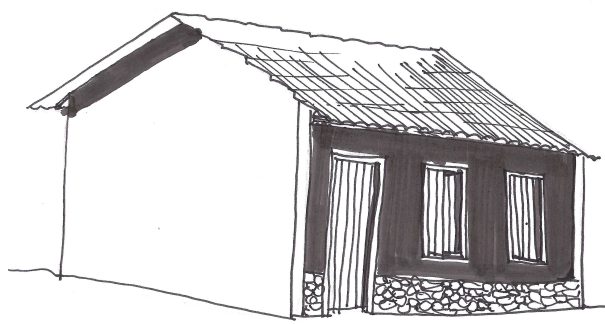


FIGURA 41 - Croqui representando a segunda fase da evolução tipológica do período
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

Com o desenvolvimento da vila e sua consolidação definitiva, as exigências com relação às moradias se modificam, principalmente devido ao aumento da população que iria demandar conseqüentemente a necessidade de residências maiores, com maior número de cômodos; assim, a casa térrea tende a se expandir e este movimento ocorre horizontalmente. Estas vão se diferenciar das primeiras tipologias devido à: melhoria do acabamento, aumento do pé-direito, a planta retangular, as esquadrias mais alongadas e a proporção de cheios se equivalendo aos vãos. A horizontalidade é marcada principalmente pela continuidade das linhas das vergas “que muitas vezes ultrapassam as ombreiras” (VASCONCELLOS, 1977, p. 180). “Mas essa seria como que uma curta fase de transição, pois logo a arquitetura residencial mineira se enquadraria na tipologia constante nas demais vilas brasileiras, passando a ser condicionada pelo intenso desenvolvimento urbano [...] (MELLO, 1985, p. 103-104).

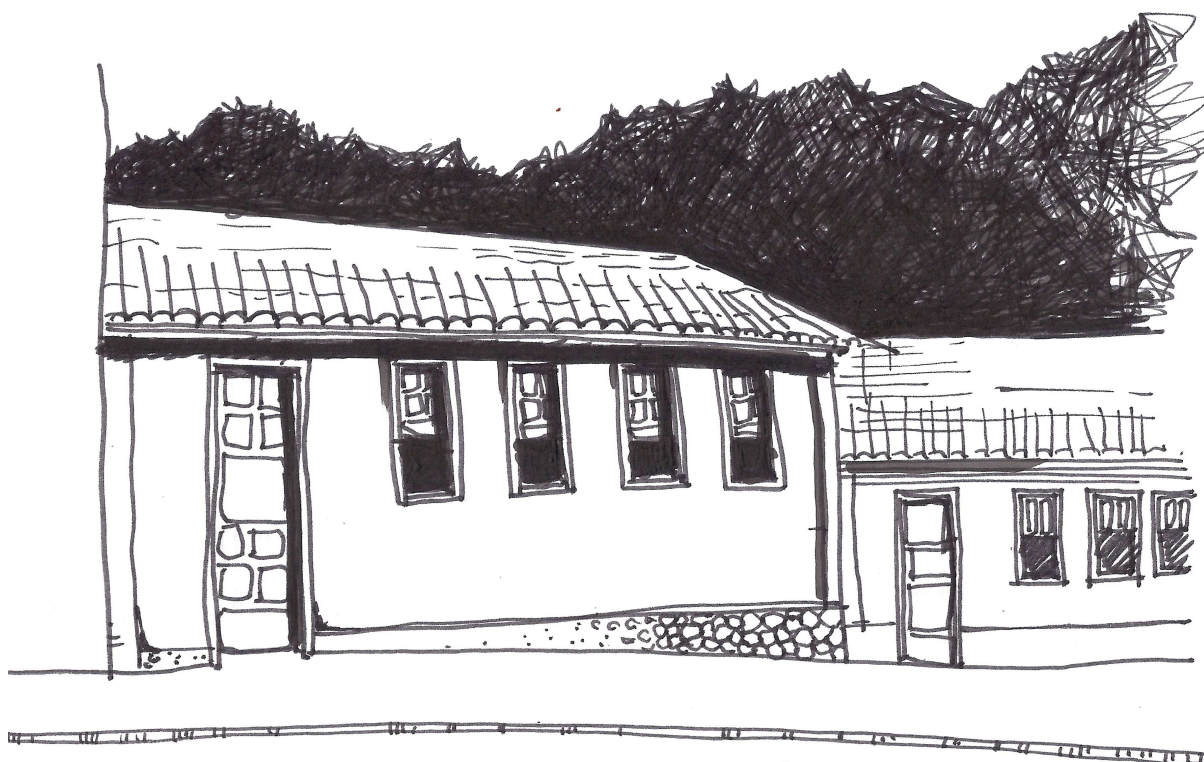


FIGURA 42 - Croqui representando a terceira fase da evolução tipológica do período
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

Com a escassez de terreno e lotes centrais disponíveis⁴⁵, e possibilitando um maior aproveitamento das vias arruadas, as testadas tendem a diminuir – “entre 6 e 8 metros em geral” (MELLO, 1985, p. 97) - e a edificação antes retangular com o lado maior paralelo à rua se inverte, passa a ser implantada perpendicular a esta, se alongando em direção aos fundos dos lotes, o que possibilitava a existência de quintais. A tipologia tradicional da casa térrea é consolidada, apresentando como elemento principal o seu corredor lateral, que percorre a residência desde a rua até o quintal.

A casa popular urbana dos tempos coloniais praticamente teve a mesma planta pelo Brasil em geral, embora as técnicas construtivas tenham sido diversificadas e isso por um motivo muito simples: as casas eram geminadas e levantadas em terrenos estreitos e profundos. Assim, todas as moradias possuíam cômodos encarreirados. O de frente, com janela no alinhamento da rua, quase sempre era sala de recepção, quando não abrigava alguma oficina de artesanato ou mesmo uma loja. Os cômodos intermediários, acessíveis por corredor lateral, eram dormitórios, naquele tempo chamados de camarinhas, alcovas ou casas de dormir. Nos fundos, fechava a fila a cozinha, a varanda alpendrada que dava acesso ao quintal, onde sempre havia um arremedo de instalação sanitária (LEMOS, 1989, p. 31-32).

⁴⁵Segundo Vasconcellos (1968, p. 89) “nas [urbanizações] mineiras também as construções se amontoam, se interpenetram, multiplicam-se para o alto e para os fundos, escoram-se mutuamente, mas por outras razões: só há uma rua disponível que importa aproveitar ao máximo. Fazem-se mínimas as testadas, comprimindo as frentes ruelas das moradias.”

Devido ao acentuado desenvolvimento comercial e conseqüente expansão da vila e incremento das técnicas construtivas, a alternativa de crescimento das residências seria vertical, dando origem ao sobrado⁴⁶, que, em alguns casos, teria seu segundo pavimento construído em cima da tipologia anterior, a casa térrea. O sobrado, inicialmente, possuiria caráter unicamente residencial e posteriormente abrigará função de comércio, armazenamento ou depósito, ou até para abrigo de animais no primeiro pavimento, e moradia no segundo, sendo utilizado o sistema construtivo de pau-a-pique. O crescimento ascendente da edificação é marcado pelo alongamento das esquadrias rasgadas até o piso, os quais, no segundo pavimento, são reforçadas pelas linhas das sacadas e parapeitos, promovendo um maior pano de aberturas, se comparado aos cheios representados pelas alvenarias, além de possuírem um acabamento melhor que as casa térreas.

Até 1740-1750 foram esses os espécimens de casa urbana, maiores ou menores, sobrados duplos, simples, ou sobradinhos minguados, inexpressivos, aconchegados uns aos outros, escuros, alinhados ao longo de ruas ou ladeiras, com patamares aos quais se subia por uma série de degraus mais ao menos numerosos, conforme a inclinação (LIMA JUNIOR, 1978, p. 114).



FIGURA 43 - Croqui representando a quarta fase da evolução tipológica do período
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

Nota: A maioria dos sobrados localizados próximos à Praça Tiradentes tiveram as janelas do primeiro pavimento substituídas por portas em função do comércio, que era instalado no térreo.

⁴⁶ O termo sobrado tem seu significado explicado por Lemos (1989, p. 32-33) como sendo “o espaço sobrado ou ganho devido a um soalho suspenso. Portanto, o sobrado tanto podia estar acima desse piso como embaixo dele, dependendo das circunstâncias. Por exemplo, se numa casa térrea construirmos forros assoalhados que permitam espaço para usos variados, temos o sobrado na acepção vulgar da palavra, que vai do sótão (cômodo diretamente embaixo do telhado e de pés direitos variáveis) até o pavimento regular circundado por paredes e que pode ser repetido várias vezes. Dizia-se, mesmo, casa de um, dois ou três sobrados.”

2.2.4.2.2 Tipologia especializada

2.2.4.2.2 Tipologia especializada

Com a proibição da entrada das ordens religiosas regulares nas Minas, a produção da arquitetura religiosa será determinada pelas associações leigas e ordens terceiras, com a participação da própria população, não havendo o controle desta produção através de “organizações de caráter erudito e oficial” (BAETA, 2002b, p. 286), possibilitando uma maior liberdade na concepção das linhas gerais dos projetos, estimulando a criatividade que influenciaria ativamente na construção da imagem da cidade.

A partir das observações de Vasconcellos (1983), Marx (1991) e outros autores, a presença da capela aparece como indicadora de colonização, de fixação permanente no território e referência para a população, não só como espiritual, mas, também, espacial, à medida que orienta a instalação dos caminhos públicos, assim como das edificações.

A princípio, nas povoações primevas, apenas tentadas, unem-se os indivíduos em torno de uma única capela, de construção precária, núcleo de povoação nascente e ponto de referência do lugar. Nessa capela se reúne o povo em suas festas e aperturas, para deliberar e alegrar-se [...] (VASCONCELLOS, 1983, p. 46).

As primeiras capelas⁴⁷, que remontam ao início do século XVIII, foram construídas de pau-a-pique, estruturadas por quatro esteios de paus roliços, em geral de madeira de lei, e cobertas de palha, “o que nos permite considerá-las como elementos de estabilidade em meio a uma população marcada pela dispersão e insegurança” (BORREGO, 2004, p. 68). Apesar da aparência simples e até mesmo imperfeita destas edificações, o que impressiona é o contraste⁴⁸ existente entre o exterior singelo e o interior, que prima pela decoração e articulação dos espaços, “como se os interiores guardassem um grande mistério [...]” (BAETA, 2002b, p. 287).

⁴⁷ Baeta (2002b, p. 287) descreve a situação das Minas quando da instalação das primeiras capelas: “a primeira arquitetura mineira é desenvolvida, deste modo, em uma situação de grandes dificuldades econômicas, técnicas e materiais, em uma realidade de significativo isolamento. Sem o “status” das ordens conventuais, sem os recursos dos grandes templos, e numa condição topográfica e geológica complicada, é produzida uma arquitetura pouco monumental, sem apuro construtivo, tecnológico das igrejas da costa.”

⁴⁸ Sobre este contraste Baeta (2002b, p. 288) explica: “na realidade, este contraste entre o interior e o exterior dos edifícios forma um sistema bem articulado, diretamente relacionado com o entorno urbano. O exterior despojado oferece a experiência dramática do penetrar no espaço interno do templo e ter a surpresa de deparar-se com um ambiente hipnoticamente articulado. Este processo ilusionista de descoberta gradativa da “jóia” que esconde a cavidade interior da igreja deixa latente a impossibilidade de se separar o espaço interior



FIGURA 44 - Croqui da Igreja de Padre Faria

Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

Nota: Segundo Lefevre (1968, p. 30) "mais requintada é a Capela de N. S. do Rosário do Padre Faria, colocada ao pé do Morro do Ouro Preto. Data de 1750 a reforma que lhe conferiu a feição definitiva. O local é encantador, com pequeno riacho e adro murado, dentro do qual, precede a capela uma cruz pontifical. A seu lado a sineira, desligada do corpo da ermida. Reina calma impertubável ao derredor."

Em uma segunda etapa, com a estabilização das povoações, as matrizes passam a fazer parte do cenário social da vida urbana, e o contraste existente entre interior e exterior, presente nas primeiras capelas, vai ser substituído, assim como a relação deste edifício com a cidade, uma vez que passarão a exercer forte influência na paisagem da vila, devido à grandiosidade de suas fachadas, como por exemplo, a Matriz de Antônio Dias, que é datada de 1727 (SALES, 1965). Tais igrejas passam a ser construídas a partir de uma tecnologia mais avançada, que permitia a utilização de alvenaria de pedra e argamassa de cal e barro (BAETA, 2002b), sendo que uma das suas características principais seria a existência das torres laterais.

Trinta anos depois da descoberta e povoamento, as igrejas-matrizes das vilas e de muitos arraiais tinham seus maravilhosos altares de talha policroma ou dourada, suas banquetas de prata, lampadários, tocheiros, cálices, ostensórios de prata lavrada ou de ouro, mandados vir do Reino ou fabricados em Sabará, Vila Rica e Bahia, os maiores centros de ourivesaria desse tempo (LIMA JUNIOR, 1978, p. 93).

do contexto da cidade. Só existe uma experiência possível, a arquitetura, que começa antes mesmo de se avistar o exterior tosco da igreja, e afirma-se como a mais pura atitude barroca ao irromper em sua nave."

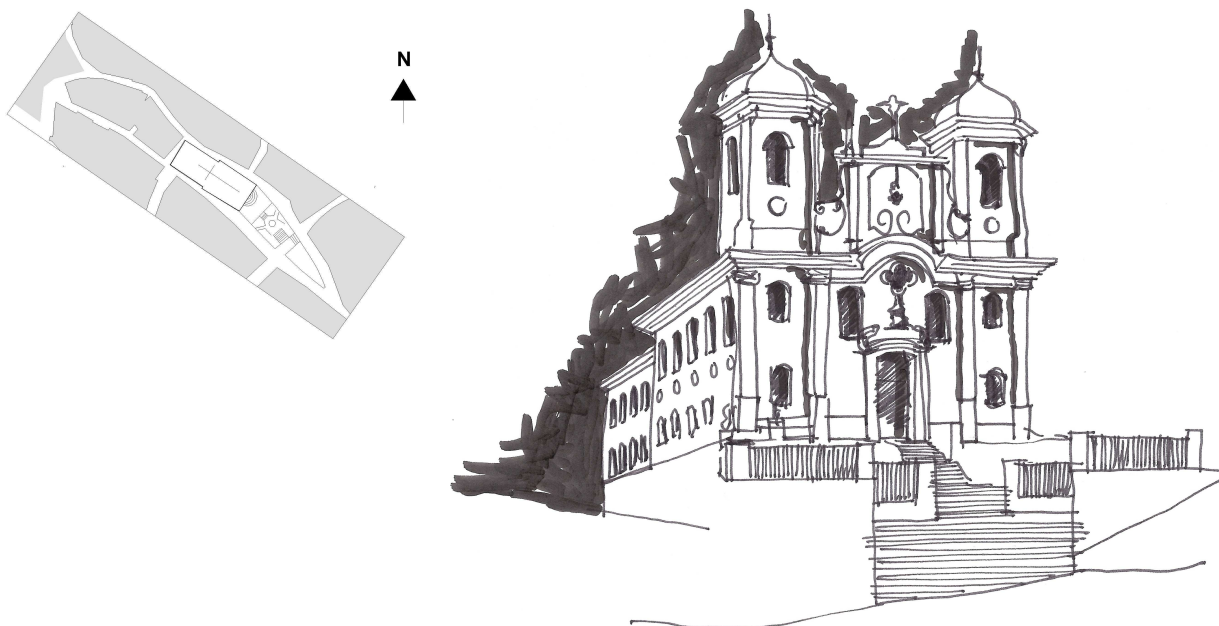


FIGURA 45 - Croqui da matriz de Antônio Dias
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

Além das igrejas, neste período foram construídos outros edifícios significativos, não só para a paisagem urbana da cidade mas, também, como representantes do desenvolvimento político, econômico e social da Vila. Projetada pelo Sargento-mor engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, o Palácio dos Governadores foi construído entre 1738 e 1753 (CABRAL, 1969), para abrigar todos os governadores e presidentes da capitania e da província de Minas (VASCONCELLOS, 1977). Este Palácio foi implantado no local onde existia a primitiva Casa de Fundação (ALMEIDA, 1961), na Praça Tiradentes, estando voltado de costas para aquele que chega à vila a partir do Passa Dez. Foi nas janelas desta construção que, inicialmente, se utilizou o vidro na arquitetura de Vila Rica, o qual, posteriormente, será também utilizado nas residências, apesar das dificuldades de transporte existentes na época (VASCONCELLOS, 1977).

2.2.5 Paisagem

“A paisagem urbana, como que se desenha e redesenha continuamente a partir do chão; espelha primeiro a forma de ocupação do solo” (MARX, 1991, p. 31). Assim, a configuração urbana seria, então, originada através das determinações analisadas, possibilitando a conformação de uma paisagem com

Predomínio do visual. Valorização da aparência, preocupação com exteriorização, vastidão, mutabilidade, policentrismo e multiplicidade de formas e espaços são características exaustivamente atribuídas ao espaço

urbano de Vila Rica, tomado não como irracional ou caótico, mas antes como orgânico, harmonicamente adaptado à paisagem circundante (BORREGO, 2004, p. 48).

A paisagem será então marcada por uma ocupação longilínea, que se inicia no Passa Dez de Baixo e termina no Padre Faria, subindo e descendo as ladeiras que delineiam os contornos da Vila. Cada uma das baixadas e dos cumes ao longo deste caminho são pontuados com a implantação de uma igreja: primeiro a Igreja do Senhor Bom Jesus, no alto das Cabeças, depois desce-se para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, sobe-se para a praça, posteriormente marcada com a implantação da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, desce-se para a Igreja Matriz de Antônio Dias, sobe-se para a Igreja de Santa Efigênia e desce-se para a Capela do Padre Faria. Este movimento é guiado pela existência de edificações emparelhadas lateralmente e alinhadas no limite da via pública, formando uma massa construída que direciona o caminho ao encontro dos largos que se abrem, possibilitando a contemplação das Igrejas. Além destas, os oratórios agem como ponto de referência na paisagem urbana da Vila, localizados em edificações particulares, geralmente implantados em terrenos de esquina, marcam o traçado urbano à medida que se apresentam como um marco, orientando a população que transita pela cidade.

Em numerosos prédios particulares, notadamente nos que formavam esquinas de ruas, também existiam outrora oratórios, em frente aos quais todas as noites ardia uma lâmpada de azeite e diante dos quais os transeuntes tardios se detinham, persignavam e balbuciavam uma oração rápida, antes do regresso ao lar (DELAMARE, 1955, p. 150).

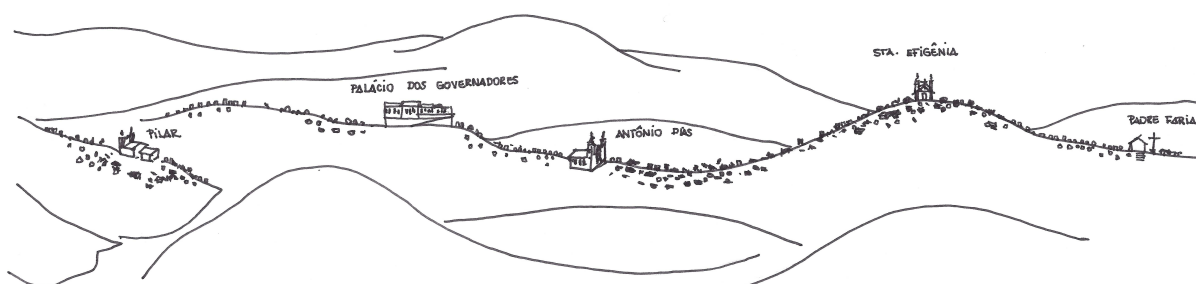


FIGURA 46 - Croqui da paisagem da Vila no período de 1696 a 1765
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

As edificações residenciais⁴⁹ também possuem papel importante na construção da imagem não só deste período, pois, assim como as montanhas, estas exercem função de cenário, emoldurando os edifícios religiosos.

⁴⁹ Sobre as construções residenciais, Baeta (2002b, p. 343) acrescenta que “a arquitetura ordinária assume uma importância imensa no cenário barroco da antiga Vila Rica, apesar de que, vista isoladamente, raramente interesse enquanto referência monumental: a casa ouropretana é de uma simplicidade quase vernácula, explicitada em seu caráter despojado, na ausência de elementos decorativos, na precariedade construtiva, na falta de prumo. Porém, não é possível, a não ser em raros casos, percebê-la como organismo independente, formando sempre um conjunto vigoroso com as outras construções residenciais agregadas a ela.”

As construções comuns passaram a ter uma importância crescente na definição da paisagem urbana e as normas para a sua regularização corresponderiam, se não a um projeto de conjunto, a um modelo, coletivamente aceito, que não poderia ser simplesmente imposto pela autoridade central da colônia mas teria que ser, necessariamente, o resultado de uma disciplina coletiva, em atendimento a valores urbanos, burgueses, modernizadores, racionais, leigos e oficiosos mas não oficiais, que iam sendo introduzidos e difundidos com a ilustração. (BAETA, 2002b, p. 343).

A paisagem que se apresenta neste período será fruto das regulamentações urbanas determinadas pela administração real, associadas ao desenvolvimento econômico acelerado, ao caráter urbano da população vinda para as minas, além da miscigenação de culturas que, juntos, determinaram a fisionomia tão peculiar da Vila.

2.3 O primeiro declínio e a fase de estagnação: 1765 a 1900

2.3.1 Dados históricos

Este período será marcado pelo declínio definitivo na produção aurífera, porém este fator não será refletido de imediato na economia da Vila, pois o acúmulo de riqueza ocorrido nos períodos anteriores foi significativo, permitindo, assim, a utilização destes recursos no incremento do espaço urbano, sendo a ação das irmandades religiosas o principal exemplo desta fase. Posteriormente, a decadência se fará presente em todos os setores, podendo ser demonstrada através do número de escravos, “sendo estes em 1737 um total de 21.400, já em 1804 este valor passa para 2.893” (FJP, 1975, p. 12), indicando uma diminuição da mão-de-obra disponível e do poder aquisitivo, o que, conseqüentemente, resultaria na queda do ritmo de construções, tanto públicas quanto particulares. Este fato pode ser comprovado ainda pelo dado que aponta a presença de apenas um entalhador (FJP, 1975) na vila, reforçando a baixa na construção civil, como constatado anteriormente. Em 1776, a vila contava com 78.618 habitantes (ASSUNÇÃO, 1998), sendo 28.829 o total de mulheres e 49.789 o total de homens (SALES, 1965). Porém, no início do século XIX, devido à decadência da atividade mineradora, a vila sofrerá um esvaziamento e conseqüente abandono, possuindo apenas “cerca de vinte mil habitantes” (MAWE, 1978, p. 122), reflexo do declínio e da estagnação econômica.

Ao mesmo tempo que se construíam constantemente, em toda a capitania, monumentos e mais monumentos, religiosos ou civis, exigindo novos e maiores recursos; ao mesmo tempo que as necessidades sociais, culturais

e econômicas da população cresciam; - o ouro sumia, a atividade mineradora decaía sempre, transformando-se em fator de ruína dos grupos sociais e o governo, mais e mais, restringia a atividade econômica exatamente a esse setor que não mais correspondia às necessidades vitais da economia local (SALES, 1965, p. 134).

Diferentemente dos conflitos ocorridos no período anterior, levantados por uma sociedade em formação, a Inconfidência Mineira ocorre em 1789, período a partir do qual a sociedade encontra-se estabilizada e em um nível significativo de organização, o que possibilitou a percepção e análise dos problemas do sistema colonial vigente (HOLANDA, 2008b). O regime cada vez mais opressor, devido principalmente à diminuição da arrecadação do quinto, que era visto pela Coroa apenas como conseqüência de fraude e extravio e não sob o ponto de vista do esgotamento do ouro de aluvião, causava o descontentamento da população, agravado pela instituição da derrama, “isto é, exigia-se da população a diferença,⁵⁰ referente à complementação do quinto estipulado pela coroa. Movido pela insatisfação geral com a estrutura colonial, agravada pela administração do governador D. Luís da Cunha Meneses, que contribui para o estabelecimento de um ambiente hostil nas Minas devido a sua desonestidade e tirania (SALES, 1965), Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes,⁵¹ inicia sua propaganda a favor da independência e instalação da república, incentivada, também, pelas “idéias e acontecimentos que abalavam assim a ordem política e social do Ocidente” (HOLANDA, 2008b, p. 439).

Os principais objetivos deste movimento eram: a criação de uma universidade em Vila Rica, abertura de fábricas de pólvora e ferro, medidas contra a escassez monetária, a mudança da capital para São João Del Rei, a supressão dos dízimos e a liberação do comércio de diamantes (SALES, 1965). Porém, os inconfidentes foram denunciados pelo Coronel Silvério dos Reis, que estava devendo aos cofres da coroa, tendo a esperança através deste ato do perdão de sua dívida. Chegando a delação ao governador Visconde de Barbacena, resolveu ele a suspender a Derrama que se pretendia lançar. Tiradentes é preso no dia 10 de maio de 1789 (HOLANDA, 2008b), assim como outros inconfidentes⁵², além de haver acusação de pessoas por não denunciarem a revolta. A pena de morte foi sofrida apenas pelo alferes

⁵⁰ Segundo Holanda (2008b, p. 440), “todos os habitantes, mineradores ou não, eram obrigados a contribuir, calculando-se as contribuições ao acaso, segundo as estimativas sobre as posses de cada um. Dessas circunstâncias decorriam abusos de toda sorte que implantavam o terror na região toda vez que se lançava a derrama.”

⁵¹ Tiradentes, de acordo com Burton (1976, p. 292-293) “estudou em escolas militares na França, e ali amadureceu o projeto de uma Pan-América, acrescentando Minas à lista de repúblicas encabeçadas pelos Estados Unidos. Morreu quando contava apenas 45 anos de idade, enérgico e muito “frenético”. Durante os cinco anos depois de seu regresso, foi cinco vezes, a cavalo, e não a pé, como contam, de Ouro Preto ao Rio de Janeiro, no interesse de seu projeto. Nesse lugar foi detido, Durante o julgamento, apesar de ter deixado uma esposa e uma filha pequena, nada negara; não acusou ninguém; e, afinal, morreu, tal como os mártires políticos em geral, como um herói. “

⁵² Com relação às pessoas que participaram da Inconfidência, Holanda (2008b, p. 445) relata que “entre os presos contavam-se pessoas de grande preeminência social na capitania, como o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, o Dr. Cláudio Manuel da Costa, Cônego Luís Vieira da Silva, o Dr. Domingos Vidal de Barbosa, além de Alvarenga Peixoto, Francisco de Paula e os padres Correia e Rollim.”

Joaquim da Silva Xavier, pois assumiu a autoria do movimento, enforcado no Rio de Janeiro em 21 de abril de 1792, “sendo seu corpo esquartejado, seus membros espalhados pelo caminho que assistira a suas pregações e sua cabeça exposta em Vila Rica” (HOLANDA, 2008b, p. 446). A Inconfidência mineira, apesar de ter sido um movimento em luta pela liberdade, “não imprime nesse momento sua marca na fisionomia urbana” (MENICONI, 1999, p. 49). Alguns anos após a Inconfidência, em 1811, são extintas as casas de fundição (VASCONCELLOS, 1977).

O início do século XIX, como reflexo do declínio, será a representação da estagnação principalmente econômica. O título de capital da província de Minas Gerais será a principal função desempenhada pela cidade neste período, o que já lhe havia rendido muita riqueza anteriormente.

Contam-se em Vila Rica cerca de duas mil casas. Essa vila floresceu enquanto os terrenos que a rodeiam forneciam ouro em abundância; à medida, porém, que o metal foi se tornando raro ou de extração mais difícil, os habitantes foram pouco a pouco tentar fortuna em outros lugares, e, em algumas ruas, as casas estão quase abandonadas. A população, que chegou a ser de 20 mil almas, está atualmente reduzida a 8 mil, e esta vila estaria mais deserta ainda se não fosse a capital da província, a sede da administração e a residência de um regimento (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 70).

A população⁵³ de Vila Rica em torno da segunda década do século XIX era “de cerca de 9.000 almas” (RUGENDAS, 1979, p. 38), constituída em sua maioria por negros e mulatos, sendo que “apenas a oitava parte é de origem branca ou européia” (POLH, 1976, p. 398), “quase todos empregados ou negociantes gozando de grande bem-estar” (RUGENDAS, 1979, p. 38). A sobrevivência da maior parte da população da Vila está baseada no produto de algumas roças, nas minas de ouro, e, “principalmente, do comércio que se faz não somente com o Rio de Janeiro e o interior, mas, também, lucrativamente, com Goiás e Mato Grosso” (POLH, 1976, p. 398).

Em 1818, Vila Rica foi elevada a capital da província de Minas Gerais e sede da comarca de Ouro preto (RUGENDAS, 1979). Em 20 de março de 1825, é elevada por D. Pedro I a “Imperial cidade de Ouro Preto” (VASCONCELLOS, 1977, p. 32), devido ao Ato imperial de 24 de fevereiro do mesmo ano, que estabelecia a elevação de vila a cidade a todas as capitais da província (MENICONI, 1999). Apesar da estagnação, neste período, a cidade

⁵³ “A aldeia de mineração, asfiziada e superdesenvolvida, tem de 6.000 a 10.000 almas, em 1.500 casas. Durante seus dias de apogeu, entre 1723 e 1753, o censo deu 2.400 casas e 30.000 habitantes, dois terços dos quais eram escravos; em 1800, a população já havia caído para 19.000 a 20.000 habitantes. Em 1865, os brancos eram seis para um negro, agora são sete para um, e tudo mostra que o clima não é favorável ao africano.” Esta população variável considerada por Burton (1976, p. 296-299) está justificada nas notas do capítulo XXXV: “Eu preferiria o número de 8.000. Por outro lado, há uma considerável população flutuante, e, em determinadas ocasiões, pode chegar a 10.000.”

inicia a formação de um caráter educacional: estabelece-se um colégio para educação das meninas, na Rua Direita nº22, em 1828 (CABRAL, 1969); cria-se por lei a Escola de Farmácia e Bioquímica em 1839; a Escola Normal em 1873 e, logo em seguida, a Escola de Minas, em 1876 (DELAMARE, 1955). Estas instituições de ensino serviram de estímulo ao desenvolvimento da cidade, podendo este ser demonstrado pelos dados de população que, em 1818, era de 12.000 habitantes, em 1878 de 13.000 e, em 1890, de 17.860 (FJP, 1975).

É possível verificar em 1864 “as primeiras referências a um sistema de abastecimento de água de casas particulares e fontes públicas” (FJP, 1975, p. 12). Outro importante serviço urbano executado por iniciativa do Presidente da Província, Conselheiro João Capistrano bandeira de Melo, em 1877, foi o de construir passeios em diversas ruas. Como exemplo tem-se o passeio da rua Direita, ou rua do Ouvidor, e as Ladeiras do Pilar e das Cabeças. Geralmente estes passeios estavam localizados praticamente no centro das vias, o que lhe rendeu a denominação pelo povo de “capistranas” conforme a tradição (CABRAL, 1969). Por iniciativa do Dr. Castro Correia, Diretor de Obras Públicas, em 1887, ocorreu a substituição dos lampiões pela iluminação por meio de combustores belgas, “produzindo luz mais forte e brilhante. As caixas destes combustores eram colocadas em postes de ferro fundido, em substituição aos tais frades de madeira” (CABRAL, 1969, p. 104).



FIGURA 47 - Rua Tiradentes em 1875-80, com a utilização de capistrana nas vias.
Fonte: FERREZ, 1946, p. 231.

Antes da mudança da capital,⁵⁴ com a implantação da república, o ideal modernista negará o caráter antigo e colonial de Ouro Preto, que não condizia com a cidade que representa a capital da província mais próspera neste período.

Esta vila fez-se, portanto, capital pela circunstância eventual de ser, no momento, o centro mais ativo e populoso da nova capitania. Mas desde o seu primeiro dia de existência viu-se claramente que a sua situação topográfica não lhe permitiria um desenvolvimento à altura da grandeza e prosperidade futura de Minas, e que o ser despojada de sua bela posição de capital era questão apenas de tempo, pois estava bem visto que, no futuro, tão grande território não poderia prescindir da sua cidade-paradigma [...] (BARRETO, 1996, p. 282).

A cidade moderna deveria ser racional, setorizada e atender a determinadas funções previamente definidas. O núcleo urbano existente, suas ruas estreitas, edificações assobradadas e geminadas umas as outras e que ainda conciliavam funções de morar, trabalhar e lazer, não atendiam aos ideais revolucionários da época. Em 1888 foram implantadas as primeiras linhas de bonde puxadas a tração animal e, em 1889, a cidade de Ouro Preto vê, no prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II até a cidade (LOPES, 2002), o meio decisivo de manter o título de capital de Minas. Esta realização ocorreu em 23 de julho de 1889, com a inauguração do ramal, porém não foi suficiente para barrar as idéias mudancistas (BARRETO, 1996). Receando, ainda, a mudança da capital que já estava sendo discutida havia várias décadas, foi realizada, como meio de melhoramento da cidade capital de Minas, a abertura de uma rua que saía da rua das Flores e atingia “as proximidades da matriz da freguesia de Ouro Preto, sendo esse contrato aprovado pelo Decreto nº 128, de julho de 1890” (BARRETO, 1996, p. 300). Várias críticas foram feitas à intenção de melhoria da capital intentada por Cesário Alvim, que havia sido nomeado governador provisório de Minas em 15 de novembro de 1889, como a do jornal de Sabará O Contemporâneo, em 1890:

Parece que o atual governador, embriagado pelo incenso dos panegiristas do Itacolomi, está mesmo disposto a abrir os cofres do Estado para “galvanizar” a velha cidade que, há um bom par de séculos, tem sorvido quantiosas somas e que, apesar do imediato amparo dos poderes públicos, nunca pode alcançar a primazia entre as suas co-irmãs que, no entretanto, se têm desenvolvido sem os auxílios do governo (BARRETO, 1996, p. 300).

Em 1890, outro jornal, Correio do Povo, reforça o anseio da mudança da capital mediante a construção de uma nova, com a seguinte notícia de 25 de maio de 1890:

⁵⁴ A mudança da capital foi um assunto observado por Burton (1976, p. 296) quando de sua passagem por Ouro Preto na década de 60 do século XIX: “Ficando no caminho entre a metrópole imperial e o Distrito Diamantino, o pequeno comércio tem certa atividade, mas não é provável que isso dure muito tempo. Quanto mais cedo for encontrado novo lugar para a capital, tanto melhor, mas não é fácil, como já disse, encontra-se um ponto central a tal fim.”

Informamos de que há um projeto muito bem amparado de se transferir a capital de Minas Gerais para uma cidade, que para isso se construirá especialmente com todas as exigências de higiene e das necessidades de civilização. O local não está ainda designado, mas pensa-se na margem do rio das Velhas, no centro do Estado. Esta cidade construída especialmente será o centro de toda a viação férrea do Estado e o empório da navegação. Faz-se em todo o Estado propaganda nesse sentido e no momento oportuno a pretensão será apresentada ao governo (BARRETO, 1996, p. 300).

A representatividade de Belo Horizonte se fez através do Clube Republicano, que enviou ao governo 84 assinaturas solicitando a análise da cidade como candidata à sede da capital, que seria construída, como relatado anteriormente no jornal *Correio do Povo*. Como meio de transformar Ouro Preto em uma “cidade moderna” e manter sua centralidade política, foi criado, em 1891, a Empresa de Melhoramentos da Capital.⁵⁵ Não somente Ouro Preto, mas os principais centros urbanos estavam ameaçados: ou se remodelavam de acordo com os princípios modernos, ou seriam esquecidas. A “Empresa de Melhoramentos da Capital” previa investimentos nos campos da saúde, científico, industrial, transporte, comercial e pedagógico. Como exemplo, pode-se citar o projeto de nivelar totalmente o morro da Forca, para criar um espaço generoso que abrigaria praças, jardins, passeios e avenidas. Além disso, foram realizadas, em vários pontos da cidade, obras que consistiam em murar as margens ribeirinhas, como meio de conter as enchentes. Uma das maiores alterações feitas na malha urbana nesta época foi a extinção do “Morro do Funil”, próximo à estação ferroviária, para abertura de ruas (LOPES, 2002). Este projeto já havia sido discutido em 1858 em sessões da Câmara, sendo apresentado pelo vereador Celso Nogueira, dando destino ao material do desmonte: “a pedra necessária para as cortinas da rua do Rosário e Funil, procurando-se entupir com o desmonte todo o vão aí existente de maneira que se torne uma superfície plana para a futura construção de uma passeio público” (CABRAL, 1969, p. 83).

Outro importante ponto de investimento da Empresa foi a proposta de nivelamento do planalto do Cruzeiro com a intenção de criar uma “nova cidade”, com 5.000 casas, uma esperança para a população ouro-pretana, que não era favorável à mudança.

⁵⁵ A empresa de melhoramentos, de acordo com Lopes (2002, p. 7), tinha como objetivo os seguintes serviços: “ruas seriam alargadas e alinhadas, avenidas e bulevares seriam abertos, praças espaçosas construídas, além de novas áreas destinadas a futuras habitações. Essas obras deveriam ser realizadas segundo os princípios urbanísticos que apregoavam o nivelamento de qualquer sinuosidade topográfica, a uniformização das construções e do traçado das vias, e a inserção de infra-estrutura e materiais modernos dentro do perímetro urbano, tais como o vidro e o ferro. Saneamento, transporte, iluminação, abastecimento de água, industrialização, jardinagem, sistema de esgoto, estes foram alguns dos aspectos mais relevantes apontados pelo projeto de modernização de Ouro Preto. As reformas visariam antes de mais nada ao embelezamento da cidade, à abertura de espaços mais amplos e homogêneos, o que facilitaria a circulação de ar e de pessoas, higienizando e ordenando a mesma cidade. A concepção de espaço ordenado e homogêneo pressupunha uma malha urbana ortogonal, divisora de quarteirões quadrangulares, e significava a racionalidade do desenho das ruas e da disposição material da cidade. A modernização ouro pretana deveria seguir os rigorosos princípios geométricos, os procedimentos técnicos e científicos do urbanismo europeu.”

A água para o abastecimento do novo arrabalde do Cruzeiro seria captada nos ricos mananciais do soberbo Itamonte. A comunicação com a cidade far-se-ia por um colossal viaduto, ligado à fralda do morro de Santa Quitéria, travessa do Jangadeiro. Caso fosse levado a efeito, seria simplesmente estupendo esse viaduto, não só por sua altura, como também por sua extensão (BARRETO, 1996, p. 304).

Porém, a modernização não foi alcançada, sendo decretada a mudança da capital pela Lei nº 3 de 17 de dezembro de 1893 (PINTO, 1907). Assim como grande parte dos projetos não foram executados e algumas obras abandonadas, a cidade perderia seu poder econômico e político, sendo escolhida para nova sede, a cidade de Belo Horizonte, que se transformaria em apenas quatro anos em capital do Estado, instalada em 12 de dezembro de 1897.

2.3.2 Regulamentações urbanas

Instituída a organização municipal através da Câmara no período anterior, foi tentada a ordenação do espaço urbano através de algumas legislações, porém a efetivação da aplicação destas determinações será marcante, principalmente no século XIX, à medida que enfatiza a manutenção da regularização do espaço da cidade. No início do século XVIII, período analisado anteriormente, a Câmara de Ouro Preto exigia apenas que as novas edificações respeitassem os termos dos alinhamentos fixados pela administração municipal, como pré-condição para aprovação das construções. “No final deste século, já impunha como pré-condição a apresentação dos desenhos, que deveriam corresponder, ainda que de forma precária, aos atuais projetos, submetidos a aprovação da autoridade municipal” (REIS FILHO, 1999, p. 12). Para isso, a Câmara de Vila Rica instituiu a Resolução de 1795, que viria a mudar o processo que estava acontecendo na Vila, com a intenção de evitar grandes irregularidades na malha urbana da cidade.

Não conceder a pessoa alguma licença para reedificar ou edificar casas, ou outro qualquer edifício, sem que primeiro apresente em requerimento o prospecto, com que a quer edificar, declarando a rua ou o lugar que tudo deverá ser examinado pelo Procurador da mesma Câmara, para em consequência da resposta, se deliberar, se se deve ou não conceder a licença (SOUZA, 2000, p. 52).

Ainda em 1795, foi instituído que: “os moradores nesta Vila são obrigados a limpar suas testadas”, não lançando “cousas imundas nas ruas, ou becos públicos, nem nos canos, que deságuam para eles debaixo da pena de meia oitava de ouro de condenação” e que, “toda pessoa que possuir terras nos Arrabaldes e Termo desta Vila será obrigada a descortinar as estradas da sua demarcação” (VASCONCELLOS, 1977, p. 92). Em 1801 proíbe-se o

costume de realizar enterros no interior das Igrejas, surgindo, assim, cemitérios ao seu redor “construídos em patamares sustentados por muros de pedra em junta seca” (MENICONI, 1999, p. 52), cuja medida está relacionada com o surgimento de conceitos relativos à higiene e salubridade das cidades.

Em 1º de outubro de 1828 é sancionada a verdadeira lei orgânica dos municípios (SALGADO, 2004), que estipularia a forma de eleição dos membros das câmaras municipais, estabelecendo a função de cada cargo. Esta legislação contemplaria ainda o primeiro “Código de Posturas” da época, que teria suas regulamentações utilizadas como modelo para que cada município elaborasse suas respectivas posturas. Foram utilizadas, então, como base, as determinações relativas ao alinhamento, matadouros públicos, salubridade (cemitérios, limpeza das vias), pontes, chafarizes, praças, calçadas, iluminação etc. Em Ouro Preto, as Posturas da Câmara foram promulgadas em 1º de fevereiro de 1830, passando a representar “o conjunto de leis e normas que passaria a regular a cidade” (MENICONI, 1999, p. 52). Esta lei prevê a elaboração de planos que regulamentariam a malha urbana da cidade, assim como suas praças e edifícios: “Art. 34 – A Câmara fará levantar com urgência Planos, segundo os quaes (*sic*) serão formadas as Ruas, Praças e Edifícios desta cidade, e dos Arraiaes (*sic*) do seu Termo” (ORDENAÇÕES..., 1870, p. 7). Esta determinação pretendia, depois de elaborada, ser executada através dos “Fiscaes” (*sic*) que iriam possuir cópia destes planos para segui-los na ordenação da cidade. Antecipando o desenvolvimento do plano previsto no artigo 34, as Posturas de 1830 inserem a preocupação com a fisionomia da cidade através da regulamentação dos alinhamentos das edificações. Este serviço seria executado pelo Alinhador, sendo previsto no Art. 37 que “compete ao Alinhador alinhar e perfilar o edifício conforme o Plano da Povoação” (ORDENAÇÕES..., 1870, p. 8). Ainda neste sentido, não se permite que na cidade que possuir o Plano possa “fazer concerto, ou qualquer obra que possa offender (*sic*) o alinhamento” (ORDENAÇÕES..., 1870, p. 8) sem licença, sendo necessária esta permissão também para se “edificar e reedificar” (ORDENAÇÕES..., 1870p. 8), prevendo a demolição do edifício ou parte deste para que o alinhamento seja obedecido. A regularização das terras é um fator contemplado nas Posturas, uma vez que “He (*sic*) proibido edificar, ou fazer qualquer obra em terrenos públicos sem aforamento, ou arredamento” (ORDENAÇÕES..., 1870, p. 9), obrigando assim, a realização de pedidos de concessão e o pagamento do foro anual, o que representava significativo rendimento para a Câmara.

Com relação às edificações, proíbe-se “fazer alpendres, ou (ilegível) nas Ruas e Praças” (ORDENAÇÕES..., 1870p. 9), tendo esta determinação influenciado significativamente na configuração da paisagem da cidade, pois o que se observa é que os alpendres são características raramente encontradas na cidade. No que tange as questões de salubridade,

esta legislação estipula o local para a construção de um cemitério e determina que todos os enterros devem ser feitos neste local. Além disso, proíbe “lançar imundícias (*sic*), ou lavar roupas, ou quaesquer (*sic*) outras cousas (*sic*) nas fontes chafarizes, ou canos, que conduzam águas para bebida, ou nos lugares a ellas (*sic*) superiores” (ORDENAÇÕES..., 1870, p. 9). Além destas regulamentações, as Posturas tratam, ainda, da limpeza urbana, obrigando os moradores a “conservar limpas as testadas dos quintaes (*sic*), e casa, em que moram” (ORDENAÇÕES..., 1870, p. 10), assim como proibindo lançar nas ruas e praças “imundícies de cheiro desagradável, ainda que seja por encanamento” (ORDENAÇÕES..., 1870, p. 9).

No que se refere à questão fundiária, são tímidas as recomendações das leis de 1828 e 1830, preservando, em linhas gerais, o estipulado na legislação dos tempos da colônia: suspende o antigo sistema de concessão de sesmarias, porém não instaura outro, sendo que o primeiro perdurou até 1850. A única forma de obtenção de terras era da posse de fato, concentrando, assim, muita terra nas mãos de poucos, caracterizando um período prolongado de indefinição da questão fundiária (MARX, 1991). É introduzido na Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, o valor de troca da terra, sendo que sua aquisição não se fará mais pela concessão, e sim pela compra e venda, caracterizando-a como mercadoria: “Art. 1º Ficam proibidas (*sic*) as aquisições (*sic*) de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS SERTÕES DE LESTE, [200-], p. 1). Esta Lei surge em um momento em que a importância do “preciso parcelamento, a exata estipulação por escrito de suas frações, em planta e, acima de tudo, no próprio local, se impõem; os seus exatos limites, o seu nítido e indiscutível contorno, a sua precisa área se tornam imprescindíveis” (MARX, 1991).

Em 22 de julho de 1886, a Câmara estabeleceu algumas regulamentações urbanas mais detalhadas no que dizem respeito às edificações em geral, regulamentando o dimensionamento de pé direito e portas, sistema de drenagem, materiais, limpeza entre outras:

Art. 4º - As casas que se edificarem na capital terão de pé direito a altura de 18 palmos, no mínimo, as portas 12 de altura sobre 5 de largura. Se for assobradada, o pavimento térreo poderá ter 16 palmos de pé direito.

Art. 27º – Os proprietários de prédios da capital são obrigados:

1 – a fazer encanamentos de tubos de barro vidrado ou pedra internamente cimentados e cobertos, para escoamento das águas pluviais, servidas e de latrinas, em seus terrenos e a conservarem latrinas convenientemente limpas e asseadas;

2 – a ter seus prédios, quintais ou cercados, limpos e livres de qualquer lixo, removendo diariamente este para os lugares designados pela Câmara;

3 – a caiar de 3 em 3 anos ou pintar do modo que julgar melhor de 5 em 5 anos a parte externa dos prédios e muros, bem como a conservar limpas e

bem capinadas as testadas na extensão de 1 metro e 30 centímetros (CABRAL, 1969, p. 83-84).

2.3.3 Implantação

Com relação à implantação da Vila no sítio, Luccock (1942, p. 332) a analisa considerando que: “Vila Rica é, talvez, um dos lugares mais estranhamente situados no mundo todo e somente mesmo o poderoso amor do ouro poderia ter dado origem a uma cidade grande em tal posição.” Outros viajantes, como Saint-Hilaire (1975, p.69), observaram também a dificuldade de ocupação de uma região com relevo expressivamente acidentado:

A grande quantidade de ouro que se encontrou em Vila Rica foi a única causa de sua fundação. Seria, aliás, impossível escolher posição menos favorável, pois que essa vila está afastada dos portos de mar e mais afastada ainda de qualquer rio navegável; as mercadorias só podem chegar aí em animais de carga, e seus arredores são completamente estéreis.

Em meados do século XVIII e início do século XIX, a vila estava conformada por algumas vias que se ramificavam do caminho tronco, tentando, aos poucos, corrigir alguns trechos do traçado, antes localizado mais próximo aos fundos de vale e que posteriormente foram se instalando em locais mais altos do que os caminhos primitivos. As edificações encontram-se implantadas na testada do lote, ao longo das vias, demonstrando a inexistência de afastamentos laterais e frontais.⁵⁶ Um fator importante que deve ser mencionado é o traçado da Praça Tiradentes⁵⁷, que se consolida como centro administrativo da cidade. Este nada mais é do que um retângulo aproximado envolvido por uma malha que se torna cada vez mais orgânica, à medida que se afasta da Praça. Percebe-se uma tentativa de estruturação de uma malha urbana “mais ou menos” ortogonal: existem três vias paralelas, criando, próximo à Praça, quarteirões regulares. Esta tendência de regularização demonstra a preocupação da Metrópole com a ordenação do espaço urbano da Vila. A representação da Praça marca visivelmente a sua influência na organização do traçado: o que se percebe é que todas as vias convergem para este espaço, agindo assim como um “ímã”, representando a centralidade da vida urbana da vila.

⁵⁶ Segundo Marx (1991, p. 104), o alinhamento “é uma questão crucial notoriamente de desenho urbano, por ser a definição do limite entre o lote e a rua, entre a terra concedida à alguém, ou a partir dessa época de propriedade de alguém, e a terra de domínio público. Esses alinhamentos vão precisando, e por vezes modificando e corrigindo discretamente o curso das ruas e o contorno dos largos, vão aos poucos amaciando o tecido de nossas cidades maiores e menores.

⁵⁷ Segundo Fonseca (2004, p. 249), “em 1797 foi concluído o delineamento da praça principal da vila (atual praça Tiradentes), com a demolição de algumas casas que “assombravam meia parte do novo edifício da Câmara” [...]

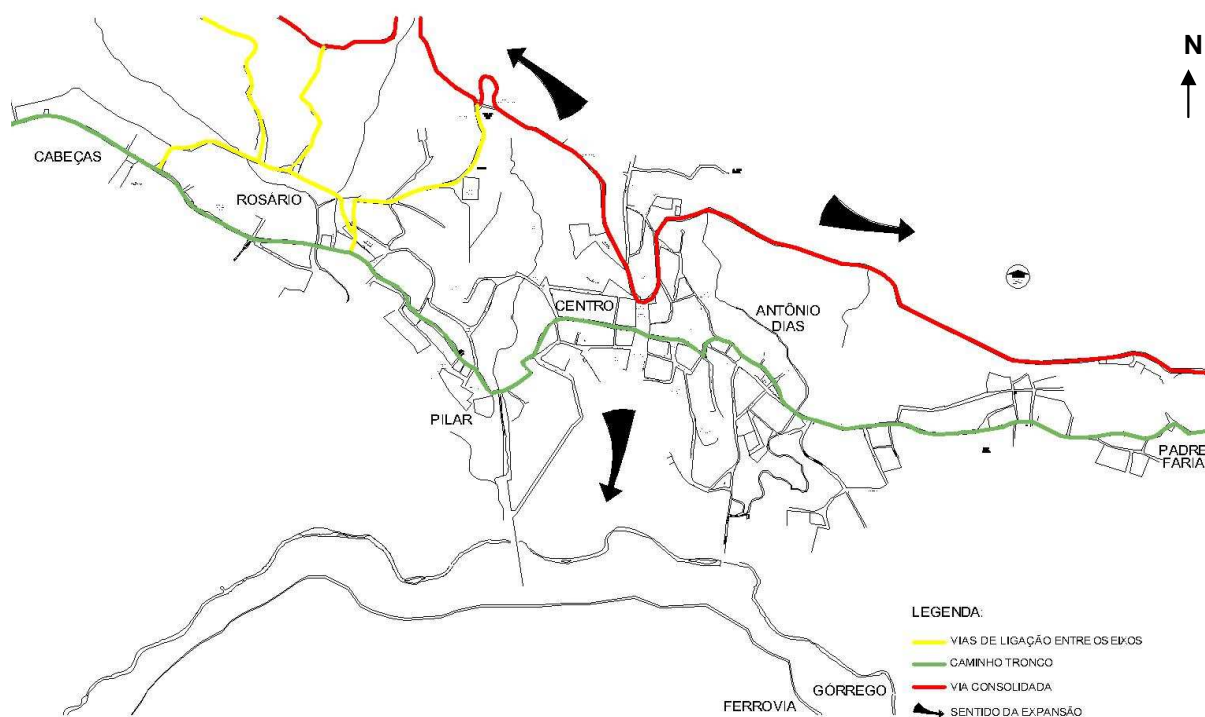


FIGURA 49 - Croqui representando os eixos de expansão da cidade de Ouro Preto
 Fonte: Elaborado por Flávia Guerra Soares com base em VASCONCELLOS, 1977, 82-83.

A partir deste período, a forma urbana da cidade de Ouro Preto reflete o padrão intentado pela Coroa de regularização do espaço urbano dentro dos limites impostos pelo sítio natural existente na região. O eixo transversal, em oposição ao eixo longitudinal representado pelo caminho tronco, começa a se consolidar, tendo como extremidade norte a Igreja Nossa Senhora das Mercês além da continuação de sua via em direção à saída da cidade, e, no limite sul, a Igreja Nossa Senhora das Mercês e Perdões, assim como a via que conduz à linha férrea.

A falta de terreno plano faz com que as casas brancas que se agarram aos rochedos, cujos ângulos salientes fazem frente ao córrego, subam e desçam, ocupando cortes feitos nos contrafortes da elevação principal, que caem perpendiculares. Aqui, elas se espalham pelas alturas, ali desaparecem nas sombras abaixo de nós (BURTON, 1976, p. 287).

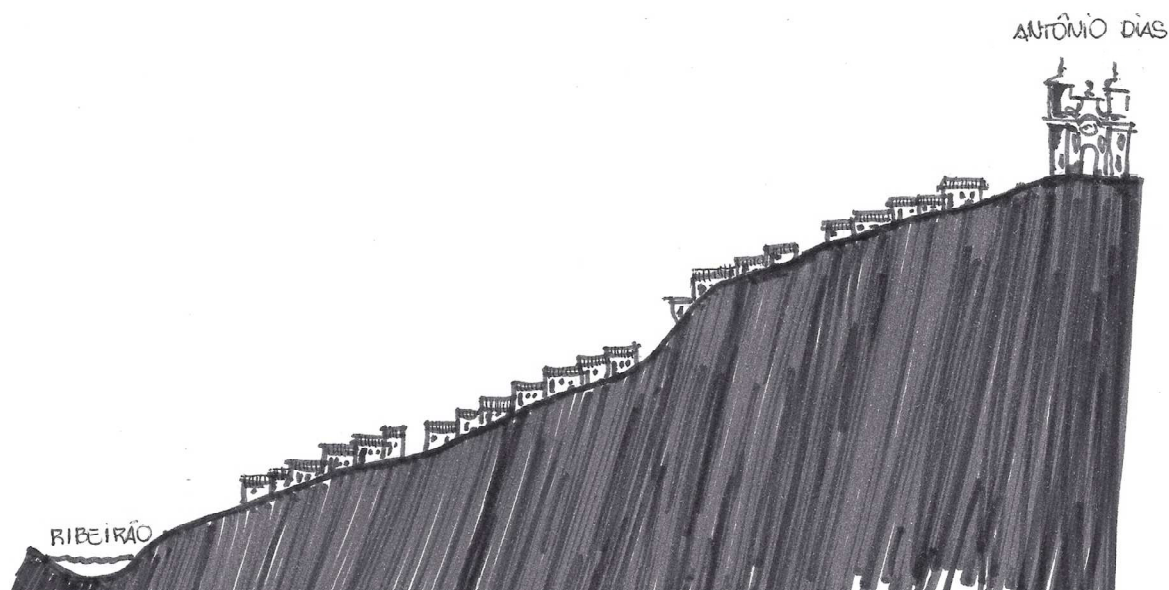


FIGURA 50 - Croqui representando corte da implantação no período
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

2.3.4 Tipologia

2.3.4.1 Parcelamento

O parcelamento do solo neste período é semelhante ao anterior, porém, com a consolidação dos quarteirões, que, em geral, possuem grandes dimensões, sendo que alguns ainda não apresentavam contornos definidos dos seus limites. Os lotes apresentam formas irregulares⁵⁸, as proporções são variadas, sendo maiores na periferia da povoação, o que favorece a existência de pequenas chácaras com hortas e pomares destinados a suprirem a carência do comércio local (VASCONCELLOS, 1977). Tais lotes, geralmente, eram implantados em degraus, ou terraços, contidos por muros de pedras, realizados através de cortes e aterros, como alternativa de correção da topografia acidentada local. Já nas áreas centrais, mais valorizadas, os lotes possuíam dimensões reduzidas, com testadas que geralmente não ultrapassavam 10m (VASCONCELLOS, 1977). As modificações no arruamento⁵⁹ são descritas por Vasconcellos (1977, p.106): “No centro da Vila a abertura de novas ruas, paralelas às já existentes, transforma em testadas os fundos dos terrenos que, então, se subdividem.”

⁵⁸ Os lotes não foram representados no mapa deste período, porém as conclusões a respeito de sua forma física foram baseadas em relatos com referências indicadas ao longo do texto.

⁵⁹ Mawe (1978, p. 122) descreve as ruas como: “a maior parte estão dispostas em degraus, desde a base até o vértice da montanha e atravessadas por outras, que seguem a direção da subida.”

As edificações ocupavam a testada do lote, sendo este alongado no sentido perpendicular à via, permitindo a criação de grandes quintais⁶⁰ com adensamento reduzido, ao passo que as testadas eram adensadas. Neste sentido Reis Filho (1968, p. 148) ratifica que

As quadras, quando completamente edificadas, compunham-se de uma linha contínua de construções, dos lados das ruas, com um grande vazio constituído pelos quintais, na parte inferior. Os telhados das casas, de duas águas, que as lançavam para a rua e para o interior dos lotes, coroavam o conjunto e, algumas vezes, formavam uma segunda linha de continuidade. Internamente, porém, as dimensões das quadras sendo grandes, estendiam-se os quintais em vazios surpreendentes, que contrastavam, de modo violento, com a aparência de concentração das vias públicas.

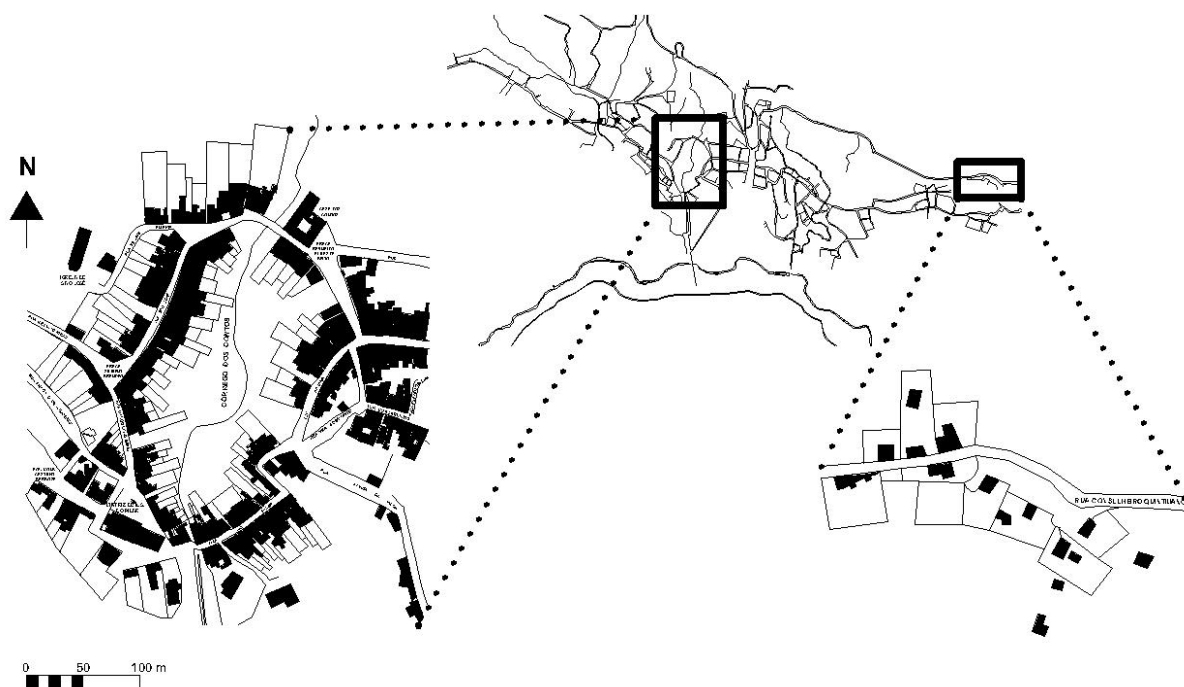


FIGURA 51 - Croqui representando o parcelamento da Vila

Fonte: Elaborado por Flávia Guerra Soares com base em VASCONCELLOS, 1977, 82-83.

Nota: O parcelamento apresentado à esquerda do mapa chave representa o tipo predominante no núcleo histórico, ao passo que à direita está o parcelamento tipo da periferia.

O arruamento apresenta-se de forma orgânica, seguindo a implantação do período anterior, tentando aos poucos vencer os desníveis da topografia acidentada, assim, o traçado tanto “da parte superior como da inferior da cidade, é muito emaranhado, e os velhos logradouros, meras “voltas” e “rodeios”, mostram quanto eram valiosos, outrora, os terrenos para construção” (BURTON, 1976, p. 302). Devido à peculiaridade do terreno, somada às aberturas de minas realizadas por toda a região, inclusive nos morros, Rugendas (1979, p. 37) alerta para o fato de que “lugares há mesmo em que a declividade do terreno e a

⁶⁰ A observação de Saint-Hilaire (1975, p. 70) sobre os quintais das casas era que “a maioria tem um jardim longo e estreito, muito mal cuidado. Esses jardins são sustentados por uma muralha pouco elevada, quase sempre coberta por imensa quantidade de fetos, gramíneas, musgos, e na mais das vezes formam uns por cima dos outros uma série de terraços, cujo conjunto apresenta uma vez ou outra uma massa de verdura, tal como jamais se vê nos nossos climas temperados.”

inconsistência do solo, tão amiúde escavado, ameaçam as casas e seus habitantes de desmoronamento.”

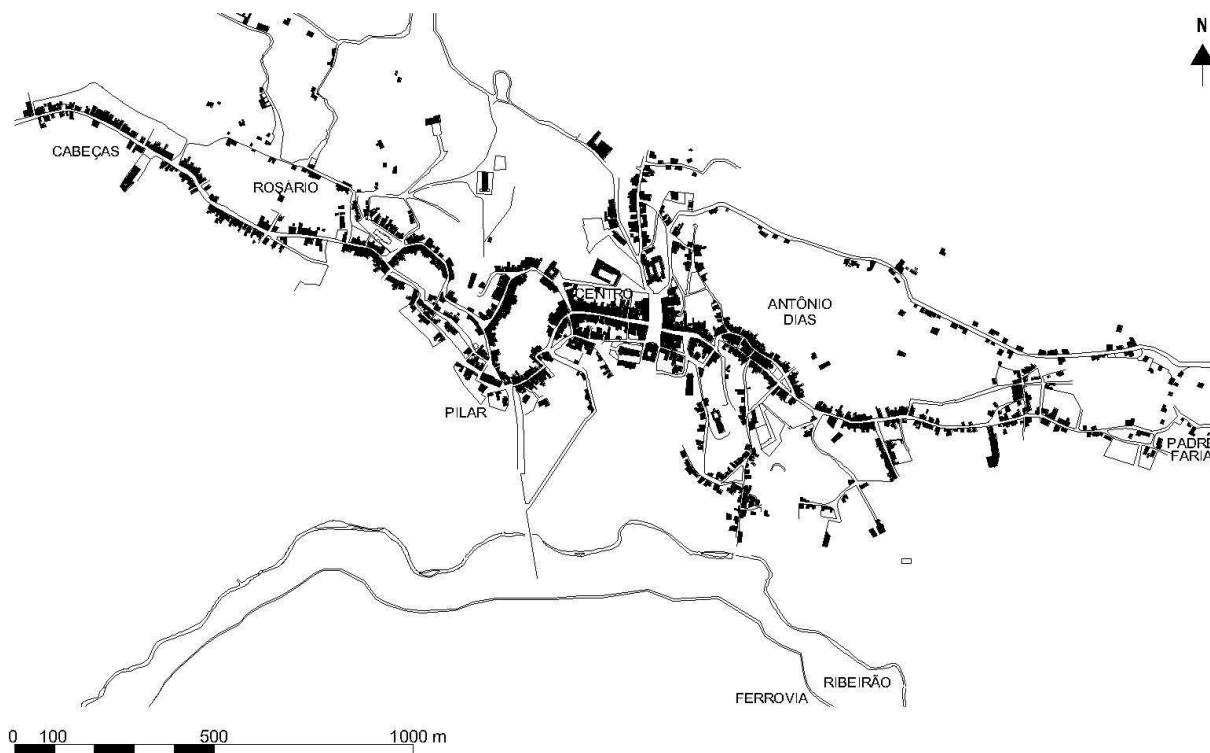


FIGURA 52 - Croqui do mapa da vila no período de 1765 a 1900

Fonte: Elaborado por Flávia Guerra Soares com base em VASCONCELLOS, 1977, 82-83.

2.3.4.2 Tipologia edifícia

2.3.4.2.1 Tipologia residencial

Este período ainda mantém todas as tipologias analisadas anteriormente: a casa térrea⁶¹ com fachada estreita, a casa térrea com fachada alongada e o sobrado com fachada estreita, com exceção das barracas dos primeiros assentamentos, sendo que “o maior número construídas de barro” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 70). A transformação que se observa é o crescimento horizontal dos sobrados, antes reduzidos a no máximo três aberturas. Agora passam a possuir entre cinco e seis, podendo apresentar sacadas individuais ou até mesmo balcões que atravessam a fachada em toda sua extensão, interligando as aberturas. De acordo com Polh (1976), estes edifícios, no início do século XIX, contabilizavam um total em torno de 1.600.

⁶¹ As casas térreas são atestadas por alguns viajantes como sendo constituídas de pedra, como é o caso de Pohl (1976, p. 386), que afirma que “a cidade de Vila Rica principia por algumas pequenas casas de pedra, térrea, solidamente construídas, e ocupa dois morros e o vale existente entre eles.”



FIGURA 53 - Croqui representando a primeira tipologia do período de 1765 a 1900
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.



FIGURA 54 - Croqui representando a segunda tipologia do período de 1765 a 1900
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

É possível identificar dois tecidos urbanos com relação ao agrupamento de tipologias semelhantes existente neste período, de acordo com as observações de Burton (1976). O primeiro está situado no subúrbio da cidade onde o predomínio ainda é de casas térreas, sendo estas “baixas e pequenas, algumas delas carecendo, mesmo, de assoalho” (BURTON, 1976, p. 289). “As casas das classes mais pobres têm paredes de barro e são caiadas” (POHL, 1976, p. 397). O segundo corresponde às edificações localizadas no centro, prevalecendo a tipologia representada pelos sobrados, a partir da qual “todas apresentam vidraças e tetos forrados com esteiras de taquara” (BURTON, 1976, p. 289). O conjunto⁶² formado por estas edificações apresenta-se de forma irregular, pois, geralmente, as residências ocupam planos diferenciados, umas das outras (SAINT-HILAIRE, 1975), possibilitando a visibilidade das empenas dos telhados, onde a declividade da via é mais acentuada. O estado de conservação das edificações é atestado por Saint-Hilaire (1975, p. 73), reforçando o zoneamento analisado acima, com referência a este aspecto:

Quase todas as casas estão mal conservadas e têm o ar tristonho que devem à cor escura de suas gelosias, e ao matiz enegrecido que adquirem rapidamente as telhas de barro quando expostas ao ar. De permissão, no entanto, a uma multidão de casas péssimas, vêem-se algumas bastante bonitas, sobretudo na rua principal que tem o nome de Rua Direita, muito embora seja irregular.

A presença dos oratórios localizados em edificações implantadas nas esquinas ainda é percebida neste período, uma vez que Mawe (1978, p. 122) relata que “nas esquinas das ruas por que passamos, havia grupos de pessoas de classe humilde, orando diante de imagens da Virgem colocadas em nichos e iluminadas por círios.” Uma das edificações residenciais mais significativas do período é a chamada Casa dos Contos⁶³, construída no final do século XVIII por João Rodrigues de Macedo (ALMEIDA, 1961), que era o contratador dos direitos dos dízimos e entradas da capitania, para ser sua residência. Por volta de 1790 a dívida do contratador para com a Coroa era tamanha que o Governo decidiu se apossar de parte de sua residência, adaptando o pavimento térreo para abrigar a administração dos negócios da Fazenda Real (ALMEIDA, 1961), sendo que na Inconfidência, este local se transformou em prisão para alguns inconfidentes:

[...] distingue-se das demais pela grandiosidade de seu conjunto e apuro de seus elementos. Não só o seu volume, como o tratamento que mereceu a

⁶² Burton (1976, p. 289) ratifica esta idéia, relatando: “As casas são construídas em grupos desiguais, raramente ocupando o mesmo plano; daí a irregularidade, que se estende mesmo aos níveis das ruas.” Saint-Hilaire (1975, p. 70) também observa que: “Como a disposição do terreno não permite que duas casas possam ficar no mesmo plano, podem ser vistas, a maioria delas, total ou parcialmente.”

⁶³ Segundo Sales (1965, p. 202), “Ouro Preto ostenta muitas ruas, muitos edifícios isolados, vários conjuntos arquitetônicos que são altamente expressivos como recortes de uma época e de um tipo de vida. Entretanto, para nós, nada tão genuinamente ouro-pretano como a ponte e a Casa dos Contos, na rua S. José.” O mesmo autor Sales (1965, p. 203) afirma que “de princípio, o prédio era conhecido como Casa do Real Contrato, pois Rodrigues de Macedo era contratador. A designação Casa dos Contos prende-se ao fato de aí serem guardados os cofres de ouro da Junta da Fazenda.”

fazem residência singular em toda a capitania e talvez mesmo no Brasil. Suas fachadas, de alvenaria de pedra, com belos cunhais sugerindo colunas em meio ressaltado, suas cimbras de complexo perfil, principalmente nas esquinas, seus balcões abaulados, cujas bacias, de pedra, se ornaram, por baixo, com cordões relevados, e seus vãos coroados por valentes cornijas, que às vergas se unem por estrangulada faixa, salientam-lhe o caráter monumental, raro nas habitações nacionais (VASCONCELLOS, 1977, p. 194).



FIGURA 55 - Croqui da casa dos contos
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

2.3.4.2.2 Tipologia especializada

Uma das edificações especializadas mais significativas do período é a Casa de Câmara e Cadeia, situada em uma das extremidades da Praça Tiradentes. A construção de sua sede definitiva em pedra e cal foi iniciada em 1784 pelo Governador Cunha Menezes que também é responsável pela elaboração de seu projeto (LEFEVRE, 1968), e somente “quase dois anos depois é que se demoliu parte da antiga” (CARVALHO, 1921b, p. 313), sendo que o “local onde se acha hoje situada a Penitenciária era ocupado por casas, também em frente à mesma se achavam outros prédios edificadas” (CARVALHO, 1921b, p. 313). Além da demolição destas edificações para a construção do citado edifício, ocorreram também outras, no sentido de desobstruir o seu eixo de perspectiva, como descrito por Reis Filho

(1999, p. 32): “Nessa época o espaço da praça era limitado, havendo em seguida algumas edificações privadas, que foram demolidas nos últimos anos do século XVIII, para valorização da perspectiva da casa de câmara e cadeia [...]”. Outro documento que comprova a existência de edificações que limitavam a vista da Câmara é a carta do ouvidor e corregedor de Vila Rica, Dr. Antônio Ramos da Silva Nogueira, ao senado da Câmara:

Recebi o ofício de Vmces. Datado de 10 do corrente, em que me participaram haverem deliberado continuar a obra da nova cadeia cujo edifício é assombrado pelas casas, que ficão no alto da rua que desce para Antônio Dias, parte das quaes entendem demolir, afim de ficar desafrontado o sobredito edifício da nova cadeia (CARVALHO, 1921b, p. 313-314).

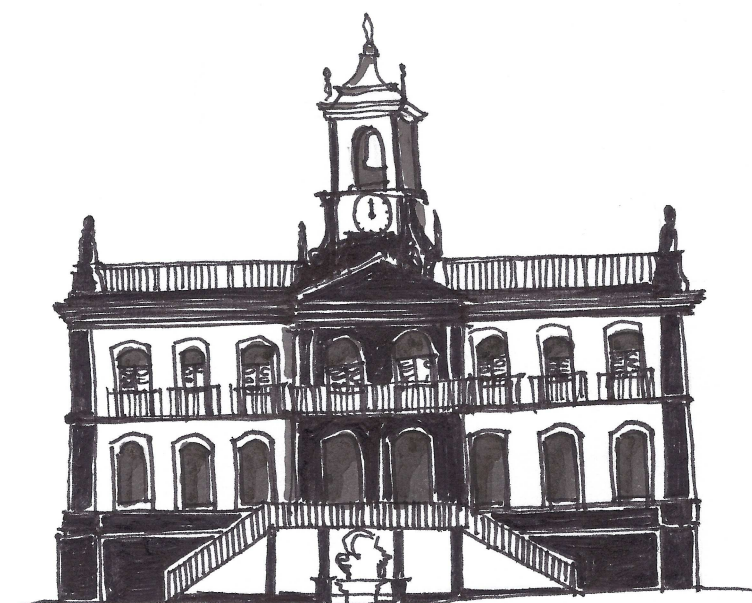


FIGURA 56 - Croqui da Casa de Câmara e cadeia
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

As obras se prolongaram por vários anos, sendo paralisadas e retomadas sucessivas vezes, ou tendo várias arrematações para diversos serviços distintos: “em 1788, ficaram paralisadas as obras da cadeia” (CARVALHO, 1921b, p. 318), “aos 10 dias do mês de abril de 1790, teve lugar a arrematação das obras que se achavam por acabar da cadeia, da parte de Antônio Dias” (CARVALHO, 1921b, p. 319-320), “a 13 de abril de 1831, teve lugar o edital para conclusão da obra da cadeia do lado de Antônio Dias, que vinha a ser o telhado, assoalho, portas, janelas, forro de cima, as competentes ferragens, reboque e caiamento” (CARVALHO, 1921b, p. 326). Saint-Hilaire (1975, p. 72) observou, no início do século XIX, que “é lamentável que esse edifício não esteja acabado e não defronte exatamente o palácio,” sendo as obras concluídas somente em 1847 (SALES, 1965) e inaugurado um ano antes, em dois de dezembro de 1846, o Chafariz da cadeia (CARVALHO, 1921b).

Com relação às igrejas têm-se o início da construção em 1767 (SALES, 1965) da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo⁶⁴, em 1805 “a igreja das Mercês e Perdões tem sua fachada invertida para o sul conforme estabelecido pela irmandade devido aos impetuosos ventos do norte” (VASCONCELLOS, 1977, p. 64) e entre 1848 e 1852 a “Matriz do Pilar teve seu frontispício refeito” (MENICONI, 1999, p. 74). Estes edifícios foram observados por Rugendas (1979, p. 37) como sendo desprovidos de arte, como afirma na passagem:

Datam, quase todas as igrejas e outras construções, de uma época em que a arquitetura se achava em plena decadência, não somente em Portugal mas ainda em quase todos os países da Europa. Nelas se observa essa mistura absurda de estilo italiano da decadência com resíduos góticos e infelizes imitações do antigo, tudo sem menor arte, ou melhor, com a que imaginavam as academias criadas para amparar a vida titubeante da arte.

Apesar da análise de Rugendas (1979) com relação à arte barroca de Ouro Preto não considerar o valor artístico presente em suas Igrejas, data deste período a Igreja de São Francisco de Assis, iniciada em 1766 e parcialmente terminada em 1810 (BAETA, 2002b), obra de Aleijadinho, que “desenhou o plano interno e externo, riscou e executou o altar-mor, o retábulo e os altares laterais, como também fez as esculturas da portada, dos púlpitos e do chafariz da sacristia, em pedra sabão” (ALMEIDA, 1961, p. 64). Esta é considerada a obra prima do barroco, o ápice de sua expressão, a perfeição obtida através do mais puro sentimento mesclado à proporção áurea, inovando a arquitetura da época, principalmente através da utilização das formas curvas no frontispício, pois “tudo é novo e belo; de um vigor que espanta, e solenidade que emociona. O barroco naturaliza-se mineiro” (LEFEVRE, 1968, p. 29). Contradizendo ainda mais os apontamentos de Rugendas (1979), Lefevre (1968, p. 30) ressalta que:

Na capela da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis de Vila Rica notáveis conjunções são estabelecidas: a tradição portuguesa se une às inspirações narrativas; o barroco e o rococó se harmonizam; a pintura e a escultura se equilibram. A obra constitui a mais alta expressão da cultura mineira em seu pleno florescimento.

⁶⁴ Segundo Lefevre (1968, p. 29), “o projeto é de Manuel Francisco Lisboa, modificado por Antônio Francisco após a morte do pai. As modificações suprimem janelas e portas, ondulam as paredes e acrescentam decorações sobre a portada, com querubins e coroa, aprovadas na experiência feita na capela carmelita de Sabará. Aqui, o desenho se amplia e a fachada ganha monumentalidade pela incorporação do óculo a sua parte inferior, configurado em olho de boi. “



FIGURA 57 - Croqui da Igreja São Francisco de Assis
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2009.

2.3.5 Paisagem

As primeiras décadas do século XIX⁶⁵ são caracterizadas principalmente pela chegada dos viajantes, sobretudo a partir da abertura dos portos, em 1808, a todas as nações amigas de Portugal, o que possibilitou a visita de europeus de diversas nacionalidades, com o intuito de pesquisar e relatar as riquezas brasileiras. Seus relatos são ricos em termos de descrições de costumes da vida social, maneiras de exploração do ouro, fatos históricos, população, fauna, flora, características físicas das ocupações e aspectos relativos às edificações e paisagem em geral. Além disso, este período é conhecido também pelos ricos desenhos que possibilitam a apreciação e análise do conjunto urbano da época.

⁶⁵ De acordo com Mawe (1978, p. 13), “esse século foi rico em visitantes de diversas proveniências e de variadas formações. Aqui aportaram vindos da Rússia, da Alemanha, da Áustria, da França, dos Estados Unidos, da Itália, de Portugal, da Suécia e da Dinamarca, por exemplo. Eram naturalistas uns, geógrafos, artistas, comerciantes outros. A passagem deles pelo nosso País foi às vezes breve, de alguns meses apenas. A de outros, entretanto, durou anos, não faltando aqueles que, chegando ainda jovens, permaneceram conosco para sempre, aqui morrendo, já bastante idosos.

John Mawe era inglês nascido em Derbyshire e esteve no Brasil entre os anos de 1807 e 1811, “demorando-se bastante em Minas Gerais, dado o seu maior interesse pelas pedras preciosas” (MAWE, 1978, p. 13). Sua impressão com relação à Vila deixa evidente o desapontamento deste viajante no que tange a fama da riqueza e opulência existente não só na cidade, mas na região das minas, pois “posto que essa cidade esteja situada em uma eminência bastante elevada e escarpada, o seu aspecto não é nem imponente nem surpreendente, nada em sua vizinhança corresponde à magnificência do nome” (MAWE, 1978, p. 120). Além disso, a percepção com relação à exploração aurífera retrata um espaço degradado, onde “a montanha foi perfurada como um favo de mel, porque os mineiros exploravam todas as partes moles que encontravam e avançavam tanto quanto podiam” (MAWE, 1978, p. 127). Um aspecto constantemente enfatizado nas descrições dos viajantes é a presença de jardins bem cuidados implantados em terraços, que vencem a declividade do terreno a partir de pequenas muretas.

Os jardins, plantados com muito gosto, apresentam, em sua disposição, espetáculo curioso. Como é difícil encontrar em todo o flanco da montanha espaço plano de trinta pés quadrados, remediaram essa falta, aplainando espaços uns sobre os outros, a distâncias iguais e sustentando-os por muros pouco elevados; escadas conduzem de uns a outros. Esses terraços me parecem o verdadeiro império de Flora, porque jamais vira tal profusão de belas flores (MAWE, 1978, p. 122).

O francês Auguste de Saint-Hilaire que permaneceu no Brasil durante seis anos, 1816 a 1822, também observou a existência deste jardim “que forma no mesmo plano que a habitação um terraço estreito, e contei até vinte e dois desses terraços que se elevavam em anfiteatro uns por cima dos outros” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 71). Além deste aspecto, o viajante notou, também, que “não há em sua cidade um único passeio público, nenhum café passável, nenhuma biblioteca, nenhum gabinete literário, nenhum centro de reunião, e os estrangeiros nem sequer têm o recurso de aí encontrar hospedaria suportável” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 73), demonstrando isso a falta de infra-estrutura, tanto para receber viajantes, quanto para atender a população residente. A impressão de Saint-Hilaire (1974, p. 85) traduz a decadência econômica expressa na paisagem da Vila na época:

A pouca distância de Vila Rica avista-se uma pequena parte dessa cidade. As casas que ficam em frente ao caminho, na maioria assobradadas e recentemente caídas, dão a mais agradável impressão da capital da província; mas logo se é desiludido, quando, chegando à cidade pela Rua das Cabeças vêem-se casas mal cuidadas cujas portas e janelas são pintadas de vermelho e com telhados que se prolongam desmedidamente além das paredes.

Johann Emanuel Pohl esteve em Vila Rica no período de 1817 a 1821 e destaca o aspecto de que a cidade está situada em dois morros e no vale entre eles, o que dificulta a visualização de seu panorama como um todo. “O terreno sobre o qual está situada a cidade

não tem trechos planos; a própria cidade é intercalada de morros, de modo que de ponto algum se pode ter visão do conjunto“ (POLH, 1976, p. 396). Pohl (1976, p. 397) ressalta a decadência da Vila principalmente na entrada da cidade, onde observa que:

Particularmente ruins são as casas de onde começa a cidade, na estrada de Mariana para cá. São em geral choças baixas, não caiadas, muitas já em escombros, e com a sua situação desordenada e seus muros de pedras apenas empilhadas concorrem não pouco para tornar negativa a primeira impressão que se tem de Vila Rica.

A contribuição de Rugendas (1979), que esteve no Brasil entre os anos de 1822 e 1825, está relacionada principalmente com as gravuras que contêm seus relatos. Em especial sobre Vila Rica são apresentadas, no livro “Viagem pitoresca através do Brasil”, duas imagens da Vila. Ambas foram retratadas tendo o observador distante das áreas edificadas da cidade, enfatizando principalmente o relevo acidentado, assim como a escassez de matas densas nas proximidades da ocupação. Mesmo afastado da Vila é possível observar, neste período, o papel de destaque representado pelas igrejas, em detrimento do acanhado casario, sendo estas ressaltadas em meio ao movimento dinâmico do relevo acidentado da região.



FIGURA 58 - Vila Rica no início do século XIX
Fonte: RUGENDAS, 1979, 1/21.



FIGURA 59 - Vila Rica no início do século XIX
Fonte: RUGENDAS, 1979, 1/22.

Diferentemente dos viajantes apresentados anteriormente, Burton (1976, p. 294) que relatou: “pouco observei da decadência que Mr. Walsh assinala em 1829 e que fez com os viajantes afirmassem que Vila Rica tornara-se Vila Pobre” ao descrever os detalhes das construções e o comércio da Rua São José. Porém ressalta que, “fisicamente, Ouro Preto não é digna da vasta Província que comanda; mesmo em São Paulo não passaria de uma cidade de segunda categoria” (BURTON, 1976, p. 296) e que “falta à perspectiva toda a graça e grandeza de uma cidade. É, no entanto, singular, cheio de surpresas e, de certo modo, romântico e pitoresco, plenamente mineiro” (BURTON, 1976, p. 287).

Apesar de muitas das descrições dos viajantes da época se referirem a Ouro Preto como sendo uma cidade em plena decadência econômica e social, a figura abaixo representa uma cidade aparentemente em perfeito desenvolvimento, com presença de um tecido urbano significativo e em boas condições. A vista é tomada a partir do largo da Igreja Matriz de Antônio Dias, sendo possível observar à direita a casa de Marília de Dirceu e, logo em seguida, a Ponte do Suspiro com sua configuração em arco. As ocupações estão localizadas principalmente ao longo das vias, como na rua Santa Efigênia, que atinge no topo do morro a Igreja de mesmo nome, sendo que os morros, neste período, ainda se apresentam como molduras à paisagem urbana.

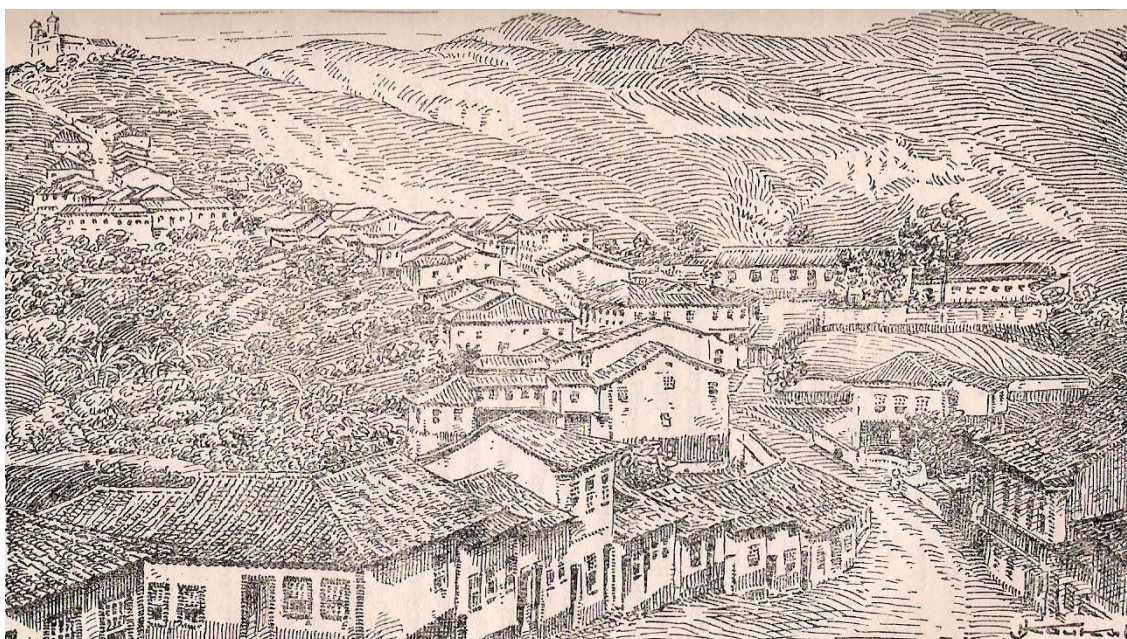


FIGURA 60 - Ouro Preto, então Vila Rica, em fins do século XIX
Fonte: LIMA JUNIOR, 1955, p.121.

A figura abaixo representa o lado oposto à Praça Tiradentes, com relação a FIG. 60. Observa-se, em primeiro plano, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e sua ligação com a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, enfatizando novamente o aspecto destacado na FIG.60, no qual o maior adensamento de ocupações encontra-se ao longo das vias, sendo que os morros, em geral, ainda não foram incorporados à dinâmica do parcelamento do solo.



FIGURA 61 - Vila Rica. Desenho de Thomas Ender, 1832
Fonte: Omega, 1961, p. 115.

Segundo Reis Filho (1999, p. 23), este período será marcado por uma evolução da urbanização da cidade, uma vez que o controle da imagem da cidade como um todo seria colocado em prática, tanto com relação aos edifícios especializados quanto às edificações residenciais, sendo “a grande novidade a adoção de formas de disciplina capazes de integrar, nessa paisagem, as casas comuns, como formando grandes conjuntos.”

2.4 O segundo declínio e a fase de expansão: 1900 a 2006

2.4.1 Dados históricos

No início deste período, a cidade sofreria novamente uma ruptura em sua evolução, devido à transferência da capital para a cidade de Belo Horizonte. Apesar deste fator, a cidade se afirmaria como centro acadêmico e educacional devido aos investimentos realizados no período precedente.

Melhor dotada de infra-estrutura que a maioria das cidades do País, com uma população de 65.384 habitantes, dona de um acervo cultural e artístico de alto nível, bem como de uma tradição intelectual advinda de sua condição de Capital, reúne todas as condições para se firmar como o principal centro educacional do Estado. A presença de um correio de primeira classe e a inauguração do ramal da Estrada-de-Ferro Central do Brasil, em julho de 1889, reforçavam suas condições privilegiadas (FJP, 1975, p. 12).

A semana de arte moderna acontecera em São Paulo em 1922 e, posteriormente, os modernistas iniciaram sua viagem de “redescoberta do Brasil”. Os poetas Mário de Andrade⁶⁶ e Oswald de Andrade, o poeta suíço-francês Blaise Cendrars e a pintora Tarsila Amaral visitaram Ouro Preto e várias outras cidades históricas, buscando as raízes da arte brasileira, em um momento em que o foco era Paris. Chegaram à cidade de Ouro Preto, palco da excursão modernista, em abril de 1924, quando esta celebrava a semana santa. E foi neste cenário que os modernistas descobriram o acervo cultural de Minas Gerais. O barroco tipicamente mineiro foi reconhecido como identidade nacional, caráter que tanto buscaram os modernistas.

⁶⁶ Natal (2007, p. 194) enfatiza que “para Mário, uma expressão artística diferenciada, brasileira, começa a ser construída na segunda metade do século XVIII. É neste período que artistas como Aleijadinho, em Minas, mestre Valentim, no Rio de Janeiro, e os santos Chagas e Domingos Pereira, na Bahia, desenvolvem uma arte insubmissa aos padrões lusos, uma arte espontânea e inventiva, que não copiava inteiramente os modelos da metrópole, mas que primava pela originalidade e pela inovação. Segundo Mário de Andrade, nas obras destes escultores e arquitetos, o que sobressai é um traço que “denuncia um gênio virgem (...), puro e inocente.”

Embora Mário de Andrade localize as origens de uma arte tipicamente brasileira em três matrizes, quais sejam, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Geras, é nesta última onde se teria constituído a expressão máxima da brasilidade. Em sua perspectiva, Minas conformaria o nicho privilegiado no qual se teriam dado as mais originais, autênticas e belas criações artísticas brasileiras. Aqui, a figura de Aleijadinho adquire um papel de suma importância: o “arquiteto escultor” simbolizaria o gênio maior, o artífice exemplar porquanto mais dotado de originalidade, que iniciara e/ou fundara uma tradição artística nacional (NATAL, 2007, p. 196).

A partir dos estudos, realizados pelos modernistas, das características históricas, artísticas e arquitetônicas de Ouro Preto, intensificam-se os discursos em favor da preservação da cidade⁶⁷. E em 12 de julho de 1933, através do decreto nº 22.928, Ouro Preto é decretada Monumento Nacional, passando à tutela ao Governo Federal. A criação do SPHAN em 1937 foi fundamental para sustentar o projeto modernista do Estado Novo, no intuito de “criar” um passado para a nação. Assim, era necessário eleger algumas edificações e monumentos a serem tombados como patrimônio nacional. A cidade de Ouro Preto, neste contexto, foi escolhida como símbolo nacional.

É preciso enfatizar que a cidade de Ouro Preto é o foco central da análise do discurso nacionalista modernista, na medida em que o barroco mineiro foi apresentado como a arte referencial para todo o país, como valor representativo das autênticas tradições brasileiras que se passava a inventar (MENICONI, 2004, p. 14).

Um novo impulso à cidade será marcado pelo desenvolvimento da indústria de alumínio, em 1945, com a instalação da ALCAN⁶⁸, que iria exigir novas habitações – com padrão diferenciado do núcleo histórico – e, conseqüentemente, maior infra-estrutura urbana. Esta expansão, marcada pela retomada do crescimento econômico com a “corrida do alumínio”, vem acompanhada do surgimento de obras irregulares, além do agravamento da situação do trânsito, que também ameaça a paisagem como um todo.

O arquivo central da SPHAN no Rio de Janeiro tem registrados na década de 40, 15 pedidos para obras novas na cidade. Na década de 50 passam para 124, e na década de 60 para 495. Em 1955 surge o primeiro pedido de aprovação de loteamento. Na década seguinte constam no mesmo Arquivo 10 referências de parcelamento da terra (MOTTA, 1987, p. 114).

⁶⁷ Segundo Meniconi (2004, p. 10), “a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos, que, através do apoio de um grupo de intelectuais e com base em determinados instrumentos jurídicos, selecionam um conjunto de bens no espaço público e lhes atribuem valor enquanto símbolos da nação. A preservação desses bens culturais, segundo o discurso que a justifica, visa reforçar um sentimento comum de pertencimento e, portanto, uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos.”

⁶⁸ A FJP (1975, p. 13) relata que “promove-se a ocupação esparsa da área própria da empresa, de praticamente toda a área do Morro do Cruzeiro, e há uma contínua injeção de população e atividades novas no então estagnado tecido urbano. O núcleo principal, que se mantinha praticamente inalterado desde os fins do século XVIII, sofre um processo de expansão, sendo aproveitadas todas as áreas da periferia que oferecem condições razoáveis.”

Reforçando este impulso desempenhado pela instalação da ALCAN, vem se somar o incentivo dado às atividades ligadas ao turismo e, principalmente, à criação da UFOP, em 1969, a qual consagra a cidade como referência no campo educacional. Todos estes incrementos vão gerar um grande impacto na malha urbana da cidade, tanto no núcleo histórico⁶⁹ quanto na periferia, devido ao crescimento desordenado. A pressão de renovação e ocupação do solo será percebida na organização do espaço através de novos arruamentos, parcelamentos, desmembramentos e novas edificações. Um indicativo deste desenvolvimento é a taxa de crescimento populacional que era de 8.751 habitantes em 1950 e passou para 25.252 habitantes em 1970 (MENICONI, 1999).

Com a grande expansão ocorrida em Ouro Preto, foi necessário elaborar um planejamento que orientasse o desenvolvimento da malha urbana. Este foi denominado “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, desenvolvido pela FJP em 1975. A partir de análises de aspectos da estrutura física e social, as proposições são baseadas em quatro premissas básicas que valorizam: a) a autenticidade da paisagem urbana do núcleo a medida que considera a proposição de cenários coloniais um equívoco devido a constatação de vocabulários formais diferenciados; b) a interface entre a preservação do patrimônio e a dinâmica de crescimento da cidade; c) a aplicação de medidas perenes em detrimento de soluções paliativas para a preservação do patrimônio; e d) a atuação constante dos poderes federal, estadual e municipal na salvaguarda do patrimônio local. Tendo em vista a descaracterização do patrimônio ocorrida devido, principalmente, ao adensamento do núcleo histórico, assim como à introdução de novas áreas de ocupação, foi analisada a função urbana e a especialização funcional de cada núcleo (Ouro Preto, Saramenha, Mariana, Passagem Mariana), além de aspectos econômicos e sociais e sistema viário, como base para o fornecimento de “parâmetros para o desenvolvimento do modelo e para a definição da política a ser adotada para o conjunto” (FJP, 1975, p. 40). A partir deste estudo foi possível subdividir a região urbana de Ouro Preto em zonas distintas de ocupação, que receberam diretrizes apropriadas à cada realidade.

O plano descrito acima avaliou as zonas da cidade em relação à dinâmica urbana, à evolução urbana e à organização do espaço, com o objetivo de conciliar o desenvolvimento urbano gerado pela demanda do crescimento populacional, aliada à preservação do patrimônio cultural. Assim, o plano possibilitaria a proteção do conjunto tombado do núcleo histórico sem que a cidade ficasse “congelada”, ou seja, sem perspectiva de ampliação da

⁶⁹ De acordo com Vieira (2006, p. 40), observa-se que “este crescimento e seu impacto no núcleo histórico pode ser demonstrado pelo dado do IPHAN que entre 1948 e 1985 foram construídas 500 edificações novas no centro.”

sua malha urbana, considerando o diálogo com o patrimônio existente. Porém, este não foi aprovado nem detalhado, por motivos políticos e falta de recursos.

2.4.2 Regulamentações urbanas

As primeiras atuações do SPHAN em Ouro Preto foram realizadas considerando a cidade ou o seu conjunto tombado como um objeto idealizado, levando em conta apenas suas características ligadas a valores estéticos e estilísticos, não considerando o valor histórico/documental e social, sendo estes inerentes ao processo de formação de todas as cidades. Este caráter é reforçado pela afirmação de Motta (1987, p. 110) de que “a cidade obra de arte foi despida de sua componente social.” O SPHAN vai direcionar todos os seus esforços para as fachadas e coberturas sendo exigida, em projetos de reforma, a correção de edifícios que supostamente não faziam parte do conjunto, obrigando-os a realizar alterações como eliminação de platibandas, frontões e elementos ecléticos. Os elementos valorizados eram aqueles ditos setecentistas, sendo estes: esquadrias de madeira, janelas tipo guilhotina, elementos de ferro pintados na cor preta, fachada caiada principalmente de branco, telha colonial com cobertura de duas águas e cumeeira paralela à rua, entre outros. Assim, edifícios eram selecionados como representantes da identidade nacional e outros eram descartados, sendo “considerados incompatíveis com a imagem idealizada da cidade: o mercado era então demolido” (MENICONI, 2004, p. 57).



FIGURA 62 - Igreja São Francisco de Assis e o antigo mercado em 1880
Fonte: FERREZ, 1946, p. 352.

Nota: Este mercado foi demolido, sendo substituído por um edifício em estilo neoclássico. Foto de Marc Ferrez.

As instruções seguidas nesta fase de atuação do SPHAN em Ouro Preto podem ser claramente retratadas a partir das seguintes recomendações, em 1952:

- “b) – autorizar diretamente qualquer reparo ou pintura insusceptível a alterar ou prejudicar a integridade ou o aspecto tradicional das edificações: substituição ou emendas de peças estruturais ou secundárias da edificação com materiais da mesma natureza, reedificação de paredes com a conservação nos respectivos lugares dos elementos da estrutura e quadros de portas e janelas, caiação de branco ou em cores claras dos muros e paredes, pintura a óleo fosco das peças aparentes de madeira;
- e) – negar aprovação, também liminarmente, a pretensões de pintar casas a óleo ou a cores escuras e berrantes, do mesmo modo que à introdução de venezianas, esquadrias basculantes e vidraças de feição moderna nas janelas; (VIEIRA, 2006, p. 58).⁷⁰

Neste mesmo ano, Rodrigo M. Franco de Andrade fala sobre a atuação do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), principalmente no que diz respeito à preservação da autenticidade dos edifícios, através de orientações quanto às práticas restaurativas dos monumentos:

De outra parte, há que ter em vista permanentemente que a missão da DPHAN, é proteger e conservar na sua autenticidade os bens constitutivos do patrimônio histórico e artístico do país: será por conseguinte, inadmissível recompor integralmente um monumento ou edifício antigo, substituindo seus elementos originais por elementos novos, alterando seu sistema construtivo, refazendo-o em suma. Um monumento ou edifícios histórico reconstruído assim por inteiro, ainda que estritamente idêntico ao original, com materiais da mesma natureza, não terá mais valor. De acordo, pois, com o critério adequado, na reparação dos monumentos e edifícios tradicionais, só será tolerável a substituição de peças primitivas quando estas tiverem se tornado efetivamente inaproveitáveis. A norma a adotar deverá consistir em consertar as peças danificadas, aproveitando sempre, até o limite extremo de segurança, os elementos originais da construção, procedendo à sua renovação exclusivamente em caso de impossibilidade de consertá-los e utilizá-los. Importa ainda evitar que o aspecto vetusto característico dos monumentos históricos seja desfigurado, por motivo de reparações ou restaurações, emprestando-se-lhes a aparência de construções recentes (VIEIRA, 2006, p. 53).⁷¹

Para a aprovação de projeto, na maioria das vezes era submetida apenas a fachada principal da edificação e a planta com a distribuição dos cômodos, não importando as dimensões do lote onde esta seria implantada, assim como a relação destes dois elementos – edifício X lote. Já em 1959, observa-se que a postura, no que diz respeito à aprovação de edificações novas, adota uma nova diretriz, principalmente em se tratando da implantação do edifício no lote:

No licenciamento de construções novas deverá ser observada com cuidado a sua implantação no terreno. Muita vez o prédio de um pavimento só poderá ser muito inconveniente se o seu embasamento for elevado em

⁷⁰ Ofício nº. 409, de Rodrigo M. F. de Andrade para Sylvio de Vasconcellos, em 17/04/1952.

⁷¹ Ofício nº. 409, de Rodrigo M. F. de Andrade para Sylvio de Vasconcellos, em 17/04/1952.

relação à rua com declive acentuado. Sugerimos, assim, além da obrigação do interessado apresentar plantas baixas, elevações e cortes, juntar igualmente planta de situação bem definida em relação ao caimento do terreno e aos terrenos vizinhos (VIEIRA, 2006, p. 59).⁷²

Com o crescimento da cidade, foi necessário adotar algumas medidas para regularização da aprovação dos projetos tanto em áreas do núcleo tombado quanto nas periferias que estavam surgindo, sendo uma delas a utilização de “beirais de cachorro, vãos em caixões externos e folhas em rótulas, calhas, ou quilhotinas” (MOTTA, 1987, p. 112). A partir da adoção destas medidas, o órgão foi responsável pela homogeneização da imagem da cidade, criando o que foi denominado de “Estilo Patrimônio”. Esse processo gerou falsificações estilísticas, uma vez que, para aprovação de projetos novos, estes deveriam obedecer a normas das tipologias coloniais, confundindo-se, assim, o patrimônio real e as construções dotadas do chamado “estilo colonial”. Iniciam-se, assim, os pedidos de loteamentos com características diferenciadas do tecido urbano do núcleo histórico.

De maneira geral, dos lotes apresentados junto com os projetos para aprovação, fora de loteamentos previamente apresentados à instituição, apenas 7% se assemelharam ao tipo característico existente na malha urbana antiga [...] Os demais, 93% eram atípicos (MOTTA, 1987, p. 114).

A prefeitura municipal, na gestão do prefeito Genival Alves Ramalho, sanciona em 21 de janeiro de 1971 a lei nº 377, que extingue o regime Foreiro no município. Anteriormente os terrenos não eram de propriedade privada e esta lei vem conceder “Títulos de domínio” sem nenhuma cobrança àqueles que estiverem com o pagamento de impostos e taxas regularizados junto a Fazenda, para que sejam feitos os registros imobiliários. A partir dessa data, a prefeitura, que antes era proprietária dos terrenos, perde controle dos mesmos, facilitando a ocupação desordenada devido à falta de legislação que regulamente as interferências urbanas e arquitetônicas.

No intuito de zelar pela preservação do patrimônio, foi aprovada pelo IPHAN a primeira norma para o loteamento Jardim Alvorada (FIG. 63): Portaria Nº8 de setembro de 1981.

O objetivo era fixar condições para que as construções do futuro bairro – dentro do perímetro tombado – não perturbassem a visibilidade, integridade e ambiência do conjunto. Essa Portaria baseou-se em estudos procedidos na área por técnicos da SPHAN / Pró-Memória e foi aprovada face à inexistência de legislação municipal específica (VIEIRA, 2006, p. 63).

⁷² Ofício nº. 503, de Rodrigo M. F. de Andrade para Sylvio de Vasconcellos, em 29/04/1959.

Porém o projeto de loteamento não foi implantado, como se pode constatar na imagem aérea da FIG. 65. O quarteirão possui apenas ocupações na lateral direita, não seguindo o loteamento proposto. Além disso, algumas vias foram implantadas dividindo o quarteirão em porções menores, alterando o parcelamento existente.



FIGURA 65 - Imagem aérea do quarteirão com proposta de loteamento
Fonte: Elaborado por Stefânia Perna com base em <http://earth.google.com>.



FIGURA 66 - Passo do Bom Jesus da Pedra Fria
Fonte: Acervo da autora, 2009.

A partir da adoção de medidas como esta, de loteamento, e as exigências quanto às edificações citadas anteriormente, as conseqüências ocorreram principalmente no que tange a “descaracterização urbanística e paisagística, na falsificação do conjunto e na produção de uma arquitetura híbrida” (MOTTA, 1987, p. 115).

Assim, a arquitetura nova submetida ao SPHAN era apenas falsa com relação ao passado e ao presente, sem ter personalidade nem marca cultural. Revelava uma expressão imposta pelo Estado, já fruto da deformação de um critério inicial e da desatualização conceitual diante da realidade (MOTTA, 1987, p. 116).

O resultado seria uma convivência inadequada entre parâmetros antigos de parcelamento e parâmetros modernos, pois as características que antes geravam lugares qualificados não mais eram coerentes com os novos parcelamentos. Vale ressaltar que a nova arquitetura reproduzia estilisticamente a tipologia colonial, produzindo, por vezes, uma construção desqualificada, que não era suficiente para garantir a unidade e harmonia do conjunto tombado.

A Lei orgânica do Município de Ouro Preto de 1990 cria, na Seção VIII no artigo 165, “o mecanismo de Tombamento Municipal, visando à preservação de áreas e de bens móveis e imóveis de relevante importância cultural ou natural para o município, na forma da lei” (OURO PRETO, 1990, p. 1) instituindo, assim, o tombamento como instrumento do planejamento urbano municipal. Esta lei veio somar ao já existente Decreto Lei nº25 de 30 de novembro de 1937 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

NACIONAL, [200-]c), a partir do qual institui-se o tombamento e organiza-se a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através da criação dos quatro livros de tomo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Além disso, o artigo 202 da Lei Orgânica discorre sobre o plano diretor, afirmando que este deverá proteger o patrimônio municipal estabelecendo critérios para:

- I – preservação do conjunto urbano histórico, dotando-o de zoneamento diferenciado que garanta, ao mesmo tempo, a presença de equipamentos de usos modernos compatíveis;
- II – adequação urbanística ao conjunto urbano histórico da periferia a ele imediata;
- III – expansão da cidade fora do perímetro tombado, em área a ser dotada de todos os equipamentos e usos modernos (OURO PRETO, 1990, p. 2).

A partir deste artigo é possível perceber as diretrizes referentes ao patrimônio as quais iriam nortear a elaboração do futuro Plano Diretor. Estas já indicam a preocupação com a periferia do entorno do núcleo histórico tombado e à sua expansão, que serão analisadas posteriormente a luz das regulamentações estabelecidas pelo Plano Diretor. Após esta fase de “imposição do estilo colonial” como maneira de preservar o patrimônio histórico existente, o IPHAN, com a Portaria nº 122 de 02 de abril de 2004, irá ratificar a necessidade de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto, situando as delimitações do perímetro tombado do núcleo histórico, e, principalmente, estabelecendo diretrizes e critérios para intervenção na área supracitada. A área de atuação desta portaria, denominada Zona de Proteção Especial (ZPE), através das disposições preliminares, demonstra a preocupação com a preservação do conjunto urbano e com as interferências não desejadas na paisagem urbana:

Art. 12. A manutenção das características, da unidade e da harmonia dos conjuntos urbanos sobrepõe-se às edificações individualizadas, na definição dos critérios e avaliação dos projetos.

Art. 15. A manutenção das principais visadas e perspectivas dos monumentos e conjuntos urbanos, bem como dos mirantes e eixos visuais constitui critério para análise dos projetos e para a definição de diretrizes de intervenção (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [200-]a, p. 4).

Os dois artigos citados acima são aplicados ao perímetro tombado a partir do qual se tem a visada dos monumentos, estabelecida sem nenhum tipo de obstrução no que diz respeito a edificações. Caso estes critérios tivessem sido estabelecidos, tanto para o núcleo histórico (ZPE) quanto para a análise de projetos na periferia imediata, ocupações como o bairro Vila Nossa Senhora Aparecida poderiam ter seu impacto minimizado na paisagem. Tal bairro não seria visto de vários monumentos históricos e do núcleo histórico. Outro instrumento tratado pela Portaria diz respeito ao parcelamento do solo, ou seja, remembramento e

desmembramento. Este último é vedado, na zona em questão, no intuito de preservar a paisagem urbana, assim como a qualidade ambiental da cidade, mantendo-se a proporção entre as massas edificada e verde existentes. Apesar de o desmembramento ter ocorrido na cidade a partir da abertura de ruas nos fundos dos lotes, ainda se percebe que esta política tem conseguido manter lotes com características setecentistas, como os situados na rua Dr. Getúlio Vargas, que podem ser considerados “burgage plots”⁷³, pois atravessam o quarteirão de uma rua a outra.

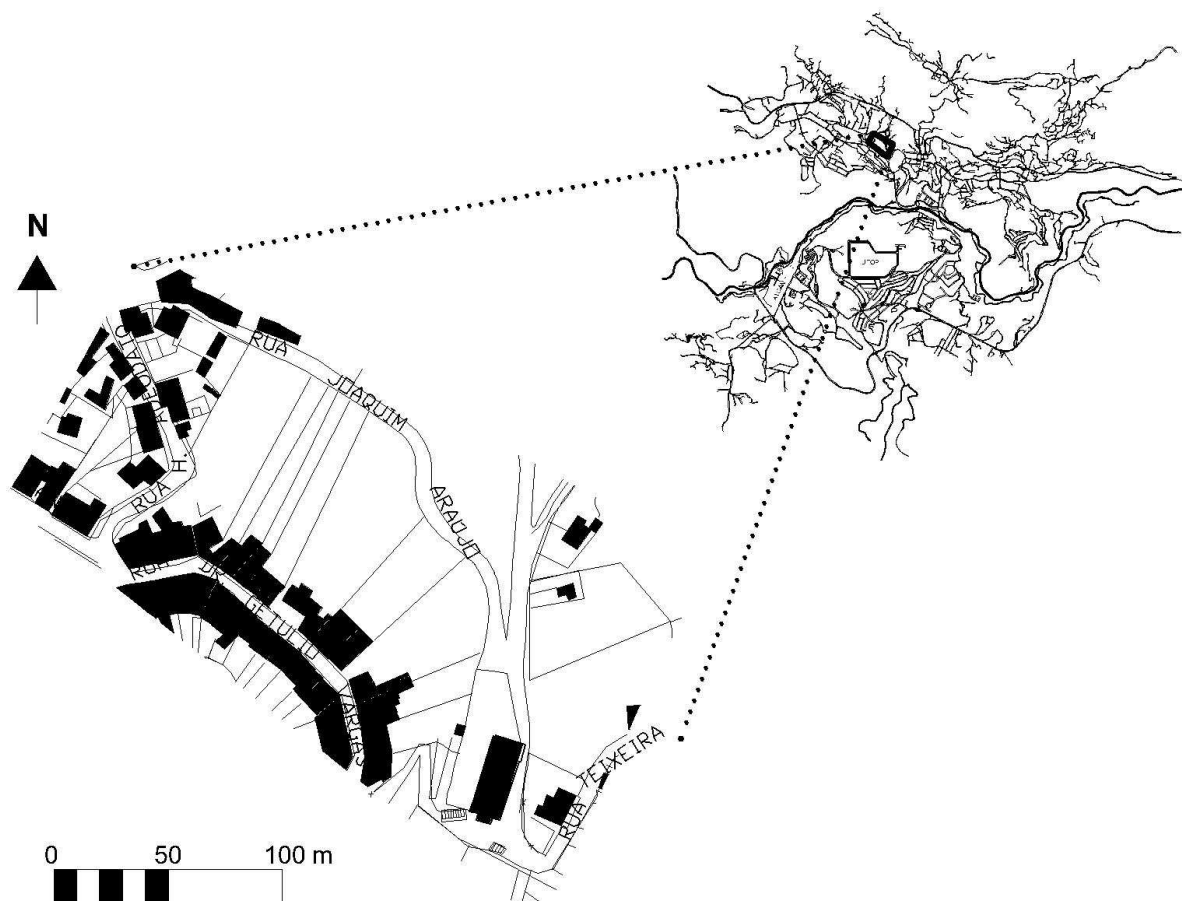


FIGURA 67 – Croqui representando o quarteirão da rua Getúlio Vargas
 Fonte: Elaborado por Roberta Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

Um fator considerado nesta Portaria e que, anteriormente, não era respeitado pelo IPHAN no que diz respeito à preservação do núcleo histórico são os estilos neoclássicos e ecléticos. Ambos foram abordados neste documento como sendo edifícios a serem mantidos, assim como conservados, à medida que são estabelecidas diretrizes para as coberturas e, também, no que tange a utilização de cores nas fachadas das edificações.

A Portaria nº122 foi incorporada à Lei complementar nº30 de 28 de dezembro de 2006 – que estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e uso do solo urbanos do município de Ouro Preto - porém com alguns ajustes que prejudicam a leitura e o seu

⁷³ Ver definição no glossário – APÊNDICE A.

entendimento, apresentando, também, algumas divergências, como, por exemplo, o coeficiente de aproveitamento, que apresenta o valor de 1 na Portaria do IPHAN e de 0,8 na legislação municipal. Esta foi estabelecida pela Lei complementar nº29 de 28 de dezembro de 2006, que afirma, no Art. 2º:

Os bens artísticos, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e arqueológicos de relevante valor cultural e natural localizados no Município, individualmente ou em conjunto, inventariados, tombados ou não, são considerados bens inalienáveis de sua população, cabendo a ela exercer, de forma concorrente às diferentes esferas da Administração Pública, a sua guarda, proteção e gestão (OURO PRETO, 2006a, p. 1)

A Lei nº30 foi revisada em 2007-2008, o que solucionou problemas como o citado, além de detalhar o zoneamento do município sede, criando novas zonas com legislação específica. Nesta legislação, foram definidos, além de diretrizes conceituais, de estruturação territorial, de desenvolvimento econômico, de proteção ambiental, os instrumentos de políticas urbanas, da gestão da cidade, como, também, os zoneamentos tanto da cidade de Ouro Preto como de seus distritos, que terão sua subdivisão, localização e parâmetros de uso e ocupação do solo estabelecidos. Esta legislação, inicialmente, define a subdivisão das áreas urbanas de acordo com alguns critérios:

Art. 6º De acordo com o disposto no Plano diretor do Município, as áreas urbanas conceituadas nos termos do artigo 2º desta Lei são subdivididas em Zonas definidas a partir de condicionantes geo-ambientais, da capacidade de adensamento, da infra-estrutura existente e potencial, das demandas de preservação e proteção do patrimônio cultural, natural e ambiental, e da localização de usos e atividades (OURO PRETO, 2007/8, p. 2).

A ocupação do solo na zona de proteção ambiental (ZPAM) ⁷⁴ – áreas que, na maioria dos casos, interferem na paisagem do núcleo, por estarem situadas no entorno do núcleo histórico e possuir cota de implantação elevada – é definida como área a ser preservada ou recuperada, não permitindo o parcelamento e a ocupação do solo. Porém, no parágrafo seguinte desta legislação, observa-se que a permissão para se ocupar estas áreas está condicionada a análise específica, o que pode gerar precedentes para a sua ocupação, devido à inexistência de uma normatização para esta análise. Outra situação que depende da análise de cada caso específico é com relação à taxa de permeabilidade, pois, no Art. 44 no parágrafo 2º, abre-se exceção para substituição de até 50% da taxa calculada pela

⁷⁴ No Art. 8º- §1º, Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2007/8, p. 2) define “ZPAM - Compreende as áreas em que, em função de suas características geo-ambientais, pela presença de condições geológicas de risco e da necessidade de preservar o patrimônio arqueológico, o parcelamento e a ocupação do solo não são permitidos, ressalvado o disposto no parágrafo 2º deste artigo. §2º - A ocupação do solo na ZPAM-1 será permitida mediante parecer favorável do Grupo GT e do órgão responsável pelo meio ambiente.”

2.4.3 Implantação

A mudança da capital colaboraria para reforçar o “congelamento” do traçado da cidade, conseqüentemente a este fato, ocorrerá a preservação das suas características coloniais até meados do século XX. A cidade, no entanto, vai assistir a perdas significativas do seu patrimônio edificado, a partir deste momento. Há um crescimento nos eixos leste e oeste da Praça Tiradentes, um reforço no sentido linear de desenvolvimento da cidade, além disso, os eixos norte, e, principalmente, o sul vão ser adensados significativamente. Inicia-se, assim, a formação mais expressiva de quarteirões com maior concentração de edificações na testada dos lotes, somando-se, em 1902, um total de 1553 edificações e 48 ruas e praças e 10.000 habitantes (FJP, 1975).

A ocupação do município mostra claramente a separação da malha urbana em quatro setores distintos: o setor A, que corresponde ao núcleo histórico tombado pelo IPHAN; o setor B, formado pelas ocupações de encosta localizadas na porção norte da cidade; o setor C, representado principalmente pelas ocupações do vetor sul; e o setor D, correspondente aos bairros do extremo sul da cidade. Estes setores estão nitidamente separados por barreiras físicas, ou seja, no limite do setor A com o B encontra-se a barreira formada pela via que está implantada paralela ao caminho tronco, que constitui a continuação da BR356. Esta via é inicialmente denominada Rua Padre Rolim até atingir a Praça Tiradentes e, após este ponto, recebe a denominação de Rua Cons. Quintiliano. Entre o setor A e o C existem duas barreiras, a primeira representada pela instalação da linha férrea, e a segunda pelo Ribeirão do Funil; ambos formaram eixos limitadores de crescimento da malha urbana nos períodos anteriores. E entre o setor C e o D está localizada a BR356, que liga o município à cidade de Mariana.

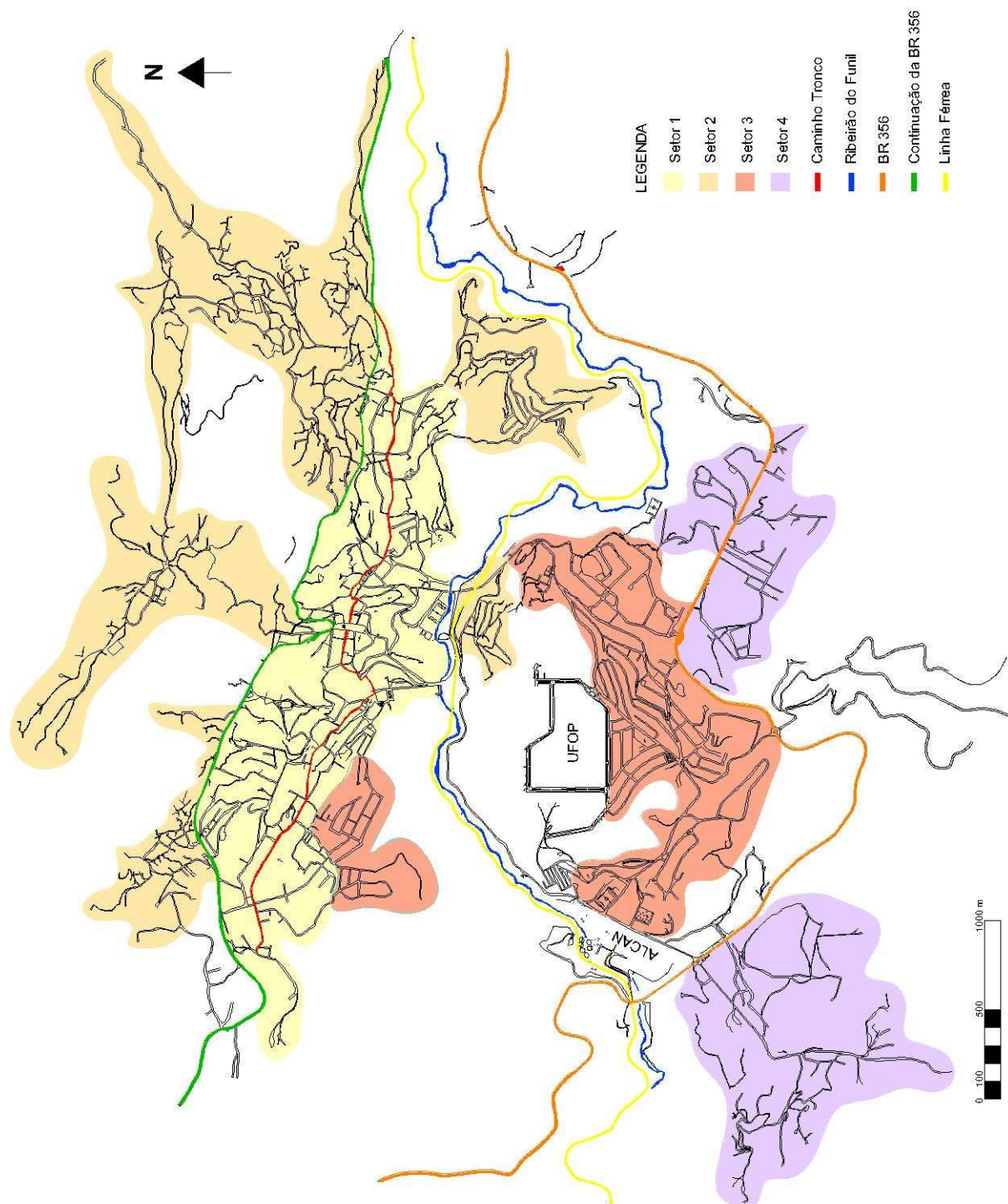


FIGURA 69 - Croqui representando os setores de ocupação da cidade e suas barreiras
 Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

A malha urbana do centro histórico, setor A, está implantada ao longo do caminho tronco, vencendo vales e montanhas ao longo de seu trajeto, apresentando porções com alta declividade, próximo às montanhas. Estes condicionantes naturais são adaptados ao tecido em formação, dando origem a uma malha longitudinal e orgânica que data do início do século XVIII.

No setor B, a ocupação se distribui ao longo da porção norte da via limítrofe com o setor A, com exceção do bairro Vila Aparecida. A partir desta, ocorrem ramificações que conduzem aos bairros localizados nas encostas, como, por exemplo, o Morro São Sebastião, o Morro São João e o Morro da Queimada, entre outros. A característica marcante destas ocupações é sua situação em terreno com alta declividade, o que dificulta a implantação das vias, assim como das edificações.

O setor C possui sua ocupação induzida devido à instalação da linha férrea e, principalmente, da ALCAN e da UFOP, o que originou a expansão na encosta do Morro do Cruzeiro. A concentração de edificações novas ocorrerá ao redor destas instituições, dando origem a bairros como Vila Operária, Lagoa, Morro do Cruzeiro, Vila Itacolomy, Vila dos Engenheiros, Jardim Alvorada e Loteamento, sendo que os dois últimos estão localizados em áreas adjacentes ao núcleo histórico, porém com características morfo-tipológicas semelhantes aos demais bairros deste setor.

O setor D, assim como o setor C, possui sua ocupação impulsionada pela instalação dos mesmos equipamentos, porém em uma fase posterior, o que permite o desenvolvimento de tipologias diferenciadas. Observa-se, então, um vetor de expansão em direção ao sul da cidade, fazendo com que Saramenha se tornasse um bairro com crescimento expressivo, além de indutor da estrutura urbana (VIEIRA, 2006). Além disso, neste período, o núcleo urbano tornou-se mais adensado à medida que recebia uma maior população e novas atividades. Uma das principais características da expansão neste período são as ocupações das encostas. Além de muitas destas estarem localizadas em áreas de risco com topografia extremamente acidentada, interferem significativamente na paisagem do núcleo histórico.

Esse adensamento, além de interferir no conjunto edificado, ampliando-o, e na malha viária, com a criação de novas ruas, irá incidir no característico contraste entre áreas verdes e núcleos construídos. A ocupação das encostas livres, dos quintais e das zonas de “transição” entre os antigos arraiais, que através dos séculos se mantiveram íntegras, fará com que a fisionomia da cidade seja profunda e substancialmente alterada (MENICONI, 1999, p. 111).

A estrutura urbana, antes reduzida ao caminho tronco e suas ramificações, agora encontra-se mais extensa, apresentando vetores de forte crescimento na direção noroeste – saída para a capital Belo Horizonte - norte e nordeste – marcado pela ocupação de encostas – e sul – bairro Saramenha, devido a presença da ALCAN. Este último pode ser caracterizado como uma fragmentação na malha urbana da cidade como um todo, devido, principalmente, à existência das barreiras físicas – o rio e a linha férrea – que separam este vetor do restante da cidade, o que contribui para a desestruturação e periferação da estrutura urbana.

2.4.4 Tipologia: núcleo histórico – Setor A

2.4.4.1 Parcelamento

O parcelamento deste setor ocorre entre os eixos formados pelo caminho tronco e a via paralela a este, localizada na porção norte da cidade, sendo a continuação da BR356. As grandes glebas são parceladas através de um traçado irregular implantado em terreno acidentado, gerando quarteirões de grandes proporções, sendo ocupados, em sua maioria, apenas em seu perímetro. Este fator possibilita a existência de grandes áreas livres no interior dos quarteirões, aumentando, assim, a área permeável deste setor. Os lotes, em geral, apresentam-se de forma irregular no tecido urbano, com a testada estreita e a profundidade alongada, seguindo o padrão existente no núcleo histórico desde o século XVIII. Ainda existem, neste setor, grandes glebas sem parcelamento, principalmente ao redor da Igreja São Francisco de Paula e, também, a leste da Praça Tiradentes. A primeira área possui declividade entre 5% e 30% e a última entre 30% e 47%. Não sendo estas áreas ocupadas, permitem vislumbrar a contraposição existente entre a massa densamente ocupada do núcleo e esta porção rarefeita.



FIGURA 70 - Croqui representando o parcelamento do setor A
Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

2.4.4.2 Tipologia edilícia

2.4.4.2.1 Tipologia residencial

O adensamento do espaço urbano é promovido pela ocupação dos lotes vazios principalmente por residências. Uma nova tipologia residencial aparece em meio ao estilo colonial predominante neste setor: são edificações novas que apresentam em geral afastamento lateral mínimo, sendo ainda expressiva a existência do recuo frontal. As características das fachadas se alternam entre elementos coloniais, como cachorros e telhados de duas águas com cumeeira paralela à via e elementos contemporâneos, como portões de garagem de ferro. A arquitetura que se apresenta é híbrida, não sendo possível identificar um estilo predominante na expansão do setor A. Observa-se, também, um processo de modificação e adaptação das edificações construídas nos períodos anteriores, pois a tipologia colonial é mantida, porém incorporam-se elementos funcionais e decorativos de acordo com as necessidades e materiais disponíveis em cada época. As características mais comuns são as incorporações de portões de garagem que, geralmente, aproveitam os desníveis das ruas e, também, de um pavimento acima do segundo, em geral recuado, como uma espécie de sótão.



FIGURA 71 - Croqui representando as transformações da tipologia colonial
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2010.

2.4.5 Tipologia: ocupação de encosta – Setor B

2.4.5.1 Parcelamento

No setor B, situado ao norte da ocupação do setor A, o parcelamento ocorre de maneira esparsa, sem continuidade, formando vários núcleos distintos, em geral, acessados pela via limítrofe entre os dois setores citados acima. A topografia, em geral, apresenta entre 30% a 47% de declividade, como é o caso da implantação do bairro Morro da Queimada e parte do Alto da Cruz. As vias são implantadas principalmente perpendiculares às curvas de nível, o que lhes confere uma declividade acentuada e, na maioria das vezes, a não continuação destas, ficando muitos percursos sem saída. Este fator, associado à estreiteza, assim como a irregularidade das ruas, atribui um caráter “transitório” às ocupações deste setor. Os quarteirões, quando delimitados, possuem formas irregulares, sendo ocupados em toda sua extensão, inclusive em seu interior, característica antagônica ao setor A. O seu alto nível de adensamento pode ser explicado devido ao fato de serem implantadas mais de uma residência em cada lote, o que diminui a área permeável. Os lotes, por sua vez, não possuem um padrão, variando de lotes de formato quadrado a lotes semelhantes ao núcleo histórico, estreitos na testada e alongados na profundidade, sendo esta tipologia rara neste setor.

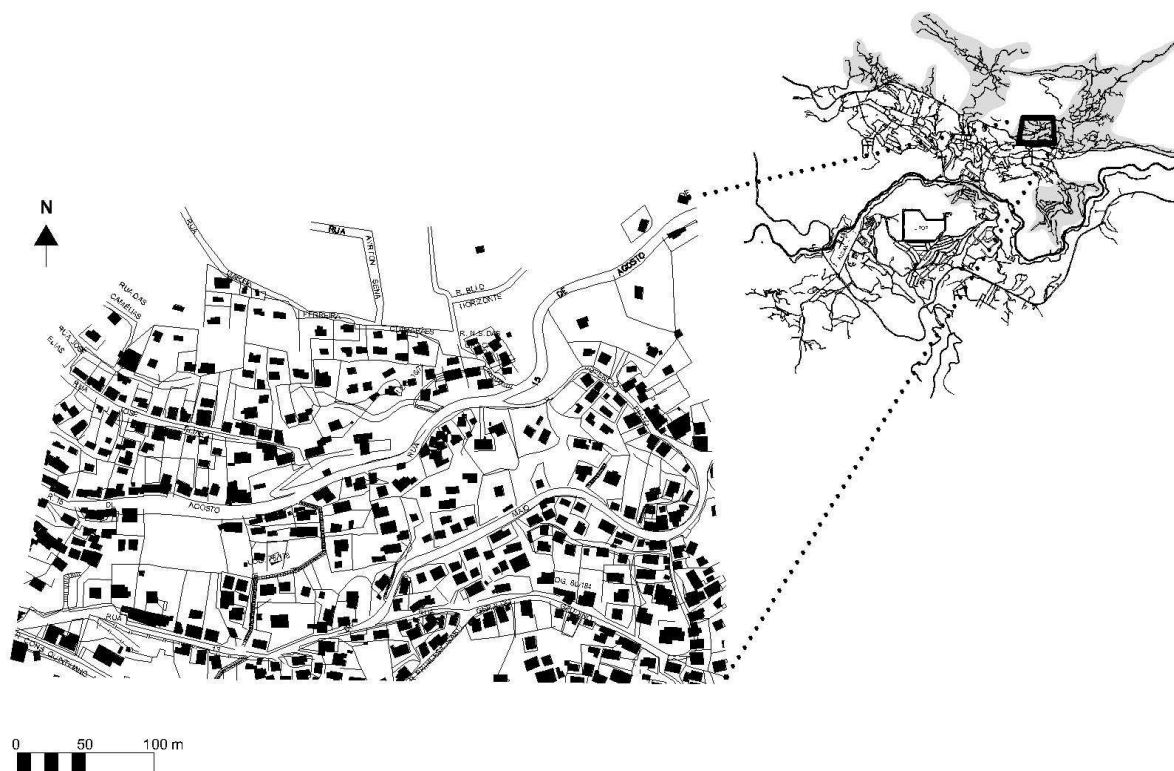


FIGURA 72 - Croqui representando o parcelamento do setor B

Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

2.4.5.2 Tipologias edilícias

2.4.5.2.1 Tipologia residencial

As tipologias residenciais caracterizam-se por edificações de dois pavimentos, principalmente devido à topografia acidentada da região. O padrão construtivo é diferenciado do setor A, possuindo, em sua maioria, esquadrias metálicas e falta de acabamento externo nas fachadas, apresentando também a “varanda paulista”⁷⁵, coberta às vezes de telha metálica ou amianto, as vezes de telha de barro. A principal característica deste tecido é sua visibilidade a partir do núcleo histórico. O impacto destas ocupações pode ser percebido de vários pontos do núcleo, principalmente do adro das Igrejas, como demonstrado nas FIG. 73 e 74.



FIGURA 73 - Vista da Igreja de Santa Efigênia
Fonte: Acervo da autora, 2009.



FIGURA 74 - Vista da Igreja São Francisco de Assis
Fonte: Acervo da autora, 2009.

Este impacto está relacionado principalmente aos terrenos, a partir do qual foram implantadas as ocupações deste tecido, sendo estes caracterizados por relevo acidentado, com encostas voltadas para o núcleo histórico, as quais, anteriormente, eram cobertas por vegetação que emoldurava a paisagem do núcleo. Outro fator que gera a desarmonia entre a paisagem do núcleo histórico e este setor é a falta de diálogo entre as edificações dos citados setores, no que diz respeito às suas características morfo-tipológicas. Claramente é percebida a diferenciação no que tange a composição das fachadas, tanto no que diz respeito a relação entre cheios e vazios quanto ao tipo de acabamento das edificações. Além disso, a implantação das edificações no lote favorece a valorização da massa construída em detrimento das áreas livres.

⁷⁵ A “varanda paulista” se caracteriza como uma espécie de terraço, em geral localizado no terceiro pavimento, que possui toda a área coberta e as laterais fechadas apenas à meia altura, como na FIG. 75.

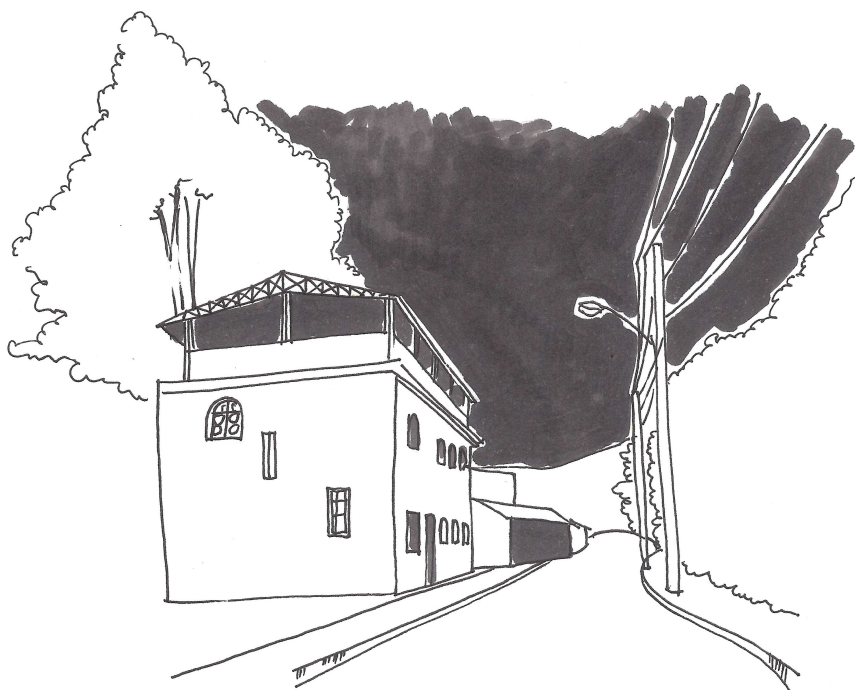


FIGURA 75 - Croqui representando a tipologia residencial do setor B
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2010.

2.4.5.2.2 Tipologia Especializada

A Tipologia especializada deste setor é representada por escolas como a Escola Estadual São Sebastião e a Escola Municipal Professora Juventina Drumond, além das Capelas de São Sebastião, de São João e de Santana.



FIGURA 76 - Croqui da tipologia especializada do setor B Capela de São Sebastião
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2010.

2.4.6 Tipologias: ocupações do vetor sul – Setor C

2.4.6.1 Parcelamento

A partir da nova concepção de morar gerada através da implantação da ALCAN e da UFOP, ocorrerão transformações, principalmente com relação ao tamanho do lote, com relação à implantação das edificações e pela distribuição dos cômodos, anunciando um novo diálogo das edificações com a rua e, conseqüentemente, com a cidade como um todo. Este aspecto é demonstrado pelo surgimento de lotes com dimensões regulares em torno de 10 X 30 metros, que geram um traçado regular com forma de xadrez, ambos com características diferenciadas do núcleo histórico, que apresenta traçado orgânico e lotes com testada reduzida entre 4 e 10 metros e profundidade acima de 30 metros, como descrito anteriormente.

De maneira geral, dos lotes apresentados junto com os projetos para aprovação, fora de loteamentos previamente apresentados à instituição, apenas 7% se assemelharam ao tipo característico existente na malha urbana antiga [...] Os demais, 93% eram atípicos (MOTTA, 1987, p. 114).

O setor C apresentará, portanto, uma tendência a regularização dos lotes, porém nem todos os quarteirões seguirão esta disposição possuindo, assim, uma forma orgânica. A declividade predominante varia entre 5% e 30%, sendo significativa a existência de regiões que apresentam baixa declividade, ou seja, entre 0% e 5%. A característica principal deste setor é o adensamento dos lotes da maioria dos bairros, uma vez que as edificações tendem a ocupar toda a sua extensão, reduzindo a área permeável às taxas mínimas, diminuindo a existência de áreas livres, com exceção do bairro Vila dos Engenheiros. Este setor não favorece o impacto visual no núcleo histórico, pois a cota de implantação dos bairros que a compõem, é mais baixa que a do tecido urbano 01, não possibilitando visadas a partir desta mancha e vice-versa.

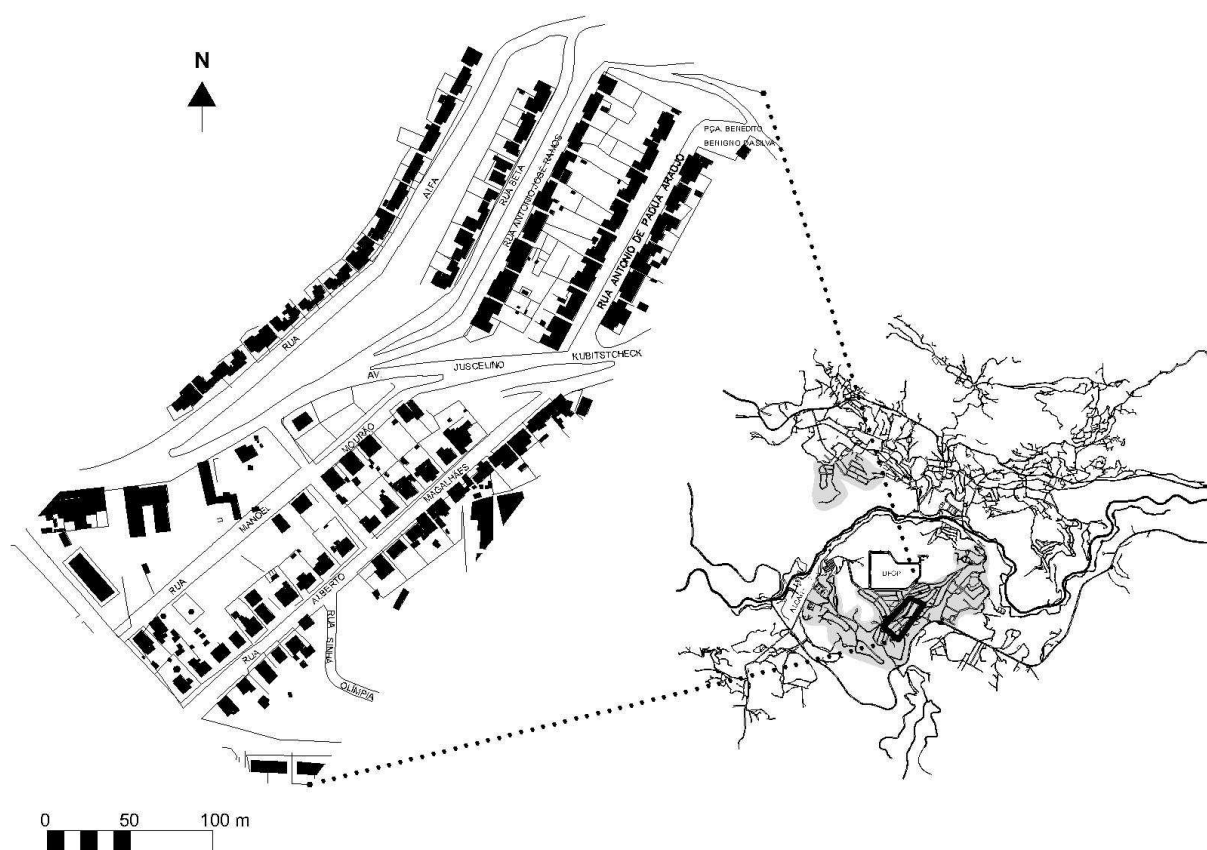


FIGURA 77 - Croqui representando o parcelamento do setor C
 Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

2.4.6.2 Tipologia edilícia

2.4.6.2.1 Tipologia residencial

As residências, em geral, apresentam dois pavimentos, em alguns casos até três, dependendo do desnível do terreno, e padrão de acabamento das fachadas. Principalmente nos bairros Lagoa, Jardim Alvorada e Loteamento, as edificações apresentam grandes proporções e tipologia contemporânea, devido principalmente aos materiais utilizados e à composição volumétrica. Nestes bairros, o coeficiente de aproveitamento é explorado ao máximo. A implantação dos edifícios não possui padrão, sendo possível encontrar afastamentos frontais e laterais e, também, a ausência de ambos. A relação entre cheios e vazios nas fachadas não segue uma tendência preestabelecida, como, por exemplo, no setor A, onde a proporção valoriza as aberturas em detrimento dos panos de paredes. Uma peculiaridade deste setor é a presença de edifícios residenciais multifamiliares, como ocorre nos bairros da Lagoa, Vila Itacolomy e Morro do Cruzeiro.

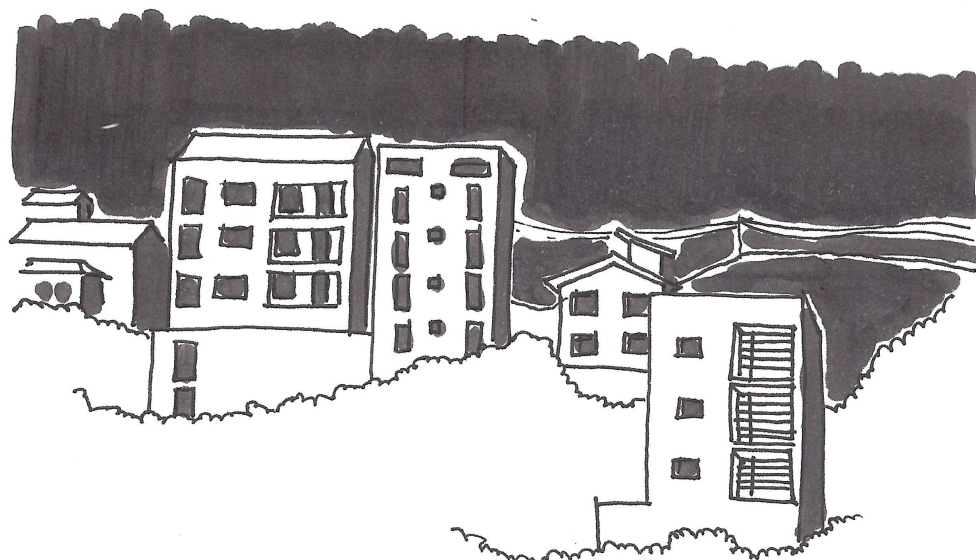


FIGURA 78 - Croqui representando a tipologia residencial do setor C

Fonte: Flávia Guerra Soares, 2010.

Nota: Esta tipologia residencial ocorre nos bairros Lagoa, Vila Itacolomy e Morro do Cruzeiro, sendo que nos demais bairros predomina a tipologia residencial unifamiliar.

2.4.6.2.2 Tipologia especializada

A tipologia especializada neste setor, além de ser representada pela ALCAN e a UFOP, é também constituída por edifícios públicos como a Polícia Civil e o Fórum. Percebe-se que este setor possui uma concentração de edificações públicas, que pode ser justificada por esta área representar uma centralidade na região, atraindo o estabelecimento destes equipamentos e, conseqüentemente, de usuários dos setores vizinhos. Esta centralidade está sendo dotada cada vez mais de comércio e serviço, o que já demonstra uma sobrecarga na malha viária, devido a alguns congestionamentos, sendo necessário prever diretrizes que contemplem o potencial de expansão desta área e seus entornos.

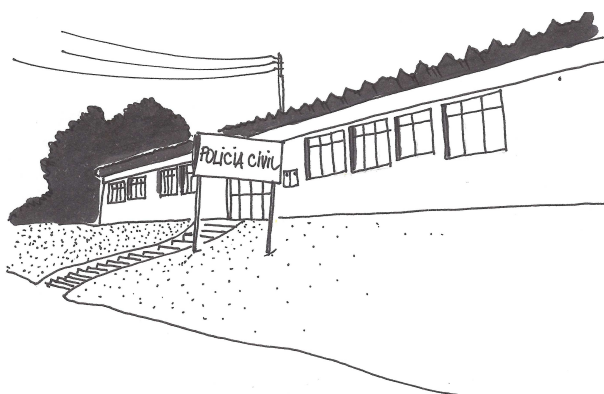


FIGURA 79 - Croqui representando a tipologia especializada do setor C, Polícia Civil
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2010.



FIGURA 80 - Croqui representando a tipologia especializada do setor C, Fórum
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2010.

2.4.7 Tipologias: ocupações do vetor sul – Setor D

2.4.7.1 Parcelamento

O traçado orgânico apresenta-se de forma semelhante ao do núcleo histórico, porém com uma rede viária não consolidada, uma vez que grande parte das vias não se interceptam, gerando vias sem saída e a inexistência de quarteirões. Os lotes, em geral, apresentam dimensões reduzidas, porém o adensamento é em geral médio, pois ainda existem muitas áreas livres que possibilitam a ocupação. Nas proximidades da BR356, a ocupação se apresenta de maneira adensada e, à medida que se afasta desta rodovia, a densidade vai se tornando mais rarefeita. A declividade do terreno no qual está implantado este setor apresenta entre 5% e 30%, o que reforça, ainda, o seu potencial de expansão. O impacto visual deste setor no núcleo histórico é inexistente, assim como do setor C, pois possui cota de implantação mais baixa que o centro.

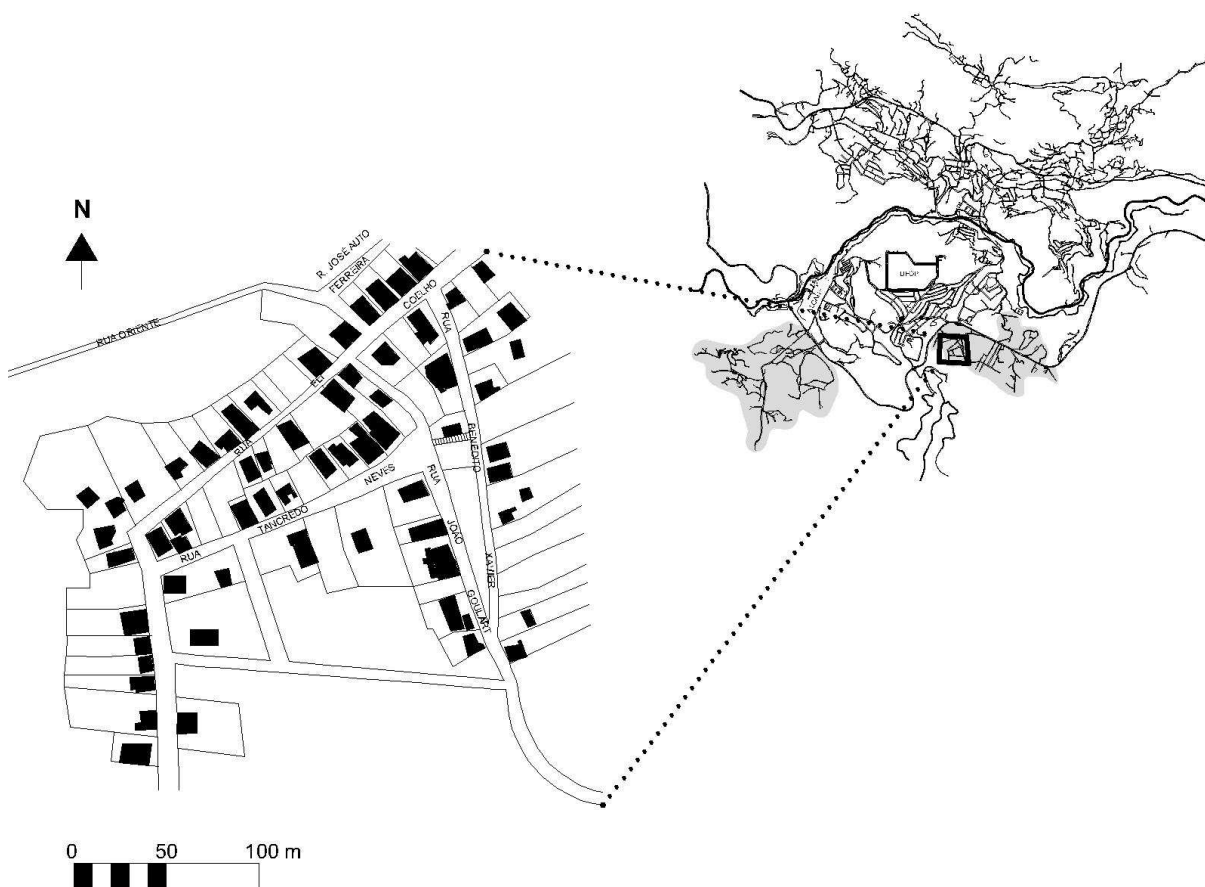


FIGURA 81 - Croqui representando o parcelamento do setor D
 Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.

2.4.7.2 Tipologia edilícia

2.4.7.2.1 Tipologia residencial

A tipologia predominante neste setor apresenta edificações de dois pavimentos, com padrão de acabamento inferior ao setor C. Em geral, não apresentam afastamento frontal, sendo que o lateral e o de fundos são mais freqüentes.



FIGURA 82 - Croqui representando a tipologia residencial do setor D
Fonte: Flávia Guerra Soares, 2010.

2.4.8 Paisagem

Na comparação entre as figuras abaixo, é notável o adensamento tanto das encostas, como à direita da Igreja do Carmo, quanto das baixadas, como o bairro Pilar, que perdeu significativamente áreas livres. Outro aspecto marcante é a substituição de área verde por edificações, a primeira restrita a algumas áreas concentradas em meio à massa construída.

Vê-se também na gravura de Polh que os espaços de maior densidade de construções estão mesmo circunscritos às principais vias. Também é muito interessante notar que àquela altura, 1820, as obras de várias das igrejas de Vila Rica encontravam-se ainda inconclusas. Apresentam-se, assim, com partes faltando, os templos de Nossa Senhora das Mercês e da Misericórdia, de São José e de São Francisco de Paula (CUNHA, 2007, p. 7).



FIGURA 83 - Ouro Preto retratada por João Emanuel Pohl em 1820
 Fonte: CUNHA, 2007, p. 7.

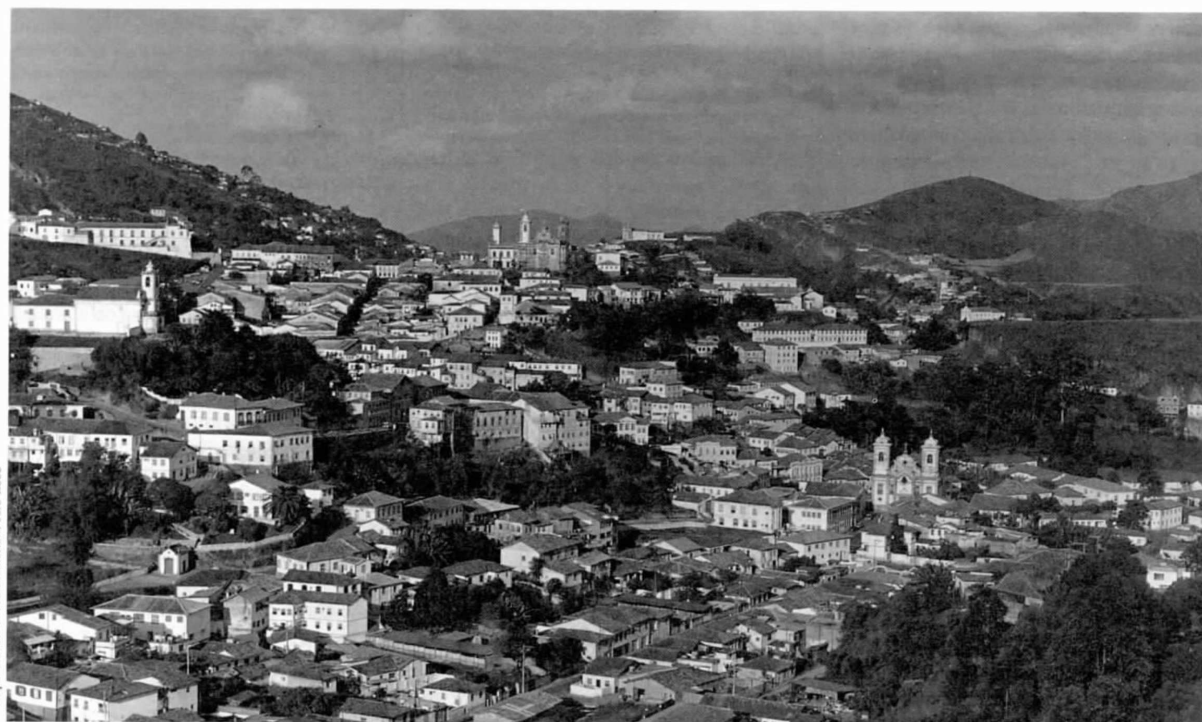


FIGURA 84 - Ouro Preto em 1985
 Fonte: MOTTA, 1987, p. 121.

A partir das transformações urbanas geradas pelas regulamentações, nota-se que a paisagem está sendo alterada devido, principalmente, à ocupação das encostas, dos quintais das edificações da época colonial, e da periferia imediata ao núcleo histórico, demonstrando uma alteração no contraste existente entre áreas verdes e espaços edificados.

[...] o contraste entre os elementos construídos e a paisagem natural de Ouro Preto é função da própria topografia local, que incorpora, na esfera de percepção do indivíduo, partes visíveis das montanhas, do céu e das vegetações adjacentes, intercalando-as com as massas construídas (CAMPOLINA, 1984, p. 26).

A partir da análise empreendida, percebeu-se que o crescimento de Ouro Preto é marcado por fases de rápido crescimento e fortes períodos de declínio, não apresentando uma expansão ascendente e constante. Além disso, percebe-se que as legislações do século XXI não favorecem a melhoria na organização do espaço urbano e, conseqüentemente, não solucionam o problema do impacto na paisagem do núcleo.



FIGURA 85 - Vista geral da cidade nos anos 30
Fonte: Acervo Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC).



FIGURA 86 - Vista geral da cidade nos anos 90
Fonte: RICHTER, 1999, p. 33.

As FIG. 85 e 86 demonstram a ocupação de encosta atrás da Igreja São Francisco de Assis e o seu impacto. Este impacto ocorre, além do citado fator topográfico, devido também ao padrão de acabamento, relação de cheios e vazios, assim como à implantação das edificações no lote, as quais não mantêm uma relação morfo-tipológica com o tecido urbano tradicional presente no tecido 1, característico do núcleo.

A partir das figuras pode-se comparar a massa construída do núcleo histórico localizado à frente e ao lado da Igreja São Francisco de Assis e a periferia implantada atrás deste edifício. O primeiro possui um padrão de implantação da edificação no lote, como descrito anteriormente, o que gera uma paisagem harmônica marcada pelo ritmo dos telhados, assim como dos cheios e vazios. Já o segundo, adensado sobre a encosta, apresenta-se desordenado, um amontoado de edificações que não dialogam entre si e nem mesmo com o núcleo histórico, destoando deste.

A partir da análise da evolução urbana de Ouro Preto apresentou-se o desenvolvimento da cidade através da aplicação das regulamentações em cada período distinto, o que gerou uma forma urbana implantada no sítio natural. Este produto dinâmico da ação humana no tempo e no espaço é responsável pela origem da paisagem urbana de Ouro Preto em cada período. Por meio desta evolução, comprovou-se, principalmente no último período de desenvolvimento – 1900 a 2006 –, que as novas formas urbanas implantadas na periferia não matêm correspondência morfo-tipológica com o tecido tradicional do núcleo histórico. A partir da análise das tipologias tanto de parcelamento quanto edíficias percebe-se esta diferenciação no padrão de implantação do edifício no lote, nos acabamentos das construções, na proporção entre área construída e espaços vazios, nas formas de implantação dos quarteirões e lotes, o que, somado, possibilita a formação de paisagens completamente distintas, sendo a do núcleo histórico objeto do próximo capítulo.

3 A PAISAGEM URBANA

No intuito de disseminar o conceito de paisagem e sua importância na manutenção do caráter da cidade, Thomas Sharp, especialista inglês em planejamento, atuou ativamente, em meados do século XX, no replanejamento e reconstrução de pequenas cidades históricas, após a segunda guerra mundial. Como exemplo, podem-se citar as cidades Chichester, Durham e Todmorden.⁷⁶ Através de seus estudos e publicações, Sharp tinha a intenção de disseminar o conceito de paisagem como um projeto coletivo, como a forma construída da cultura local. O crescimento urbano ilimitado, a uniformização da produção em massa, a ascendência da burocracia, entre outras características de tendências do modernismo, colaboram, de acordo com Sharp, para criar um ambiente uniforme inaceitável e um sentido de alienação (ERTEN, 2009). Para atuar nos planos de reconstrução, Sharp levou em consideração a história e o desenvolvimento da cidade e, principalmente, a manutenção da sua aparência e do seu caráter, subordinando todas as outras questões como, por exemplo, o tráfego, o turismo e o comércio à característica física da cidade. É a partir das premissas utilizadas por Sharp que será baseado o desenvolvimento deste capítulo, investigando a qualidade do caráter da cidade como premissa para que a preservação e a modernização sejam aspectos complementares e não contraditórios.

Neste capítulo será, então, explorada a paisagem urbana do núcleo histórico que se apresenta no ano de 2010, no intuito de revelar as qualidades que fazem deste tecido urbano um Patrimônio Cultural da Humanidade, o que poderá colaborar na conservação de suas características visuais, assim como contribuir na elaboração de uma base de futuras diretrizes para os tecidos urbanos periféricos.

Inicialmente serão apresentadas as qualidades da paisagem urbana de Ouro Preto, assim como as ações dos órgãos públicos para manutenção e conservação desta paisagem. Para análise do primeiro tópico, este será dividido em sensações e em caracterização do espaço, qualidades de identificação e leitura e qualidades artísticas ou de composição. Baseando-se nos conceitos de Cullen (2006), os efeitos estão diretamente ligados à relação do usuário com o espaço ao seu redor, à medida que ele se desloca, e com a capacidade do espaço de transmitir a idéia para o qual se propõe. Os espaços, além de transmitirem determinadas sensações, podem, ainda, se caracterizar como espaços distintos de referência ou orientação, fechamento ou delimitação entre determinadas áreas e contraposição, seja de composição volumétrica, de estilos entre outras.

⁷⁶ Para análise detalhada da primeira cidade ver LARKHAM (2009) e das duas últimas, ver LARKHAM e PENDLEBURY (2008).

A qualificação da paisagem urbana está relacionada aos atributos visuais da forma, inerentes ao espaço urbano, sejam estes de identificação e leitura ou, mesmo, ligados às características estéticas e de composição do lugar. O primeiro será baseado nos conceitos desenvolvidos por Lynch (1990, 1997, 2007) e Bentley (1999), que possibilitam a apreensão da forma física do espaço. A dimensão artística será analisada segundo os princípios de Sitte (1992), que enfatiza, principalmente, a conformação estética das praças e espaços livres, ou seja, “o organismo urbano como objeto estético” (BAETA, 1998, p. 1).

A ação de órgãos como IPHAN e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, assim como os tombamentos da cidade serão estudados à luz das sensações e qualidades aplicadas anteriormente, no intuito de apreender se estas características estão sendo conservadas, assim como, a paisagem urbana, mediante as diretrizes aplicadas por estas entidades na cidade.

3.1 Qualidades do espaço

3.1.1 Sensações e caracterização dos espaços

O conjunto de cenários que se descortina na cidade possui um apelo dramático percebido por meio dos contrastes conformados entre as massas construídas e os espaços vazios. A sensação de surpresa, a descoberta aos poucos do desconhecido à medida que se caminha faz destes espaços uma espécie de “labirinto mágico”, “uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas” (CULLEN, 2006, p. 11). A visão da via, como um todo, é sempre dificultada pela sua irregularidade, obrigando o transeunte⁷⁷ a percorrer toda sua extensão para, então, compreendê-la. Portanto a visão serial⁷⁸ na cidade de Ouro Preto revela contrastes inesperados na paisagem urbana, que impactam visualmente o caminhante, tornando o percurso mais atraente e dinâmico.

[...] se os nossos centros urbanos forem desenhados segundo a óptica da pessoa que se desloca (quer a pé, quer de automóvel) a cidade passará a ser uma experiência eminentemente plástica, percurso através de zonas de compressão e de vazio, contraste entre espaços amplos e espaços

⁷⁷ Segundo Baeta (2002b, p. 341), “é deste movimento, e das inúmeras “surpresas” que dele provêm, que vai se fundamentar a apreciação do espaço urbano da antiga Vila Rica como uma obra de arte barroca, fruída através da memória das cenas que se colocam à frente da visão.

⁷⁸ A visão serial, de acordo com Cullen (2006, p. 21), é aquela desenvolvida pelo transeunte à medida que percorre um caminho determinado. “Temos a sensação de estar a desvendar um mistério, de poder vir a descobrir sempre mais alguma coisa se continuarmos a andar.”

delimitados, alternância de situações de tensão e momentos de tranquilidade (CULLEN, 2006, p. 12).

Percebe-se que, em Ouro Preto, esta experiência plástica é garantida pela variedade de espaços reforçada pela topografia acidentada e traçado orgânico. A combinação destes últimos possibilita a configuração de espaços que podem ser denominados como “recinto”, “edifício-barreira”, “ponto focal”, além de proporcionar sensações como “intimidade”, “desníveis” e “contraste”, entre outros, analisados por Cullen (2006), fazendo com que o espaço seja carregado de símbolos e de identidade, como é o caso do núcleo histórico. A ausência destes efeitos geralmente conduz à criação de ambientes monótonos, sem vida.

Alguns destes efeitos são recorrentes em Ouro Preto, como é o caso do “desnível” e da “intimidade”. O primeiro é representado por algumas igrejas como, por exemplo, a Igreja Nossa Senhora do Carmo e a Igreja São Francisco de Paula, pois, quando o observador está situado aos pés de suas escadarias tem-se a sensação de inferioridade, de submissão, efeito proporcionado pelo desnível existente entre a Igreja – situada no plano mais elevado - e o casario e a rua - situados no nível abaixo da Igreja como na FIG. 87. Este efeito pode ser associado ao fato da ascendência aos céus, à redenção dos pecados alcançada através do sacrifício da subida até o local sagrado. Já o segundo pode ser ilustrado por becos e ruas estreitas, sendo que a intimidade é outra característica marcante de efeitos provenientes de traçados irregulares. “[...] interioridade, íntima e cordial. É uma imagem transbordante de vitalidade e calor humano” (CULLEN, 2006, p. 71).



FIGURA 87 - Igreja São Francisco de Paula.
Fonte: Acervo da autora, 2009.
Nota: A escadaria da igreja representa o efeito de superioridade da edificação em contraposição à submissão do fiel.



FIGURA 88 - Rua Cônego Camilo Veloso.
Fonte: Acervo da autora, 2009.
Nota: Este beco localizado no centro da cidade representa a sensação de intimidade.

A tranqüilidade e o sossego dos becos existentes, principalmente no núcleo histórico, podem ser caracterizados, também, como “recintos”, uma vez que estes representam um “alívio”, uma respiração, dentro do trânsito das vias adjacentes. São áreas resguardadas do tráfego e do barulho, o que possibilita o encontro e o diálogo entre as pessoas. O “ponto focal” em Ouro Preto é representado pela estátua de Tiradentes, localizada ao centro da Praça de mesmo nome, sendo este o “símbolo vertical da convergência” (CULLEN, 2006, p. 71). Este elemento surge como orientação, como marco dentro do espaço de convívio, porém, na cidade, este ponto tem sido usado como rotatória para os veículos, prejudicando o caráter de local de reunião, exceto quando o fluxo de turistas é intensificado.

A idéia de “edifício-barreira”, desenvolvida por CULLEN (2006), é facilmente aplicada ao tecido irregular, pois a possibilidade de implantar um edifício que bloqueie a visão da continuação da via em um traçado regular, cujas vias podem ser lidas imediatamente de seu início ao fim, é dificultada, uma vez que o tecido deve ser interrompido para criar tal efeito. Assim, a construção vai estabelecer um “equilíbrio entre o espaço delimitado e o espaço fluido” (CULLEN, 2006, p. 32), como se observa em alguns exemplos localizados no centro histórico. O edifício situado na rua Carlos Tomaz apresenta-se como elemento delimitador apenas da visão, pois o tráfego de pedestres e veículos é possibilitado pela existência de uma via paralela a este. Além disso, esta imagem nos causa uma sensação de expectativa quanto ao cenário que se irá descortinar, ao final da via.



FIGURA 89 - O “ponto focal” da Praça Tiradentes.
Fonte: IFAC.



FIGURA 90 - “Edifício-barreira” situado na rua Carlos Tomaz.
Fonte: Acervo da autora, 2009.

A silhueta⁷⁹ é um dos elementos fundamentais para a definição da paisagem, uma vez que marca a delimitação entre o espaço construído e as áreas livres, sejam as montanhas ou, mesmo, o horizonte. A silhueta pode ser considerada como a linha existente entre os pesados blocos de edifícios e a leveza dos elementos naturais. Além da silhueta, observada no plano horizontal, a ondulação é uma qualidade representada por uma linha sinuosa, geralmente uma via que possibilita “o prazer de coisas tão elementares e vitais como luz e sombra (o contrário da monocromia), ou proximidade e distância (o oposto do paralelismo)” (CULLEN, 2006, p. 48). No núcleo histórico, várias ruas são imbuídas desta qualidade, uma vez que o traçado orgânico, aliado à implantação dos edifícios na testada dos lotes proporcionam e, ao mesmo tempo, reforçam a ondulação de tais vias.



FIGURA 91 - Silhueta da cidade.
Fonte: RICHTER, 1999, p. 10.



FIGURA 92 - Rua São José e sua ondulação característica.
Fonte: Acervo da autora, 2009.

O contraste⁸⁰, apesar de ser um fator constantemente esquecido na paisagem de Ouro Preto, apenas considerada homogênea a partir de seus grandes eixos de perspectiva, se apresenta constantemente, no cenário urbano, principalmente quando este é percebido na escala da via, a partir da qual permite-se focalizar o edifício. Esta qualidade pode ser exemplificada através dos edifícios situados na rua Conde de Bobadela – rua Direita – e também no largo da Matriz do Pilar, ambos representados pela diferença estilística de edifícios situados lado a lado.

⁷⁹ Lynch (1990, p. 41) relata que “even the silhouette of a city tells us a great deal about its living quality.” O autor considera a silhueta como o contorno da cidade, o limite do tecido urbano.

⁸⁰ Cullen (2006, p. 32) observa que “[...] o mundo de inter-relações complexas que temos vindo a descobrir, com a sua diversidade de categorias, climas ambientais, estilos e materiais de construção, permite a criação de situações urbanas extraordinariamente expressivas através do relacionamento de todos esses fatores.”



FIGURA 93 - Rua Conde de Bobadela.
Fonte: Acervo da autora, 2009.



FIGURA 94 - Largo da Matriz do Pilar.
Fonte: Acervo da autora, 2009.

Outro exemplo de contraste, porém em escala mais ampla, é o caso do hotel projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, localizado no núcleo tombado da cidade. O observador situado na rua Senador Rocha Lagoa consegue visualizar as linhas modernas do hotel e, ao mesmo tempo, a imponência do estilo barroco, representado pela Igreja São Francisco de Paula. O contraste estabelecido entre os dois edifícios de caracteres distintos marca a heterogeneidade⁸¹ da paisagem de Ouro Preto, característica que qualifica o seu espaço urbano, uma vez que enfatiza sua dinâmica dentro do contexto construído. A homogeneidade sugerida desta cidade está na integração de todos os elementos dentro do contexto urbano, a partir do qual cada um desempenha individualmente sua função, porém em perfeita harmonia e constante diálogo entre as partes.



FIGURA 95 - Grande Hotel de Ouro Preto
Fonte: Acervo da autora, 2009.



FIGURA 96 - Homogeneidade sugerida pelas formas urbanas da cidade.
Fonte: RICHTER, 1999, p. 28.

⁸¹ Vasconcellos (1977, p. 173) reforça esta idéia, afirmando que “é pois, da aparente desordem, da variedade, fruto da pobreza, das modas sucessivas, dos arranjos, da diversidade de tratamento e desigualdade na conservação dos trechos, que resultou a fisionomia do lugar [...]”

3.1.2 Qualidades de identificação e leitura do espaço

Os conceitos de legibilidade ou sentido⁸², construção da imagem, estrutura e identidade, e imaginabilidade desenvolvidos por Lynch (1997), sendo o primeiro também estudado por Bentley (1999), podem ser aplicados à cidade de Ouro Preto, no intuito de investigar a qualificação da sua paisagem. O primeiro está relacionado à facilidade com que as formas que constituem a cidade possibilitam sua apreensão pelas pessoas. Esta qualidade visual permite, portanto, a identificação clara dos elementos que compõem a cidade, como seus marcos, bairros, entre outros. Lynch (2007, p. 127) descreve o conceito de legibilidade como sendo “a união entre a forma do ambiente e os processos humanos de percepção e de cognição”.

“Ainda que a clareza ou a legibilidade não seja, de modo algum, o único atributo importante de uma bela cidade, é algo que se reveste de uma importância especial, quando consideramos os ambientes na escala urbana de dimensão, tempo e complexidade” (LYNCH, 1997, p. 3).

Uma clara imagem de uma cidade pressupõe um ambiente ordenado, a partir do qual este se torna um “vasto sistema de referências” (LYNCH, 1997, p. 5). Apesar de esta qualidade estar diretamente dependente das experiências do observador, existem algumas características que podem ser designadas como constantes, ou seja, para um mesmo lugar, pessoas distintas o avaliam através de características significativas e fundamentais (LYNCH, 2007), como é o caso do núcleo histórico de Ouro Preto. Esta cidade se apresenta como um verdadeiro labirinto de sobe e desce de ladeiras, porém possui a qualidade visual da legibilidade, uma vez que suas formas urbanas associadas às da natureza, como, principalmente, o relevo, possibilitam a apreensão e a identificação de sua paisagem, como um objeto distinto e memorável. Esta paisagem é composta por uma série de elementos que facilitam a sua associação e conseqüente identificação do espaço urbano: um oratório em uma esquina, um passo ao final de uma via, uma rua íngreme com escadas, uma ponte, um largo, um chafariz, um córrego, a linha férrea e até mesmo uma montanha – Morro de Santa Quitéria - como demarcação clara da divisa entre dois bairros – Antônio Dias e Pilar.

A partir da integração destes elementos é realizada a construção da imagem de uma cidade que passa pelas fases de identificação do objeto, estrutura⁸³ e, por último, o reconhecimento do significado que o objeto transmite. Se a imagem captada possui todas as qualidades

⁸² A legibilidade é tratada por Lynch (1997) em sua obra “A imagem da cidade” e, posteriormente, este conceito será desenvolvido pelo mesmo autor como uma componente específica da qualidade do sentido, assim como a congruência e a transparência, no livro “A boa forma da cidade”, LYNCH (2007, p. 135).

⁸³ De acordo com Lynch (2007, p. 131), “a identidade e a estrutura são os aspectos da forma que nos permitem reconhecer e padronizar o espaço e o tempo por si próprios.”

analisadas é possível inferir que esta é dotada da característica de imaginabilidade⁸⁴, ou seja, é “uma cidade altamente “imaginável”, nesse sentido específico (evidente, legível ou visível), pareceria bem formada, distinta, digna de nota; convidaria o olho e o ouvido a uma atenção e participação maiores” (LYNCH, 1997, p. 11), como é o caso de Ouro Preto.⁸⁵

Além de todas as qualidades da paisagem urbana analisadas, esta se pauta, ainda, em propriedades como: estímulo, ritmo, significado ou expressividade e prazer sensorial, o que requer também a participação do observador. Através, principalmente, das aberturas nas fachadas, o ritmo pode ser lido como uma constante na paisagem do núcleo histórico na escala da via, e, numa escala mais ampla, os telhados marcam esta cadência, pois estes estão geralmente implantados no mesmo sentido. O estímulo é uma propriedade proporcionada principalmente pelos elementos surpresas, gerados pela associação do traçado orgânico com o relevo acidentado. Este último possibilita a criação de cenários inesperados, que instigam o observador a percorrer sempre um pouco mais do percurso, à procura de desvendar o mistério camuflado atrás da dinâmica topográfica. Dentro desta paisagem estimulante, estão, intrínsecos, a sua expressividade e o seu significado, uma vez que

[...] as imagens de maior valor são aquelas que mais se aproximam de um forte campo total: densas, rígidas e vivas; que recorrem a todos os tipos de elementos e características formais sem uma concentração limitada; e que podem ser agrupadas tanto hierárquica quanto continuamente, conforme a ocasião exigir (LYNCH, 1997, p. 100).

Mais adiante, Lynch (1997) sugere algumas qualidades que podem ser aplicadas ao design urbano e podem ser observadas na prática, no núcleo histórico de Ouro Preto. A primeira qualidade é a singularidade, ou clareza da figura plano de fundo, que pode ser exemplificada pelos limites presentes no centro - como as pontes - e pelo contraste existente entre a massa construída - representada pela arquitetura civil e as igrejas, assim como, as montanhas. Este atributo está associado a outro, denominado clareza de junção, cujo conceito perpassa os limites das ligações e costuras presentes no tecido urbano.

⁸⁴ O conceito de imaginabilidade analisado por Lynch (1997, p. 12) “não conota, necessariamente, alguma coisa fixa, limitada, precisa, unificada ou regularmente ordenada, embora às vezes possa possuir tais qualidades. Também não significa evidente relance, óbvio, ostensivo ou explícito. O ambiente total a ser modelado é extremamente complexo, enquanto a imagem óbvia logo se torna enfadonha e capaz apenas de chamar a atenção para um número limitado de características do espaço vital.”

⁸⁵ Na citação a seguir, Lynch (1997, p. 103) está se referindo à cidade de Florença: “a cidade não é de modo algum perfeita, mesmo no sentido restrito da imaginabilidade; nem todo o seu sucesso visual se deve apenas a essa qualidade. Mas parece haver um prazer simples e automático, um sentimento de satisfação, presença e certeza, que decorre da simples contemplação da cidade ou da possibilidade de caminhar por suas ruas.” Esta observação pode ser aplicada à cidade de Ouro Preto, pois sua paisagem urbana se apresenta de forma clara e ao mesmo tempo instigante, devido aos elementos que compõem sua estrutura física, possibilitando a associação dos mesmos.

A simplicidade da forma está relacionada ao aspecto visual dos componentes da cidade, sendo que o autor considera as formas associadas ao quadrado e ao retângulo como elementos que facilitam a associação à imagem como um todo, e por parte do observador. Porém, em Ouro Preto as formas quadradas e até mesmo retangulares são raras, com exceção da Praça Tiradentes, que tende ao retângulo, pois o tecido urbano é orgânico; no entanto, a apreensão da forma é possibilitada através da presença de elementos que favorecem a identificação dos espaços, ou seja, sua imaginabilidade, como analisado anteriormente.

A qualidade da continuação pode ser observada no alinhamento frontal das construções, no ritmo das aberturas nas fachadas das edificações, além do tipo de telhado e dos materiais utilizados para sua composição, sendo estas as “qualidades que sugerem a atribuição de uma identidade única” (LYNCH, 1997, p. 118). A topografia acidentada possibilita, principalmente, a formação do predomínio de uma área sobre a outra, atributo que colabora para a leitura e compreensão do espaço urbano, em seus diversos níveis hierárquicos. O relevo também é um dos principais responsáveis por outra qualidade, a diferenciação direcional, que está presente na paisagem de Ouro Preto devido à existência de inúmeras vias com “assimetrias, gradientes e referências radiais que diferenciam uma extremidade da outra” (LYNCH, 1997, p. 118). Como exemplo pode-se citar a rua Cláudio Manoel, devido à gradação sugerida pelas fachadas que acompanham o relevo e que tem, em uma de suas extremidades, a presença de um passo como ponto de referência.

O alcance visual é outra qualidade que mais se aplica a Ouro Preto, uma vez que a somatória da implantação das edificações com o traçado orgânico e com o sítio natural favorece o estabelecimento de panoramas com sobreposições de planos, com profundidade de visão e, também, articulação de elementos e concavidade que possibilitam a exposição de formas que estão distantes do campo de visão do observador.



FIGURA 97 - A qualidade do alcance visual na cidade.
Fonte: Acervo da autora, 2009.



FIGURA 98 - A permeabilidade visual.
Fonte: Acervo da autora, 2009.

As qualidades da permeabilidade, diversidade e caráter são desenvolvidas por Bentley (1999) e estão diretamente ligadas aos espaços presentes em Ouro Preto. A permeabilidade pode ser definida “pela facilidade de acesso físico e visual a um espaço público e a possibilidade de escolha de caminhos dentro dele, permitindo que o mesmo possa ser utilizado e freqüentado por todos” (PANCHONI, 2007, p. 14). Na cidade, a acessibilidade física é dificultada devido à topografia acidentada, o que não permite grandes adaptações para acesso a todos os espaços por pessoas portadoras de necessidades especiais. Já a acessibilidade visual é garantida a partir dos pontos mais altos, o que possibilita vislumbrar principalmente as áreas de fundo de vale da cidade. Além disso, os espaços urbanos em Ouro Preto oferecem a possibilidade de escolha de caminhos para acessá-los, qualidade que é permitida principalmente devido ao traçado orgânico. A matriz de Nossa Senhora do Pilar, por exemplo, pode ser acessada por três vias principais – rua Conselheiro Santana, rua Antônio Albuquerque e rua Rodolfo Bretas - além das secundárias.

A qualidade da diversidade (BENTLEY, 1985) está pautada na variedade de uso que um espaço pode oferecer, seja através de atividades econômicas, culturais e sociais. Esta característica garante a atração e conseqüente apropriação do espaço por diferentes grupos sociais, com diferentes demandas. A praça Tiradentes reflete esta qualidade, à medida que abriga usos comerciais, de serviço e lazer nos edifícios que a delimitam, além de o espaço livre da praça ser apropriado por diferentes grupos, como estudantes e turistas, para fins de lazer, descanso, apreciação, encontro, manifestações, estudo, entre outros.

O caráter⁸⁶ é uma qualidade que diz respeito à identificação do espaço em relação aos demais, é a característica que o torna único, em meio ao tecido urbano, como um todo. Para avaliação de um espaço segundo seu caráter, Bentley (1999) define alguns aspectos relativos à história do lugar, ao ambiente construído - que inclui mobiliário urbano, pavimentação, iluminação, edifícios, o entorno dos espaços, entre outros – ao sítio natural, e à forma e função, além de seu contexto no tecido onde está implantado. A preocupação com o caráter do ambiente é expressa nas recomendações da Nova Carta de Atenas (CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS, [200-], p. 11):

O entorno urbanístico desempenhou tradicionalmente um importante papel educacional e cultural na vida de seus cidadãos. O conceito de cidade como motor da civilização é o que foi se formando ao longo dos séculos e é o que expressa o caráter físico de todas as cidades históricas. Infelizmente, os efeitos modernos trazidos por esta intensa urbanização diminuiu a integridade cultural da cidade, degradou sua estética e prejudicou a homogeneidade do tecido urbano. O planejamento urbanístico desempenha um papel específico na hora de assegurar a qualidade de

⁸⁶ De acordo com Panchoni (2007, p. 14), “caráter é a qualidade própria de espaços que possuem atributos responsáveis pela sua personalidade e distinção.”

desenho que respeite o caráter da cidade, sem que por ele seja diminuída a criatividade da arquitetura nem a organização e gestão dos espaços entre edifícios.

No núcleo histórico da cidade de Ouro Preto, o caráter é uma das qualidades mais marcantes deste tecido urbano, uma vez que cada praça, rua ou edifício estão imbuídos da história de sua formação, são representantes de um passado que soube utilizar-se de seu sítio natural para valorizar suas formas construídas e vice-versa. Além disso, a heterogeneidade das formas dos espaços urbanos, assim como a relação entre os espaços construídos e as áreas livres reforçam o caráter da cidade.

3.1.3 Qualidades artísticas ou de composição do espaço

O traçado das vias do centro histórico de Ouro Preto sofreu poucas modificações desde sua fundação. Analisando a morfologia urbana da cidade nos deparamos com vários conceitos desenvolvidos por Camillo Sitte⁸⁷, em 1889, para analisar cidades medievais européias, em seu livro “A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos”. Dentre estes princípios podem-se citar: a relação entre as edificações e praças, o centro livre, a relação da praça com as ruas que nela desembocam; a dimensão e forma das praças em relação aos edifícios principais e a irregularidade do traçado das praças, que geram espaços coerentes e proporcionais com relação ao seu entorno. Para o desenvolvimento desta análise deverão ser considerados os aspectos das características barrocas da cidade, assim como os aspectos físicos e naturais regionais, tendo em vista que a cidade de Ouro Preto localiza-se em uma região montanhosa, que apresenta uma marcante formação rochosa, a Serra do Ouro Preto e do Itacolomi, e uma forte presença de áreas verdes expressivas, que envolvem a cidade. Devemos salientar que esta cidade soube incorporar a forma urbana às características de uma topografia acidentada, tornando-se em si, monumental, adaptando planos e perspectivas admiráveis.

As cidades mineiras, mesclando a vila, o pouso e a aldeia, na lógica de sua implantação e evolução, talvez sejam realmente as primeiras cidades com uma vida nitidamente urbana, daí impor-se a constituição de um espaço urbanístico de dimensões estéticas que pudesse servir de referencial dentro da colônia (BITTENCOURT, 1994, p. 6).

⁸⁷ De acordo com NETO (2007, p. 166), “fascinado pelas praças das cidades italianas, repletas de significado e obras de arte, espaços de impressão grandiosa e monumentos carregados de história, Sitte sugere, como forma de solucionar os problemas da construção das cidades modernas, a preservação do que resta das cidades antigas, livrando-nos dos conjuntos de casas regularmente alinhadas e aproximando as novas criações do ideal dos modelos antigos. Defende as praças e os espaços públicos como locais de convivência e

Nesta paisagem repleta de distintos cenários, foram escolhidos para as igrejas os melhores sítios, no sentido de máxima visibilidade do edifício a partir de vários pontos da cidade e vice-versa.⁸⁸ Além disso, era considerada também a salubridade do ambiente, principalmente com relação à insolação e ventilação, além da segurança, pois as Igrejas nunca eram implantadas em locais afastados do casario existente. As igrejas agem como pontos de referência espalhados no tecido urbano montanhoso, formando grandes eixos virtuais em vários pontos da cidade, independentemente da direção do traçado em que o observador se encontra. Assim, o urbanismo barroco⁸⁹ de Ouro Preto possui uma organização espacial fortemente marcado pela hierarquia⁹⁰ das construções que estabelecem eixos retilíneos de ligação sobre o traçado orgânico da cidade (BITTENCOURT, 1994), causando uma sensibilização subjetiva no observador.

O que os artistas barrocos desenvolveram como ninguém, o seu princípio estruturante, foi o conhecimento dos “modos de visão”. A arte não se contempla a priori, como objeto de fruição lógica e imediata. É construída com o rigor consciente de uma pesquisa visual sistemática, a criação a serviço da percepção subjetiva, para ser fruída pela mente como obra aberta (BAETA, 1998, p. 3).

Esta ordem geométrica de eixos virtuais estabelecida entre os principais edifícios sobreposta à organicidade da cidade representa a antítese entre a ordem e a desordem da configuração do espaço, sendo este tema explorado por Souza (2000, p. 254-255) que, a partir do estabelecimento de uma malha regular sobre o traçado de Ouro Preto, revela

[...] o jogo sábio da experiência portuguesa de urbanização, habilmente adaptada às condições mais adversas encontradas nas regiões das Minas e nos seus povoados. É curioso notar que, dispostas sobre essas malhas, as construções religiosas, e outras de igual qualidade e interesse na cidade, apresentam-se dispostas com uma regularidade impressionante, como as notas musicais sobre uma pauta. Enquanto que, embaixo, o casario e as ruas parecem estar dispersos, vistas em conjunto, as construções revelam toda a regularidade que não deixou de ser perseguida pelo homem dos séculos XVIII e XIX.

festas populares, não só como intervalos verdes para proporcionar mais ar e mais luz, ou romper com a monotonia da seqüência das edificações.

⁸⁸ Ver citação de MARX (1991) no capítulo II, na página 58.

⁸⁹ Com relação ao urbanismo barroco, Baeta (1998, p. 3) acrescenta que “em outro contexto histórico, a antiga Vila Rica também apresentará, com a sua formação dita “espontânea”, grande apelo dramático. O barroco foi a ‘mola propulsora’ da construção artística gradativa da cidade, até o início do século XIX, onde ainda imperava o espírito de transformação visibilística do espaço, a busca sistemática do ‘primado da visualidade’.”

⁹⁰ Apesar de esta característica fazer parte das recomendações previstas na Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia para implantação das igrejas, o que se observa em Ouro Preto é que as matrizes, tanto de Antônio Dias quanto do Pilar, estão localizadas em fundo de vale.

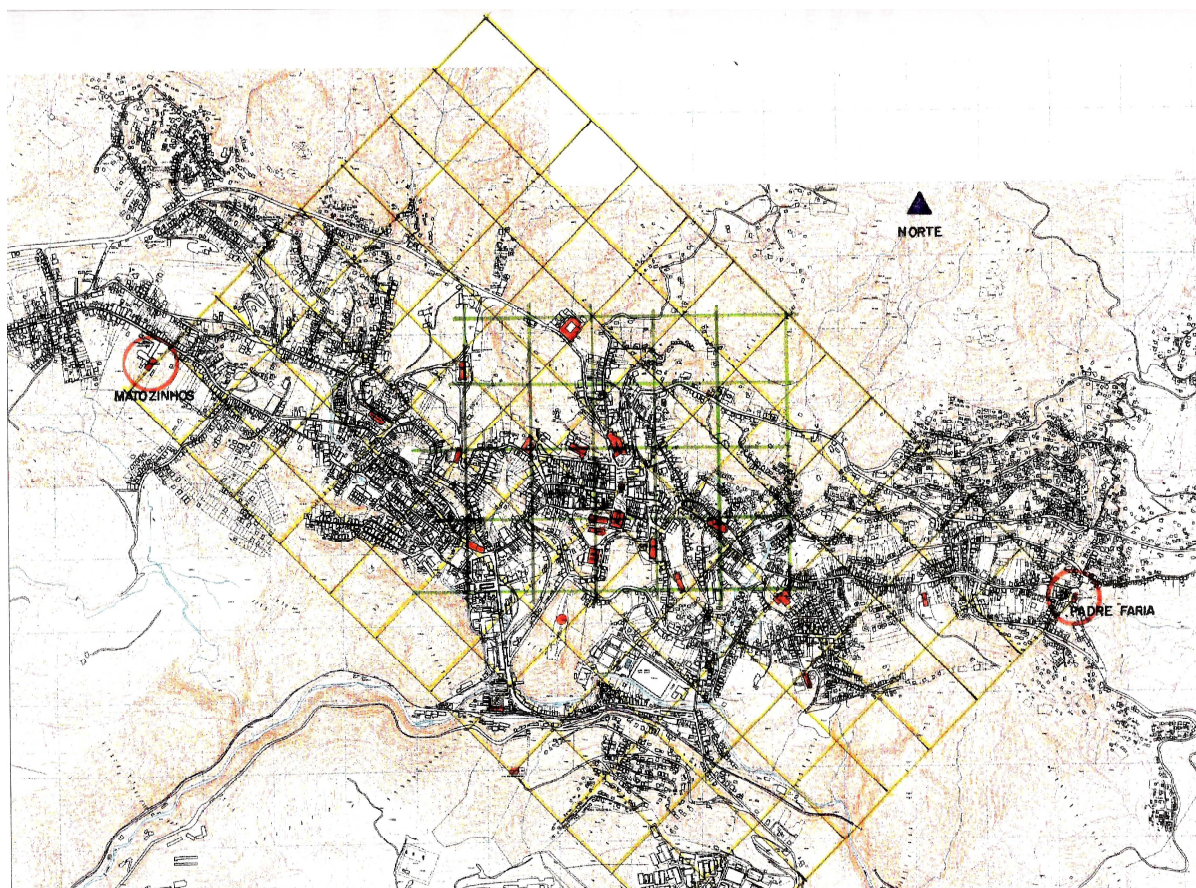


FIGURA 99 - Leitura geométrica de Ouro Preto

Fonte: SOUZA, 2000, p. 255.

Nota: O tecido urbano da cidade de Ouro Preto está representado na cor preta, as edificações significativas em vermelho e a malha ortogonal em amarelo, indicando a sobreposição dos eixos regulares virtuais (amarelo) sobre o traçado orgânico (preto).

Tudo isso leva os estudiosos a perceberem uma contradição entre a composição do traçado irregular da cidade de Ouro Preto e o “urbanismo barroco” desenvolvido na França e na Itália. A visão planimétrica⁹¹ das ruas em relação aos eixos monumentais será substituída, em Ouro Preto, pela visão perspectiva, no qual as vias passam a ser vistas como cenários do conjunto urbano que tem as Igrejas como ponto de fuga dos grandes eixos, emolduradas ainda pelo contorno da geografia acidentada da região (BITTENCOURT, 1994). A situação cultural, econômica e geográfica encontrada em Minas Gerais, além da proibição da instalação das ordens religiosas Primeiras, fez com que a utilização dos elementos urbanísticos do barroco europeu fosse adaptada a estes fatores.

Na região “aurífera”, o que comanda a produção da arquitetura não são instituições de caráter erudito e oficial, o “absolutismo” das Ordens Primeiras. São as Ordens Terceiras, associações leigas, de cidadãos comuns, que vão lidar com a vida espiritual da sociedade, e conseqüentemente, com a definição, em grande parte, da imagem da cidade. (BAETA, 1998, p. 7).

⁹¹ O conceito de visão planimétrica do espaço é desenvolvido por Bittencourt (1994, p. 1), sendo “aquela induzida pelo traçado em planta das ruas ou das obras de arquitetura, restringindo a percepção do espaço construído ao âmbito de sua bidimensionalidade, podendo alterar uma configuração espacial aparentemente irregular.”

Os grandes eixos retilíneos monumentais, base da perspectiva italiana herdada dos tratadistas do renascimento, não puderam ser implantados tendo em vista a topografia acidentada do sítio. Machado (1973) afirma que a cidade de Ouro Preto “já nasceu barroca”, pois o seu terreno natural a partir do qual foi implantada, é barroco. Esta conclusão está ligada ao fato de a topografia em si possuir um apelo dramático através de suas ondulações que formulam uma dinâmica constante de esconder e revelar tanto o terreno natural quanto a arquitetura, que também colabora para este caráter barroco da cidade. Nesta paisagem, não só as igrejas assumem papel de destaque, a arquitetura civil possui grande importância, uma vez que, vistas em conjunto, colaboram para a formação do cenário barroco, estabelecendo diálogo harmônico entre a paisagem natural e a massa construída. Além disso, colaboram para reforçar os eixos de perspectivas dos edifícios religiosos, mesmo onde a via está implantada paralela a estas construções, como é o caso da Igreja de Santa Efigênia.

A Ouro Preto barroca vai afirmando sua tendência, sua construção ótica, no processo de rápido desenvolvimento, através da amarração da experiência dos acontecimentos monumentais pontuais (os largos, praças, as novas ruas, os palácios, e principalmente a construção das igrejas), com a precária estrutura urbana inicial, e a paisagem natural (BAETA, 1998, p. 11).

Baseando na análise anterior, as qualidades artísticas ou de composição da cidade serão desenvolvidas segundo os princípios de Sitte (1992) e serão aplicadas a espaços como praças e largos de igrejas. A primeira aplicação, a Igreja do Senhor Bom Jesus, encontra-se implantada recuada da rua Alvarenga, criando um adro em seu afastamento frontal. Este distanciamento gera uma praça de profundidade⁹² à frente de sua fachada principal, proporcionando um destaque para a igreja, pois “[...] um edifício só estará em evidência e causará seu melhor efeito quando visto a partir de uma distância adequada em uma praça não exageradamente grande” (SITTE, 1992, p. 42). Na lateral direita da Igreja está situado o colégio Arquidiocesano, edifício que possibilita o direcionamento do olhar do observador para o ponto focal localizado na extremidade da praça, enquadrando a construção religiosa.

⁹² A definição do caráter das praças é explicada por Sitte (1992, p. 55): “definimos se uma praça é de um tipo ou de outro quando o observador se encontra defronte ao principal edifício de todo o conjunto. [...] praça de profundidade ou praça longa tem todos os seus componentes dispostos em relação à fachada principal da igreja. Esta é a melhor direção para se observar a praça e as suas construções mais importantes; suas dimensões, sua forma e sua ornamentação figurativa estão orientadas nessa direção, de modo a provocar o melhor efeito possível.”

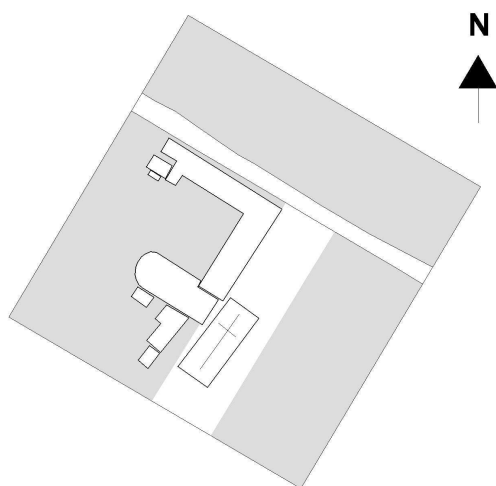


FIGURA 100 - Croqui de implantação da Igreja do Senhor Bom Jesus

Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base OURO PRETO, 2006b.



FIGURA 101 - Igreja do Senhor Bom Jesus
Fonte: Acervo da autora, 2009.

A praça localizada à frente da Igreja de Nossa Senhora do Rosário se caracteriza como praça de largura, pois, se o observador se posicionou em frente a tal edifício, teve a atenção voltada para as dimensões de largura. A disposição do edifício principal é singular, pois o seu adro é utilizado como o próprio limite da praça. O edifício encontra-se isolado do casario, característica analisada como inadequada pelo autor, porém esta situação não ocorre a partir da completa falta de integração do edifício com seu entorno, ao contrário, o diálogo é possibilitado devido a sua proximidade e aos efeitos de perspectiva decorrentes de sua implantação perpendicular à praça, e pela topografia.

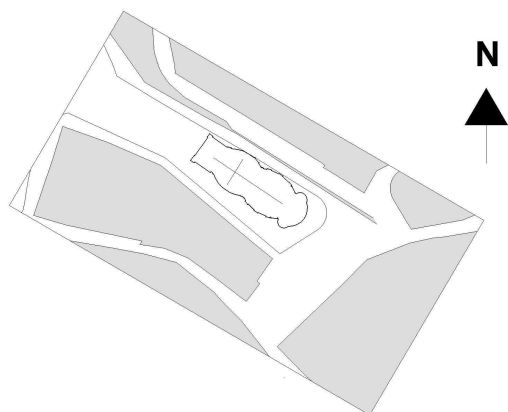


FIGURA 102 - Croqui de implantação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base OURO PRETO, 2006b.



FIGURA 103 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário
Fonte: Acervo da autora, 2009.

A praça Monsenhor Castilho Barbosa é conformada por edificações nas laterais e a Igreja Nossa Senhora do Pilar em uma de suas extremidades, sendo assim considerada uma praça de profundidade. A fachada principal da Matriz está obstruída pelas construções implantadas ao longo da praça e as fachadas laterais são separadas dos edifícios vizinhos por ruas estreitas. O efeito obtido é analisado por Sitte (1992) como sendo ideal para igrejas em estilo gótico, como, por exemplo, a catedral de Estrasburgo, porém este se aplica ao caso da Matriz do Pilar. As edificações localizadas bem próximas à igreja enquadram a sua porta principal, direcionando o acesso apenas por esta abertura, “o que mantém uma correspondência natural com o movimento dos fiéis para a igreja, a passagem das procissões etc” (SITTE, 1992, p. 79). Além disso, a impressão misteriosa não seria despertada no observador caso o edifício religioso estivesse implantado isoladamente no meio de uma praça. O efeito de monumentalidade é ainda reforçado pela diferença existente entre a proporção da igreja e os edifícios do entorno.

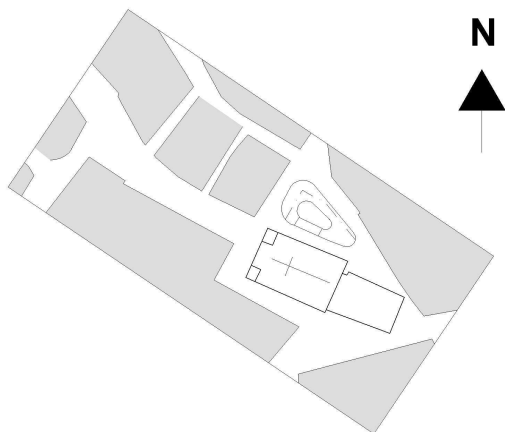


FIGURA 104 - Croqui de implantação da Igreja de Nossa Senhora do Pilar
Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.



FIGURA 105 - Igreja de Nossa Senhora do Pilar
Fonte: Acervo da autora, 2009.

O efeito harmonioso da Praça Tiradentes está relacionado ao fechamento deste espaço, que o transforma em um todo coeso, sem grandes interferências em sua visibilidade integral. Esta qualidade é possibilitada devido à implantação das vias que desembocam na praça, pois estas são perpendiculares à linha de visão.⁹³ Outra qualidade deste espaço está representada por sua irregularidade imperceptível, pois em planta a praça não conforma um retângulo perfeito, sendo mais estreita em sua extremidade norte, além de possuir um ângulo obtuso em sua lateral leste na direção da Travessa do Pilão.

⁹³ De acordo com Sitte (1992, p. 49), “[...] em qualquer ponto da praça se tem uma única visão para fora dela; portanto, ocorre uma única interrupção no conjunto dos edifícios, de forma que a coesão de todo o contorno da praça parece contínua a partir de qualquer ponto dentro dela, dado que, vistos obliquamente, os edifícios junto às embocaduras das ruas as ocultam completamente, e através desta cobertura recíproca, garantida pela perspectiva, não há lacunas desagradáveis na coesão do todo.”

Porém, o que se percebe, é um espaço coeso e regular, sem ângulos ou deformações, pois “sua origem não está em uma concepção marcada pela régua, mas, sim, em um paulatino desenvolvimento *in natura*: e assim percebemos apenas as coisas que atraem nosso olhar *in natura*, permanecendo indiferentes ao que só é visível no papel” (SITTE, 1992, p. 65).

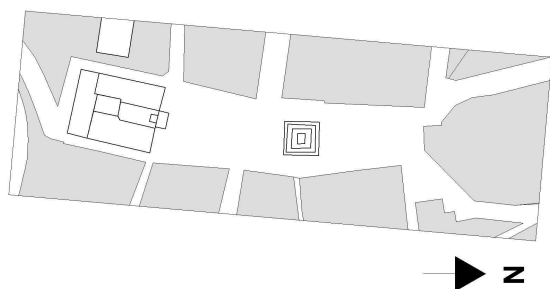


FIGURA 106 - Croqui de implantação da Praça Tiradentes
Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.



FIGURA 107 - Praça Tiradentes
Fonte: RICHTER, 1999, p. 18.

A qualidade da irregularidade das praças pode ser aplicada também à Praça Antônio Dias localizada à frente da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, apresentando uma conformação separada em níveis distintos e que aumenta sua largura, à medida que se aproxima da igreja. Este aspecto irregular da praça não causa o efeito de estranhamento no observador, ao contrário, sugere a naturalidade de sua formação, assim como “estimulam nosso interesse e, sobretudo, reforçam o caráter pintoresco do conjunto” (SITTE, 1992, p. 63).

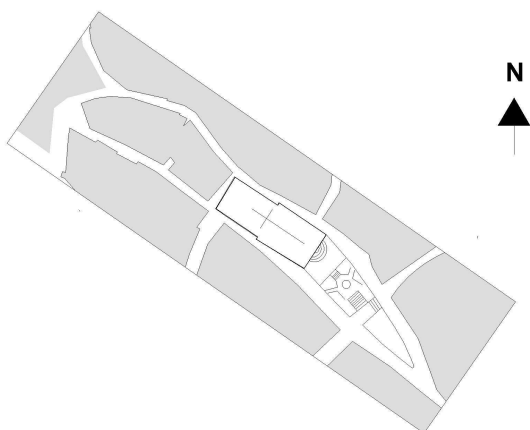


FIGURA 108 - Croqui de implantação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em OURO PRETO, 2006b.



FIGURA 109 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: Acervo da autora, 2009.

3.2 A ação dos órgãos de preservação

Após a identificação das qualidades de Ouro Preto, será analisado como estas características foram levadas em consideração no decorrer da implementação de diretrizes para conservação da cidade, desde os atos de tombamento até as ações de intervenção no núcleo histórico tombado, assim como nas periferias, através da instituição de legislações específicas.

A cidade de Ouro Preto foi erigida como Monumento Nacional através do Decreto Lei nº 22.928, em 12 de julho de 1933, o qual levou em consideração os acontecimentos históricos ocorridos na cidade, assim como a existência de um acervo de monumentos e edifícios de caráter colonial. Baseado neste decreto, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade foi inscrito no “livro de tomo das Belas Artes”, em 1938 (SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [19--]). Porém, percebe-se que o bem tombado não constitui um conjunto urbano com características apenas artísticas, é um acervo que representa a sobreposição de camadas de vários períodos históricos distintos que são expressos através de sua paisagem urbana, integrada ainda à significativa paisagem natural. Assim, o relevo natural a partir do qual a cidade foi implantada é responsável pela grandiosidade e expressividade da massa edificada, uma vez que colabora com sua valorização, revelando as possibilidades de contemplação do conjunto urbano. Este aspecto somente é possível devido às ondulações do terreno natural, que ora revelam lentamente a arquitetura, ora subitamente desvendam o mistério escondido por trás dos morros. Além disso, o valor histórico é inerente a cidades como Ouro Preto devido, principalmente, à sua importância econômica, política e cultural, que assumiu no decorrer do tempo.

O ato de tombamento deu início às ações de preservação da cidade por meio da atuação do SPHAN, que direcionou suas diretrizes em função da visão que possuía da cidade como obra de arte. A preocupação com a homogeneidade da paisagem de Ouro Preto está enfatizada desde suas primeiras atividades na cidade, pois esta instituição enfocou primeiramente a questão da manutenção do “estilo colonial”, uma vez que orientou seus trabalhos para a conservação das fachadas dos edifícios, como analisado no capítulo anterior. O exemplo mais claro deste tipo de postura com relação à preservação do conjunto tombado de Ouro Preto é a reforma do prédio do Cine Vila Rica, em 1957, com proposta de Lúcio Costa, no qual foi realizada principalmente, a mudança no ritmo das aberturas e a substituição da platibanda por telhado de telha colonial, com beiral e cachorrada (MOTTA, 1987).



FIGURA 110 – Liceu de Artes e Ofícios. A primeira foto é do prédio do antigo Liceu de Artes e Ofícios, e a segunda o prédio após a reforma
Fonte: Flávia Guerra Soares, com base em MOTTA, 1987, p. 111.

A busca incessante pela manutenção do caráter colonial da cidade gerou perdas significativas de edifícios principalmente ecléticos. A partir da análise das qualidades da paisagem urbana de Ouro Preto identificou-se que o contraste, sobretudo entre estilos diferenciados observados na escala dos edifícios, se apresenta como uma qualificação do espaço urbano da cidade, o que colabora para a identificação e conseqüente leitura da dinâmica do lugar. Portanto, a partir desta atuação, o SPHAN colaborou para prejudicar a manutenção de uma das qualidades urbanas identificadas na cidade.

Esta visão da cidade como um conjunto homogêneo está presente também no tombamento da cidade pela UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1980, pois sua justificativa está baseada no fato de que “it is mainly its overall homogeneity and global character that make it a unique cultural property” (UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, [200-]). A partir desta exposição é possível inferir que a qualidade da paisagem urbana de Ouro Preto foi avaliada através da característica da homogeneidade, ou seja, valorizando-se principalmente as visadas de conjunto do núcleo histórico, fora do qual o observador, em geral, está situado. Em uma escala menor, a da via, por exemplo, a homogeneidade é ilusória, uma vez que, como demonstrado, existe o predomínio da heterogeneidade no que diz respeito à composição das fachadas.

Somente em 15 de setembro de 1986, quarenta e oito anos após o tombamento da cidade pelo SPHAN e sua inscrição no livro do Tombo das Belas Artes, o conjunto arquitetônico e urbanístico foi inscrito sob o nº98, fls. 47 do livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e sob o nº512, fls.98 do livro do Tombo Histórico (SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [19--]). Esta atitude representa um avanço na maneira a partir do qual a cidade é lida e compreendida pelos órgãos responsáveis pela sua preservação, o que, conseqüentemente, gera mudanças nas diretrizes de intervenção do bem tombado.

O contraste existente entre as áreas construídas e os espaços vazios é garantido pela existência de quintais conseqüentes à grande extensão dos lotes, o que permite um adensamento das edificações próximo às vias, ficando livre o espaço dos fundos dos lotes. Esta qualidade é preservada pela legislação municipal, assim como a federal – IPHAN – uma vez que estas não permitem o desmembramento dos lotes no perímetro tombado, ZPE, “em função da necessidade de preservar seus valores culturais, urbanísticos e ambientais. A preservação do equilíbrio entre áreas verdes remanescentes e áreas construídas tem como objetivo também a garantia da qualidade de vida urbana” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [200-]a, p. 4). Além disso, a legislação do IPHAN⁹⁴ também regulamenta o afastamento de fundos da edificação, diretriz que colabora para a manutenção desta qualidade:

5º. O afastamento de fundos das edificações está definido por Face de Quadra e pelo tamanho do lote, objetivando a manutenção de áreas verdes

⁹⁴ A legislação municipal Lei Complementar nº30 de 28 de dezembro de 2006 (OURO PRETO, 2007/8) também dispõe sobre o afastamento de fundos na pág. 30, porém não contempla o item I da Portaria do IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [200-]a) relativo à determinação de áreas verdes.

e outros acidentes geográficos naturais, além da qualidade de vida e a tipologia urbana predominante, segundo uma das seguintes categorias:
I – implantação definida no Anexo II, para ocupação de área verde;
II – implantação de edificação obedecendo a um recuo de fundos, a ser definido na análise do projeto, considerando a área total do lote, a topografia e o entorno imediato;
III – implantação respeitando a tipologia dos lotes do arruamento setecentista (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [200-]a, p. 7).

A taxa de permeabilidade equivale a área descoberta e permeável do terreno, o que garante a manutenção da proporção entre espaço construído e espaço livre. Porém, nem a legislação municipal, nem a federal tratam sobre este assunto, estipulando a porcentagem adequada para a taxa de permeabilidade na ZPE, o que significa uma perda irreparável, à medida que construções são aprovadas sem a preocupação com a relação entre “cheio e vazio” do conjunto urbano. E, além da questão visual da paisagem, também está ameaçada a qualidade ambiental da cidade, devido à gradativa diminuição das áreas permeáveis, o que agrava problemas relativos à drenagem e inundações, devido ao volume de água não absorvido pelo solo e a sedimentação depositada nos córregos e rios.

A visão serial está relacionada à paisagem apreendida pelo transeunte à medida que este caminha, e o que pode tornar este percurso fascinante são os estímulos e significados que são desvendados. Apesar de esta qualidade estar diretamente ligada à experiência pessoal de cada um, alguns ambientes são imbuídos da mesma, naturalmente, como é o caso do núcleo histórico de Ouro Preto. O parcelamento do solo tem diminuído as possibilidades de se atingir esta qualidade, principalmente quando este possui um traçado regular como é o caso dos loteamentos que reduzem significativamente a existência de referências e associações. Esta redução está associada à falta de elementos surpresas e conseqüente dificuldade de leitura do espaço, pois os traçados regulares, assim como a existência de recuos frontais e muros no alinhamento frontal, padronizam a paisagem, não possibilitam a criação do efeito de mistério e também da associação de referências ao longo do trajeto. Assim, a qualidade da legibilidade se torna pouco expressiva tanto nos loteamentos regulares quanto na periferia, em geral. A percepção da cidade é uma característica não considerada nas legislações como um todo, devido, principalmente, à preocupação excessiva apenas com aspectos técnicos da ocupação do solo, como volumetria e afastamentos, que não garantem o desenvolvimento de uma fisionomia legível dos espaços.

Outra qualidade não atingida em traçados regulares é a ondulação, como nos bairros Loteamento e Jardim Alvorada, pois esta característica se relaciona à implantação da via no relevo e dos edifícios no sítio, ou seja, à movimentação do plano das edificações juntamente com a via, possibilitando um jogo de luz e sombra somente alcançado em um traçado orgânico. A partir destas observações conclui-se que o parcelamento do solo realizado pelos

órgãos de preservação a partir de loteamentos com traçados regulares na cidade de Ouro Preto não levam em consideração as qualidades presentes no núcleo histórico como diretrizes para sua elaboração, o que gera uma ruptura brusca entre o tecido do núcleo histórico e seu entorno, não possibilitando a criação de uma área de transição⁹⁵ entre estes tecidos.

A silhueta da cidade antes da ocupação das encostas, tecido 02, era marcada pelos telhados cerâmicos de duas águas, que se mesclavam com os contornos das montanhas, que emolduravam e valorizavam o conjunto urbano. Após a implantação de edificações em grande parte das encostas que cercavam o núcleo histórico, sem nenhum tipo de diretriz que minimizasse o seu impacto no conjunto tombado, ou impedisse a ocupação destas áreas, o desenho e o contraste da silhueta foram alterados. Uma vez ocupadas as montanhas que formavam o pano de fundo da área construída do núcleo, a sua silhueta se mescla à da nova porção ocupada, fazendo com que a imponência e a expressividade das edificações do núcleo sejam minimizadas. Através das FIG. 111 e 112 é possível identificar a manutenção e a perda desta qualidade: a primeira está representada pela FIG. 111: do lado direito, observa-se a Igreja Nossa Senhora do Carmo implantada perpendicularmente ao Museu da Inconfidência – edificação de uma torre; ambos ainda gozam da moldura verde que enfatiza e destaca seus contornos, principalmente suas torres, assim como, do lado esquerdo, a Igreja São Francisco de Assis. Esta, na FIG. 112, recebe todo o “peso” da ocupação do bairro Vila Aparecida, fazendo com que sua arquitetura se mescle às novas construções, diminuindo sua expressividade e modificando a silhueta marcante que possuía antes, como representado na FIG. 111.

Além da perda da silhueta, percebe-se que ocorreu, também, o prejuízo da qualidade da singularidade ou clareza da figura-fundo, que era representada pelas montanhas e, posteriormente, foi ocupada por bairros inteiros, alterando o contraste existente entre a massa construída, representada pela arquitetura civil e as igrejas, e o relevo acidentado do entorno.

⁹⁵ Sobre as áreas de transição em Ouro Preto, ver SILVA (2009).

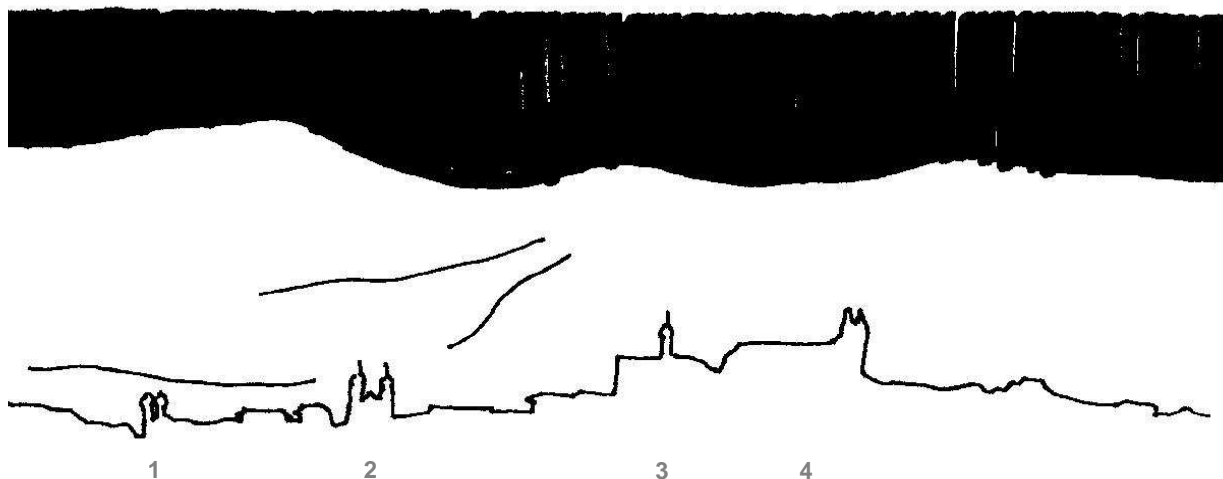


FIGURA 111 - Vista da silhueta da cidade nos anos 30

Fonte: Elaborado por Flávia Guerra Soares com base em Acervo do IFAC.

Nota: Os edifícios se apresentam da esquerda para a direita: 1) Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, 2) Igreja São Francisco de Assis, 3) Museu da Inconfidência e 4) Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

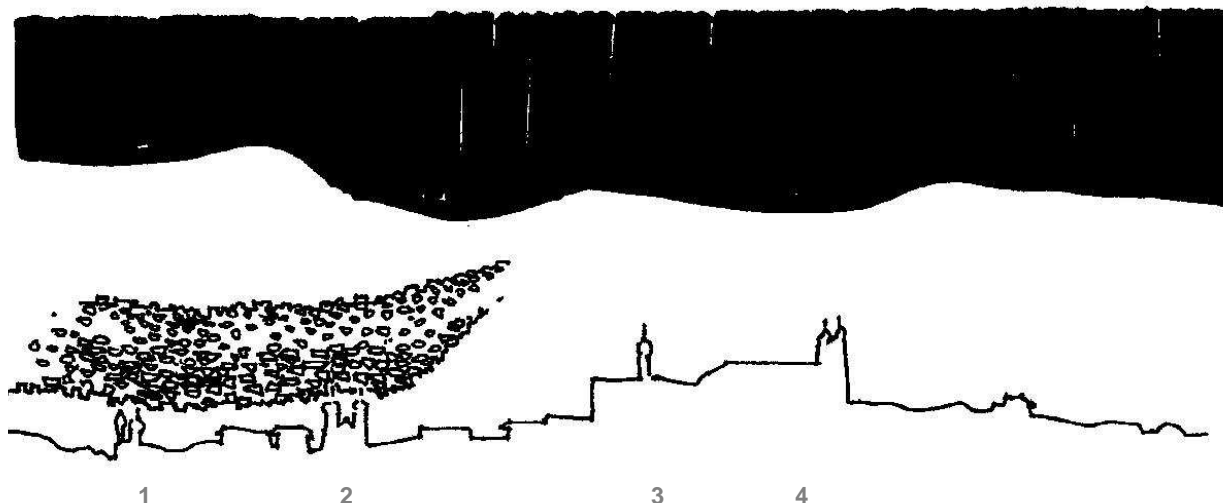


FIGURA 112 - Vista da silhueta da cidade nos anos 90

Fonte: Elaborado por Flávia Guerra Soares com base em RICHTER, 1999, p. 33.

Nota: Os edifícios se apresentam da esquerda para a direita: 1) Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, 2) Igreja São Francisco de Assis, 3) Museu da Inconfidência e 4) Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

O ritmo é uma qualidade que está regulamentada por ambos os órgãos de preservação que atuam na cidade na seguinte diretriz: “A pertinência da avaliação da relação entre vãos e os panos de alvenaria, denominada “ritmos de cheios e vazios”, está definida por Face de Quadra, e objetiva a harmonia nas inserções de novas edificações no conjunto tombado” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [200-]a, p. 8). Esta norma garante o estabelecimento do ritmo na escala da via, sendo este representado pelas aberturas nas fachadas. Em uma escala mais ampla, o ritmo é assegurado pela manutenção da tipologia dos telhados, estabelecendo a telha cerâmica tipo colonial para todas as edificações, com exceção do estilo neoclássico e eclético, e analisando as propostas de

acordo com o “desenho da cobertura, em função do conjunto urbano onde a cobertura está inserida” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [200-]a, p. 7). A legislação do IPHAN – Portaria nº122 – acrescenta, ainda, que é proibido o uso de cobertura, como, por exemplo, as de fibro-cimento e metálicas, no núcleo histórico tombado, sendo que esta diretriz foi incorporada à legislação municipal, porém abre exceção para “casos especiais, com a prévia aprovação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, ouvido o Grupo Técnico (GT)” (OURO PRETO, 2007/8, p. 31).

A conservação da qualidade do ritmo está direcionada apenas para a ZPE, ou seja, o núcleo histórico tombado pelo IPHAN. À medida que esta diretriz não é ampliada para o entorno imediato do centro, principalmente para o tecido 02 – as ocupações de encostas –, há uma perda significativa na leitura do todo, uma vez que o contraste existente entre o ritmo do núcleo e a falta desta característica nos bairros localizados em áreas visíveis a partir do centro gera um impacto na paisagem do conjunto urbano, devido, principalmente, ao prejuízo em sua harmonia.

A partir do estabelecimento de normas, tanto na legislação municipal quanto na federal, para a implantação dos edifícios no lotes na ZPE, a qualidade da continuidade é garantida através das diretrizes com relação aos afastamentos, estes serão analisados em função do entorno imediato, ou seja, da tipologia urbana predominante. Apesar das legislações preverem diretrizes para a existência de afastamentos frontais e laterais, estes ficam condicionados “a área do lote, a topografia e o entorno imediato” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [200-]a, p. 6). Ao propor critérios quanto ao revestimento externo das fachadas, tanto para alvenarias e esquadrias quanto para baldrame e barrados, os órgãos de preservação colaboram também para a qualidade da continuidade apenas na ZPE, com o objetivo de “manutenção da leitura urbana”. Porém estes órgãos não consideram a paisagem como um todo inserido no terreno natural, estão focados apenas na escala da via, pois, se entendessem a paisagem como algo a ser preservado não somente no núcleo histórico, este critério poderia ser utilizado também nos outros zoneamentos, principalmente aqueles que interferem visualmente na área tombada.

A qualidade da diversidade é garantida em ambas as legislações a partir da diretriz que afirma que “será mantida a diversidade de usos, com compatibilidade entre a função residencial e as funções administrativa, turística, educacional, comercial e de serviços” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [200-]a, p. 4). Esta norma prevê, ainda, que o uso residencial deverá ser considerado prioridade na ZPE, sendo que nos outros zoneamentos esta qualidade não é assegurada.

As qualidades artísticas ou de composição do espaço analisadas, baseadas nos conceitos de Sitte (1992), não fazem parte do escopo das legislações municipais e federais. A preocupação destas gira em torno de parâmetros técnicos, principalmente com relação à manutenção de aspectos físicos da arquitetura civil, não enfatizando a importância dos espaços públicos e suas composições. A necessidade de conservação das qualidades artísticas como a relação entre as edificações e as praças, entre estas e as ruas que desembocam nela, além de suas dimensões e formas, entre outras, se faz urgente, uma vez que, mantidas estas qualidades no núcleo histórico, as mesmas poderão servir de modelo para intervenções e novos projetos de espaços públicos para os demais tecidos.

Todos estes efeitos e qualidades descritos e analisados sob a ótica das ações dos órgãos de preservação colaboram para criar “o grande cenário de uma ópera urbana, onde, abrindo novos eixos perspectivos, cria novos e complexos discursos espaciais, abertos, sem procurar fechar ou concluir o espaço urbano” (SOUZA, 2000, p. 271). A partir da análise do espaço urbano do núcleo histórico, compreende-se que é possível planejar espaços imbuídos de qualidade, porém o que se tem percebido é que “todas as cidades famosas sofrem do mesmo crescimento sem fisionomia, em sua periferia” (SITTE, 1992, p. 104).

Em um lugar assim, compreendemos as palavras de Aristóteles, que resume os princípios da construção urbana ao dizer que uma cidade deve ser construída para tornar o homem seguro e feliz. Para que esta última condição se efetive, a construção urbana não deveria ser apenas uma questão técnica, mas também artística, em seu sentido mais próprio e elevado (SITTE, 1992, p. 14).

Os planejadores urbanos, ao intervirem na cidade de Ouro Preto e, principalmente, em sua periferia, devem ter em mente a busca de uma paisagem urbana que possua as qualidades analisadas anteriormente, estas características colaborariam para minimizar o impacto das ocupações das encostas no núcleo histórico, assim como conservar a qualidade urbana da paisagem do centro. A construção de uma nova unidade funcional está ocorrendo em Ouro Preto, porém esta não possui uma paisagem que dialoga com o núcleo, não possibilitando a identificação de suas partes para posterior estruturação do todo.

CONCLUSÃO

A questão relacionada ao estudo morfológico e à qualificação da paisagem são práticas ainda pouco exploradas, principalmente no que diz respeito à elaboração de diretrizes para as políticas de planejamento urbano. Em Ouro Preto existem dois órgãos de preservação, um municipal, representado pela Prefeitura, e outro federal, representado pelo IPHAN, sendo que o primeiro é responsável pelo controle e desenvolvimento da cidade como um todo e o segundo atua apenas no perímetro da área tombada.

A distinção sobre o dever de cada um destes órgãos gera dúvidas e conflitos, uma vez que o plano diretor municipal reconhece a ZPE e incorpora as normas do órgão federal – portaria nº122 de 2004 – como política municipal, porém existem algumas divergências ou, até mesmo, descon sideração de algumas diretrizes, como é o caso do item sobre as edificações excepcionais e as áreas verdes. Além disso, o conceito de paisagem com base na estreita relação entre o produto da ação humana sobre a base de sua implantação, ou seja, entre as características do subsolo e da superfície, não tem sido observado no plano diretor e nas normas do IPHAN para a preservação do conjunto urbano.

A paisagem do núcleo tombado não deveria se restringir ao perímetro delimitado pelo IPHAN. Devido, principalmente, à topografia acidentada, o conjunto urbano é emoldurado por vales e montanhas que foram ocupadas posteriormente, no decorrer da evolução da cidade. A partir desta ocupação, as visadas do núcleo histórico passaram a conviver com outro tipo de moldura, sendo esta representada, principalmente, pelos bairros estabelecidos nas encostas que são visíveis a partir do centro. Tendo em vista esta expansão, os órgãos de preservação que não conseguiram contê-la ou, mesmo, direcionar seu crescimento, continuaram adotando o conceito de paisagem privilegiando apenas o núcleo histórico e descon siderando o entorno, ou seja, o sítio natural a partir do qual foi implantado.

Esta dificuldade de reconhecimento da paisagem é descrito por SILVA (1997, p. 13) na seguinte passagem: “A tarefa de reconhecer os valores sociais da paisagem, porém, é bastante árdua, visto que vivemos em um meio cultural que tem uma experiência indireta e distante da paisagem.” Além disso, a acelerada velocidade das transformações dificulta a apreensão da paisagem, pois esta encontra-se em processo de constante mudança que ocorre por “substituição de camadas”.

Ressalta-se que a evolução do conceito de paisagem, para os órgãos de preservação de Ouro Preto, sofreu modificações positivas, porém em uma escala ainda reduzida diante da amplitude do conjunto urbano presente na cidade. A preocupação com os edifícios

considerados excepcionais, principalmente as construções religiosas e ligadas a função pública, é, aos poucos, sendo considerada, tendo a mesma importância da arquitetura civil. Este avanço significa um ganho para a manutenção da paisagem do núcleo histórico, uma vez que a preservação do conjunto urbano se sobrepõe à de edifícios isolados.

Porém, uma ampliação ainda maior deve ser abordada no que diz respeito à conservação da paisagem em Ouro Preto, devendo ser revisto o perímetro de tombamento, assim como as normas, principalmente, para o tecido urbano 02 – ocupações de encostas. Diretrizes específicas e detalhadas, como tipologia arquitetônica, volumetria máxima das edificações, implantação das edificações nos lotes, deveriam ser aplicadas a todos os tecidos, porém o que se percebe são normas gerais que contribuem para o não estabelecimento da correspondência morfo-tipológica entre o tecido urbano tradicional e as novas formas urbanas. Portanto, os instrumentos de preservação devem ser direcionados tanto para o núcleo histórico quanto para as novas formas urbanas, visando à melhoria da qualidade da paisagem do meio urbano como um todo.

Ao se considerar a paisagem do núcleo como um todo articulado e unificado que inclui tanto a ocupação setecentista como aquelas mais recentes que influenciam na configuração do conjunto urbano, a qualificação da paisagem se torna um indicativo fundamental para as tomadas de decisão. À medida que se estudam e se compreendem as qualidades do espaço construído do núcleo histórico, é possível aplicá-las às normas de planejamento dos tecidos que compõem o entorno do perímetro tombado, sendo esta a outra medida que reforçaria a busca pela relação morfo-tipológica entre os tecidos.

A consciência de uma cidade constituída por um mosaico de formas que se inter-relacionam ainda não é aplicada a realizada em Ouro Preto, o que se valoriza são apenas as características históricas de uma porção da cidade. Os tecidos urbanos são considerados como manchas desconectadas, que não se encaixam e muito menos se interpenetram. A gestão do patrimônio histórico urbano percebe a cidade desta maneira e se concentra na conservação de edifícios e monumentos, além de áreas especiais, no caso de Ouro Preto a ZPE, que são arquitetonicamente ou historicamente significativos. Na produção do espaço urbano, normas no sentido de reforçar estas ligações e, ao mesmo tempo, suavizar a transição de um tecido a outro, considerando a cidade como um organismo vivo, um sistema dinâmico constituído de diversas formas urbanas, devem fazer parte do dia a dia dos planejadores urbanos que atuam, principalmente, em cidades históricas.

Os instrumentos de política urbana devem dialogar com as políticas de preservação do patrimônio – Plano diretor, Lei de Usos e Ocupação do Solo, Código de Obras e Posturas,

Normas do IPHAN– para que o resultado das intervenções seja mais eficiente. O instrumento do parcelamento do solo é decisivo para a qualidade da paisagem, uma vez que a partir deste será definido o futuro da ocupação da cidade através do arruamento, dimensões e forma de lotes e quarteirões, larguras de vias, volumetria, ou seja, o seu desenho urbano, ou sua silhueta.

O êxito de qualquer ação prática sobre um determinado objeto concreto depende do conhecimento que se tem deste objeto. No caso do planejamento urbano entendido como uma forma de ação sobre a cidade, observa-se muitas vezes a ineficácia do planejamento motivada pelo conhecimento limitado que se tem sobre a cidade, objeto complexo, multidisciplinar e ainda carente de um corpo técnico próprio. Os objetivos do planejamento urbano dependem em grande parte do conhecimento de todas as dimensões do urbano (LIMA, 2007b, p.14).

O impasse existente entre o desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio histórico e cultural deve se fundir para que os objetivos sejam alcançados em conjunto, no qual os órgãos de preservação possam padronizar as linguagens e leituras da cidade, o que facilitaria a elaboração em conjunto de planos de preservação da cidade como um todo, principalmente de sua paisagem. “O patrimônio histórico-cultural caracteriza-se por ser um recurso não renovável e extremamente frágil” (MESENTIER, 2007, p. 57), sendo urgente a manutenção das qualidades da paisagem do núcleo histórico que estão se perdendo a cada nova expansão. A importância desta preservação é enfatizada por Mesentier (2007, p. 59):

Áreas urbanas de valor histórico-cultural são, portanto, suportes da memória social e referências culturais relevantes, se constituindo, por isto, em elementos que contribuem para o desenvolvimento sociocultural e de construção de identidade coletivas.

O êxito de um plano de preservação está fundamentado na elaboração de uma metodologia que abranja, principalmente, o conhecimento da cidade em todos os seus aspectos, sejam econômicos, culturais, sociais e urbanos, e seja capaz de conciliar a expansão das atividades desenvolvidas no período da elaboração do plano com a preservação da memória e da identidade da cidade através da valorização e conservação de suas qualidades. Além disso, o planejamento da cidade não deve ser baseado apenas em uma visão funcionalista,⁹⁶ com foco em questões relativas à infra-estrutura em geral, deve considerar todos os aspectos qualitativos analisados no capítulo anterior como garantia de um planejamento que incorpore os aspectos da relação do ambiente construído com seu entorno e, conseqüentemente, com a percepção que o habitante tem deste espaço. As qualidades do espaço setecentista não devem ser reproduzidas fielmente, devem reviver e

⁹⁶ De acordo com Castriota (2007, p. 70), a partir desta visão funcionalista, “[...] cai-se, como tem sido apontado, numa visão homogeneizadora, num urbanismo simplista, que termina sendo danoso para o patrimônio urbano verdadeiramente existente em nossas cidades e causador da diminuição de sua diversidade cultural.”

analisar o que existe em sua essência, adaptando-se, assim, as necessidades da vida moderna.

A análise realizada não abordou um sistema puramente quantitativo, de aplicação prática e imediata, e sim qualitativo, no que diz respeito à questão urbana, o que origina uma abordagem complexa no que tange à aplicação de uma metodologia, porém abre perspectivas para novos estudos sobre o tema, principalmente para diagnósticos e análises para embasamento da aplicação prática de medidas para a preservação da qualidade da paisagem urbana. Assim a presente dissertação sugere ações que apontam para a conscientização da importância da qualidade da paisagem e da sua preservação. Sugere-se que este estudo seja aprofundado a fim de criar critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana, o que facilitará a elaboração das leis de uso e ocupação do solo de muitas cidades históricas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcia Machado de. **Passeio a Ouro Preto**. São Paulo: Livraria Martins, 1961.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Municípios Mineiros. **Ouro Preto**. Belo Horizonte, [200-]. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municio=46107>>. Acesso em: 12 set. 2009.

ASSUNÇÃO, Rogério Braga de. **A personalidade arquitetônica de Ouro Preto**. 1998. 116f. Monografia (Curso de Especialização em Análise Urbana) - Escola de arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli d'. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 9, p. 130-142, jun. 1989.

BAETA, Rodrigo Espinha. Ouro Preto: uma apreciação estética da paisagem. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002a. 1 CD-ROM.

_____. A construção do espaço barroco na Ouro Preto Setecentista. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5., 1998, Campinas. **Cidades: temporalidade em confronto**. Campinas: SHCU, 1998. 1 CD-ROM.

_____. **Ouro Preto: cidade barroca**. 2002. 2v. 427f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de arquitetura e urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002b.

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1957.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. _____ . **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BARRETO, Paulo Tedim. Casa de Câmara e Cadeia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 9-196, 1947.

BASTOS, Rodrigo Almeida. **A arte do urbanismo conveniente**: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. 2003. 240f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

_____. **A maravilhosa fábrica de virtudes**: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711 - 1822). 2009. 437f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BAZIN, Germain. **O aleijadinho e a escultura barroca no brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1971.

BENTLEY, Ian *et al.* **Entornos vitales**: hacia un diseño urbano y arquitectónico más humano, manual práctico. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

BITTENCOURT, Luiz Cláudio. **Regularidades do visível**. 1999, 155f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Elementos do urbanismo barroco nas cidades coloniais mineiras. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 3., 1994, São Carlos. **Anais...** São Carlos: USP, 1994. 1 CD-ROM.

BORREGO, Marina Aparecida de Menezes. **Códigos e práticas**: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. “Desenhar” (projetar) em Portugal e Brasil nos séculos XVI-XVIII. **Cadernos de pesquisa do LAP**, São Paulo, n. 36, p. 6-42, jul./dez. 2002.

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1976.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil Colonial**. Organização de Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. Brasília: IPHAN, 2006.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. **Ouro Preto**. Belo Horizonte: [s.n], 1969.

CAMPOLINA, Joel. Aspectos da qualificação ambiental de Ouro Preto/ MG: Possíveis referenciais para o desenho do Habitat Coletivo Intra-Urbano Atual. In: **Desenho urbano II**. São Paulo: Projeto editores, 1984. p. 19-28. (Cadernos Brasileiros de Arquitetura, v. 13).

CANNIGIA, Gianfranco. **Reasonable on typology**: application of the procession typology in architecture. Florence: Alinea, 1997.

_____. ; MAFFEI Gian Luigi. **Interpreting Basic Building**: Architectural Composition and Building Typology. Firenze: Alinea, 2001.

CARVALHO, Feu de. Reminiscências de Vila Rica: pontes célebres. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 19, p. 149-162, 1921a.

_____. Reminiscências de Vila Rica: casa das Audiências, Câmara e Cadeia (1711-1869). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 19, p. 267-344, 1921b.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. **Revista Topos**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.134-138, jul./dez. 1999a.

_____. Living in a World Heritage Site: preservation policies and local history in the city of Ouro Preto (Brazil). **Traditional Dwellings and Settlements Review**, v. 10, n. 2, p. 7–20, 1999b.

_____. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

_____. Inventários urbanos como instrumento de preservação. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Org.). **Espaço e cidade**: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 69-86.

_____. O inventário Urbano e Cultural de Belo Horizonte – uma experiência metodológica. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5., 1998, Campinas. **Anais...** Campinas: SHCU, 1998. 1 CD-ROM.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS SERTÕES DE LESTE. **Lei de Terras de 1850**. [200-]. Arquivo Histórico de Além Paraíba – Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/leideterras1850.html>>. Acesso em: 26 nov. 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS. **Nova carta de Atenas de 2003**. [200-]. Disponível em:<<http://www.urbanismo-portugal.net>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

CONZEN, M.R.G. **The urban landscape**: historical development and management. London: Academic, 1981a.

_____. Historical Townscapes in Britain: a problem in applied geography. In: WITEHAND, J. W. R. (Ed.). **The urban landscape**: historical development and management. London: Academic, 1981b. p. 55-74.

CONZEN, Michael P. Mineiro morphogenesis: Ouro Preto's townscape development and Brazilian heritage practice. In: ASSOC. AMER. GEOGRAPHERS Ann.Mtg., 2008, Boston. **Proceedings...** Boston: University of Chicago, 2008, p. 1-4.

CORREIA, Naide Patapas Cotrim. **Paisagem habitacional e morfologia urbana**: Um estudo de caso em Pirituba, São Paulo. 2001. 137f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

COUGO, Marcela. Paisagem e Imagem Urbana – a percepção local da degradação do entorno do centro histórico de Ouro Preto/MG. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais do SeminTur**. Caxias do Sul, 2006.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, jan/jun 2007.

DELAMARE, Alcebíades. **Vila Rica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1955.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva; CIORD, 1979.

D'ORBIGNY, Alcide. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

DUARTE, A. Teixeira. Sedição de Vila Rica, 1720 (Felippe dos Santos Freire). **Revista do Arquivo Público**, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, p. 575-587, 1913.

ERTEN, Erdem. Thomas Sharp's collaboration with H. de C. Hastings: the formulation townscape as urban design pedagogy. **Planning Perspectives**, London, v. 24, n. 1, p. 29-41, 2009.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. **Pluto brasiliensis**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

FERNANDES, Edézio; RUGANI, Jurema Marteleto (Org.). **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

FERREZ, Gilberto. **Fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923)**. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 169-304, 1946.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Rossios, chãos e terras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, n. 42, p. 35-47, 2006.

_____. Autoridade régia e poder local: o controle e a regularização da forma urbana nas Minas Gerais Setecentistas. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 241-257.

FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8., 2004, Niterói. **Anais...** Niterói, 2004. 1 CD-ROM.

FREIRE, Gilberto. Casas de residências no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 7, p.99-127, 1943.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Ouro Preto. Prefeitura Municipal; Mariana. Prefeitura Municipal. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**: relatório síntese. Belo Horizonte: FJP, 1975.

GARCIA LAMAS, Jose Manuel Ressano. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

GOULART, Eugênio Marcos Andrade. **O caminho dos currais do Rio das Velhas: a Estrada Real do Sertão**. Belo Horizonte: Coopmed, 2009.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Desaguadouro de tensões. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 42, p. 25-33, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Mapa do Estado de Minas Gerais. **Município de Ouro Preto**. [200-]. Disponível em: <<http://www.geominas.mg.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2009.

GUERREIRO, Maria Rosália. **A lógica territorial na gênese e formação das cidades brasileiras**; o caso de Ouro preto. In: COLÓQUIO: A CONSTRUÇÃO DO BRASIL URBANO, 2000, Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raizes do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

_____. Metais e pedras preciosas. In: _____. **História geral da civilização brasileira**, Tomo I – A época colonial (Administração, economia, sociedade). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a. p. 289-345.

_____. Inquietação revolucionária no sul: conjuração mineira. In: _____. **História geral da civilização brasileira**, Tomo I – A época colonial (Administração, economia, sociedade). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008b. p. 438-450.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. MG. **Ouro Preto**. [200-]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 set. 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portal IPHAN. Legislações. Portarias. **Portaria nº122 de 2 de abril de 2004**. [200-]a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=335>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

_____. Portal IPHAN. Coletânea Virtual. Cartas patrimoniais. **Carta de Veneza**. [200-]b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

_____. Portal IPHAN. Coletânea Virtual. Legislações. Decretos. **Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937**. [200-]c. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

JULIÃO, Raquel Manna. **Churches in Ouro Preto and their spatial urban patterns**. 1989. 32f. Dissertação (Mestrado) - University College London, London, 1989.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996.

LARKHAM, Peter J. Thomas Sharp and the post-war replanning of Chichester: Conflict, confusion and delay. **Planning Perspective**, London, v. 24, n. 1, p. 51-75, 2009.

LARKHAM, Peter J; PENDLEBURY, Jonh. Reconstruction planning and the small town in early post-war Britain. **Planning Perspectives**, London, v. 23, n. 3, p.291-321, 2008.

LEFEVRE, Renee; VASCONCELLOS, Sylvio de. **Minas: Cidades barrocas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1968.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1979.

_____. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LEMOS, Celina Borges *et al.* **O século XIX na paisagem cultural ouro-pretana: cotidiano, arquitetura e modernidade imperial**. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A021.pdf>.

Acesso em: 27 jan. 2009.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. The peculiar urban form of two Brazilian towns in the gold district of Minas Gerais in the eighteenth century: Vila Rica and Mariana. In: INTERNATIONAL SEMINAR OF URBAN FORM, n.14, 2007, Ouro Preto. **Proceedings...** Ouro Preto: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007a. 1 CD-ROM.

_____. Um cenário diferenciado: o urbanismo peculiar da região das Minas no século XVIII. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 9., 2006, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. 1 CD-ROM.

_____. Políticas de desenvolvimento e patrimônio cultural. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Org.). **Espaço e cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007b. p. 11-24.

LIMA JUNIOR, Augusto de. **As primeiras Vilas do Ouro**. Belo Horizonte: Santa Maria, 1962.

_____. **Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva**. Belo Horizonte: Edição do autor, 1957.

_____. **Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1955.

_____. **A capitania das Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

_____. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais:** origem das principais invocações. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1956.

LOPES, Myriam Bahia; NATAL, Caion Meneguello. Ouro preto oitocentista: por um novo desenho. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 7., 2002, Salvador. **Anais...**, Salvador: Universidade federal da Bahia, 2002. 1 CD-ROM.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1942.

LYNCH, Kevin; CAMARGO, Jefferson Luis. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **A boa forma da cidade.** Lisboa: Edições 70, 2007.

_____. City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch. In: BANERJEE, Tridib; SOUTHWORTH, Michael (Ed.). **City sense and city design:** writings and projects of Kevin Lynch. London: The MIT Press, 1990. p. 853.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem, urbanização e litoral do éden á cidade.** 1993. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. **Quadro do paisagismo no Brasil.** São Paulo: FAPESP; CNPq; Laboratório da Paisagem, 1999.

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco Mineiro.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

MACHADO, Reinaldo. Ouro Preto e Mariana – Uma análise da linguagem formal urbana. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 08, p. 13-20, 1976.

MARX, Murillo. Arraiais mineiros: Relendo Sylvio de Vasconcellos. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 15, p. 389-393, 1990/2.

_____. **Cidade no Brasil:** terra de quem? São Paulo: Nobel; Edusp, 1991.

MASSARA, Mônica *et. al.* Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 9, p. 141-148, junho 1989.

MAWE, John. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

MELLO, Suzy. **Barroco mineiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MENICONI, Evelyn Maria de Almeida. **Monumento para quem?** a preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de ouro preto (1937-1967). 2004. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Gestão das cidades) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A construção de uma cidade monumento:** o caso de Ouro Preto. 1999. 156f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MESENTIER, Leonardo Marques de. Plano de preservação: um instrumento necessário. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Org.). **Espaço e cidade:** conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 57-68.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p.108-122, 1987.

_____. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Cidade:** história e desafios. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MOUDON, Anne Vernez. **Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**. Urban morphology: Journal of the international Seminar on Urban Form, England, v.1, p.3-10, Jan.Jul/1997.

MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**. Belo Horizonte: Ed. da autora, 2003.

MOURÃO, Rui; IGLÉSIAS, Francisco. **Museu da Inconfidência**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1984.

NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto em dois tempos: a cidade e seu passado. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8., 2004, Niterói. **Anais...** Niterói: SHCU, 2004. 1 CD-ROM.

_____. Mário de Andrade em Minas gerais: em busca das origens históricas e artísticas nacionais. **História Social**. Campinas, São Paulo, n. 13, p. 193-207, 2007.

NETO, Renato Celso Dantas. O Cosme velho: um testemunho no tempo. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Org.). **Espaço e cidade**: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 154-169.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. Os valores culturais da paisagem urbana de Ouro Preto. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5., 1998, Campinas. **Anais...** Campinas: SHCU, 1998. 1 CD-ROM.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

ORDENAÇÕES Filipinas: Livro I. Nota de apresentação Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1985]. Edição fac-similada da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870.

OURO PRETO (MG). **Posturas da Câmara de Ouro Preto de 1º de fev. 1830**. Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais, [Ouro Preto], 1 fev.1830. Livro III.

OURO PRETO. Câmara Municipal. **Lei complementar nº 30 de 28 de dezembro de 2006**. [200-]. Disponível em: <<http://www.cmop.mg.gov.br/projeto/images/leis/puosolo.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2007.

OURO PRETO. Prefeitura Municipal. **Lei orgânica do Município de Ouro Preto**. Ouro Preto: Câmara Municipal, 1990.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei complementar nº 29 de 28 de dezembro de 2006**. Ouro Preto, 2006a.

_____. Prefeitura Municipal. **[Mapa do município de Ouro Preto]**. Ouro Preto, 2006b.

_____. Prefeitura Municipal. **Revisão da Lei complementar nº 30 de 28 de dezembro de 2006**. Ouro Preto, 2007/8.

OZO, Andrew O. Urban change and the conflict in the traditional character of an African city: the example of Benin City, Nigeria. **Planning perspectives**, London, v. 24, n. 4, p. 485-507, 2009.

PANCHONI, Maria Emanuella. **O caráter de espaços públicos**: Avaliação das Praças de Londrina PR. 2007. 218f. Dissertação (Mestrado em geografia, meio ambiente e desenvolvimento) - Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2007.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2006.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga. The Brazilian contribution to Urban Morphology: Conzenian and Muratorian thinking and the World Heritage Site of Ouro Preto. In: INTERNATIONAL SEMINAR OF URBAN FORM, n.14, 2007, Ouro Preto. **Proceedings...** Ouro Preto: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007a. 1 CD-ROM.

_____. **Urban renewal- Urban Revolution?** 1980. 178f. Dissertação (Mestrado) – Oxford Polytechnic Joint, Oxford, 1980.

_____. The role of the landscape on shaping urban forms of colonial mining towns. In: INTERNATIONAL SEMINAR OF URBAN FORM, n.10, 2003, Trani. **The planned city?** Bari: Uniongrafica Corcelli Editrice, 2003. p. 393-399.

_____. **Transformações, conflitos, perdas e permanências na paisagem sul-metropolitana de Belo Horizonte.** 2004. 315f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. Planos Diretores Participativos e conceitos de paisagem. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO, 9., 2007b, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ENEPEA, 2007b. 1 CD-ROM.

PINTO, Moreira. Ouro Preto. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 11, p. 691-714, 1907.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil : (1500/1720).** São Paulo: Pioneira; Edusp, 1968.

_____. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. Notas sobre o urbanismo no Brasil: primeira parte período colonial. **Cadernos de pesquisa do LAP**, São Paulo, n. 8, p. 3-57, jul/ago 1995.

_____. A urbanização e o urbanismo na região das Minas. **Cadernos de pesquisa do LAP**, São Paulo, n. 30, p. 6-34, jul./dez. 1999.

RENGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, n. 42, p. 91-105, 2006.

RIBEIRO, WAGNER. **Noções de cultura mineira.** São Paulo: F. T. D., 1966.

RICHTER, Christina; RICHTER, Felix. **Cidades históricas de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Alpina – Céu Azul de Copacabana, 1999.

ROSANELI, Alessandro F.; SHACH-PINSKY, Dalit. Forma urbana de que modo? Uma entrevista com Anne Vernez Moudon. **Portal Vitruvius**. v. 10, 2008. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/075.%20annevernez/annevernez.asp>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

RUAS, Eponina. **Ouro Preto: sua história, seus templos e monumentos**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1950.

RUGENDAS, João M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

SAINT-HILAIRE. Auguste. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

_____. **Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SALGADO, Ivone. A modernização da cidade setecentista: o contributo das culturas urbanísticas francesa e inglesa. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 333-351.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Vila Rica do Pilar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

SAMUELS, Ivor. A typomorphological approach to devising frameworks for achieving local character; the plan for ST Gervais. In: INTERNATIONAL SEMINAR OF URBAN FORM, n.6, 1999, Florence. **Proceedings...** Florence, 1999.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo nº 70-T-38**. Belo Horizonte: Arquivo do IPHAN, [19--].

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **A paisagem em transformação: processos para a configuração do Alto Tietê-cabeceiras**. 1997. 130f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Paula Soares Maia. **Áreas de transição de paisagem cultural: preservação em Ouro Preto**. 2009. 69f. Monografia (Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica) - Escola de arquitetura, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SITTE, Camilo. **Construção das cidades: segundo os princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Renato Casar José de. **A Redescoberta da Ordem: Contribuição ao estudo da urbanização nas Minas dos Séculos XVIII e XIX**. 2000. 287f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. A ocupação do território e a trama urbana. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 10, p. 39-48, 1978/9.

TOPÁZIO IMPERIAL. **Topázio**. [200-]. Disponível em: <<http://www.topazioimperial.com.br/topazio.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Operational Guidelines for the implementation of the world heritage convention**. Paris: World Heritage Center, 1999.

_____. The list. **Historic town of Ouro Preto**. [200-]. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/124>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil: antes da separação e independência de Portugal**. São Paulo: Integral, 1948.

VASCONCELLOS, Salomão de. Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 331-360, 1940.

_____. Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 241-254, 1941.

_____. Como nasceu Ouro Preto. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 331-360, 1955.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**. São Paulo: Perspectivas, 1977.

_____. **Mineiridade**: Ensaio de Caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

_____. **Arquitetura dois estudos**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1983.

_____. A arquitetura colonial mineira. **Barroco**, Belo Horizonte, nº10, p. 07-26, 1978/9.

_____. **Arquitetura no Brasil**: pintura mineira e outros temas. Belo Horizonte: Escola de arquitetura da UFMG, 1959.

VASCONCELLOS, Diogo de. **Historia média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

_____. **Historia antiga das Minas Gerais**: (1703-1720). 2 v. Rio de Janeiro: Nacional, 1948.

VIEIRA, Liliane de Castro. **As tipologias arquitetônicas de Ouro Preto no século XX**: estudo comparativo entre os inventários de 1949 e 2002. 2006. 154f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

WITEHAND, J.W.R. British urban morphology: the Conzenian tradition. **Urban morphology**: Journal of the international Seminar on Urban Form, England, v.5, n.2, p. 103-109, jul./dec. 2001.

.

APÊNDICE A - GLOSSÁRIO

ADENSAMENTO OU DENSIDADE

Este termo corresponde à ocupação do solo que pode ser medida através da proporção existente entre os vazios urbanos e a massa construída. Um local que possui alta densidade ou adensamento significa que a ocupação do solo ocorre de forma intensa.

AFASTAMENTO FRONTAL

O afastamento frontal corresponde à distância existente entre a edificação e o alinhamento frontal do lote, ou seja, na divisa deste com a via pública.

AFASTAMENTO LATERAL

O afastamento lateral corresponde à distância existente entre a edificação e as divisas laterais do lote.

BAIRROS

Os bairros são microrregiões dentro do tecido urbano da cidade, os quais possuem características distintas entre si, o que colabora para a identificação e definição destes elementos.

BARREIRAS FÍSICAS

As barreiras físicas são obstáculos que impedem o crescimento da malha urbana, podendo ser geográficos, como rios, relevo, mata densa e lago, e construídos, como ferrovias e estradas.

BURGAGE PLOTS

São lotes que em geral se conformam no início da formação das cidades e possuem como característica principal o formato alongado com testada estreita e comprimento que se estende até uma barreira, seja um rio, um acidente topográfico ou uma via.

CENTRALIDADE

As centralidades são formadas por pólos de atração de uma determinada região, seja no sentido de comércio, turismo, lazer ou educação, marcando, assim, a estrutura urbana da cidade. Esta região pode ser caracterizada como sendo a área mais dinâmica da cidade que reúne principalmente o comércio e os locais de trabalho responsáveis pela agitação e importância destes espaços.

EDIFÍCIOS

Os edifícios são a menor escala e a mais compreensiva que compõe a estrutura do meio ambiente. Pode ser considerado a micro-escala dentro do estudo da morfologia urbana ao passo que a macro-escala seria a somatória, o conjunto destes elementos. Os edifícios fazem parte do nosso meio comum, pois é neles que vivemos e realizamos outras funções como trabalho e lazer. O edifício representa um objeto real, ou seja, é construído.

EDIFÍCIOS ESPECIALIZADOS

Os “edifícios especializados” são aqueles que se diferenciam na malha urbana da cidade por possuírem características mais complexas e apresentarem maiores proporções, como, por exemplo, as igrejas e os palácios.

EDIFÍCIOS BÁSICOS

Os “edifícios básicos” são representado pelas residências, podendo ser multifamiliares, como edifícios, ou unifamiliares, como casas.

ESTRUTURA URBANA

“O estudo da estrutura urbana só pode ser concebido em sua dimensão histórica, pois sua realidade fundamenta-se no tempo por uma sucessão de reações e de crescimentos a partir de um estado anterior.”⁹⁷

FRINGE BELTS

São elementos morfológicos que têm sua origem relacionada principalmente à oscilação da dinâmica econômica e à demanda comum pelo grande parcelamento do solo. Sua formação ocorre de forma espontânea e, inicialmente, na periferia da área urbana. Com a pressão do crescimento urbano, estas grandes glebas ocupadas são aderidas ao contexto urbano, originando um fringe-belt interno. A formação de um fringe-belt é um ciclo: um FBI sempre terá em sua origem a classificação de OFB.

Considerando a sua posição na malha urbana em relação ao seu entorno, pode-se concluir que os fringe-belts constituem barreiras físicas ao desenvolvimento urbano. Porém, estes podem ser transpostos pela malha, ou seja, contornado por esta, sem prejuízo da sua forma ou limites. Assim, este representa um hiato (lacuna) no crescimento ou na expansão da malha urbana. A identificação e reconhecimento destes na dinâmica do crescimento urbano podem colaborar nas tomadas de decisão. Os tipos de fringe belt podem ser classificados como:

1. Fringe-belt alienation: A absorção de um componente do fringe-belt por uma diferente função, geralmente residencial, integument. Conzen usa o termo “fringe-belt absorption”
2. Fringe-belt aureole: A parte acrescida que mostra a influência de um fringe-belt próximo em seu padrão de lote, edifícios e uso do solo.
3. Fringe-belt development: a formação ou intensificação de um fringe-belt misturando geralmente o espaço de consumo na franja urbana durante períodos de reduzido crescimento externo residencial. O processo passa através da fase de fixação, expansão e consolidação.
4. Fringe-belt recustion: A perda do componente lote na parte do fringe-belt.
5. Fringe-belt translation: a transferência da unidade do uso do solo de um fringe-belt antigo para um mais recente sem mudança de local.

LIMITES

Os limites são elementos delimitadores que não são passíveis de ocupação. Estes elementos servem como organizadores do tecido urbano, uma vez que possibilitam o reconhecimento, na cidade, de suas áreas distintas. “Esses limites podem ser barreiras mais ou menos penetráveis, que separam uma região de outra, mas, também, podem ser costuras, linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam e se encontram.”⁹⁸

MARCOS

Os marcos são elementos físicos que servem de referência ao observador, porém ocorrem externamente ao mesmo. Como exemplo podemos citar um edifício alto, uma cúpula, uma estátua, uma montanha, entre outros. A identificação de um marco está ligada diretamente ao contraste que este faz com o seu plano de fundo, quanto maior o contraste, maior será seu reconhecimento.

MORFOLOGIA URBANA

A morfologia é o estudo da forma urbana, sendo possível através deste compreender a evolução de uma cidade, perceber os elementos que impulsionaram sua formação, o seu processo de desenvolvimento, desde sua instalação até os dias atuais, incluindo aspectos de tipologia, volumetria, parcelamento do solo, diálogo público/privado, paisagem entre outros. Por meio deste estudo, a cidade pode ser lida e analisada por meio da sua forma física.⁹⁹

⁹⁷ PANERAI, 2006, p. 122.

⁹⁸ LYNCH, 1997, p. 52.

PAISAGEM

A paisagem é considerada, então, como produto e como um sistema; como um produto porque é resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território; e como um sistema, na medida em que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, no caso equivalente ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total.¹⁰⁰ De acordo com Conzen (1969), é a combinação de três formas sistemáticas complexas, o planejamento urbano, a tipologia e o uso do solo.

PARCELAMENTO (LOTES E QUARTEIRÕES)

O lote é a menor porção de terreno de um parcelamento que possui a testada voltada para a via pública, além de ser destinado à implantação de edificações.

PONTOS NODAIS

Os pontos nodais são elementos da estrutura urbana que servem de orientação, sendo possível a entrada do observador nestes pontos. “Podem ser junções, locais de interrupção do transporte, um cruzamento ou uma convergência de vias, momentos de passagem de uma estrutura a outra.”¹⁰¹

PROCESSO MORFOLÓGICO

O processo morfológico está relacionado à transformação da forma urbana ao longo do tempo, podendo ser caracterizado como adaptativo, aditivo, e processos de transformação e renovação.

STRASSENDORF

O termo “Strassendorf”, de origem alemã, nomeia cidades que se desenvolvem ao longo de um rio ou de uma estrada principal, caracterizando-se como uma rua alongada com casas implantadas nos dois lados desta via. A Strassendorf pode ser considerada como um arraial-rua, ou vila-rua, com suas construções aglomeradas ao longo da via pública apresentando uma praça principal em seu percurso, onde estão localizados os edifícios mais importantes.

TECIDO URBANO

O tecido urbano representa uma escala maior que o tipo edifício, que coincide com a relação entre uma série de edifícios. Os tecidos são definidos como o conjunto de edificações semelhantes com relação a implantação, volumetria, estilo e construídos na mesma época. O traçado também deve ser considerado, podendo distinguir-se entre orgânico ou ortogonal,

⁹⁹ MOUDON, 1997.

¹⁰⁰ MACEDO, 1998, p. 8.

¹⁰¹ LYNCH, 1997, p. 53.

por exemplo. Assim, o tecido urbano é constituído pela sobreposição de elementos como o traçado, o parcelamento e as edificações.

TESTADA DO LOTE

É o comprimento máximo do alinhamento frontal de um lote na divisa com a via pública.

TIPO

O tipo pode ser aceito como tipo edifício quando aplicado a escala do edifício. O conhecimento do tipo é definido a partir da observação e interpretação do conjunto, ou seja, através da percepção crítica que, posteriormente, reconhecerá a existência do tipo e conseqüentemente, suas mudanças, o “processo tipológico.” O tipo representa a abstração, distribuição, função ou projeto formal, que existe a priori na mente do construtor.

TIPOLOGIA

É a classificação de elementos urbanos, ou seja, o conjunto de tipos e suas relações, que permite identificá-los com relação à estrutura urbana em um determinado período de tempo e que, ainda, caracteriza o tecido urbano.

TOMBAMENTO

O tombamento é um ato administrativo do poder público que visa à preservação do patrimônio cultural. É caracterizado pelo reconhecimento do valor do bem e sua inscrição em um dos quatro Livros de Tombo –I. Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; II. Histórico; III. Das Belas Artes e IV. Das Artes Aplicadas.¹⁰²

TRAÇADO

O traçado é constituído pelo conjunto do sistema viário que compõe a cidade, representando o espaço público em contraposição ao espaço privado formado, em geral, pelos lotes e edificações. O traçado pode ser caracterizado como regular, quando as vias se apresentam em geral de forma ortogonal, ou como tabuleiro de xadrez, e como irregular ou orgânico, quando o traçado é representado por vias sinuosas. A função do traçado é organizar e distribuir a circulação de pedestres e veículos a partir de uma rede hierarquizada.

USO

É a qualificação que se dá ao tipo de ocupação de uma edificação, podendo ser residencial (unifamiliar ou multifamiliar), comercial ou misto, quando o mesmo objeto assume os dois primeiros usos simultaneamente.

USO URBANO

O uso urbano é classificado em residencial, quando a edificação é destinada a moradia; comercial, quando a edificação abriga usos como serviço, industrial e comercial, entre outros; e misto, quando é destinada a ambos os usos citados anteriormente – residencial e comercial. O uso do solo é controlado através do processo de zoneamento da malha urbana da cidade.

VIAS

São estruturas de circulação tanto de pedestres quanto de veículos, sendo o meio a partir do qual estes podem se locomover pela cidade. Estas podem ser caracterizadas como “ruas, alamedas, linhas de trânsito, canais, ferrovias.”¹⁰³

VOLUMETRIA OU GABARITO

A volumetria ou gabarito são relativos à altura máxima da edificação.

¹⁰² FERNANDES, 2002, p. 17.

¹⁰³ LYNCH, 1997, p.52.

APÊNDICE B - Análise da paisagem de Ouro Preto

Bairro	Impacto visual	Visibilidade do Centro Histórico	Densidade	Traçado e vias estruturantes	Declividade	Vegetação	Implantação das edificações no lote	Uso, gabarito	Padrão de acabamento	Observações
NOSSA SENHORA DO PILAR	<p>Presença marcante da Igreja Nossa Senhora do Pilar. A implantação desta é questionável, pois o casario interrompe a visada completa de sua fachada principal, além de estar no mesmo nível e próximo demais. Souza (2000, p.207): Notar a orientação da primitiva capela com nave de frente para a rua do Pilar ao contrário da reconstrução posterior, que chegou até nossos dias.</p>	Faz parte do núcleo histórico.	Densidade grande nas bordas das quadras; vazio no interior das quadra;	Traçado irregular com presença de espaços residuais que geraram pequenas praças ou largos. Lote com profundidade maior em relação às vias;	Predomina uma declividade média.	Concentra-se nas praças, quintais e lotes não ocupados devido a declividade	Predomina a implantação na testada, sem recuos laterais;	Predomina o uso residencial 2 pavimentos, existe a presença de comércio também.	Padrão muito bom de acabamento.	<ul style="list-style-type: none"> - algumas edificações estão no interior das quadras com acesso não identificado; - Alguns lotes terminam em um córrego no interior da quadra; - presença de dois becos e escadarias ao longo da via; - presença de chafariz; - prefeitura; - Parque metalúrgico da UFOP.

<p style="text-align: center;">NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO</p>	<p>Presença marcante da Igreja Nossa Senhora do Rosário com implantação perpendicular a via e chafariz na lateral. Posição do largo questionável. O largo não possui fiação aparente. Algumas vias do bairro possuem.</p>	<p>Faz parte do núcleo histórico.</p>	<p>Densidade grande nas bordas das quadras; vazio no interior destas;</p>	<p>Traçado irregular com presença de grande largo para a igreja. Lote com profundidade maior em relação às vias;</p>		<p>Vegetação mais significativa no interior das quadras.</p>	<p>Predomina a implantação na testada, sem recuos laterais;</p>	<p>Predomina o uso residencial 2 pavimentos.</p>	<p>Padrão muito bom de acabamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - presença de duas grande pontes; - presença de uma capela ao final da ponte; (emoldurada por esta.) - burgage plots.
---	---	---------------------------------------	---	--	--	--	---	--	--	---

CABEÇAS	Marcado pela presença da Igreja do senhor bom Jesus e do colégio arquidiocesano. Presença de uma capela que não está em ponto de fuga; vê-se a igreja nossa senhora do carmo a partir desta via.	É o “começo” do centro histórico. A entrada antiga da cidade, início do caminho tronco. Possui vista do bairro são Cristóvão a partir da praça padre lobo.	Densidade grande nas bordas das quadras; vazio no interior destas;	Traçado irregular. Lote com profundidade maior em relação testada. Lotes e quarteirões grandes. (burgage plots)		Vegetação mais significativa no interior das quadras.	Predomina a implantação na testada, sem recuos laterais;	residencial , unifamiliar, 1 pavimento	Padrão muito bom de acabamento.	<ul style="list-style-type: none"> - presença de praça (padre lobo) - possui um conjunto de casas em frente ao largo da igreja muito representativo - na via próximo ao bairro Passa Dez de Baixo, o padrão é inferior; à medida que se caminha em direção à igreja, o padrão vai se tornando igual ao núcleo histórico.
NOSSA SENHORA DE LOUDES		Possui vista do bairro Loteamento.	Densidade média.	Traçado irregular, alguns quarteirões bem pequenos e outros grandes. Lotes em geral pequenos.		Vegetação inexpressiva.	Predomina implantação na testada do lote.	residencial , unifamiliar, 2 pavimento.	médio	<ul style="list-style-type: none"> - possui duas ruas com características de beco, estreitas, porém com fachadas frontais voltadas para estas.

ÁGUA LIMPA	Possui um grande largo onde desembocam quatro vias.		Densidade média.	Traçado irregular, apresenta quarteirões grandes e ruas estreitas.		Vegetação no interior das quadras. (pouco significativa)	Predomina implantação na testada do lote, com pequenos recuos laterais.	residencial, unifamiliar, 1 a 2 pavimentos.	médio	- possui uma quadra ao final da rua Jair albergaria, na frente da quadra tem uma praça.
CENTRO	Compõe uma das porções iniciais da cidade, principalmente e a área de comércio (Praça Tiradentes)	- Possui 5 igrejas dentro de seu perímetro - Jardim botânico. - A igreja Nossa Senhora do Carmo possui vista para algumas ocupações em encostas.	Densidade alta	Traçado irregular composto por grandes quarteirões e alguns becos		Pouco vegetado. Apresenta 3 pontos marcantes de massa vegetal em quarteirões muito grandes.	As edificações encontram-se implantadas na testada do lote, sem recuo frontal e em grande parte sem recuo lateral. Em geral, nos terrenos em declive (em direção ao rio, por exemplo) as edificações apresentam maior número de pavimentos na fachada posterior.	Predomina o uso misto de 2 pavimentos, ênfase para o uso comercial próximo à praça Tiradentes	Renda alta.	- Existem alguns recuos laterais nas ruas que "descem" da Praça Tiradentes. - Existência do Heliporto no moro da forca. - O traçado irregular favorece visadas que enquadram a arquitetura, principalmente e a religiosa. - Na Praça Reynaldo Alves de Brito existem recuos laterais.

ANTÔNIO DIAS	Compõe uma das porções iniciais da cidade	<p>- Largo Marília de Dirceu com chafariz</p> <p>- A igreja Nossa Senhora da Conceição possui vista para algumas ocupações em encostas.</p> <p>- O largo da igreja acontece em níveis.</p>	Densidade alta	Traçado irregular composto por grandes quarteirões e alguns becos		Vegetação pouco expressiva.	As edificações encontram-se implantadas na testada do lote, sem recuo frontal e em grande parte sem recuo lateral.	Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav. Próximo a igreja e 1 pav. À medida que se afasta desta.	Renda alta próximo a igreja e renda média baixa à medida que se afasta desta.	<p>- A igreja encontra-se em um platô bem mais elevado que a rua lateral.</p> <p>- À medida que se afasta da igreja nossa senhora da conceição, as edificações perdem o caráter colonial do núcleo.</p>
NOSSA SENHORA DAS DORES	Bairro muito pequeno, possui poucas vias	Possui uma capela Nossa Senhora das Dores com cemitério que é vista de boa parte do núcleo histórico	Densidade média	Traçado irregular, composto por dois quarteirões. Possui vias sem saída e um grande quarteirão sem ocupação no centro. Lotes de tamanho médio, não tão extensos quanto no centro e em Antônio Dias.		Presença de grande massa verde.	As edificações encontram-se implantadas na testada do lote, sem recuo frontal e em grande parte com pequenos recuos laterais.	Predomina uso residencial unifamiliar de 1 pav.	Renda média.	- Os fios da rede elétrica atrapalham as visadas a partir do largo da igreja.

BARRA	Está localizado em cota mais baixa, próximo ao ribeirão do funil.	Possui um grande "vazio" representado pelo Ouro Preto Tênis Clube, nas margens do ribeirão.	Densidade média	Traçado irregular, composto por quarteirões de vários tamanhos. E lotes de tamanho variados.	Possui uma porção plana.	Vegetação pouco expressiva.	O bairro é dividido em duas porções. A primeira, anterior ao ribeirão, possui características semelhantes ao núcleo histórico (edificações na testada). A segunda já apresenta mistura de estilos.	Predomina uso misto de 2 pav.	Renda média	- Possui o largo Frei Vicente Botelho, com um chafariz.
SÃO FRANCISCO	É acessado pela rua Padre Rolim. É marcado pela presença da rodoviária e da Igreja São Francisco de Paula e cemitério.	Possui vista do núcleo (Praça Tiradentes) a partir do Largo da igreja. E da Igreja São José (costas).	Alta densidade na porção acima da rua padre rolim e baixa densidade abaixo.	Traçado irregular, com quarteirões grandes e alguns não possuem delimitação clara.		Presença de grande massa vegetal.	Ao redor da igreja não possui ocupação. A porção acima da rua Padre Rolim predomina implantação na encosta.	Porção acima da rua padre rolim é residencial unifamiliar de 2 pavimentos.	Porção acima da rua padre rolim é média baixa renda.	- O bairro é dividido pela rua padre rolim.

PADRE FARIA	Possui a Igreja Nossa Senhora do Parto, que forma um conjunto expressivo juntamente com a ponte que encontra-se à frente da escadaria da igreja.	Não possui vista do centro. É limitado a leste por um grande vazio não ocupado e vegetado em sua maior parte.	Densidade média	Traçado irregular, composto por quarteirões de vários tamanhos.		Vegetação mais significativa no interior das quadras.	As edificações encontram-se implantadas na testada do lote, sem recuo frontal e em grande parte com pequenos recuos laterais.	Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav.	Renda média/baixa	<ul style="list-style-type: none"> - O bairro é dividido em duas porções que são ligadas pela rua Nossa Senhora do Parto. - Possui duas escolas, uma municipal e outra estadual.
ALTA DA CRUZ	Presença da Igreja de Santa Efigênia com cemitério posterior. Do largo da igreja tem-se visão do morro da queimada.	A partir da Rua Santa Efigênia tem-se visão do núcleo histórico	Densidade alta	Traçado irregular, composto por quarteirões de vários tamanhos. Quadras com interior "vazio".		Vegetação mais significativa no interior das quadras, Além do terreno abaixo da Igreja.	O bairro é dividido em duas porções através da Rua Quintiliano Maciel. A primeira à direita desta via, possui características semelhantes ao núcleo histórico (edificações na testada)	Predomina uso residencial unifamiliar de 1 pav. Existe comércio na Rua Quintiliano Maciel.	Renda média	<ul style="list-style-type: none"> - Presença da Praça Dirceu Alves de Brito; - Chafariz na rua Padre Faria.

MORRO DA QUEIMADA	É marcado pela presença das ruínas que dão nome ao bairro.	Possui vista de parte do núcleo histórico.	Densidade de média para alta.	Traçado irregular, com quarteirões grandes e alguns não possuem delimitação clara. Estruturado pela rua 15 de agosto. Os lotes possuem tamanhos variados e mais de uma residência em cada.	alta declividade	Vegetação pouco expressiva.	Sem padrão de implantação.	Residência unifamiliar de 2 pavimentos	Baixa renda.	
MORRO SANTANA	É marcado pela presença de uma quadra poliesportiva.	Possui vista de parte do núcleo histórico.	Densidade de média para alta	Traçado irregular com quarteirões de grande dimensão.	alta declividade	Vegetação mais significativa no interior das quadras	Sem padrão de implantação.	Residência unifamiliar de 1 pavimentos	Baixa renda.	
MORRO SÃO CRISTOVÃO		Possui vista parcial do núcleo histórico	Densidade alta	Traçado irregular com presença de algumas vias sem saída. Estruturado pela rua Padre Rolim.	alta declividade	Vegetação pouco expressiva.	Predomina implantação na testada da via com algum recuo lateral.	Residência unifamiliar de 2 pavimentos	Média baixa renda.	Próximo à rua Padre Rolim existe a presença de comércio.

MORRO SÃO SEBASTIÃO	Ar de ruralidade, possui uma praça, uma escola e uma capela.		Densidade baixa	Traçado irregular, bastante “espalhado”, alongado. Possui poucos quarteirões, grande parte possui delimitação clara. Muitas ruas sem saída. Acessado apenas pela ladeira João de Paiva. Dificil acesso, rua estreita e muito íngreme.	Alta declividade	Muito vegetado	Sem padrão de implantação.	Residência unifamiliar de 1 pavimento	Média baixa renda.	
SANTA CRUZ			Densidade alta	Traçado irregular com destaque para a presença de um grande quarteirão.		Vegetação pouco expressiva.	As edificações encontram-se implantadas na testada do lote, sem recuo frontal e em grande parte com pequenos recuos laterais.	Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav. Algumas residências apresentam telhado paulista.	Renda média	- Presença de taludes próximo às vias

VILA APARECIDA	Um dos bairros de maior impacto visual no núcleo histórico.	É um dos bairros mais visíveis da cidade (de vários pontos). É visto nas visadas das igrejas.	Densidade alta	Traçado irregular, provavelmente paralelo às curvas de nível. Grande parte das vias deste bairro não tem saída.		Vegetação pouco expressiva.	As edificações encontram-se implantadas na testada do lote, sem recuo frontal.	Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav	Renda média	- Presença de uma Igreja a partir da qual se tem vista de grande parte do núcleo histórico, além da praça na entrada do bairro.
NOSSA SENHORA DA PIEDADE	É marcado pela presença de uma quadra poliesportiva. E também da Igreja de Nossa Senhora da Piedade.	Possui vista de parte do núcleo histórico.	Densidade de média para alta	Traçado irregular com quarteirões de grande dimensão. Apresenta muitas ruas sem saída.	alta declividade	É dividido em duas porções por uma grande massa verde.	Sem padrão de implantação.	Residência l unifamiliar de 1 pavimento	Baixa renda.	O bairro é dividido em duas porções que não se conectam diretamente.
BAIRRO DA LAGOA	Presença de uma lagoa pouco explorada.	Não é visível do núcleo histórico.	Muito baixa densidade	Traçado regular, provavelmente fruto de um loteamento, com lotes regulares e tamanhos padrão.		No bairro, vegetação pouco expressiva. É limitado a oeste por uma grande massa verde.	As edificações possuem pequenos afastamentos, ocupando praticamente toda a área do lote. Quintal?	Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav. Existem alguns prédios de 3 andares.	Renda média/ alta	- Ainda possui muitos lotes vagos, grande potencial de expansão (proximidade com a UFOP) - É um bairro com malha "fechada" pelas ruas Vitória Zanetti e 05. - Próximo à lagoa esta mais adensado;

LOTEAMENTO	Edificações com gabarito maior do que o praticado na cidade como um todo.	Visível a partir do bairro jardim alvorada.	Densidade média	Traçado misto, existe uma intenção de regularização. Quarteirões pequenos em relação ao núcleo histórico.	Alta declividade	Vegetação pouco expressiva	Predomina a implantação com recuos.	residencial , unifamiliar de 2 a 3 pavimentos	alto	- parece um bairro de ocupação bem recente, ainda possui lotes vagos; - Está localizado bem na borda da cidade. Possibilidade de expansão??
JARDIM ALVORADA		Visível a partir do bairro Loteamento.	Densidade média	Traçado regular (possível loteamento) com padrão no tamanho dos quarteirões e dos lotes.	Alta declividade	Vegetação pouco expressiva	Predomina a implantação com pequenos recuos.	residencial , unifamiliar de 2 pavimento.	Médio para alto	- ainda possui lotes vagos. Está localizado bem na borda da cidade. Possibilidade de expansão??
VILA DOS ENGENHEIROS	Bairro que possui características mais diferenciadas dos demais. É semelhante a condomínios, casas sem muros, ruas tranquilas.	Não é visível do núcleo histórico.	Pouco adensado	Traçado irregular, o bairro se distribui linearmente.		Vegetação significativa principalmente nas praças.	As edificações encontram-se implantadas "soltas" nos lotes, com recuos de todos os lados.	Predomina uso residencial unifamiliar de 1 a 2 pav. Padrão de acabamento alto.	Renda alta	- Presença de várias praças bem cuidadas.

MORRO DO CRUZEIRO	Presença marcante da UFOP, como um hiato na malha urbana.	Possui uma vista privilegiada da cidade através do mirante da UFOP. Apenas este é visto do núcleo histórico.	Densidade média. Na UFOP é baixa.	Traçado tende a regular com quarteirões de tamanhos semelhantes.			Não possui padrão de implantação da edificações.	Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav.	Renda média	Possui duas praças, uma delas possui grade.
VILA ITACOLOMY	Encontra-se implantado entre a UFOP e a BR356.	Não é visível do núcleo histórico.	Densidade alta	Traçado irregular, provavelmente paralelo às curvas de nível. Quarteirões estreitos e compridos			Predominam as edificações implantadas na testada do lote, sem recuo frontal.	Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav. Destaque para a rua Prof. Paulo Magalhães Gomes e Av. Juscelino Kubitschek que são comerciais.	Renda média	
LAGOA	É uma ramificação oeste da Rua Américo René Giannetti.	Não é visível do núcleo histórico.	Densidade baixa.	Traçado irregular com ruas sem saída. Possui apenas três entradas pela Rua Américo René. Possui apenas um grande quarteirão.		Vegetação mais significativa no interior das quadras e nas bordas do bairro.	Sem padrão de implantação.	Predomina uso residencial unifamiliar de 1 pav	Renda baixa / média	- Grande potencial de expansão.

SARAMENHA DE CIMA	Presença de parte da ALCAN no início do bairro.	Não é visível do núcleo histórico.	Densidade média.	O bairro é formado apenas por uma via estruturante, a Rua Américo René Giannetti.		Vegetação mais significativa nas bordas do bairro.	Predomina implantação sem recuo frontal.	Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav. Com uso comercial no nível da rua. (1º pav)	Renda média / baixa	Dá acesso ao distrito de Lavras Novas
TAVARES	É uma ramificação leste da Rua Américo René Giannete.	Não é visível do núcleo histórico.	Densidade média.	O bairro possui traçado irregular formado pelas 3 quadras de tamanhos variados		Vegetação mais significativa nas bordas do bairro.	Predomina implantação sem recuo frontal.	Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav	Renda média	
NOSSA SENHORA DO CARMO	Ocupação de encostas ao longo da BR 356.	Não é visível do núcleo histórico.	Densidade média.	Traçado irregular com muitas ruas sem saída. Grande parte das vias deste bairro tem origem na BR356.		Vegetação pouco expressiva	Não possui padrão de implantação das edificações.	Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav.	Renda baixa / média	- Possui uma capela em uma das ramificações do bairro. - O bairro é dividido pela BR356.
NOVO HORIZONTE	Está implantado às margens da BR356.	Não é visível do núcleo histórico.	Densidade média.	Traçado irregular com ruas sem saída. Algumas vias deste bairro têm origem na BR356.		Vegetação pouco expressiva		Predomina uso residencial unifamiliar de 2 pav	Renda baixa / média	- Grande potencial de expansão, possui muitas ruas sendo abertas.
PASSA DEZ DE BAIXO	ar de ruralidade marcado pela presença de um edifício da polícia militar.		baixíssima	Traçado irregular, não possui delimitação de quadras e os lotes são de grande dimensão.	baixa		Possui poucas ocupações sem padrão de implantação.	-	-	- a entrada do bairro é marcada por uma ponte.

TAQUARAL	Marcado pela presença de uma chafariz (em péssimo estado de conservação) e a Capela Senhor Bom Jesus.	Não possui vista do núcleo histórico.	Densidade média	Traçado irregular, porém retilíneo. Possui quarteirões compridos e estreitos. Estruturado pela Av. Farmacêutico Duílio Passos.				Residência unifamiliar de 2 pavimentos devido a declividade e do terreno	Média baixa renda.	- A capela possui uma pequena cachoeira atrás. (linda paisagem esquecida)
VILA OPERÁRIA		Não é visível do núcleo histórico.	Densidade alta.	Traçado regular composto por 6 quarteirões pequenos retangulares.			As edificações encontram-se implantadas na testada do lote, sem recuo frontal e em grande parte com pequenos recuos laterais.	Predomina uso residencial unifamiliar de 1 pav.	Renda baixa	- Provavelmente foi um bairro criado para atender à ALCAN, e as casas deviam ser todas iguais.
SARAMENHA	A paisagem é marcada pela grandiosidade da indústria. Esta tem como limites de um lado a Avenida e do outro a linha férrea e o ribeirão.	Não é visível do núcleo histórico.	Densidade baixa.	Traçado irregular articulado pela Avenida Américo Giannetti.				Predomina uso industrial, possui poucas residências.		- Possui um cemitério. Possui o estádio Dr. Raimundo C. Machado.
VILA SÃO JOSÉ	Possui um padrão bem diferenciado do núcleo histórico.	É visto a partir da igreja...	Densidade grande nas bordas das quadras; vazio no interior destas;	Traçado misto, existe uma intenção de regularização. Quarteirões e lotes pequenos em relação ao núcleo histórico.			Predomina a implantação na testada, sem recuos laterais;	residencial, unifamiliar de 1 pavimento, baixa renda	baixo	- possui uma praça; - um quarteirão central está praticamente todo ocupado;

NÃO FAZ PARTE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO

LIBERDADE	Possui potencial para adensamento, muitos lotes vagos.	Não é visível a partir do núcleo.	Baixa densidade	Traçado regular, provavelmente proveniente de loteamento. Possui quarteirões compridos e estreitos.	média		Predomina implantação na testada do lote, com pequenos recuos laterais.	Residência unifamiliar de 1 a 2 pavimentos.	médio	<ul style="list-style-type: none"> - Está localizado na borda leste da cidade, como um "braço". - Possui vista para uma cachoeira e para as montanhas. (muito agradável e bonita) - Acessado apenas pela via que vai para Mariana.
-----------	--	-----------------------------------	-----------------	---	-------	--	---	---	-------	---